



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DOS ESTUDOS SOBRE JORNALISMO ÀS TEORIAS DO JORNALISMO
REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

CRISTIANO PINTO ANUNCIAÇÃO

Brasília - DF
2019



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**DOS ESTUDOS SOBRE JORNALISMO ÀS TEORIAS DO JORNALISMO
REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS**

CRISTIANO PINTO ANUNCIAÇÃO

Tese apresentada ao PPGCom/FAC como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Comunicação.

Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Luiz C. Martino

Brasília, março de 2019

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Luiz C. Martino
Orientador – presidente da banca (PPGCom/UnB)

Professor Dr. João Curvello
Examinador interno (PPGCom/UnB)

Professora Dr^a. Gislene Silva
Examinadora externa (PosJor/UFSC)

Professor Dr. Giovandro Ferreira
Examinador externo (PósCom/UFBA)

Professora Dr^a. Rafiza Varão
Suplente (FAC/UnB)

E pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto

Novos Baianos

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao professor Luiz C. Martino pela orientação profissional, com grandes ensinamentos em cada aula, cada encontro, cada conversa e cada texto que escreve.

Aos professores Gislene Silva, Elen Geraldese e Pedro Russi, pelas contribuições no exame de qualificação.

Ao professor Estevão Martins, por me aceitar na disciplina *Teoria e Metodologia da História*, do PPGHIS/UnB.

À professora Dione Moura, pelo convite para ajudar na disciplina *Pré-projeto em Jornalismo*, na graduação da FAC.

Ao professor Fábio Henrique Pereira, pela oportunidade de integrar a equipe da revista *Sur le Journalisme/About Journalism/Sobre Jornalismo*.

Aos meus colegas do PPGCom/FAC Djenane Arraes, Fernando Strongren, Hadassa David, Juliana Bulhões, Lizely Borges, Mauro Celso Maia, Vanessa Beltrame e Vinícius Pedreira, pela companhia dentro e fora da sala de aula.

À amiga Gracielly Bittencourt, que me recebeu em Brasília e foi meu porto seguro. E também a Jonathan Pereira.

Às amigas Ana Marta Flores, Ana Paula Bandeira e Juliana Teixeira, por manterem a amizade do mestrado. E também à Mariana Rosa, amiga daquele período.

Ao Gabriel Cerqueira, por ser o companheiro da vida.

Ao meu pai, Mário Anunciação, que me alfabetizou com jornais.

Resumo

Nos últimos anos, alguns pesquisadores têm concentrado esforços para pensar as teorias do jornalismo. Trata-se de reflexões publicadas em artigos, livros, revistas científicas, dissertações de mestrado e teses de doutorado, ligados à área de Comunicação. Elas são acompanhadas da constituição de um território institucional da pesquisa em jornalismo, através da criação da SBPJor, de programas de pós-graduação específicos e da implementação das Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação de Jornalismo. O presente trabalho pretende analisar os aspectos teóricos e epistemológicos que emergem desse movimento. Ou melhor, os elementos que são mobilizados tanto na seleção das teorias do jornalismo quanto na constituição do que vem sendo chamado de “epistemologia do jornalismo”. Para isso, lançamos mão de uma estratégia metodológica que é, ao mesmo tempo, histórico e epistemológico. Histórico porque faz um recuo ao passado para tentar explicar as condições de produção das teorias do jornalismo. Epistemológico porque examina a validade do conhecimento produzido sob tal rubrica.

Palavras-chave: Campo da comunicação; epistemologia da comunicação; teoria da comunicação; estudos sobre jornalismo; teorias do jornalismo.

Abstract

In recent years, some researchers have concentrated efforts to think the theories of journalism. These are reflections published in articles, books, scientific journals, master's dissertations and doctoral theses related to the area of Communication. They are accompanied by the constitution of an institutional field for journalism research, through the creation of the SBPJor, specific postgraduate programs and the implementation of the New Curriculum Guidelines for the Journalism Graduation Course. The present work intends to analyze the theoretical and epistemological aspects that emerge from this movement. Or rather, the elements that are mobilized both in the selection of the theories of journalism and in the constitution of what has been called "epistemology of journalism". To this end, we have used a methodological strategy that is both historical and epistemological. Historical because it makes a retreat to the past to try to explain the conditions of production of the theories of journalism. Epistemological because it examines the validity of the knowledge produced under such heading.

Keywords: Communication field; epistemology of communication; theory of communication; journalism studies; theories of journalism.

Índice de quadros

Quadro 1: Grade curricular do curso de jornalismo da Cásper Líbero nos primeiros anos de funcionamento.....	30
Quadro 2: Estrutura do primeiro currículo mínimo.....	32
Quadro 3: Estrutura do terceiro currículo mínimo.....	34
Quadro 4: Estrutura do quarto currículo mínimo (habilitação em jornalismo).....	37
Quadro 5: Estrutura do quinto currículo mínimo (habilitação em jornalismo).....	39
Quadro 6: Teorias do jornalismo encontradas na obra <i>Teorias da Notícia e do Jornalismo</i> (2002), de Jorge Pedro Sousa.....	133
Quadro 7: <i>Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são (volume 1)</i> (2004), de Nelson Traquina.....	138
Quadro 8: Teorias do jornalismo encontradas na obra <i>Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional (volume 2)</i> , (2005), de Nelson Traquina.....	141
Quadro 9: Teorias do jornalismo (2005), de Felipe Pena.....	146
Quadro 10: Síntese das teorias do jornalismo nas obras especializadas.....	147

Lista de abreviações e siglas

ABEJ – Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo
ABEPEC – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação
ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ALAIC – Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação
ANJ – Associação Nacional dos Jornais
BJR – *Brazilian Journalism Research*
BOCC – Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CFE – Conselho Federal de Educação
CIESPAL – Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
ECA – Escola de Comunicações e Artes
ECO – Escola de Comunicação
ENECOS – Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
ESPM-RS – Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande do Sul
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FACOS – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria
FENAPRO – Federação Nacional das Agências de Propaganda
FIAM-FAAM – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
FNPJ – Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo
GT – Grupo de Trabalho
ICINFORM – Instituto de Ciências da Informação
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação
ONG – Organização Não Governamental
PAGF – Prêmio Adelmo Genro Filho
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PJ:BR – Portal do Jornalismo Brasileiro
PósJor – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGCom – Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PPGJor – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
PR – Partido Republicano
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REBEJ – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
STF – Supremo Tribunal Federal
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISO – Universidade de Sorocaba
UNL – Universidade Nova de Lisboa
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Uma orquestra afinada: das primeiras faculdades às novas diretrizes curriculares.....	23
Capítulo 2 – O jornalismo nas ciências sociais e humanas: um breve inventário	66
Capítulo 3 – Os estudos em jornalismo no Brasil, uma particularidade	92
Capítulo 4 – Quais os critérios de seleção das teorias do jornalismo?.....	123
Capítulo 5 – Existe uma epistemologia do jornalismo?.....	153
Conclusões.....	177
Referências bibliográficas.....	182

Introdução

Esta tese aborda as “teorias do jornalismo”, tal como aparecem na última década no Brasil. Ela ganha corpo através de artigos e livros, na fundação de revistas, congressos e associações. Trata-se de um movimento contínuo e progressivo, que tem reunido um número crescente de pesquisadores em torno de uma nova concepção e lugar institucional do jornalismo. Podemos citar aqui a fundação da SBPJor, a criação do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC e a adoção das novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em jornalismo. Este desenvolvimento institucional vem acompanhado de uma reivindicação acerca de uma teoria e uma epistemologia próprias, ambas circunscritas ao que tem sido nominado como “campo jornalístico” ou “campo do jornalismo”, expressão forjada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997) para falar da atividade jornalística (profissional). Com significação difusa, o “campo jornalístico” representa um território com “lugar de fala” autônomo em relação à comunicação, área que ainda se esforça para postular seus fundamentos epistemológicos.

Também no início deste século, pesquisadores da comunicação começavam a organizar o debate acerca da epistemologia da comunicação. Há dois marcos deste fluxo: o funcionamento do GT *Epistemologia da Comunicação*, da Compós (2001), e o livro *Epistemologia da Comunicação* (2003), resultado do III Seminário Interprogramas de Pós-Graduação, organizado na ECA/USP, em 2002, pela professora Maria Immacolata Lopes. Inicia-se aí mais fortemente as pesquisas em torno do lugar da comunicação nas ciências sociais e humanas, com suas investidas sobre o objeto de estudo, suas teorias, seus fundamentos etc. A pesquisa em jornalismo parece repetir o que se dá na comunicação.

O argumento de uma “epistemologia do jornalismo” permeia a ideia do “jornalismo como forma de conhecimento”, de Adelmo Genro Filho. Sua postura filosófica em *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* (1987), obra onde desenvolveu sua teoria sobre qual o tipo de conhecimento que a atividade jornalística produz é observada em seus pressupostos filosóficos, sobretudo pelo uso abrangente do termo “epistemologia” para falar do conhecimento mundano (gnosologia). Eduardo Meditsch, um dos principais expoentes da luta pelo reconhecimento acadêmico do jornalismo, explicita a teoria de Genro Filho já no primeiro capítulo de *O conhecimento do jornalismo* (1992a), sem, no entanto, fazer a distinção entre “epistemologia” e

“gnosilogia”. O próprio uso da noção de “campo jornalístico” ou “campo do jornalismo” demonstra esse equívoco na pesquisa em jornalismo, sendo empregado sem qualquer crítica.

A confusão sobre a significação do termo “epistemologia” estende-se para as noções de sociologia da ciência, história da ciência etc. Em meio a tantos sentidos em jogo, a questão epistemológica é embotada por debates de foro institucional, o que incentiva as tentativas de entender o campo por meio de relatos históricos. Contudo, “a identidade do campo não pode ser dada apenas com base em um relato histórico sobre a emergência dele”, isto porque “a narrativa histórica não desvela os contornos de uma área de conhecimento, ela coloca em jogo e desdobra um conceito prévio, nada mais” (MARTINO, 2006c, p. 46). É muito comum ver este tipo de postura nos textos de José Marques de Melo (1970, 1972, 1984, 1997, 2001, 2003a, 2003b, 2006b, 2007a) e de Eduardo Meditsch (1992a, 1992b, 1999a, 1999b, 2001, 2011, 2015).

Este último, aliás, tem seu nome fortemente associado à autonomia do jornalismo em relação à comunicação, tornando-se bastante conhecido por seu livro *O conhecimento do jornalismo* e por outros textos em que debate o “jornalismo como conhecimento”. Meditsch deixa muito claro que tem por base o trabalho de Genro Filho.

Em linhas gerais, desde a virada do século podem-se identificar algumas recorrências na produção da área, no estudo do jornalismo, como: forma de conhecimento; modo de reconhecimento do tempo presente e seus eventos; discurso ou prática discursiva; uma comunidade interpretativa transnacional; fazer guiado por um ideal de esclarecimento; instituição legitimada, cuja função social está atrelada ao interesse público; pertencente a um circuito midiático subjugado a objetivos econômicos ou institucionais; profissão submetida a constrangimentos internos e externos ao espaço de trabalho; narrativa permeada pela relação entre sujeitos; ou prática estruturalmente modificada ou questionada pelos contextos da digitalização. São investidas em processo, mais ou menos relacionadas aos percursos de pesquisa que as originaram, movimento necessário para sua consolidação (MEDITSCH, 2014, p. 287-288).

Desde a tese de doutorado de Tobias Peucer, em 1690 – a primeira (de que se tem conhecimento) –, a atividade jornalística tem sido objeto de investigação acadêmica, em diversos países, entre as diferentes áreas do saber, especialmente a sociologia, a

antropologia, a ciência política e a linguística. Esses trabalhos começaram a aparecer com mais ênfase nos últimos 150 anos. A Alemanha pode ser considerada o berço dos estudos em jornalismo. Além de Tobias Peucer, nomes como Ferdinand Tönnies, Max Weber e, especialmente, Otto Groth demonstraram bastante interesse em examinar o papel (social) da imprensa e da opinião pública.

Ferdinand Tönnies e Max Weber enxergavam a imprensa com as lentes da sociologia, que, na segunda metade do século XIX, buscava fundamentar seus alicerces conceituais, teóricos e metodológicos: o primeiro apresenta passagens dedicadas ao público e à opinião pública; já o segundo debruçou-se sobre as relações entre a prática jornalística e o comportamento da sociedade (cf. TÖNNIES, 2006a, 2006b; WEBER, 2005, 2006). Otto Groth, ao contrário deles, ambicionava estabelecer uma “ciência jornalística” (cf. GROTH, 2006, 2011). O pensador teve parte da sua obra traduzida no Brasil.¹ Antes, havia sido reproduzida para a língua espanhola por Angel Faus Belau (1966), como já citado. Outro que contribuiu com as reflexões foi Karl Marx (2006)², que discutiu a importância da liberdade de imprensa.

Em Portugal, os estudos em jornalismo têm nos textos de Nelson Traquina seu nome mais reconhecido. Resultado de um trabalho de leitura e seleção de mais de 200 artigos, a antologia *Jornalismo: teoria, questões e “estórias”*, publicada primeiramente em 1993, reúne textos de pesquisadores, como David Manning White, Gaye Tuchman, Warren Breed, Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge, considerados clássicos na literatura, como elenca o próprio autor, na apresentação (introdução geral) da obra (TRAQUINA, 2016). Em 1997, ele fundou o *Centro de Investigação Media e Jornalismo*, na Universidade Nova de Lisboa, e lançou, em 2002, a revista científica *Media e jornalismo*, consolidando o núcleo de pesquisa, hoje também formado pelos pesquisadores Cristina Ponte³, Isabel Ferin Cunha e Mário Mesquita, dentre outros. N. Traquina é estudioso do jornalismo mais citado no Brasil (MEDITSCH; GUERREIRO NETO, 2016). Jorge Pedro Sousa também é referência no ensino e na pesquisa brasileira. Do país vizinho, a Espanha, destacamos *La*

¹ Ao todo, são sete volumes. O primeiro foi publicado em 1960 sob o título de *O poder cultural impercebido*. Os dois últimos foram lançados em 1966 e 1972, depois da morte do autor, em 1965.

² Reúne artigos escritos entre os anos de 1842 e 1882, aproximadamente.

³ Teve o livro *Para entender as notícias* publicado no Brasil, em 2005, pela Editora Insular.

construcción de la noticia, de Miquel Rodrigo Alsina (1989)⁴, e *Teoría del periodismo: cómo se forma el presente*, de Lorenzo Gomis (1991).

Para frisar os efeitos que os estudos em jornalismo realizados em diversos países tiveram nas investigações brasileiras, mencionamos o intercâmbio acadêmico internacional através da formação de redes de pesquisa e da participação de pesquisadores do país como estudantes de cursos de mestrado e doutoramento, além da atuação em programas de estágio-sanduíche e pós-doutorado. Dentre os vários que estiveram lá fora, destacamos dois acadêmicos com forte envolvimento aqui: ambos no doutorado (com seus respectivos trabalhos desenvolvidos nessa seara), Eduardo Meditsch foi orientado por Nelson Traquina e Elias Machado, por Miquel Rodrigo Alsina.

Nos Estados Unidos, as pesquisas sobre jornalismo começaram a surgir na década de 1920, quando foi criada a revista acadêmica *Journalism Quarterly*. Podemos destacar os trabalhos de Robert Park, em sua discussão sobre a notícia como uma forma de conhecimento (1976), Walter Lippmann, que sugeriu – em seu livro *Opinião pública* (2010 [1922]) – a existência de uma ligação estreita entre os jornais e o público, e Michael Schudson, com sua preocupação com as notícias e o universo dos jornalistas. Esses três autores, de cariz sociológico, tiveram bastante influência na pesquisa brasileira sobre o jornalismo.

No Brasil, a pesquisa em jornalismo fortaleceu-se mais robustamente nos últimos 18 anos justamente com o crescimento institucional. O curso de jornalismo da UFSC revela-se como um território político e teórico bastante demarcado na disseminação dos estudos (ensino e pesquisa) sobre a prática jornalística. De lá, emergiram pesquisadores que demonstraram uma preocupação em afirmar o jornalismo como especificidade (em relação à área da comunicação): Adelmo Genro Filho (faleceu em 1988), Daniel Herz (morreu em 2006), Eduardo Meditsch, Elias Machado (transferiu-se da UFBA para a UFSC em 2006), Francisco Karam e Nilson Lage. Com a escolha pela designação “jornalismo” desde 2000 – em vez de “comunicação social com habilitação em jornalismo”, como se dava então a configuração do bacharelado em comunicação no país até 2013⁵ –, a graduação da UFSC influenciou efetivamente o processo de elaboração das

4 Traduzido no Brasil em 2009, manteve o título original: *A construção da notícia*.

5 Com a homologação das novas diretrizes pelo MEC, as faculdades de comunicação social com habilitação em jornalismo passaram a ser cursos específicos de jornalismo. As outras habilitações do bacharelado em comunicação são: publicidade e propaganda, relações públicas, audiovisual etc.

novas diretrizes curriculares nacionais⁶, peça de conflitos internos na área da comunicação (cf. F. LOPES, 2014; MEDITSCH, 2015; VENTURA, 2013). Esse debate ocorreu paralelamente à implantação do PósJor, programa de pós-graduação específico em jornalismo: o mestrado teve início em 2007 e o doutorado começou em 2014. Anteriormente, em 2001, foi criada a especialização em *Estudos de Jornalismo* (que funcionou até 2006). Atualmente, existem mais três mestrados em jornalismo em funcionamento no país: um em nível acadêmico, na UEPG (2013), e os outros dois em nível profissional, na UFPB (2013) e no FIAM-FAAM (2015).

Ao FNPJ, criado em 2004, com uma proposta de agregar os docentes de jornalismo, juntou-se a SBPJor, associação científica fundada em 2003, que ajudou a ampliar o coro dos pesquisadores. É importante destacar que José Marques de Melo, figura reconhecida⁷ no grande campo da comunicação, com vários livros dedicados⁸ ao jornalismo, recebeu os títulos de associado número 1 e associado emérito da SBPJor (MACHADO, 2008).

Tanto o FNPJ quanto a SBPJor têm hoje suas publicações científicas próprias, *BJR* (2005) e *REBEJ* (2007), respectivamente. Além destas, encontram-se em circulação as revistas *Estudos em jornalismo e mídia* (2004), do PósJor/UFSC, *Pauta geral*⁹ (2014), do Programa de Pós-Graduação da UEPG, e *Âncora* (2014), do mestrado da UFPB. A revista *PJ:BR*, da ECA/USP, foi publicada entre 2003 e 2012, por iniciativa de José Marques de Melo.

As linhas de pesquisa especializadas nos programas de pós-graduação em comunicação também mostram-se como um espaço fundamental para a produção e circulação dos trabalhos. Após um levantamento, encontramos propostas nos seguintes cursos (excetuando os específicos em jornalismo): Cásper Líbero (*Processos midiáticos*:

6 Eduardo Meditsch (UFSC) integrou, juntamente com Alfredo Vizeu (UFPE), Luiz Gonzaga Motta (UnB), Manuel Carlos Chaparro (USP), Lucia Araújo (Canal Futura), Sergio Mattos (UFBA/UFRB) e Sonia Virgínia Moreira (UERJ), a comissão de especialistas que elaborou as diretrizes curriculares nacionais. José Marques de Melo (USP/UMESP) foi quem presidiu os trabalhos.

7 Dentre diversas atividades, ajudou a fundar (1977) e foi o primeiro presidente da Intercom (1979-1981, depois 1981-1983 e 2005-2008); presidiu a Alaic (1989-1992); desde 1996, é diretor da Cátedra Unesco de comunicação para o desenvolvimento regional; e lançou mais 150 livros relacionados à comunicação.

8 Separamos alguns deles: *Estudos de jornalismo comparado* (1972); *Sociologia da imprensa brasileira* (1973); *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985); e *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras* (2006a).

9 Uma revista científica com o mesmo título chegou a ser publicada em 1993 (MACHADO, 2008, p. 97).

jornalismo e entretenimento); UnB (*Jornalismo e sociedade*); UFPI (*Processos e práticas em jornalismo*); UFRGS (*Jornalismo e processos editoriais*); UFT (*Jornalismo, mídias e cultura*); e Unisinos (*Linguagem e práticas jornalísticas*).¹⁰ É importante registrar que essas linhas passaram a funcionar nesses programas nos últimos 15 anos. Assinalamos ainda a criação de GTs nos congressos de comunicação: *Jornalismo* (1993)¹¹, na Intercom, e *Estudos de Jornalismo* (2000), na Compós.

A disciplina *Teoria do jornalismo* é oferecida obrigatoriamente nos programas de pós-graduação específicos em jornalismo. No FIAM-FAAM, chama-se *Teorias do jornalismo e práticas profissionais*, sinalizando o caráter profissional do PPG. Dos programas em comunicação com linha de pesquisa em jornalismo, o PPGCom/UFRGS é o único que inclui em sua grade curricular a cadeira (vinculada à linha *Jornalismo e processos editoriais*). No nível de graduação, embora as primeiras experiências de institucionalização na universidade tenham ocorrido em meados dos anos 1980 na UFRGS, na USP e na UFRJ (na UFSC, seu conteúdo foi ministrado por Adelmo Genro Filho sob o rótulo de *Teoria da Comunicação II*), um fator decisivo para a obrigatoriedade da disciplina nos cursos de comunicação, com habilitação em jornalismo, do país foi a exigência da matéria no Exame Nacional de Cursos, o chamado Provão, do MEC, realizado em 1998 (MEDITSCH, 2004a, online).

A investigação contínua e sistemática em torno das teorias do jornalismo no Brasil aparece-nos, pelo menos com essa nomenclatura, como uma proposta ainda incipiente. A obra *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, de Adelmo Genro Filho, é certamente um marco. Como uma espécie de porta-voz (em importância teórica e política) das teorias do jornalismo no Brasil (M. BARBOSA, 2012), Nelson Traquina tem exercido bastante influência entre pesquisadores portugueses e brasileiros no seu anseio de responder *porque as notícias são como são*, tratando, inclusive, como sinônimos as teorias da notícia e as teorias do jornalismo. Com Jorge Pedro Sousa, outro pesquisador português de destaque, esse pensamento se manifesta, por exemplo, no título de um de seus livros mais conhecidos, *Teorias da notícia e do jornalismo* (2002), consubstanciando aí *a parte*

10 A linha de pesquisa em jornalismo que o programa de pós-graduação em comunicação da ECA/USP mantinha foi eliminada após uma reformulação feita em 2005 (MACHADO, 2008, p. 101).

11 A partir do congresso realizado em 2009, a temática passou a agrupar os seguintes GPs: *Gêneros jornalísticos*; *História do jornalismo*; *Jornalismo impresso*; *Teoria do jornalismo*; e *Telejornalismo*.

(notícia) e *o todo* (jornalismo). Em entrevista à Gislene Silva (2004, p. 200), Nelson Traquina explica: “A minha preocupação é de compreender as notícias. Há um campo específico, o campo jornalístico; específico em relação ao campo midiático, que vai para além das notícias. O foco das análises são as notícias”. Ou seja, ele concebe o jornalismo como um fenômeno comunicacional (midiático) e, nesse universo, elege sua especificidade: o estudo das notícias.

Até aqui, podemos dizer que há um significativo acúmulo no que tem sido denominado como teorias do jornalismo. No entanto, afirmar a existência de um acervo teórico particular e uma epistemologia própria pressupõe sua reflexão epistemológica em torno dessas temáticas. É o que nos propomos a investigar nesta tese. Para isso, manifestamos a seguinte pergunta de pesquisa: Quais elementos são mobilizados tanto na seleção das teorias do jornalismo quanto na constituição de uma “epistemologia do jornalismo”? Outras perguntas surgem daí: A qual demanda atende a publicação de livros de teorias do jornalismo? Qual a singularidade das teorias do jornalismo? Em quais instâncias fundamentam-se as teorias e a “epistemologia do jornalismo”?

Esta tese tem personalidade teórica, isto é, compreende as teorias como objeto, embora contenha um *corpus* material. Ele é formado por livros de teorias do jornalismo e outros textos (artigos e ensaios) que debatem a temática pela ótica do “jornalismo como conhecimento”. O objetivo ao examinar este *corpus* é compreender posturas epistemológicas que mobilizam tanto a seleção das chamadas “teorias do jornalismo” quanto o que vem sendo denominado como “epistemologia do jornalismo”. Estes são os componentes, junto com a configuração do objeto de estudo, que estruturam um campo do saber, uma área, uma disciplina, uma ciência, tal como a sociologia, a antropologia, etc., e que vem sendo desenhada há algumas décadas pela comunicação.

Outros objetivos mais pontuais que nos auxiliam são: (a) evidenciar o processo de institucionalização acadêmica do jornalismo, (b) rastrear explicações sobre a atividade jornalística no interior das ciências sociais e humanas, (c) problematizar a interpretação sobre o “pensamento fundador” da pesquisa em jornalismo, (d) assinalar aspectos da pesquisa brasileira acerca do “jornalismo como conhecimento”, (e) entender o que demandou a publicação de livros de teorias do jornalismo, tanto pelos critérios de escolha quanto pelas teorias selecionadas, (f) analisar a vinculação entre o “jornalismo como conhecimento” e uma “epistemologia do jornalismo”.

Para atingir esses objetivos e responder a nossa pergunta de pesquisa, realizaremos um percurso metodológico que é, ao mesmo tempo, histórico e epistemológico. Histórico porque faz um recuo ao passado para dar conta das condições de produção das teorias do jornalismo: quando, onde e como passam a ser consideradas como relativas a uma área de conhecimento própria. Epistemológico porque examina a validade do conhecimento produzido sob essa tutela.

A história é apreendida aqui numa visada epistemológica (como alicerce conceitual, teórico e metodológico), uma vez que define, em seu modo de operar, conforme Hilton Japiassu (1985), atitudes mentais e quadros de inteligibilidade, o que nos leva a um caminho duplo: o da história do jornalismo e o da história da pesquisa em jornalismo. Escrever a história, diz Paul Veyne (2014), é uma atividade de conhecimento (um domínio que exige elaboração intelectual, avesso à intuição), fazendo um recuo no tempo. Sua prática pressupõe um afastamento temporal do próprio pesquisador em relação ao objeto pesquisado (acontecimento ou o encadeamento deles). Arqueológica por natureza (no âmbito da chamada Nova História) e genealógica por tradição, sua prática é fruto da descrição de acontecimentos individuais (“evento é diferença”) através de designações universais. Em outras palavras, são rupturas num *continuum*. Em sua instância metódica, a história é investigada comparativamente.

Talvez seja porque tudo tenha existência histórica (VEYNE, 2014) que esse campo de estudos mostra-se naturalizado nas pesquisas em comunicação. Não se trata de uma evidência comprovada, mas de uma hipótese que pode, quem sabe, gerar investigações futuras. Por ora, apenas aventamos que a história parece ser pouco manifestada como método de inquirição nos trabalhos da área (dissertações e teses). Para exemplificar, destacamos algumas pesquisas que revelam, de algum modo, este percurso teórico-metodológico: Felipe Pontes (2009, 2015), Manoel Henrique Moreira (2015), Marcel Antonio Verrumo (2014) e Rafiza Varão (2012).

O trabalho crítico de L. C. Martino (2003b, 2005a, 2005b, 2006d, 2007a, 2007b) para as teorias da comunicação e de Gislene Silva (2003, 2009a, 2009b, 2009c) para as teorias do jornalismo levaram-nos a adentrar no tema. Um outro ponto importante que motivou a realização desta tese deu-se no processo de elaboração do então projeto¹² de

12 O período ao qual nos referimos data do segundo semestre 2011. A pesquisa tem como título *Jornal-laboratório no contexto da convergência: um estudo empírico sobre ensino de jornalismo* (2013).

qualificação do mestrado. A tarefa de situar nosso objeto de estudo no campo das chamadas teorias do jornalismo tornou-se embaraçosa quando tomamos consciência que a teoria do *newsmaking* (na qual se baseava, então, o projeto) não se configura propriamente como uma teoria do jornalismo, pelo menos no que diz respeito à sua perspectiva mais elaborada. Diz Mauro Wolf (1999, p. 178): “com efeito, a abordagem foi e é, essencialmente, do tipo sociológico”¹³.

Nesse sentido, o estudo das teorias do jornalismo revela-se como um elemento pertinente (1) para, de certo modo, tentarmos entender as mudanças pelas quais passam esta prática social, (2) para o ensino da atividade como prática profissional e (2) na compreensão sobre o lugar do jornalismo nas teorias da comunicação. Se trabalhos sobre epistemologia da comunicação são escassos, como afirma Luiz C. Martino (2003a), este se coloca como mais uma oportunidade de pensar a matéria, já que se preocupa com seu capital cognoscitivo, obviamente, é claro, a partir do jornalismo. E como nos faz pensar G. Silva (2009a), estudar a teoria do jornalismo nos possibilita “abrir o jornalismo”, ou seja, um maior investimento conceitual, teórico e metodológico, realizando enfrentamentos no sentido de romper com o espontaneísmo, que vê o jornalismo unicamente como prática profissional.

Como premissa, entendemos que as teorias do jornalismo são teorias da comunicação, ou melhor, uma particularidade das teorias da comunicação, que abrangem as teorias da propaganda, as teorias das relações públicas, as teorias do cinema etc. Se estas estão fundamentadas, fica mais fácil consolidar a teoria da comunicação.

Esta tese está dividida em cinco partes independentes (capítulos), de modo que tornam as abordagens particulares, mas que se relacionam entre si.

No primeiro capítulo, mostramos aspectos histórico-institucionais que circundam nosso objeto de estudo, como uma contextualização. O jornalismo como território de pesquisa e prática científica ganhando cada vez mais alcance e vigor. Suas ações institucionais têm história peculiar e geografia delimitada. O curso de jornalismo da UFSC é o epicentro do que designamos de “geografia institucional do jornalismo”. De lá, por exemplo, houve agentes sociais que estiveram envolvidos na criação da SBPJor e na elaboração das novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em jornalismo.

¹³ M. Wolf (1999, p. 178) refere-se ao conjunto da pesquisa acerca dos *mass media*, em que, ao contrário das abordagens anteriores (1920-1960), os estudos sobre os emissores (*gatekeeper*; *newsmaking*; critérios de noticiabilidade; etc.) demonstram um desenvolvimento progressivo, com conhecimentos mais articulados.

Este processo de institucionalização fica mais acentuado já nos primeiros anos deste século, com a especialização em Estudos de Jornalismo do Departamento de Jornalismo da UFSC entre 2001 e 2006, que serviu como “tubo de ensaio” para a implantação do mestrado em 2007, com doutorado em 2014. Tem-se aí ainda a revista *Estudos em Jornalismo e Mídia* em 2004, a revista *Brazilian Journalism Research* em 2005, a *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo* em 2007, o GT de Teoria do Jornalismo da Intercom em 2009, os mestrados da UFPB e UEPG em 2013 e as revistas *Âncora* e *Pauta Geral* e o mestrado da Fiam-Faam em 2014. Mencionamos ainda os quatro livros de teorias do jornalismo editados no país entre 2002 e 2005.

No segundo capítulo, apresentamos o jornalismo como objeto de investigação no interior das ciências sociais e humanas, desde os esforços pontuais do século XIX, com as mudanças que passava a atividade jornalística, intervindo progressivamente na vida social, e passando pelos anos 1960, com o olhar da sociologia do conhecimento, possibilitando um acúmulo teórico sobre o jornalismo. É neste capítulo que observamos que as teorias do jornalismo preocupam-se em explicar o conhecimento que a prática jornalística produz, enquanto as teorias sobre jornalismo ocupam-se de questões auxiliares, pois revelam interesses das áreas tradicionais, como sociologia, antropologia, ciência política etc. Ainda em relação às teorias do jornalismo, basta verificar o que fez a sociologia do conhecimento, produzindo o que hoje a literatura chama de *newsmaking*, atentando-se para os efeitos cognitivos dos meios de comunicação.

No terceiro capítulo, apontamos o trabalho pioneiro de Adelmo Genro Filho em *O segredo da pirâmide*, demarcando uma teoria própria do jornalismo ao dizer que o “jornalismo é uma forma de conhecimento”. Eduardo Meditsch é quem mais utiliza suas ideias. Torna-se mais conhecido em Portugal e também no Brasil do que o próprio Genro Filho. Este capítulo também visita textos que seriam os fundadores da pesquisa em jornalismo no país, muito propagando por pesquisadores que buscam contar essa história. Ao inclinarmos sobre os textos, verificamos que a maior parte deles sequer tinham intenção de fazer reflexões teóricas sobre a prática jornalística, apenas queriam debater suas ocupações intelectuais (como era o jornalismo da época).

No capítulo quarto, debatemos os livros de teorias do jornalismo. Buscamos saber qual a serventia de uma publicação sobre teorias do jornalismo, se já temos manuais de teorias da comunicação que incluem muitas propostas. Então, duas questões ajudaram

nosso exame: Quais os critérios de seleção das teorias do jornalismo? E quais as teorias do jornalismo selecionadas pelos autores das obras? Verificamos que a questão epistemológica é posta de lado e que o centro de preocupação é a profissão. Além da falta de critérios para selecionar as teorias do jornalismo, notamos uma confusão em relação à natureza delas: misturam teorias, paradigmas, métodos etc.

No quinto e último capítulo desta tese, problematizamos a noção de uma “epistemologia do jornalismo” vinculada à ideia do “jornalismo como conhecimento”. Este equívoco tem sido verificado em artigos científicos e na configuração de programas de pós-graduação, linhas de pesquisa e divisões temáticas de apresentação de trabalhos de congressos. Nesse sentido, coube distinguir os diversos usos da palavra epistemologia, que ora é empregada para a sociologia da ciência, ora para a história da ciência e ora para o conhecimento em geral (gnosilogia). Com isso, chegamos aos três tipos de conhecimento de que fala o jornalismo: (1) o conhecimento sobre o que está acontecendo (atualidade, novidade, singular); (2) o conhecimento da produção da notícia (técnico, fruto da organização do trabalho jornalístico); e (3) o conhecimento teórico (a atividade jornalística é objeto de investigação das ciências sociais e humanas).

Capítulo 1 – Uma orquestra afinada: das primeiras faculdades às novas diretrizes curriculares

A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições, isto é, pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições.

Pierre Bourdieu, 1983

Para abrir esta tese, como contextualização do nosso objeto de estudo, evidenciaremos neste primeiro capítulo os aspectos histórico-institucionais que o circundam. Referimo-nos ao jornalismo enquanto território de ensino e prática de pesquisa científica. Essas duas ambiências concretizam-se (existem de fato) por variadas composições, dentre elas, cursos universitários, literatura especializada e associações científicas. Nestes aspectos, a atuação do jornalismo ganha cada vez mais alcance e vigor. Interessante perceber, a título de problematização, que a dimensão profissional do jornalismo segue num sentido oposto, perdendo espaço como atividade empresarial (pelo menos do modo que se forjou em meados do século XIX). Embora não seja uma preocupação deste trabalho, é preciso pontuar que a esfera acadêmica fortalece-se num momento em que a profissão de jornalista e a própria relevância social da atividade são colocadas em xeque.¹⁴

Hoje, mais de 70 anos depois da fundação da primeira faculdade de jornalismo do Brasil, o curso apresenta novas configurações e um outro contexto: retorna à nomenclatura original, mas, no âmbito da pós-graduação (onde se dá a produção científica brasileira propriamente dita), está ligado administrativamente à área de comunicação. Neste entremeio, a graduação em jornalismo tornou-se, nos anos 1960, uma das diversas

¹⁴ As transformações no jornalismo sob o fantasma de uma crise têm sido tema cada vez mais recorrente na pesquisa científica (cf. HENN, OLIVEIRA, 2015; F. LOPES, 2011; PEREIRA, ADGHIRNI, 2011).

habilitações do curso de comunicação – assinalando o desenvolvimento de um sistema de mídia que integra diversas práticas sociais coirmãs (com demandas profissionais e empresariais) cujas atividades, no âmbito social, abrem possibilidades para uma nova perspectiva de pesquisa científica – e, neste século, voltou ao nome inicial em virtude das novas diretrizes curriculares nacionais. A esta resolução para os cursos de jornalismo, juntaram-se, nos últimos anos, a criação da SBPJor, a adoção de linhas e grupos de pesquisa específicos em PPGs de comunicação e o funcionamento de PPGs em jornalismo. Com história peculiar e geografia delimitada, estas ações institucionais em torno do jornalismo têm provocado reações dentro do campo da comunicação, suscitando discussões divergentes e conflituosas, como expressam os debates tanto na lista de e-mails da Compós quanto em textos publicados em revistas científicas. Os contornos institucionais que definem o domínio acadêmico do jornalismo também têm acarretado implicações teóricas, evidenciadas no debate sobre o jornalismo como forma de conhecimento, assentado na teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho na segunda metade dos anos 1980, e sua vinculação com uma “epistemologia do jornalismo”, constituindo aí um campo científico próprio com uma teoria própria, sublinhando uma autonomia do jornalismo em relação ao campo da comunicação. Evidente que essa nova configuração institucional e teórica não se deu inadvertidamente. Ela é resultado de disposições de agentes e instituições (relações de força, lutas, estratégias etc.) no interior do campo, como postula a sociologia da ciência de Pierre Bourdieu (1983, 2004a, 2004b).

Ao abordar os conflitos no contexto da implementação das novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo, Fernanda Lopes (2014) reúne as instâncias política e epistemológica – ambas inseparáveis nas relações científico-acadêmicas cotidianas, como atesta Bourdieu (1983) – para pensar a construção da identidade do jornalista a partir da aplicação da normativa na formação superior. Ela parte de um fórum de debates, realizado na ECA/USP em 2014 para debater a implantação das diretrizes em jornalismo e a consequente repercussão do evento na lista de e-mails da Compós.¹⁵ A autora nota que a pesquisa em jornalismo que vem ganhando corpo na pós-graduação brasileira – com destaque para o mestrado em jornalismo da UFSC, o primeiro no país nesta área de concentração – projeta-o não somente como atividade profissional, mas também como

¹⁵ F. Lopes (2014) cita ainda a edição nº 188 (março de 2014) da revista *Cult*, com seis textos sobre o tema, num dossiê intitulado *O fim do jornalismo crítico? Novas diretrizes curriculares criam um abismo entre teoria e prática*.

campo do saber no ambiente acadêmico: “No limite, a produção de pesquisas e artigos articulando argumentos de caráter epistemológico para afirmar o status científico do jornalismo não deixa de ser uma estratégia política para o reconhecimento de um lugar de fala especial dentro da academia” (F. LOPES, 2014, p. 107). Segundo ela, essa situação integra um discurso de legitimação do jornalismo perante a esfera universitária e junto a órgãos que fomentam a pesquisa no Brasil, como ocorreu com a comunicação nas décadas de 1960 e 1970 (embora reconheça que os contextos são diferentes).

Numa postura crítica, Afonso de Albuquerque e Marco Antonio Roxo (2015, p. 28) afirmam que a adoção das novas diretrizes é produto do que chamam de lógica cartorial no ensino universitário, na qual “o Estado delega a determinadas instâncias da sociedade o poder de conferir certificados aos quais estão associados determinados privilégios”. Sob estas condições, acrescentam os autores, o grupo de especialistas que elaborou o documento sustentou-se mais por um ato de certificação de um órgão do governo (o CNE/MEC) do que pelo reconhecimento dos seus pares.

Um elemento crucial da lógica cartorial é a importância que ela atribui aos títulos e certificados como via de acesso a determinados cargos e ao *status*, vantagens e privilégios a eles associados, frequentemente em detrimento de aspectos mais substantivos, que dizem respeito às atividades práticas relacionadas a estes cargos. Trata-se, antes, de determinar *quem* pode ocupar um determinado cargo do que *o que* deve ser feito e *como* (ALBUQUERQUE; ROXO, 2015, p. 29, grifo dos autores).

Essa lógica parece imperar quando entra em jogo a legitimidade científico-acadêmica do jornalismo na grande área da comunicação, muito justificada por aspectos puramente históricos e institucionais. Enquanto o entendimento de comunicação como conhecemos atualmente ganha bastante ênfase nos primeiros anos do século XX (cf. MARTINO, 2005b, 2006a; MEDITSCH, 2011), o jornalismo já se fazia presente na esfera universitária desde o século XIX como curso de graduação e como objeto de inquirição de vários pesquisadores. Servem ainda como meios de validação, para citar alguns casos específicos, a publicação estadunidense *Journalism Quarterly* (originalmente *Journalism Bulletin* e hoje *Journalism & Mass Communication Quarterly*), considerada a mais antiga revista acadêmica da área em atividade, com circulação iniciada em 1924, como faz Eduardo Meditsch (2011), e a tese de doutoramento do filósofo alemão Tobias Peucer,

defendida em 1690, intitulada *Os relatos jornalísticos*, que analisa a atividade que começava a emergir naquele século na Alemanha, como destacam Eduardo Meditsch, Melina Ayres e Mariana Segalla (2008), Elias Machado (2004) e Zélia Adghirni (2006).

O objetivo deste primeiro capítulo não é abordar os avanços institucionais nem a história acadêmica do jornalismo, sobre os quais quase sempre recaem as discussões sobre o tema, mas entender os arranjos institucionais que demandaram o advento e o desenvolvimento das teorias do jornalismo. Sua existência responde a anseios/interesses de agentes e instituições numa disputa para legitimá-la, primeiro, como disciplina curricular e, depois, como campo de estudos (materializados em bibliografia especializada, apresentação de artigos científicos, GTs de congressos acadêmicos, dossiês em revistas científicas), na tentativa de alicerçar um campo próprio de conhecimento.

Para realizar o percurso aqui proposto, dialogamos com pesquisas voltadas ao processo de institucionalização da área de comunicação no país. Como um domínio de estudos que busca pensar sua história, sua pedagogia e seus embates políticos, dentre outros aspectos, o par ensino e pesquisa é foco da atenção de muitos pesquisadores, dentre os quais referenciamos neste capítulo (COUTO, 2007; FACCHINETTI, 2006; FRIGHETTO, 2016; KUNSCH, 1992; F. LOPES, 2013; MARQUES DE MELO, 1991, 1992, 2004, 2006b; MOURA, 2002; NUZZI, 1992; OLIVEIRA, 2011; ROMANCINI, 2006; M. A. SILVA, 2007).

Podemos afirmar que a presença do jornalismo na academia, como curso de formação universitária, partiu de necessidades profissionais e sociais. Profissionais porque a prática jornalística, em meados do século XIX, passou por diversas transformações que propiciaram uma organização do ponto de vista do trabalho (cf. FIGARO, 2014; OLIVEIRA, 2005; TRAQUINA, 2005). Sociais porque a sociedade se valia cada vez mais dessa atividade para ligar-se aos acontecimentos cotidianos do mundo (cf. GUERRA, 2003; MARTINO, 2006a, 2009). Ou seja, o jornalismo (a imprensa, como era chamada inicialmente) começava a intervir progressivamente na vida social, apresentando ocorrências da atualidade, gerando, assim, conversação e ajudando a conformar uma opinião pública.

Como relatam os historiadores do jornalismo (e da comunicação), essas

transformações são paradigmáticas¹⁶ e ocorreram durante o século XIX. Este é o período histórico que Nelson Traquina (2005) caracteriza como sendo de “expansão da imprensa”¹⁷. Foi nesse interstício que a prática jornalística se modificou estruturalmente, configurando-se ao que é ainda hoje: uma atividade comercial (que busca lucratividade) e profissional (resultado de um trabalho técnico e intelectual, com valores éticos e normas deontológicas e lógicas próprias de produção), cujo produto (jornal, revista, radiojornal, telejornal e sítios noticiosos) é (também) uma mercadoria.

Um conjunto de elementos fez com que a imprensa se tornasse “o primeiro *mass media*”, como afirma Traquina (2005, p. 34), muito embora essa expressão só começou a ser empregada na primeira metade do século XX para falar dos meios eletrônicos (rádio e televisão), bem como do sistema comunicacional que se constituía ali. Trata-se de aspectos de diversas ordens, como os processos de industrialização e urbanização; a criação de novos empregos nos jornais; a divisão social do trabalho (com o aparecimento da figura do repórter); o financiamento da empresa jornalística através da publicidade; as grandes tiragens de exemplares; a escolarização e a diminuição da taxa de analfabetismo; o aparecimento das agências de notícias; a reprodução de imagens; o advento de técnicas (pirâmide invertida e lide) para relatar os acontecimentos; a organização de associações e sindicatos que representam a profissão, as empresas jornalísticas e os profissionais; a conquista de direitos e valores, como a liberdade e a democracia; os ideais de verdade e objetividade; e a emergência de uma opinião pública. Há outro elemento importante, não muito explorado por Traquina ao historiar o jornalismo: “A identificação do jornalismo com a **atualidade** seria irrepreensivelmente atingida e a obsessão dos jornalistas com a obrigação de fornecer as últimas notícias, de preferência em primeira mão e com exclusividade, tornar-se-á um marco fundamental da identidade jornalística” (TRAQUINA, 2005, p. 38, grifo nosso).¹⁸

16 Os teóricos canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2016) trabalham a definição de paradigma jornalístico, um conjunto de normas (no sentido amplo, não como regras jurídicas ou deontológicas) que orienta a prática dos membros desta comunidade social num determinado âmbito espaço-temporal no sentido de legitimá-la socialmente. Esses elementos servem de periodização para a história do jornalismo, que detalharemos no capítulo 2.

17 Essa expansão da atividade, de que fala o autor, amplia-se ainda mais no decorrer do século XX, com o surgimento e o desenvolvimento de outros meios de comunicação, como o rádio, a televisão e a internet (TRAQUINA, 2005, p. 33). No entanto, é importante frisar que o jornalismo é um fenômeno que começou a aparecer na vida social a partir do século XVII, como descreve Tobias Peucer (1690).

18 A atualidade é inerente aos estudos da comunicação (cf. BELTRÃO, 1992; FRANCISCATO, 2003;

Além disso, pensadores e teóricos (historiadores, filósofos e sociólogos) passaram a se debruçar sobre o jornalismo de suas épocas (que até o início do século XX tinha a imprensa como sua materialidade). Karl Marx (2006 [1842-1861]), que atuou como jornalista, escreveu uma série de artigos defendendo a liberdade de imprensa (contra a censura do estado). Max Weber (2005 [1910]) chamou a atenção para a imprensa (mais especificamente as relações de poder criadas a partir da atividade jornalística) como um problema de pesquisa para a sociologia (sociologia da imprensa). Em uma breve passagem do texto, inclusive, o autor questiona aspectos da formação do profissional da imprensa: “Qual é a procedência, a formação e quais são os requisitos que o jornalista moderno deve cumprir do ponto de vista profissional?” (WEBER, 2005 [1910], p. 19). Obviamente que, a partir deste questionamento do sociólogo alemão, não dá para dizer se ele era favorável à criação de escolas de jornalismo, embora na própria Alemanha e em outros países, como França, Suíça e Estados Unidos, vigorassem desde o século XIX cursos específicos para formar os profissionais da imprensa¹⁹. O também alemão Otto Groth (2011 [1960]), muito influenciado por Weber, seu professor de doutorado, ao perceber o significado do jornalismo no sistema sociocultural, propôs uma ciência jornalística.

Desse modo, a atuação cada vez mais evidente da imprensa na vida social, juntamente com o processo de profissionalização da atividade, demandou, conseqüentemente, a abertura de cursos universitários para a formação de jornalistas (COUTO, 2007; F. LOPES, 2013; MARQUES DE MELO, 1991, 1992, 2004, 2006b, 2008; NUZZI, 1992; OLIVEIRA, 2011; M. A. SILVA, 2007; TRAQUINA, 2005). As primeiras iniciativas foram implementadas, como dissemos acima, na Alemanha, na França, na Suíça e nos Estados Unidos, países que, não por acaso, já vivenciavam naquele momento um certo nível de profissionalização da imprensa. Posteriormente, no Brasil, esse mesmo processo levou à necessidade de criação de cursos superiores que formassem os profissionais da imprensa.²⁰ Isso nos leva a depreender que a lógica de um curso (GROTH, 2011; MARTINO, 2009).

¹⁹ Sobre as primeiras tentativas de implementação de cursos superiores de jornalismo, bem como a influência delas no ensino brasileiro de jornalismo, cf. Marques de Melo, 1991 e 2004. Especificamente em relação ao âmbito brasileiro, cf. Couto, 2007, e F. Lopes, 2013.

²⁰ O estabelecimento da imprensa brasileira é considerado recente em relação a outros países do mundo. Tem pouco mais de 200 anos. Seu advento no Brasil remete à chegada da família real portuguesa ao país, em 1808, para onde se transferiu, fugindo da invasão napoleônica na Europa (ROMANCINI; LAGO, 2007).

universitário de jornalismo atendia, neste contexto, a uma demanda meramente profissional, com o intuito de elevar seu nível moral e ético. Uma prova disso é a atuação, nas primeiras décadas do século XX, das “instâncias dos sindicatos, federações e outras associações de jornalistas como arena e atores de discussões sobre a formação jornalística no Brasil” (F. LOPES, 2013, p. 56)²¹.

É importante frisar também que neste período – primeira metade do século XX – não existia ainda o que hoje denominamos como área/campo da comunicação, que abarca os cursos universitários (jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, cinema etc.) ligados a este território na universidade – como se configura no Brasil, *locus* geográfico do nosso objeto de estudo. Como não havia essa divisão específica, o primeiro curso de jornalismo do país, da Faculdade Cásper Líbero, fundado em 1947, era subordinado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo, portanto, uma filiação departamental ampla e genérica que teve implicações na grade curricular do curso (cujo debate é realizado no próximo parágrafo). É bom lembrar que, aproximadamente neste período (entre as décadas de 1920 e 1940), eram realizados nos Estados Unidos, especificamente, os primeiros estudos²² que se ocupavam da “difusão em larga escala das comunicações de massa” (WOLF, 1999, p. 22). Ou seja, o olhar não estava mais voltado apenas para a imprensa, objeto de investigação desde o seu aparecimento no século XVII, mas para um sistema comunicacional que já se mostrava complexo (formado por jornal, rádio, propaganda, cinema etc.).

Nos anos iniciais de funcionamento do curso de jornalismo da Cásper Líbero²³, lecionavam professores oriundos da Faculdade à qual estava subordinado (FACCHINETTI, 2006; OLIVEIRA, 2011). A estrutura curricular do curso (cf. abaixo) era atravessada por diversas áreas do conhecimento, como literatura, direito, economia,

21 A autora cita ainda um documento (o decreto 5.480, de 1943) do governo Getúlio Vargas, que dava continuidade ao Decreto 910, de 1938, que criava virtualmente (já que não saiu do papel) o curso de jornalismo: “Art. 3º O curso de jornalismo será ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e empregadores das empresas jornalísticas. (Decreto 5.480, de 1943)”.

22 A influência dos meios de comunicação na emergente “sociedade de massa” no início do século XX é o principal componente da teoria hipodérmica, que inaugura as teorias da comunicação.

23 O curso tinha duração de três anos.

filosofia e história, com o intuito de oferecer ao futuro profissional uma “cultura geral” (intelectual)²⁴. Essa configuração, de acordo com Oliveira (2011), era uma resposta à imagem que se tinha do jornalista com pouca formação cultural e ao sensacionalismo praticado pela imprensa à época: “Havia, portanto, a preocupação dos organizadores do curso de valorizar na grade curricular os conteúdos culturais associados ao domínio de um conhecimento enciclopédico, privilegiando a formação do ‘homem culto’ ou ilustrado, com forte base moral” (OLIVEIRA, 2011, p. 52). Mas é relevante notar também que se tratava da primeira experiência de ensino superior da atividade no país e, por sua vez, não havia um conhecimento específico (sistemizado) – que tivesse ampla veiculação, pelo menos – sobre a atividade jornalística. Com relação aos professores responsáveis pelas disciplinas práticas (técnicas de jornalismo), o quadro era formado por jornalistas consagrados provenientes da imprensa paulista (COUTO, 2007).

Quadro 1: Grade curricular do curso de jornalismo da Cásper Líbero nos primeiros anos de funcionamento:

1º ano	2º ano	3º ano
Português e Literatura	Português e Literatura	Português e Literatura
Francês ou Inglês	Sociologia	Psicologia Social
Geografia Humana	Política	Economia Política
História da Civilização	História do Brasil	Noções de Direito
Ética, História e Legislação da Imprensa	História da Imprensa	Organização e Administração de Jornal
Técnica de Jornalismo	Técnica de Jornalismo	Técnica de Jornalismo

Fontes: Facchinetti (2006)²⁵ e Nuzzi (1992)

Em 1948, passou a funcionar o curso de jornalismo da Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, no Rio de Janeiro, então capital da

24 Forte no imaginário social, a concepção intelectual tem início no processo de profissionalização dos jornalistas a partir do século XIX (cf. MARTINO, 2006b; PEREIRA, 2008).

25 Cada ano do curso era complementado com duas disciplinas de livre escolha, dentre as seguintes: *Introdução à Filosofia; História Contemporânea; História da América; História das Artes; História da Música; Direito Constitucional; Direito Administrativo; Educação Comparada; e Estatística.*

República. Um ano depois, tem início o curso da Universidade da Bahia – agora Universidade Federal da Bahia (UFBA) –, em Salvador, primeira capital do país. Esses cursos permaneceram vinculados às faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das instituições de ensino superior até 1958, ano em que o Conselho Nacional de Educação (CNE) conferiu-lhe autonomia, com o decreto-lei 43.839, de 6 de junho (OLIVEIRA, 2011). Segundo a autora, dois após o decreto, existiam nove cursos de jornalismo em funcionamento no país (contando os três pioneiros): na Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro e em Porto Alegre (ambos de 1951); na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba (1955); na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos-SP (1957); na Pontifícia Universidade Católica de Pelotas-RS (1958); e na Faculdade São Tomás de Aquino, em Uberaba-MG (1960).

A tônica dos cursos de jornalismo nesta fase inicial, com ressalvas às particularidades de cada projeto pedagógico, era voltada para a formação cultural geral (e intelectual) – como destacamos acima acerca do modelo curricular da Cásper Líbero –, combinando questões histórico-literárias e ético-jurídicas (NUZZI, 1992; OLIVEIRA, 2011). Essas duas vertentes representam parte da reivindicação que justificava a criação de um curso superior específico: “preocupação de dotar os jornalistas de um capital cultural e de garantir sentido moral ao trabalho da imprensa” (OLIVEIRA, 2011, p. 53).

Nos anos 1960, começam a surgir as denominadas escolas de comunicação, num modelo de ensino importado dos Estados Unidos (que ocorria sob a influência do Ciespal²⁶), baseado na noção de “comunicação de massa” (*mass communication*) que começava a tomar forma naquele país. A Universidade de Brasília (UnB) concebe, em 1963, sua Faculdade de Comunicação de Massa – hoje Faculdade de Comunicação – e a Universidade de São Paulo (USP) cria, em 1966, sua Escola de Comunicações Culturais – atual Escola de Comunicações e Artes. Há, a partir daí, um crescimento considerável no número de cursos de comunicação no país, o que “demandou a formação de um corpo docente para atender os cursos universitários e, por sua vez, influiu no poder de barganha

26 Em termos globais, a organização internacional começou a operar no auge da Guerra Fria (competição por hegemonia política, econômica, militar, tecnológica e ideológica entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética) e num momento em que os países latino-americanos estavam, em sua maioria, sob o domínio de regimes ditatoriais, assim como o Brasil. O modelo de ensino importado dos Estados Unidos foi alvo de críticas da comunidade acadêmica; as mais recorrentes partiram de Meditsch, que escreveu alguns artigos sobre o assunto (MEDITSCH, 1992b, 1999a, 1999b, 2001, 2004b). Para ele, a proposta foi implementada no Brasil de modo acrítico, promovendo uma ruptura entre teoria e prática, isto é, o “divórcio das escolas com a realidade profissional” (MEDITSCH, 1999a, p. 4).

dos que se voltaram à área da Comunicação, frente aos órgãos do governo responsáveis pela alocação de recursos para o setor de ensino e investigação” (ROMANCINI, 2006, p. 94). É neste período, aliás, que começa a operar a lógica do currículo mínimo (núcleo obrigatório de disciplinas), homologado pelo Ministério da Educação (MEC)²⁷.

O primeiro currículo mínimo é de 1962 (parecer nº 323/62)²⁸, implantado para o curso de jornalismo, considerava que a “originalidade” e a “especialidade” da atividade jornalística estava “na própria generalidade” (MOURA, 2002; OLIVEIRA, 2011). Ou seja, o documento ratificava o pensamento sobre o ensino de jornalismo no país – valorizando uma formação cultural geral (e intelectual), como destacamos anteriormente –, materializado nas grades curriculares dos cursos que funcionavam até então. O parecer, portanto, não reconhece a existência de um saber próprio acerca da prática jornalística, como também já indicamos. Essa assertiva está de acordo com aquele momento por dois motivos que se colocavam bastante recentes do ponto de vista temporal. Primeiro porque a atividade havia passado por uma série de mudanças paradigmáticas durante o século XIX (com repercussões tardias no Brasil). Em segundo lugar, o ensino de jornalismo ainda buscava formatar sua estrutura e identidade no ambiente universitário. Além disso, começava a emergir uma área/campo de conhecimento, a comunicação, da/do qual o jornalismo tornar-se-ia parte integrante.

Quadro 2: Estrutura do primeiro currículo mínimo:

Disciplinas gerais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cultura Brasileira 2. História e Geografia do Brasil 3. Civilização Contemporânea 4. Estudos Sociais e Econômicos 5. História da Cultura Artística e Literária
Disciplinas especiais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Português e Literatura de Língua Portuguesa 2. Língua Estrangeira Moderna (instrumental) 3. Ética e Legislação da Imprensa 4. História da Imprensa (com os demais meios)
Disciplinas técnicas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Técnica de Jornal e Periódico 2. Técnica de Rádio e Telejornal 3. Administração de Jornal e Publicidade

27 O Conselho Federal de Educação (CFE) era responsável por deliberar sobre os currículos mínimos, tendo como princípio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61).

28 O curso permanecia com duração de três anos letivos.

Fonte: Moura (2002) e Oliveira (2011)

O segundo currículo mínimo (parecer nº 984/65, homologado em 1966)²⁹ é formulado sob influência do Ciespal. O documento ampliava a compreensão da prática jornalística, a partir das modalidades, até aquele momento existentes, de transmissão de notícias (jornalismo diário, jornalismo periódico, jornalismo ilustrado, jornalismo radiofônico, jornalismo televisionado, jornalismo cinematográfico, jornalismo publicitário e relações públicas) e recomendava a “formação de jornalista polivalente” (MOURA, 2002), cujo preparo profissional o habilitava a atuar em diferentes meios de comunicação. Além disso, o parecer apresentava duas mudanças significativas: (1) a existência de laboratórios para a realização de “exercícios intensivos de treinamento” – reconhecendo aí competência técnica (“transmissão de notícias”)³⁰; e (2) a inclusão da disciplina *Teoria geral da informação* (posteriormente, *Teorias da comunicação*), da qual deriva o fenômeno jornalístico – procurando, com isso, galgar um lugar de fala próprio no campo acadêmico.

Com o terceiro currículo mínimo (parecer nº 631/69, regulamento pela resolução nº 11/69)³¹, os cursos superiores de jornalismo passam a ser reconhecidos pela nomenclatura comunicação social. A graduação em jornalismo, que, até então, era um curso próprio, torna-se agora uma habilitação, bem como as outras atividades profissionais com o mesmo tronco comunicacional, como publicidade e propaganda, relações públicas e editoração, além da habilitação polivalente. Essa divisão atende, dentre outros aspectos, à lógica de um mercado de trabalho cada vez mais industrializado e competitivo, com o desenvolvimento do sistema de telecomunicações e da mídia eletrônica no final dos anos 1960 (OLIVEIRA, 2011). Surge aí a expressão “formação polivalente”, que visava a preparação de profissionais para diferentes meios de comunicação (jornal, rádio, televisão, agência de notícias, agência de publicidade, relações públicas ou pesquisa de opinião).

Há, na formulação deste currículo, uma forte influência do Ciespal, “podendo ser compreendido como espécie de currículo ‘colonizado’, que abriu as portas para a legitimação do modelo norte-americano de ensino” (OLIVEIRA, 2011, p. 63), reconhecido

29 O tempo de duração do curso passa a ser de quatro anos.

30 A visão técnica marca o saber do jornalismo (cf. MARTINO, 2006b), sobretudo pelo advento da pirâmide invertida e do lide para narrar os acontecimentos do mundo.

31 O curso fica com duração mínima de três e máxima de seis anos letivos.

pelo caráter funcionalista (tratamento empiricista e técnico) que confere aos estudos da comunicação. Alguns anos mais tarde (meados da década de 1970), o currículo de 1969 recebeu críticas de professores de cursos de comunicação, como José Marques de Melo (USP) e Roberto Amaral Vieira (PUC-Rio): enquanto o primeiro questiona a existência da habilitação polivalente, o segundo evidencia a falta de comprometimento com a realidade brasileira (MOURA, 2002).

No mesmo ano que o terceiro currículo mínimo foi homologado pelo CFE, a ditadura militar instituiu o decreto-lei 972, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. O documento incorpora o diploma de curso superior em jornalismo como requisito para o exercício profissional (BRASIL, 1969).³² M. A. Silva (2007) e Oliveira (2011) observam um paradoxo nas medidas do governo: de um lado, um currículo sob a classificação de comunicação social, alargando as fronteiras da atividade jornalística; de outro, uma legislação que define certa rigidez à profissão. Apesar das estratégias dos militares, entendemos que essa relação não é tão simples, já que um curso superior não serve exclusivamente a uma demanda profissional.

O terceiro currículo mínimo esboça uma tomada de posição da comunicação enquanto área/campo do conhecimento, com disciplinas (cf. abaixo) que marcam seus alicerces teóricos (Fundamentos científicos da comunicação) e a história da comunicação enquanto prática social (História da cultura e especialmente dos meios de comunicação). Esse novo arranjo é observado por Oliveira (2011, p. 63): “De fato, compreendemos que a preocupação com a construção do estatuto científico da Comunicação atravessa o argumento do relator [do parecer, Celso Kelly,] que, entre outros aspectos, chama atenção para a necessidade de realização de pesquisas na área”.

Quadro 3: Estrutura do terceiro currículo mínimo:

Parte comum a todas as habilitações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos Científicos da Comunicação 2. Ética e Legislação dos Meios de Comunicação 3. Pesquisa de Opinião e Mercadologia 4. Introdução às Técnicas de Comunicação (Teoria e Prática): <ol style="list-style-type: none"> a) Jornalismo Impresso, Radiofônico, Televisado e Cinematográfico b) Telerrádiodifusão, Cinema e Teatro
-------------------------------------	--

32 Com ressalvas para: (a) colaboradores sem remuneração e sem relação de emprego; e (b) provisionados (profissionais sem diploma) que comprovassem o exercício da atividade anteriormente (BRASIL, 1969).

	<ul style="list-style-type: none"> c) Relações Públicas d) Publicidade e Propaganda e) Editoração 5. História das Comunicações e Jornalismo Comparado 6. História da Cultura ou do Conhecimento Humano 7. Problemas Políticos, Sociais e Econômicos 8. Cultura Brasileira 9. Sociologia
Disciplinas eletivas que complementam o currículo (ao menos duas de livre escolha)	1. Antropologia 2. Biblioteconomia e Bibliografia 2. Cibernética 3. Introdução à Documentação 5. Ecologia 6. Economia 7. Estatística 8. Física Moderna 9. Folclore 10. História das Artes 11. Higiene 12. Lógica 13. Matemática 14. Política 15. Psicologia Social
Formação profissional para habilitação específica em jornalismo	- Aprofundamento nas técnicas das letras a e b (Jornalismo Impresso, Radiofônico, Televisado e Cinematográfico; Telerradiodifusão, Cinema e Teatro) - Mais quatro disciplinas mencionadas (no grupo de complementares) não estudadas anteriormente
Formação profissional para habilitação polivalente	- Aprofundamento nas técnicas de comunicação (conforme item 4 da parte comum) - Mais duas disciplinas dentre as mencionadas (no grupo de eletivas) não estudadas anteriormente
Formação profissional para habilitação específica em relações públicas	- Aprofundamento nas técnicas da letra c (conforme item 4 da parte comum) - Mais quatro disciplinas dentre as mencionadas (no grupo de eletivas) não estudadas anteriormente
Formação profissional para habilitação específica em publicidade e propaganda	- Aprofundamento nas técnicas da letra d (conforme item 4 da parte comum) - Mais quatro disciplinas dentre as mencionadas (no grupo de eletivas) não estudadas anteriormente
Formação profissional para habilitação específica em editoração	- Aprofundamento nas técnicas da letra e (conforme item 4 da parte comum) - Mais quatro disciplinas dentre as mencionadas (no grupo de eletivas) não estudadas anteriormente

Fontes: Moura (2002) e Oliveira (2011)

O quarto currículo mínimo (parecer nº 1.203/77, regulamentado pela resolução nº 03/78) reforçou a divisão dos cursos de comunicação em habilitações, criando mais duas delas: rádio e televisão; e cinema.³³ De acordo com o documento – publicado durante o processo de abertura política do país (ainda governado pelos militares) –, os comunicadores, agora, deveriam realizar eficientemente suas funções e desempenhar seu papel de agentes de transformação social. Ao contrário do currículo anterior, de 1969, este foi melhor aceito por docentes de comunicação, já que deixavam as faculdades à vontade para adaptá-lo conforme suas demandas (MOURA, 2002). Controvérsias à parte³⁴, é importante citar a participação pela primeira vez de uma entidade da área (fora da configuração do Estado), a ABEPEC, na formulação do currículo.

O currículo de 1978 retorna com as disciplinas de fundamentação humanística, que havia perdido espaço no currículo precedente.³⁵ Pela primeira vez, aparece a disciplina *Teoria da Comunicação* (antes, *Fundamentos Científicos da Comunicação*), sustentação teórica dos cursos da área. Interessante notar, como atesta Oliveira (2011), que a palavra técnica precede a nomenclatura das disciplinas de natureza profissional – com exceção das matérias *Deontologia* e *Legislação* –, indicando que o conhecimento jornalístico é tributário do domínio técnico.

33 Extinguia-se a habilitação polivalente e a figura do comunicador polivalente, do currículo anterior, de 1969.

34 Dentre outros aspectos, a proposta da ABEPEC mantinha a concepção de comunicador polivalente, que havia desagradado diversos professores da área (OLIVEIRA, 2011).

35 O curso deve ser realizado em um período mínimo de três e máximo de seis anos.

Quadro 4: Estrutura do quarto currículo mínimo (habilitação em jornalismo):

Matérias de fundamentação geral humanística (tronco comum)	1. Problemas Socioculturais e Econômicos Contemporâneos 2. Sociologia 3. Psicologia 4. Antropologia Cultural 5. Cultura Brasileira 6. Língua Portuguesa
Matérias de fundamentação específica (tronco comum)	1. Teoria da Comunicação 2. Comunicação Comparada 3. Sistemas de Comunicação no Brasil 4. Estética e Comunicação de Massa
Matérias de natureza profissional (para a habilitação em jornalismo)	1. Técnicas de Codificação 2. Técnicas de Produção e Difusão 3. Deontologia dos Meios de Comunicação 4. Legislação dos Meios de Comunicação 5. Técnicas de Administração 6. Técnicas de Mercadologia

Fonte: Moura (2002) e Oliveira (2011)

A exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, com a publicação do decreto-lei nº 83.824, de 1979, provocou uma reação das empresas de jornalismo.³⁶ Como resposta, os jornalões *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* criticaram duramente a medida em seus artigos e editoriais.³⁷ No auge da contenda, articulistas chegaram a propor a extinção dos cursos de comunicação (OLIVEIRA, 2011). A principal queixa das empresas, comenta M. A. Silva (2007), era sobre o fim do estágio nas redações. A questão é que elas se viram obrigadas a “aumentar seus custos para organizar [cursos] internos para formar e qualificar os graduados em comunicação, diante da formação excessivamente teórica das escolas, o que dificultava a familiarização destes profissionais ao ambiente e as rotinas produtivas dos meios” (M. A. SILVA, 2007, p. 175).

Um dos membros do CFE oficializou proposta sugerindo um reexame da estrutura

³⁶ Dentre outros aspectos, o documento determinou o fim do estágio nas redações, ampliou as restrições para o registro de jornalista provisionado e estabeleceu que as contratações para as funções de grande parte das empresas jornalísticas fosse feita por profissionais formados em faculdades de Comunicação.

³⁷ Em um editorial, a *Folha de S. Paulo* cita um documento enviado por entidades patronais – entre elas, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro) – ao CFE, questionando a exigência do diploma e o funcionamento das escolas de comunicação (M. A. SILVA, 2007).

dos cursos de graduação em comunicação, sugerindo que eles fossem transformados em cursos de pós-graduação, sendo, assim, abertos a graduados em outras áreas (BOLETIM INTERCOM, 1980 *apud* OLIVEIRA, 2011). Tal ameaça de extinção, aliada à campanha contra a exigência do diploma, provocou uma movimentação de estudantes, professores e diretores dos cursos de comunicação em defesa do ensino superior da área (OLIVEIRA, 2011). Ainda conforme a autora, o CFE divulgou uma nota pública se comprometendo a não extinguir os cursos de graduação e ampliou o número de integrantes da comissão especial sobre o assunto, com representantes dos setores acadêmico, profissional e empresarial.

Como reflexo desse imbróglio e atendendo aos anseios das empresas de comunicação, o quinto currículo mínimo (parecer nº 480/83, regulamentado pela resolução nº 02/84) confere mais ênfase à parte profissionalizante da formação na área. O documento estabelece exigências no que diz respeito às condições laboratoriais dos cursos. Para a habilitação em jornalismo, por exemplo, a exigência é de que fossem produzidos anualmente ao menos oito jornais-laboratórios. O perfil docente das disciplinas profissionalizantes, comenta Oliveira (2011), é formado por profissionais com registro profissional na respectiva habilitação e experiência comprovada de, pelo menos, três anos (além das exigências acadêmicas). Além disso, o novo currículo requer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Este último currículo mínimo determinado pelo CFE vale para as habilitações de jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, produção editorial, radialismo (rádio e televisão) e cinema.³⁸ Oliveira (2011) chama atenção para três aspectos desta resolução: (1) a continuidade da ideia de oposição entre teoria e prática, humanismo e tecnicismo; (2) o fato da palavra técnica não aparecer com tanta força, como no currículo anterior, de 1978; e (3) a entrada da disciplina *Legislação e ética do jornalismo*, reforçando aí uma especificidade.

38 O CEF foi extinto da década de 1990. Em seu lugar, o governo criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão de colaboração do MEC, sem a força decisória do conselho anterior (SOUZA, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2011).

Quadro 5: Estrutura do quinto currículo mínimo (habilitação em jornalismo):

Tronco comum	<ol style="list-style-type: none">1. Filosofia2. Sociologia (Geral e da Comunicação)3. Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral4. Realidade Socioeconômica e Política Brasileira5. Teoria da Comunicação6. Comunicação Comparada
Parte específica (habilitação em jornalismo)	<ol style="list-style-type: none">1. Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral2. Fotojornalismo3. Planejamento Gráfico em Jornalismo4. Radiojornalismo5. Telejornalismo6. Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística7. Preparação e Revisão de Originais, Provas e Videotexto8. Edição9. Legislação e Ética do Jornalismo
Matérias ou disciplinas eletivas	Lógica; Psicologia; Língua Estrangeira; Economia; Geografia Econômica; Realidade Socioeconômica e Política Regional; Teoria Geral dos Sistemas; Teoria Política; Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação; Comunicação Comunitária; Planejamento em Comunicação; Política de Comunicação; Sistemas Internacionais de Comunicação; Comunicação em Tecnologia Educacional; Realidade Regional em Comunicação; História da Comunicação; Cultura Brasileira; História da Arte; Antropologia Cultural; História do Brasil; Estética e Cultura de Massa.

Fonte: Oliveira (2011), com base na resolução nº 02/84 (DOCUMENTA, 1984)

Após essas cinco alterações curriculares (com base nos currículos mínimos) e com um acúmulo de experiência pedagógica desde a fundação do curso da Cásper Líbero no final da década de 1940, a graduação em comunicação social parecia alcançar, já na chegada dos anos 1990, uma estrutura universitária mais estável, como observa Marques de Melo (1991)³⁹: organiza-se dentro de escolas, faculdades ou departamentos de comunicação; passa a dispor de uma nova geração de docentes que combinavam formação acadêmica específica e experiência profissional; implantação de laboratórios para as disciplinas de caráter prático-profissionais; e estímulo à pesquisa no âmbito da pós-

39 O autor também enumera algumas deficiências pedagógicas dos cursos de comunicação do país, como desarticulação dos conteúdos no fluxograma, atitudes personalistas por parte de docentes devido a “liberdade de cátedra” e concentração de alunos de diferentes habilitações nas disciplinas de formação comum que não atende às especificidades das profissões.

graduação (com cursos de mestrado e doutorado na área de comunicação) com o contributo de novas proposições teóricas.

No entanto, é preciso fazer um recuo no tempo para contextualizar esse quadro de maior estabilidade em que chegou os cursos de comunicação. Nos anos 1970, sucedem dois eventos importantes para o processo de institucionalização da área de comunicação: a criação de cursos de pós-graduação (inicialmente no nível de mestrado e depois, de doutorado) e de associações científicas. A essa altura, dava-se a implementação do terceiro currículo mínimo (de 1969), que deu o nome de comunicação social para os cursos de graduação que, até então, eram chamados de jornalismo. Tratava-se, a nosso ver, de um passo mais largo no sentido de dar solidez a uma área que começava a emergir. Isso porque é no âmbito da pós-graduação (mestrado e doutorado) que a pesquisa científica acontece efetivamente. Soma-se a este fator, a atuação de associações científicas, que estimula a produção científica através da realização de eventos, da constituição dos chamados grupos de trabalho (GTs)⁴⁰, da organização de redes entre sócios e do lançamento de periódicos científicos e outras publicações (WITTER, 2007).

A cidade de São Paulo é berço do primeiro programa de pós-graduação da área (em Ciências da Comunicação), com o mestrado na ECA/USP, em 1972, e o doutorado em 1980 – acompanhando, assim, o percurso da graduação na área, que também teve início na capital paulista. O jornalismo era uma das subáreas em que se dividiam a pós-graduação na ECA/USP e também foi tema da primeira dissertação defendida no programa (1975). O trabalho *Estrutura da mensagem jornalística: um modelo de análise*, da professora Cremilda Medina, resultou no livro *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial* (1978). O programa abarcou o jornalismo como uma de suas subáreas de concentração até 2005⁴¹, quando houve uma reestruturação, organizando o PPG em três subáreas (*Teoria e pesquisa em comunicação; Estudo dos meios e da produção mediática; e Interfaces sociais da comunicação*).

O segundo programa de pós-graduação da área é da UFRJ (em Comunicação), com o mestrado em 1973 e o doutorado em 1983. As linhas de pesquisa transpassavam a questão da comunicação com outras temáticas, como história, cultura, linguagem,

40 Com divisão por temas de pesquisa.

41 Até então, além de *Jornalismo*, as subáreas do programa eram *Comunicação; Ciências da informação e documentação; Relações públicas, propaganda e turismo; e Cinema, rádio e televisão*.

psicologia e filosofia. A região sudeste, sobretudo o estado de São Paulo, concentrou os programas que surgiram ainda na década de 1970, com exceção do curso da UnB (na região centro-oeste), em Comunicação (mestrado em 1974 e doutorado em 2002). São eles, além dos citados anteriormente: o da PUC-SP, em Comunicação e Semiótica (mestrado em 1978 e doutorado em 1981), e o da UMESP, em Comunicação Social (mestrado em 1978 e doutorado em 1995).

Até o final dos anos 1990, foram criados mais sete programas (cf. ROMANCINI, 2006): em Multimeios, na UNICAMP (1986); em Comunicação e Cultura Contemporâneas, na UFBA (1990); em Comunicação Social, na PUC-RS (1994); em Ciências da Comunicação, na Unisinos (1994); em Comunicação e Informação, na UFRGS (1995); em Comunicação Social, na UFMG (1995); e em Comunicação, na UFF (1997). Todos, hoje, com mestrado e doutorado.

Em sintonia com a pesquisa realizada nos PPGs em Comunicação, efetua-se o trabalho das associações científico-acadêmicas da área. A primeira entidade criada com o intuito de reunir pesquisadores dedicados ao tema é a ABEPEC, que funcionou entre 1972 (ano de fundação do PPG da ECA/USP) e 1985. A associação teve forte atuação nas discussões sobre a proposta do quarto currículo mínimo, em 1978 (OLIVEIRA, 2011; NUZZI, 1992; M. A. SILVA, 2007), mas, com o passar dos anos, acabou enfraquecendo por privilegiar questões curriculares em detrimento de pesquisas científicas (HOHLFELDT; VALLES, 2008). Conforme os autores, a entidade teve uma revista acadêmica própria, a *Revista da ABEPEC*, que circulou com apenas seis edições.

O enfraquecimento da ABEPEC abriu espaço para o desenvolvimento da Intercom, concebida em 1977. A agremiação começou a editar em 1978 seu periódico acadêmico (o mais longevo da área), a *Revista Brasileira da Comunicação*, além de publicar livros e coletâneas. Na primeira metade dos anos 1990, já havia um consenso sobre o papel e a contribuição da Intercom no âmbito científico-acadêmico: “diz respeito à socialização do conhecimento, mediante uma vasta documentação gerada pelos diversos eventos científicos levados a efeito com o objetivo de debater temas atuais e emergenciais, bem como pelo trabalho de cooperação nacional e internacional” (KUNSCH, 1993, p. 57). No congresso nacional da Intercom, que acontece uma vez por ano, funcionam os GTs.⁴² O

42 A partir de 2006, a entidade começou a promover congressos regionais nas cinco regiões do país, num formato menor, como uma espécie de preparação para o congresso nacional. Antes disso, desde o final dos anos 1980, eram realizados simpósios regionais, denominados SIPECs, com o argumento de interiorizar a pesquisa em comunicação.

jornalismo passou a figurar um GT específico em 1993 (voltaremos a falar dele mais à frente).

Como consequência do aumento no número de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) na área e com o objetivo de representá-los, é criada em 1991 a Compós por iniciativa dos PPGs em comunicação existentes na época (com exceção da USP): UFRJ; UnB; PUC-SP; UMESP; UNICAMP; e UFBA. Seus associados são os PPGs em comunicação do país, em nível de mestrado e/ou doutorado. A associação começou a publicar anualmente a partir de 1993 o *Livro da Compós* e edita desde 2004 sua revista acadêmica, a *E-Compós*.

Em meados dos anos 1980, no contexto da passagem do quarto para o quinto currículo mínimo, quando os cursos de Comunicação/Jornalismo começavam a estruturar-se efetivamente (dentro das instâncias docente, pedagógica e laboratorial), foi possível pensar as especificidades das habilitações. Este trabalho foi encampado pela professora Rosa Nívea Pedroso, do curso de Comunicação/Jornalismo da UFRGS, onde foi criada, em caráter obrigatório, a disciplina *Teoria do jornalismo*, até então inexistente na grade curricular. A docente havia acabado de defender sua dissertação de mestrado em Comunicação na UFRJ, orientada por Muniz Sodré, com o título *A produção do discurso de informação no jornalismo sensacionalista*.

A disciplina de Teoria do Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criada pela Comissão de Graduação do Curso de Comunicação Social, quando da mudança de currículo, em 1983. Neste mesmo momento, também foram criadas as disciplinas de Teoria das Relações Públicas e Teoria da Publicidade e da Propaganda. Pelo que pude aferir, na época, as três disciplinas foram criadas para trazer um pouco de teoria para o currículo de Comunicação. Tanto que as três disciplinas era obrigatórias para os três cursos (PEDROSO apud PONTES, 2015, p. 246, grifo do autor)⁴³.

Em vista disso, a cadeira *Teoria do jornalismo* acompanhava um arranjo que se dava no fluxograma do curso de Comunicação/Jornalismo da UFRGS desde o currículo de

43 Informação referente ao trecho citado por Felipe Fontes da entrevista que Rosa Nívea Pedroso, então professora da UFRGS, responsável por lecionar a disciplina, concedeu para a tese de doutorado do pesquisador.

1978 (quarto currículo mínimo), com a disciplina *Teoria da Comunicação*: esta equivalia a todo o curso, como um conhecimento geral, e aquela serviria de base teórica para a referida habilitação. A iniciativa de Rosa Nívea Pedroso parecia querer dar um lastro teórico para a habilitação em jornalismo, carente disso, de acordo com os relatórios dos currículos mínimos. Posteriormente, a professora escreveu artigos que demonstravam seu interesse no tema, como *Natureza da produção do fato jornalístico* (1988), *Elementos para uma teoria do jornalismo sensacionalista* (1994), *Elementos para compreender o jornalismo informativo* (2000), *O jornalismo como uma forma de narração da história do presente: uma interpretação da tese de doutoramento em periodística de Tobias Peucer* (2004) e *Considerações sobre a teoria e a análise do jornalismo* (2005).

Como analisa Pontes (2015), a incorporação da matéria *Teoria do jornalismo* na grade da UFRGS procedeu-se sem uma articulação didático-pedagógica e, mesmo, de referências bibliográficas. Segundo o relato de Pedroso, foi preciso buscar bibliografia internacional para estruturar a disciplina (Gaye Tuchman, Mar de Fontcuberta, Robert Park etc.), pois, de acordo com ela, não havia bibliografia teórica brasileira sobre o assunto, citando como “único livro da época” *Ideologia e técnica da notícia* (1979), de Nilson Lage. No entanto, naquele momento, havia alguns livros publicados no país que poderiam compor a nova matéria, como *Iniciação à filosofia do jornalismo* (1960), de Luiz Beltrão, *O papel do jornal* (1974), de Alberto Dines, e *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial* (1978), de Cremilda Medina. Nos anos 1980, ocorre ainda o lançamento de *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza* (1986), de Ciro Marcondes Filho.

Ao mesmo tempo em se dava as primeiras experiências da disciplina na UFRGS, o então curso de Comunicação/Jornalismo da UFSC, universidade do estado vizinho, um programa de teoria do jornalismo foi ministrado por Adelmo Genro Filho, professor da casa entre 1983 e 1986, sob o nome de *Teoria da comunicação II* (MEDITSCH, 2004a; PONTES, 2015). Genro Filho já chamava atenção para a necessidade de uma teoria do jornalismo desde os anos 1970. Chegou a escrever textos para jornais da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, sua terra natal, apontando essa lacuna na formação e na pesquisa. A preocupação com a matéria foi objeto de inquirição no mestrado dele, realizado entre 1984 e 1987, resultando pouco depois no livro *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, em 1987.

Pontes (2015, p. 245) avalia que *O segredo da pirâmide* “consolidou, bibliograficamente, o ensejo pela fundamentação teórica do jornalismo, sua pertinência acadêmica como forma de conhecimento e foi a justificativa para a criação da disciplina no processo de reforma curricular [do curso da UFSC]”. A reforma curricular de que fala o pesquisador deu-se em 1991, como resultado de uma proposta “mais orgânica”. Nela, a disciplina *Teoria do jornalismo* é implantada em caráter obrigatório, com base no trabalho de Genro Filho (que morreu em 1988, logo após o lançamento de *O segredo da pirâmide*) nos anos em que o docente lecionou a cadeira *Teoria da comunicação II*, além de adotar seu livro entre suas principais referências. Sua ementa seria replicada da matéria *Teoria da comunicação*, que permaneceria no currículo e tinha o seguinte apontamento: “Fundamentos epistemológicos para uma teoria da comunicação. As contribuições das diversas disciplinas e abordagens na constituição de uma teoria da comunicação” (UFSC, 1990, p. 10 *apud* FRIGHETTO, 2016, p. 146). Segundo o autor, na ementa da recém-implantada *Teoria do jornalismo* manteve-se o mesmo texto de *Teoria da comunicação*, trocando apenas a expressão “teoria da comunicação” por “teoria do jornalismo”.

Desse modo, com base nas experiências da UFRGS e da UFSC, podemos dizer que, para firmar-se pertinente e relevante na grade curricular desses cursos, a novata disciplina *Teoria do jornalismo* sustentou-se no desenho teórico-conceitual da veterana *Teoria da comunicação*.

Alicerçado no esforço teórico de Adelmo Genro Filho em *O segredo da pirâmide*, o curso da UFSC vai além da implantação da matéria *Teoria do jornalismo* na grade. Na segunda metade da década de 1980, inicia-se um movimento na direção do jornalismo. Em 1988, um projeto elaborado pela chapa *Opção Jornalismo* – representante do grupo de docentes liderados por Eduardo Meditsch e Alberto Scotto, que tinham vencido a eleição para Chefia do Departamento de Comunicação e Coordenação do Curso, respectivamente – buscava romper com o modelo de ensino de comunicação, que se consolidava no país, afirmando a especificidade e a autonomia do jornalismo em relação à comunicação (FRIGHETTO, 2016; PONTES, 2015). Com o jornalismo ganhando cada vez mais protagonismo no decorrer dos anos 1990, os professores da chapa que defendia uma linha mais voltada à comunicação foram aos poucos deixando o curso⁴⁴, o que culminou na

44 Alguns professores foram transferidos para outros departamentos da UFSC, como Antropologia e Educação, e outros montaram o curso de Cinema na mesma instituição (FRIGHETTO, 2016).

mudança de nomenclatura (e a alteração no projeto político-pedagógico) em 2000: passando a ser apenas jornalismo, sem o antônimo “comunicação social” (PONTES, 2015).

Também nos anos 1980, ainda em relação à criação da cadeira *Teoria do jornalismo* nas grades curriculares de Comunicação/Jornalismo, destacamos sua incorporação na graduação da USP, por intermédio dos professores Ciro Marcondes Filho e José Marques de Melo, e da UFRJ, sob o comando dos docentes Alberto Dines e Nilson Lage (MEDITSCH, 2004a), cursos com grande visibilidade por estarem situados na região sudeste, que concentrava a maior parte das empresas de comunicação do país.

A despeito da inclusão da disciplina durante os anos 1990 nos fluxogramas dos cursos de Comunicação/Jornalismo Brasil afora, a partir das iniciativas na UFRGS, na UFSC, na USP e na UFRJ, havia, até então, pouca bibliografia básica para fundamentar a matéria. Segundo Pontes (2015), a publicação sobre o assunto teve avanço tímido ao longo da década e cita, entre os livros editados, *O conhecimento do jornalismo* (1992a), de Eduardo Meditsch, e *Ideologia e técnica da notícia* (1979) e *Estrutura da notícia* (1987), ambos de Nilson Lage.

A lacuna na bibliografia específica sobre a prática jornalística foi sendo, aos poucos, preenchida nos anos posteriores com a importação de textos estrangeiros, como *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad* (1983), de Gaye Tuchman, *La construcción de la noticia* (1989), de Miquel Rodrigo Alsina, e *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción* (1990), de Teun van Dijk (PONTES, 2015). Os manuais estrangeiros que tratavam das teorias da comunicação também ajudavam a pensar o jornalismo, avalia Pontes (2015). É o caso do livro *Teorias da comunicação* (1987), de Mauro Wolf, em que a segunda parte é dedicada ao estudo da produção noticiosa (como *agenda-setting*, *gatekeeper*, *newsmaking*, noticiabilidade etc.). O lançamento da obra *Jornalismo: teoria, questões e histórias* (1993), organizada por Nelson Traquina, com textos – em português (de Portugal) – de pesquisadores, entre eles David Manning White, Gaye Tuchman e Michael Schudson, também exerceu influência no Brasil, sobretudo pela facilidade de entendimento da língua. Pontes (2015) menciona ainda os livros *Pauta e notícia: uma abordagem semiótica*, de Ronaldo Henn (1996), e *O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: a notícia na perspectiva de Wittgenstein*, de Marconi Oliveira da Silva (1998), ambos fruto da dissertação de mestrado dos autores e com

circulação restrita (lançados por editoras gaúchas).

A disciplina *Teoria do jornalismo* só passou a ser incorporada como obrigatória por parte significativa dos cursos de Comunicação/Jornalismo após a inclusão da matéria como questão específica a partir de 1998 na avaliação do Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, realizado pelo MEC (MEDITSCH, 2004a). Este fato, aliado a outras ações – como o aumento no número de pesquisas sobre o jornalismo nos programas de pós-graduação em Comunicação e o funcionamento de GTs em jornalismo nos congressos de associações científicas, como Intercom e Compós – intensificou a produção de bibliografias que buscavam teorizar o jornalismo.

A primeira década deste século, aliás, marca uma preocupação em organizar/compilar quais seriam as teorias do jornalismo, tal como se faz já alguns anos em relação às teorias da comunicação (cf. DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993; HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2001; A. MATTELART; M. MATTELART, 1995; MIÈGE, 2000; WOLF, 1999 [1987]). A editora da Unisinos (RS) lançou, em 2001, *O estudo do jornalismo no século XX*, de Nelson Traquina. Um ano depois, uma parceria entre a editora Argos, de Chapecó (SC), e Letras Contemporâneas, de Florianópolis (SC), editou *Teoria da notícia e do jornalismo*, do também português Jorge Pedro Sousa. A terminologia “teorias do jornalismo” somente foi empregada no título dos dois volumes de Nelson Traquina: o primeiro, de 2004, tem como subtítulo *Porque as notícias são como são*; já o segundo, de 2005, desdobra-se em *A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Ambos foram encomendados pelo curso de especialização em Estudos de Jornalismo, da UFSC, como assinala o então professor da instituição Eduardo Meditsch, orientado por Traquina no doutorado na UNL (Portugal), no prefácio do primeiro volume (cujo título é *A contribuição portuguesa para a teoria do jornalismo no Brasil*). Em 2005, a portuguesa Cristina Ponte, também orientada por Traquina, publicou, pela mesma editora, *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. No mesmo ano, Felipe Pena, professor da UFF, lança *Teoria do jornalismo* – nos mesmos moldes do primeiro volume de Traquina –, pela editora Contexto.

Na contramão dos trabalhos de Jorge Pedro Sousa, Nelson Traquina e Felipe Pena – com uma síntese do que seriam as principais teorias do jornalismo –, Marques de Melo publica uma obra com a mesma nomenclatura (“teoria do jornalismo”), mas com o subtítulo *Identidades brasileiras* (2006a), com uma antologia que reflete sua experiência

na pesquisa nacional.

O professor da UFS Carlos Eduardo Franciscato lança, em 2005, *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais* pela editora da Universidade, resultado de sua tese de doutorado. A professora Sylvia Moretzsohn, da UFF, engrossa a bibliografia sobre jornalismo, com a publicação, em 2002, *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*, e, em 2007, *Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*, ambos pela editora Revan, do Rio de Janeiro, como produto de seus trabalhos de mestrado e doutorado, respectivamente.

As professoras Christa Berger e Beatriz Marocco, da Unisinos (RS), organizaram *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*, uma coletânea de textos sobre a atividade jornalística na Alemanha (volume 1, em 2007) e nos Estados Unidos (volume 2, em 2008). Na virada da década, a editora Vozes lançou uma coleção denominada *Clássicos da comunicação social*, coordenada por Antônio Hohlfeldt, da PUC-RS, com as traduções de *Opinião pública* (2008), de Walter Lippmann, *A construção da notícia* (2009), de Miquel Rodrigo Alsina, *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública* (2009), de Maxwell McCombs, e *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais* (2011), de Otto Groth. Além disso, a editora Penso (Rio Grande do Sul) edita, em 2011, o livro *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*, de Pamela Shoemaker e Tim Vos.

Desde 2009, a série *Jornalismo a rigor*, da editora Insular, é responsável por lançamentos e novas edições de livros sobre jornalismo. A série é coordenada por Eduardo Meditsch e publicou obras como *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo* (2009), de Wilson Gomes, *A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática* (2009), de Carina Andrade Benedeti, *A escola de jornalismo: a opinião pública* (2009), de Joseph Pulitzer, *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções* (2009), de Liriam Sponholz, *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias* (2014), de Márcia Veiga da Silva, e *Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão* (2017), de Francisco Rüdiger, bem como reeditou os livros *Ideologia e técnica da notícia* (2012), de Nilson Lage, e o já citado aqui *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* (2012), de Adelmo Genro Filho. O texto de Eduardo Meditsch na orelha dos volumes da série revela o objetivo da coleção:

“Se a teoria na prática é outra, então há algo errado na teoria.” Com essa constatação, feita há duas décadas, Adelmo Genro Filho nos desafiou a construir uma autêntica Teoria do Jornalismo. Mas, como na mesma época observou Nilson Lage, essa seria uma tarefa para mais de uma geração. A *Série Jornalismo a Rigor* é uma iniciativa da Editora Insular, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, que vem a se somar a este esforço coletivo que já tem história no campo. Objetiva publicar reflexões acadêmicas de alto nível que contribuam para elevar o senso crítico e a qualidade da prática do Jornalismo como atividade intelectual.

Com vocação multidisciplinar, a *Série* aponta, no entanto, para a construção de uma Teoria do Jornalismo de direito próprio, que responda às questões suscitadas de dentro desta importante prática cultural. Procura assim ajudar na superação com complexo de inferioridade de uma área que se deixou colonizar intelectualmente. Não deixa, com isso, de agregar as contribuições das áreas vizinhas, mas, como propunha Otto Groth, as situa sempre como “ciências auxiliares” da nova disciplina. Busca também enfrentar os muitos preconceitos contra o Jornalismo, gerados em setores acadêmicos e campos sociais outros, e tantas vezes internalizados de forma a-crítica pelas escolas de comunicação (MEDITSCH).

Outra obra que se preocupa com a “teoria do jornalismo” é *Crêterios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicaçôes* (2014), com diversos textos sobre o assunto. O livro também é resultado de uma parceria entre editora Insular e o PPGJor da UFSC.

Já a série *Jornalismo em pauta (Coleção ciências da comunicação)*, projeto criado em 2014 pela Editora Appris, de Curitiba, em conjunto com o curso de jornalismo da ESPM-RS, coordenada pelos professores Adriana Schryver Kurtz e Francisco de Assis, publicou, dentre outros livros, *Fronteiras híbridas do jornalismo* (2015).

Há ainda a série *Jornalismo e sociedade*, uma parceria entre a editora Insular e a linha de pesquisa homônima do PPGCom da UnB, que começou a publicar, a partir de 2015, obras relacionadas ao jornalismo. Naquele ano, foi editado *Mudanças e permanências do jornalismo*, com contribuições de pesquisadores da América Latina e de países francófonos (Bélgica, Canadá e França) – fruto do debate realizado no I Colóquio Mejor (Mudanças Estruturais no Jornalismo), em 2011, na UnB –, e, em 2016, *Natureza e transformação do jornalismo*, dos pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville. Antes da coleção, em 2012, os professores Fábio Henrique Pereira, Dione Moura

e Zélia Adghirni, da linha de pesquisa, haviam organizado a coletânea *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Um texto na página da Intercom marca o lançamento da série:

A iniciativa tem por objetivo divulgar estudos empíricos e esforços de teorização que buscam construir, discutir e fazer avançar uma Teoria do Jornalismo e da Notícia, bem como discussões sobre o jornalismo como práxis, as formas de (auto)regulação da profissão e seu papel na promoção da democracia e da cidadania no contexto brasileiro e em comparação com outros países (INTERCOM, online)⁴⁵.

A partir dos anos 2000, ocorre no país um *boom* de programas de pós-graduação em Comunicação. Conforme dados da Capes, até este ano de 2018, são 54 programas (incluindo mestrado e doutorado acadêmico, além da modalidade mestrado profissional). Neste período, começaram a surgir, com mais ênfase, linhas de pesquisa em jornalismo, e, mais precisamente na segunda metade da década, os primeiros programas com área de concentração neste ramo de estudos. Atualmente, são seis os PPGs com linhas em jornalismo. Algumas destas linhas oferecem, como optativa, a disciplina *Teoria do jornalismo*, reproduzindo o que já se dava no âmbito da graduação e, agora, munidas de uma bibliografia mais extensa.

A linha de pesquisa *Jornalismo e processos editoriais*, do PPG em Comunicação da UFRGS, começou a operar juntamente com o doutorado, em 2000. Seu ementário, na página do programa na internet⁴⁶, descreve o propósito de pesquisar o jornalismo e os processos editoriais em diversas abordagens (linguagem, produção de sentidos, campo profissional, histórica, tecnológica etc.), com destaque para sua “fundamentação teórica e epistemológica”, que vem em primeiro lugar na lista. Dentre as disciplinas que a linha oferece, duas operam no sentido de fazer essa articulação mais teórica do jornalismo, embora tenham suas particularidades: *Teoria do jornalismo*, cuja ementa intenta “Reflexão

45 Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/publicacoes/jornal-intercom/2016/03/ano-12-n-329-sao-paulo-28-de-marco-de-2016-issn-1982-372x/lancamentos-374/serie-jornalismo-e-sociedade>>. Acessado em: 28 de março de 2018.

46 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppgcom/pesquisa/linhas-de-pesquisa>>. Acessado em: 11 de julho de 2018.

epistemológica sobre o jornalismo. Principais abordagens teóricas e conceitos fundamentais. Adequação de teorias e conceitos para o estudo de objetos empíricos”, ministrada por Marcia Benetti, também professora da matéria na graduação e com publicação de vários artigos científicos sobre jornalismo; e *Sociologia do Jornalismo*, que busca estudar “Teorias sociais sobre a imprensa e o jornalismo. O jornalismo como uma forma de conhecimento social da realidade”, sob a responsabilidade de Virgina Pradelina Fonseca, que também lecionou a disciplina quando foi docente do curso de Comunicação da Unijuí (RS) entre 1995 e 1998 e publicou diversos artigos científicos tendo o jornalismo como objeto.

A linha *Jornalismo e Sociedade*, do PPGCom da UnB, também passou a funcionar com a implantação do doutorado, em 2003, e também depreende o jornalismo em suas diferentes formas, incorporando “sua compreensão como um campo teórico e prático, seus desdobramentos em torno de uma Teoria da Notícia e dos Estudos de Mídia e o entendimento como categoria cognitiva de representação da realidade” (BRASIL, online)⁴⁷. Em 2018, a disciplina *Teoria do jornalismo* foi oferecida pela primeira vez pelo professor Fábio Henrique Pereira, vinculado à linha e com interesse no tema, além de artigos científicos publicados sobre jornalismo.

No PPGCom da Unisinos, a linha de *Linguagem e prática jornalísticas* existe desde 2007 e busca, dentre outros aspectos, contemplar “as formulações teóricas específicas do jornalismo articuladas em perspectiva multidisciplinar” (BRASIL, online)⁴⁸. No ano seguinte, tem início a linha *Produtos midiáticos: jornalismo, imagem e entretenimento*, do mestrado da Faculdade Cásper Líbero, que investiga a produção de narrativas midiáticas, sobretudo nos ambientes digitais, bem como a interface entre jornalismo e espetáculo. Com a criação do mestrado em Comunicação da UFPI, em 2012, tem-se a linha *Processos e práticas em jornalismo*, cujo objetivo é examinar criticamente a atividade em sua relação com os discursos sociais, a história, a economia política, os impactos sociais e as tecnologias, bem como seus gêneros, formatos, linguagens, técnicas e políticas de mercado. Quanto à linha mais recente, *Jornalismo, mídias e cultura*, do mestrado em Comunicação e Sociedade da UFT, de 2016, aborda-se a história da prática, suas mudanças

47 Disponível em: <<http://ppgcom.fac.unb.br/jornalismo-e-sociedade/>>. Acessado em: 11 de julho de 2018.

48 Disponível em: <<http://www.unisinos.br/mestrado-e-doutorado/comunicacao/presencial/sao-leopoldo/linhas-de-pesquisa>>. Acessado em: 11 de julho de 2018.

e permanências, suas dinâmicas contemporâneas e, ainda, estudos de natureza teórica e metodológica. Neste PPGCom, o docente Paulo Fernando Lopes tem as teorias do jornalismo⁴⁹ entre seus interesses de pesquisa, cuja tese, defendida em 2004 na ECO/UFRJ, envolve o tema (*Negociando sentidos, articulando lugares: o modelo semiológico-discursivo nas teorias da comunicação e do jornalismo*), além da apresentação do artigo científico *Teorias do jornalismo: negociando sentidos com gatekeeper e newsmaking* na IV Jornadas Internacionais de Jornalismo, em 2009, realizada por Ricardo Jorge Pinto e Jorge Pedro Sousa, em Portugal, bem como a publicação de outros artigos sobre jornalismo.

A disciplina *Teoria do jornalismo* é também oferecida como optativa no PPGCom da UFMS, embora não haja ali uma linha de pesquisa em jornalismo, como se dá nos programas da UFRGS e da UnB. A matéria na UFMS é ministrada desde 2011 por Mario Luiz Fernandes, que tem artigos científicos publicados sobre jornalismo. Conforme sua ementa:

A disciplina estuda os **fundamentos epistemológicos do jornalismo** considerando a natureza social da informação e os fatores políticos, econômicos e culturais como estruturantes da prática e do discurso jornalístico. Analisa a origem e evolução das teorias do jornalismo, do pioneirismo de [Tobias] Peucer ao Newsmaking. Busca identificar como as estruturas operacionais, organizacionais, tecnológicas e a mediação pessoal intervêm no processo de produção da notícia. Visa ainda compreender a atuação do jornalismo na construção social da realidade (UFMS, online, grifo nosso)⁵⁰.

No que tange ao desenvolvimento de associações científico-acadêmicas (e de espaços específicos), os anos 2000 também assinalam importantes presenças institucionais do jornalismo. O FNPJ (atual ABEJ) constitui-se como entidade em 2004 com estatuto próprio e diretoria, como amadurecimento dos encontros anuais realizados dentro da Intercom a partir de 1995. Desde o início, o intuito da agremiação foi reunir professores de cursos de jornalismo para debater propostas sobre a formação específica. Dentre os GTs, vigora desde 2007 o de Ensino de Ética e Teorias do Jornalismo, que articula os dois

49 Disponível em: <<http://leg.ufpi.br/ppgcom/index/pagina/id/4845>>. Acessado em: 11 de julho de 2018.

50 Disponível em: <<https://posgraduacao.ufms.br/portal/disciplinas/index/151>>. Acessado em: 12 de agosto de 2018.

temas, bem como a relação, via ensino, entre as teorias do jornalismo e as teorias da comunicação (“oposição ou complementação?”), questiona um trecho do esboço do GT). A ABEJ publica desde 2007 seu periódico acadêmico, a *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*.

Em coro à ABEJ, como entidade científico-acadêmica voltada especificamente ao jornalismo, é fundada em 2003 a SBPJor. A abertura do texto da associação, em sua página na internet, festeja a criação da SBPJor como concretização de “uma espera de mais de 50 anos” dos pesquisadores brasileiros de jornalismo.⁵¹ Este período concerne à implantação dos primeiros cursos de graduação em jornalismo do país. Ainda no texto de apresentação da SBPJor, o jornalismo é classificado como “área específica do conhecimento” e “campo científico”. Sua primeira Diretoria foi formada por docentes de universidades das quatro regiões do Brasil (exceto região norte): UFBA (Elias Machado, presidente; Marcos Palacios; e Sonia Serra), UnB (Luiz Gonzaga Motta, vice-presidente; Dione Moura; e Zélia Adghirni), UFES (Victor Gentili), UFSC (Eduardo Meditsch; e Francisco Karam), UFPE (Alfredo Vizeu), UFRJ (Beatriz Becker), USP (José Marques de Melo, também da UMESSP; José Luiz Proença; e Cláudia Lago) e PUC-RS (Magda Cunha). O primeiro encontro da entidade ocorreu na UnB (2003), em Brasília. O professor José Marques de Melo, um dos pesquisadores de maior reconhecimento no campo da comunicação, com várias publicações (livros e artigos científicos) sobre jornalismo, inclusive, recebeu os títulos de associado número 1 e associado emérito da SBPJor. Até 2018, a Diretoria da entidade foi ocupada por Carlos Franciscato (UFS), Dione Moura (UnB), Cláudia Lago (USP) e Monica Martinez (Uniso).

A associação começou a publicar em 2005 a revista acadêmica internacional *Brazilian Journalism Research*, primeiro editada em inglês e posteriormente em português/espanhol. As duas edições daquele ano foram destinadas para apresentar a pesquisa em jornalismo no Brasil (*Journalism research in Brazil*), com artigos científicos, no dossiê número 1, de Elias Machado, Marcia Benetti, Eduardo Meditsch (com Mariana Segala) e Luiz Gonzaga Motta; e no número 2, de Sônia Virgínia Moreira e Elizabeth Saad. A segunda edição de 2017 é dedicada às teorias do jornalismo (*Journalism theories*), com textos, no dossiê, de Barbie Zelizer (EUA), Stephen D. Reese (EUA), Thomas Hanitzsch

51 Disponível em: <<http://sbpjor.org.br/sbpjor/institucional/quem-somos/>>. Acessado em: 18 de julho de 2018.

(Alemanha) e Frank Esser (Alemanha).

Anualmente, a contar de 2006, a SBPJor premia pesquisadores do jornalismo, semelhante ao que a Intercom faz há alguns anos⁵². A premiação é concedida em quatro categorias: iniciação científica, dissertação de mestrado, tese de doutorado e pesquisador sênior (mesclando trajetória acadêmica e contribuições na consolidação da pesquisa neste ramo). Quem empresta seu nome à condecoração é o principal proponente da teoria do jornalismo: Adelmo Genro Filho (PAGF).

O GT de Jornalismo, no evento nacional da Intercom, sucedeu até 2008, com a submissão de artigos científicos nesta temática. No ano seguinte, houve uma nova disposição na estrutura dos GTs. Assim como outros grupos, o de Jornalismo foi ampliado e ganhou cinco subdivisões: Teoria do Jornalismo; Gêneros Jornalísticos; História do Jornalismo; Jornalismo Impresso; e Telejornalismo. A ramificação Teoria do Jornalismo teve como seu primeiro coordenador Felipe Pena (professor da UFF), que escreveu livro e artigos científicos sobre o assunto. Essa ampliação se deu, provavelmente, pelo protagonismo do jornalismo nos PPGs em Comunicação, com a criação de linhas de pesquisa nesta especialidade. Cabe destacar que neste momento já havia sido fundado o programa de pós-graduação em Jornalismo na UFSC (que abordaremos mais adiante), o que aumenta a produção de artigos científicos a ser submetidos aos congressos.

No congresso da Compós, o GT de Estudos de Jornalismo começou a funcionar em 2000. Sua atual configuração busca fomentar discussões de natureza epistemológica, como podemos verificar na descrição apresentada na página da Compós na internet: “Propõe reflexões sobre abordagens relativas à função social, à história, aos conceitos, aos modelos, às teorias e à **epistemologia do jornalismo**” (online, grifo nosso)⁵³. O *Livro da Compós*, que veicula temas emergentes relacionados à comunicação, teve sua edição de 2011 destinada ao jornalismo. Com o título *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*, a publicação foi organizada pelos professores Gislene Silva (PPGJor/UFSC), Dimas Künsch (PPGCom/Cáster Líbero), Christa Berger (PPGCom/Unisinos) e Afonso Albuquerque (PPGCom/UFF). O texto de apresentação, assinado pelos organizadores,

52 Dentre as diversas premiações, a Intercom concede todos os anos, com início em 1998, o Prêmio Luiz Beltrão Ciências da Comunicação nas categorias: Maturidade Acadêmica; Liderança Emergente; Grupo Inovador; e Instituição Paradigmática.

53 Disponível em: <http://www.compos.org.br/ler_gts.php?idGt=MTE>. Acessado em: 18 de julho de 2018.

caracteriza o jornalismo como um “atraente objeto comunicacional” (SILVA et al., 2011, p. 17).

Convém situar aqui que os artigos científicos inscritos na rubrica “teoria do jornalismo” começaram a aparecer efetivamente nos congressos de comunicação a partir de 2000. Numa análise quantitativa, ao tomar como parâmetro a indicação a marca “teoria do jornalismo” e/ou “teorias do jornalismo” no título, no resumo ou nas palavras-chave dos artigos publicados nos anais da SBPJor e dos GTs de jornalismo da Intercom e da Compós, verificamos uma trajetória ascendente nos textos deste escopo. Até fins do século passado, não era comum ver trabalhos sobre o tema nos eventos da área. Uma exceção é um artigo de 1994, cujo título remete à etiqueta “teoria do jornalismo”: *A imprensa sindical dos anos 60 – produção sem teoria jornalística*, de Alcina Maria Cardoso. Sua inserção no assunto pode ser explicada pela influência da orientação de José Marques de Melo no doutorado da ECA/USP entre 1987 e 1992, uma vez que ela tem graduação e mestrado em história.

Nas dez primeiras edições da SBPJor (2003-2012), foram submetidos 48 trabalhos sob a etiqueta “teoria do jornalismo”: dois em 2003; um em 2004; quatro em 2005; cinco em 2006; três em 2007; onze em 2008; três em 2009; seis em 2010; oito em 2011; e cinco em 2012. No GT de Jornalismo da Intercom, que vigora desde 1993, foi José Marques de Melo quem deu a partida, em 2000, na submissão de artigos nesta seara, com o texto *A natureza do jornalismo e a missão do jornalista segundo Costa Rego*. Entre os anos de 2001 e 2008, foram submetidos 19 artigos dentro deste escopo: um em 2001 e 2003, cada; três em 2005; um em 2006; sete em 2007; e seis em 2008. No GT Estudos de Jornalismo da Compós, notamos artigos nesta linha já no primeiro ano de funcionamento do grupo em 2000, como *Ensaio sobre o jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística*, de Josenildo Guerra, e *Os atos verbais jornalísticos: um estudo dos ‘fazeres’ jornalísticos por editoriais de política*, de Lia Seixas. Mas nenhum dos textos, no primeiro ano do GT, apresentava em seu corpo os componentes “resumo” e “palavras-chave”, que empregamos como parâmetro para fazer a análise quantitativa. Assim, com base na nossa abordagem, observamos oito trabalhos em teorias do jornalismo concentrados na segunda metade da década: três em 2006; um em 2007, 2008 e 2009, cada; e dois em 2010.

Numa breve análise dos dados apresentados acima, a partir do cruzamento deles (das três entidades), vale sublinhar a relação entre o crescimento no número de artigos

científicos sobre teorias do jornalismo entre 2000 e 2010 e a constituição de ambientes institucionais que tendem a estimular sua produção, como linhas de pesquisa que priorizam o jornalismo, nos PPGs em Comunicação, criadas naquele período (UFRGS, UnB, Unisinos e Cásper Líbero) e o próprio funcionamento do mestrado em Jornalismo da UFSC, em 2007, do qual falaremos adiante. Um exemplo disso é a avaliação feita pela professora da UFRGS Marcia Benetti, coordenadora do GT de Estudos de Jornalismo da Compós no biênio 2005-2006, sobre o impacto da ausência de linhas de pesquisa em jornalismo nos PPGs (quando se pleiteava a criação do mestrado em Jornalismo da UFSC) no desenvolvimento da pesquisa desta especialidade.

A ausência de linhas específicas de Jornalismo nos demais programas não tem limitado nem a pesquisa dos orientadores nem o acesso de estudantes que tenham o Jornalismo como objeto de pesquisa. Porém, em virtude do instrumento de avaliação da Capes, que analisa, entre outros itens, o vínculo entre linhas e projetos de pesquisa, há sempre um esforço de adaptação das temáticas ou abordagens dos projetos em relação às ementas das linhas de pesquisa sempre mais abrangentes do que o já extenso campo do Jornalismo. Ao mesmo tempo em que assegura a inserção destes projetos na área de Comunicação, fortalecendo-a em sua diversidade, essa estratégia pode estar prejudicando o desenvolvimento de um **grande eixo de pesquisa, com objetos e teorias próprios, como é o caso do Jornalismo** (MACHADO, 2004 *apud* FRIGHETTO, 2016, p. 199, grifo nosso)⁵⁴.

O primeiro mestrado acadêmico do Brasil com o jornalismo como área de concentração começou a operar na UFSC, em agosto de 2007, como continuidade do trabalho do grupo de docentes da instituição que lutava pela especialidade. Anteriormente, em 2001, havia sido criado o curso de especialização em Estudos de Jornalismo, que funcionou até 2006. Segundo Meditsch, Ayres e Betti (2017, p. 77), a pós-graduação na modalidade *lato sensu* serviu como uma espécie de tubo de ensaio para a implantação do mestrado em Jornalismo, “permitindo a experimentação de estratégias de ensino e pesquisa a nível de pós-graduação, além de uma fonte adicional de recursos para a sua instalação, possibilitando um melhor equipamento da biblioteca e da hemeroteca e o apoio às

54 Machado é outro sobrenome de citação bibliográfica de Marcia Benetti. A avaliação da pesquisadora é de 2004, como registra Maurício Frighetto (2016), embora ela tenha sido coordenadora do GT de Estudos de Jornalismo da Compós nos anos de 2005 e 2006.

atividades de pesquisa dos docentes”, já que era cobrada uma mensalidade. O mestrado, inicialmente batizado de PosJor (hoje PPGJor), abrangia duas linhas de pesquisa denominadas: *Fundamentos do jornalismo* (linha 1), que privilegia a fundamentação epistemológica e as dimensões conceituais do jornalismo; e *Processos e produtos jornalísticos* (linha 2), que se ocupa do funcionamento do jornalismo a partir de seus produtos e processos de produção. Em 2013, tendo em vista a proposta para a criação do doutorado (após o Programa passar da nota 3 para a 4 na primeira avaliação trienal da Capes, em 2010), essas linhas foram reconfiguradas e ganharam uma nomenclatura mais ampla: *Jornalismo, cultura e sociedade* (linha 1); e *tecnologias, linguagens e inovação no jornalismo* (linha 2). Interessante notar que a expressão “fundamentação epistemológica”, mencionada no texto de descrição da linha 1 (*Fundamentos do jornalismo*), é eliminada nessa nova configuração; também não aparece na linha 2. Com a supressão da questão epistemológica, a linha agora trata genericamente de “Estudos teóricos e empíricos do jornalismo como fenômeno da modernidade”⁵⁵. Não sabemos se essa exclusão tem a ver com o novo projeto que visava a implantação do doutorado e/ou com a saída de docentes, como Orlando Tambosi, que se aposentou em 2012 e tinha como interesse de pesquisa a epistemologia e a filosofia, aliadas ao jornalismo.

A área de concentração em jornalismo do PPGJor, na página do Programa na internet, apoia-se, do ponto de vista internacional, na tese de doutoramento do filósofo alemão Tobias Peucer sobre jornalismo em fins do século XVII, na abertura dos primeiros cursos universitários na Europa (no século XIX) e nos Estados Unidos (no século XX) e na primeira revista acadêmica dedicada ao tema nos Estados Unidos na década de 1920, e no âmbito nacional, no que considera objeto da tradição de um século de pesquisa.

Hoje em dia, os Estudos em Jornalismo situam-se internacionalmente na área das Ciências da Comunicação, adotando uma **abordagem multidisciplinar** para produzir conhecimento teórico, empírico e aplicado sobre a especificidade dos fenômenos jornalísticos na sociedade e na cultura contemporâneas. **O estudo científico do jornalismo data do final do século XVII**, com a defesa da primeira tese na Universidade de Leipzig, na Alemanha, em 1690, por Tobias Peucer; os primeiros cursos universitários de jornalismo surgiram a partir dos séculos XIX na Europa e XX nos Estados Unidos; a primeira revista acadêmica, *Journalism Bulletin*, foi fundada em 1924 nos Estados

55 Disponível em: <<http://ppgjor.posgrad.ufsc.br/linhas-de-pesquisa/>>. Acessado em: 11 de julho de 2018.

Unidos.

No Brasil, a pesquisa em jornalismo conta com uma **tradição de cem anos**, em um primeiro momento feita por pesquisadores isolados e, desde os anos 1960, em cursos de pós-graduação. A área de concentração em Jornalismo, ao mesmo tempo em que **delimita o objeto de especialidade** da produção de conhecimento e da formação de pesquisadores pelo programa, em **coerência** com o histórico da instituição, as trajetórias e a produção científica do corpo docente, representa uma **diversificação** do Sistema Nacional de Pós-Graduação, capaz de propiciar **interlocução aos demais programas da área de Comunicação** numa sub-área em que quase todos atuam, mas ainda não poucas as linhas de pesquisa específicas (PPGJOR, online, grifo do autor)⁵⁶.

O primeiro corpo docente do curso foi formado por professores do próprio Departamento de Jornalismo da UFSC: Daisi Vogel, Eduardo Meditsch, Elias Machado, Francisco Karam, Gislene Silva, Nilson Lage, Orlando Tambosi e Tattiana Teixeira.⁵⁷ O doutorado teve início em 2014 e conta, hoje, com 17 professores (entre permanentes e colaboradores). Quando o mestrado foi implantado em 2007, o trabalho de Eduardo Meditsch, Elias Machado e Nilson Lage já tinha ampla circulação no ambiente acadêmico. Eduardo Meditsch publicou diversos textos que abordam o jornalismo como forma de conhecimento, sob a influência de Adelmo Genro Filho, seu colega na UFSC. O livro *O conhecimento do jornalismo* (1992a), fruto de sua dissertação de mestrado, faz essa discussão sob a ótica do ensino. Teve papel importante na difusão no Brasil da obra sobre teorias do jornalismo de Nelson Traquina, seu orientador de doutorado em Portugal. Já Elias Machado fundou junto com Marcos Palacios, em 1995, quando atuava como docente na UFBA, o GJOL, cujo trabalho resultou num protocolo metodológico para o estudo dos processos jornalísticos em ambientes digitais, e se transferiu para a UFSC em 2006. Foi orientado no doutorado pelo espanhol Miquel Rodrigo Alsina, catedrático em teorias da comunicação e autor de *La construcción de la noticia* (2005), e no mestrado por Nilson Lage, que escreveu vários livros sobre linguagem jornalística. Machado foi o primeiro presidente da SBPJor. Lage, por sua vez, foi professor da UFRJ e mudou-se para a UFSC em 1992.

56 Disponível em: <<http://ppgjor.posgrad.ufsc.br/area-de-concentracao/>>. Acessado em: 2 de agosto de 2018.

57 Os professores Elias Machado, Francisco Karam, Nilson Lage, Orlando Tambosi e Tattiana Teixeira não integram mais o quadro docente do Programa. Tattiana Teixeira faz parte do corpo docente do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC desde 2016 e foi professora colaboradora do PPG em Jornalismo da UEPG entre 2013 e 2016.

O PPGJor oferta como disciplinas obrigatórias *Teoria do jornalismo*, ministrada na primeira década de atividade do curso por Eduardo Meditsch (e também por Francisco Karam e Gislene Silva, em algumas ocasiões) e depois de 2017 por Jacques Mick⁵⁸ (que começou a fazer parte do quadro docente do Programa naquele ano), e *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, lecionada inicialmente por Elias Machado e após 2010 por Gislene Silva. A disciplina *Teoria do jornalismo* ocupa-se, de acordo com sua ementa, do:

Estudo da especificidade e natureza da informação jornalística. **Fundamentos epistemológicos.** Percurso histórico de suas teorias. Processo produtivo da notícia: estruturas operacionais, organizacionais e tecnológicas. Discurso e narrativa, mediação sociocultural e construção de conhecimento. Ethos jornalístico. Experiência do jornalismo em diferentes condições sociais, políticas, históricas e culturais (PPGJOR, online, grifo nosso)⁵⁹.

O Programa publica semestralmente desde 2004, quando realizava-se o curso de especialização em Estudos de Jornalismo, a revista acadêmica *Estudos em Jornalismo e Midia*. Em seus primeiros cinco anos, o periódico dedicou duas edições na teorização do jornalismo: uma com a temática *Jornalismo e conhecimento* (2005), com artigos de Teun van Dijk, Orlando Tambosi, Francisco Karam, Alfredo Vizeu e Gislene Silva, e outra intitulada *Teoria: rumos, tensões e desafios* (2009), com textos de Gislene Silva e Jorge Pedro Sousa. Além disso, resgatou três textos de Adelmo Genro Filho publicados nos anos 1970 em jornais do Rio Grande do Sul, em que o autor já chamava atenção para as particularidades do jornalismo: *Questões sobre jornalismo e ideologia* (2004a); *Sobre a necessidade de uma teoria do jornalismo* (2004b); e *O jornalismo e a crise da objetividade burguesa* (2005). O texto de apresentação da edição *Teoria: rumos, tensões e desafios*, assinado pelo então editor da revista, Rogério Christofolletti (recém-aprovado no concurso para professor efetivo do Departamento de Jornalismo da UFSC e que no ano seguinte viria a tornar-se membro do mestrado em Jornalismo da instituição), inicia com a seguinte afirmação:

Uma das primeiras preocupações de um campo de conhecimento que objetiva se consolidar é delimitar suas bases teóricas. Essas

58 Também leciona a matéria optativa *Questões teóricas da pesquisa em jornalismo*.

59 Disponível em: <<http://ppgjor.posgrad.ufsc.br/disciplinas-2019/>>. Acessado em: 10 de dezembro de 2018.

raízes não apenas sinalizam uma tradição na produção de saberes, mas também dão sustentação aos frutos que surgirão nas próximas gerações. Neste sentido, o Jornalismo também se ocupa de definir conceitos, teorias e modelos que ajudem a visualizar os limites que o fazem um **campo autônomo de conhecimento** (CHRISTOFOLETTI, 2009, s/p, grifo nosso).

O projeto do PosJor começou a ser concebido em 2000, ano em que o curso de graduação mudou para Jornalismo (sem a nomenclatura Comunicação Social na frente), com o grupo de pesquisa em estudos de jornalismo cadastrado no CNPq, sob a coordenação dos professores do Departamento de Jornalismo da UFSC Eduardo Meditsch e Nilson Lage (MEDITSCH; AYRES; BETTI, 2017). No ano seguinte, relatam os pesquisadores, cogitou-se a criação de um mestrado profissional em jornalismo, mas a proposta foi abortada devido à resistência dentro do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, onde se encontra o Departamento de Jornalismo. Em 2006, o projeto do mestrado acadêmico em jornalismo foi encaminhado à Capes, mas teve parecer rejeitado pelo Conselho Técnico Científico da entidade, fazendo com que o grupo da UFSC elaborasse um recurso, que, a partir de uma nova avaliação, aprovou a criação do curso no início de 2007 (MEDITSCH; AYRES; BETTI, 2017).

Até aquele momento, a Área de Comunicação resistia em aceitar um mestrado especializado numa sub-área do campo, ainda mais sendo a de Jornalismo, considerada “separatista” pela visão então dominante. Todos os programas existentes no país eram de “Comunicação” ou “Ciências da Comunicação” desde a reforma do Programa da USP, que extinguiu e incorporou o Programa de Jornalismo que lá estava em desenvolvimento no final do anos 90. A Comunicação buscava sua legitimação como disciplina acadêmica, e **a reivindicação do Jornalismo pelo reconhecimento de uma teoria própria era vista como ameaça** àquela expectativa hegemônica na pós-graduação da área (MEDITSCH; AYRES; BETTI, 2017, p. 77, grifo nosso).

É possível dizer que a implantação do mestrado em Jornalismo da UFSC justificou-se no trabalho de Adelmo Genro Filho, que requereu em diversos textos a especificidade do jornalismo com uma teoria própria, profundamente expressa na obra *O segredo da pirâmide*. O livro, aliás, “constou como bibliografia obrigatória para as seleções de acesso ao mestrado que tiveram prova escrita, além de estar presente na disciplina Teoria do Jornalismo” (PONTES, 2015, p. 267). Segundo o autor, o livro também aparece como

bibliografia de outras disciplinas do PPG e em 23 dissertações defendidas até 2014.

O segundo mestrado do país tendo o jornalismo como área de concentração é da UEPG, em 2013. Com área de concentração denominada Processos jornalísticos, o curso reúne duas linhas de pesquisa: *Processos de produção jornalística*; e *processos jornalísticos e práticas sociais*. A grade antiga (até 2017) oferecia como disciplinas obrigatórias *Teorias do jornalismo*, *Metodologias de pesquisa em jornalismo*, *Mídia e formação da opinião pública*, *Jornalismo e agendamento temático* e *Seminário metodológico*. Desde 2018, houve uma alteração nos créditos obrigatórios: *Teorias do jornalismo* e *Metodologias de pesquisa em jornalismo* permaneceram, mas as anteriores foram extintas e deram lugar a *Jornalismo e convergência tecnológica* e *Jornalismo, democracia e poder*. Existem duas publicações acadêmicas vinculadas ao PPG: a *Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*⁶⁰, com edições semestrais desde 2014, e a *Revista Internacional de Folkcomunicação*, com edições também semestrais iniciadas em 2003.

Dentre as informações sobre a área de concentração, na página do curso da UEPG na internet, destacamos o trecho abaixo:

busca contemplar tanto aspectos voltados à **epistemologia do Jornalismo**, com bases teóricas e conceituais situadas nas dinâmicas, rotinas produtivas e aspectos da produção midiática, quanto às relações do Jornalismo com os demais campos do conhecimento, valorizando as interfaces da comunicação com as representações sociais (BRASIL, online, grifo nosso)⁶¹.

Os outros três mestrados em jornalismo em funcionamento tem caráter profissional. Ao contrário do mestrado acadêmico, a modalidade profissional procura, através do estudo de técnicas e/ou processos, atender demandas do mercado de trabalho. Conforme Fischer (2005), trata-se de uma ocorrência relativamente recente na pós-graduação brasileira, cujos primeiros cursos foram implementados em meados dos anos 1990. Ainda de acordo com a autora, a ideia de capacitação profissional na pós-graduação está expressa no parecer nº 977/65 do então CFE, embora tenha sido regulamentado em 1995. No entanto, a modalidade acadêmica tornou-se predominante devido à necessidade de qualificação

⁶⁰ O nome da revista faz referência ao projeto *Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*, publicada em versão impressa em 1993 e editada por Elias Machado e Sérgio Luiz Gadini (ROCHA, 2014).

⁶¹ Disponível em: <<http://pitangui.uepg.br/prosp/ppgjor/index.php>>. Acessado em: 12 de julho de 2018.

docente para o ensino e a pesquisa no país.

O mestrado da UFPB é ofertado na área de concentração em *Produção Jornalística* e teve início no mesmo ano do curso da UEPG, em 2013. Há apenas uma linha de pesquisa: *Processos, práticas e produtos*. Em sua estrutura curricular, tem como obrigatória *Teorias do jornalismo*, além das disciplinas *Técnicas, linguagens e ambiências jornalísticas*, *Ética do jornalismo*, *Seminários de trabalho final I* e *Seminários de trabalho final II*. O curso publica, desde 2014, a revista acadêmica *Âncora*.

Em 2015, foi criado o mestrado da Fiam-Faam, com área de concentração em *Práticas jornalísticas* e duas linhas de pesquisa: *Linguagens jornalísticas e tecnologias*; e *Jornalismo e mercado de trabalho*. São obrigatórias as disciplinas *Teorias do jornalismo e práticas profissionais*, *Metodologia da pesquisa e análise de projetos em jornalismo* e *Laboratório de intervenção e experimentação em jornalismo*. A revista acadêmica *Parágrafo*, hoje vinculada ao programa, é editada desde 2013.

O curso mais recente é o da ESPM, com área de concentração em *Produção jornalística e mercado*, cujas atividades começaram em 2016. São duas linhas de pesquisa: *Lógicas e modelos de gestão em jornalismo*; e *Produção de conteúdo*. A grade tem como disciplinas obrigatórias *Teorias do jornalismo: estudos e reflexões*, *Métodos e técnicas de pesquisa aplicados ao jornalismo* e *Ética, jornalismo e sociedade*. É o único PPG em jornalismo que não edita revista acadêmica.

A disciplina *Teoria do jornalismo* só se torna componente curricular obrigatório a partir das novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em jornalismo, cujo parecer do CNE foi homologado pelo MEC em 2013 (com prazo final de implementação pelas instituições de ensino superior até 2015). A discussão acerca da norma que modifica o modelo político-pedagógico da graduação em jornalismo (ante às diretrizes curriculares em comunicação social e suas referidas habilitações, em 2002) começou a ser efetivamente pautada em 2008, embora, desde antes, representantes da Fenaj, do FNPJ e da SBPJor já fizessem articulações políticas para dar autonomia aos cursos de jornalismo em relação à comunicação (F. LOPES, 2014)⁶². Neste mesmo período,

62 Segundo a pesquisadora, entre os anos de 2004 e 2005, a Fenaj, o FNPJ e a SBPJor aproveitaram o debate sobre a “Lei Orgânica da Educação Superior”, conhecida como reforma universitária, para entregar ao MEC e aos parlamentares do Congresso Nacional um documento intitulado “Contribuições do campo do jornalismo ao debate sobre o anteprojeto da lei de educação superior”, abordando a necessidade da formação específica.

ressurgia o debate sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista – que, de tempos em tempos, marca a agenda deste campo profissional. O MEC instituiu, naquele ano, uma comissão de especialistas, presidida por José Marques de Melo para elaborar a proposta das novas diretrizes. Evidente que Marques de Melo foi escolhido pela sua notória posição no campo da comunicação, com feitos importantes para a consolidação da área no Brasil – ajudou a fundar a Intercom (1977) e foi seu primeiro presidente (1979-1981), tendo presidido a associação em outras ocasiões (1981-1983 e 2005-2008), bem como a Alaic (1989-1992), além de ter lançado mais de 150 livros relacionados ao tema, com destaque para o jornalismo. A equipe que trabalhou na proposta das novas diretrizes foi formada por Eduardo Meditsch (UFSC), Alfredo Vizeu (UFPE), Luiz Gonzaga Motta (UnB), Manuel Carlos Chaparro (USP), Lucia Maria Araújo (Canal Futura), Sergio Mattos (UFRB) e Sonia Virgínia Moreira (UERJ), todos com considerável inserção na pesquisa em jornalismo e alguns deles vinculados diretamente com a criação da SBPJor em 2003 e do mestrado em Jornalismo da UFSC em 2007.

O projeto para elaboração de novas diretrizes para a graduação em jornalismo foi, no contexto do debate sobre o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão no país, uma “resposta às pressões de um grupo de docentes e profissionais que buscavam apoio e visibilidade para a campanha pró-obrigatoriedade” (F. LOPES, 2014, p. 103-104). Esse fato dividiu a área de comunicação: a Compós, que representa os programas de pós-graduação, e a Enecos, que fala em nome dos estudantes, posicionaram-se contra o projeto. F. Lopes (2014) relata outras instâncias do dissenso, como na lista de e-mails da Compós em que pesquisadores da área criticaram veementemente a adoção da proposta, como Adilson Cabral e Maurício Lissovsky, ambos da UFRJ, e Afonso Albuquerque (que presidiu a Compós entre 2005 e 2007), da UFF, dentre outros não citados no texto da autora.

É possível afirmar que as novas diretrizes vão além da organização curricular dos cursos de jornalismo no país. Figura aí uma tomada de posição em torno de um campo autônomo do conhecimento. Na resolução, a palavra epistemologia – sua derivação (“epistemológicos”), para sermos mais precisos – aparece vinculada à fundamentação específica em jornalismo. O termo encontra-se no segundo eixo de formação (ao qual se refere à fundamentação específica), um dos seis sustentáculos⁶³ que devem ser

63 São eles: I - Eixo de fundamentação humanística (capacitar o jornalista para exercer a sua função

contemplados no projeto pedagógico do curso, que tem a seguinte função:

proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: **fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos**; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes (BRASIL, 2013, p. 5, grifo nosso).

A expansão das teorias do jornalismo no Brasil, de acordo com Pontes (2015), teve início nos anos 1990 e ficou mais acentuada a partir de 2000. O pesquisador afirma ainda que a origem da inserção da cadeira no currículo acadêmico, seu aperfeiçoamento e acréscimo no quantitativo bibliográfico tiveram forte relação com regiões específicas do país, como Santa Catarina (UFSC) e Rio Grande do Sul (UFRGS, PUC-RS e Unisinos). Interessante observar, a partir dos relatos, que a criação da disciplina nos anos 1980, sobretudo na UFRGS e da UFSC, está embasada nas teorias da comunicação, que já integravam a estrutura curricular dos cursos de comunicação há alguns anos. Esse desenvolvimento perpassa, assume Pontes, a recepção do livro *O segredo da pirâmide*, de Adelmo Genro Filho, especificamente na discussão do jornalismo como forma de conhecimento. De fato, o avanço institucional do jornalismo no campo científico-acadêmico é justificado pela obra de Genro Filho, embora o estudioso fizesse referência à sua especificidade teórica (e não ao aspecto institucional).

O curso de Jornalismo da UFSC, por ser o local em que Genro Filho trabalhou e escreveu seu livro, é considerado, naturalmente, o local de maior produção e disseminação de suas ideias. Essa

intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira); II - Eixo de fundamentação específica (proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão); III - Eixo de fundamentação contextual (embasar o conhecimento, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais); IV - Eixo de formação profissional (fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística); V - Eixo de aplicação processual (fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes); e VI - Eixo de prática laboratorial (adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de funções e valores).

associação a Genro Filho aumenta devido à consolidação da graduação e da pós-graduação específica em Jornalismo. Graduação específica que, de certa forma, foi tomada como modelo para a transformação de todos os cursos de Comunicação social Habilitação em Jornalismo do país que passaram a ser denominados apenas Jornalismo [...] devido à aprovação das Novas Diretrizes Curriculares no final de 2013 (PONTES, 2015, p. 268).

Nesse sentido, o curso de jornalismo da UFSC aparece como epicentro dessa geografia institucional científico-acadêmica do jornalismo, movimentando-se numa direção centrífuga, irradiando-se no sentido de engendrar outros (novos) espaços institucionais, numa orquestra afinada. Basta observar, por exemplo, a relação de docentes do curso da UFSC com a fundação da SBPJor e na elaboração das novas diretrizes curriculares para a graduação em jornalismo. Chama atenção também a proximidade temporal entre as ações institucionais, que se tornaram mais intensas a partir deste século. A marcação no tempo fica mais evidente, quando atentamo-nos para o ano em que foram instituídas: especialização em Estudos de Jornalismo, do Departamento de Jornalismo da UFSC, entre 2001 e 2006; SBPJor em 2003; revista *Estudos em Jornalismo e Mídia* em 2004; revista *Brazilian Journalism Research* em 2005; mestrado em Jornalismo da UFSC e *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo* em 2007; ampliação do GT de Jornalismo da Intercom, abrangendo a subdivisão Teoria do Jornalismo, em 2009; mestrado em Jornalismo da UFPB e da UEPG e novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo em 2013; doutorado em Jornalismo da UFSC e revistas *Âncora*, da UFPB, e *Pauta Geral*, da UEPG, em 2014; e mestrado em Jornalismo da Fiam-Faam. Citamos ainda os livros com a nomenclatura “teorias do jornalismo” lançados entre 2002 e 2005 por Jorge Pedro Sousa, Nelson Traquina (publicou dois volumes) e Felipe Pena.

O próprio Eduardo Meditsch, um dos principais agentes da luta pelo reconhecimento científico-acadêmico do jornalismo, expõe essas estratégias em diversos textos, seja ao falar da encomenda dos dois livros de teorias do jornalismo (publicados em 2004 e 2005) para Nelson Traquina pelo curso de especialização em Estudos de Jornalismo da UFSC, seja por dizer que o curso de pós-graduação na modalidade *lato sensu* entre 2001 e 2006 foi “tubo de ensaio” para a implantação do mestrado acadêmico em Jornalismo na instituição, em 2007, ou, até mesmo, pela sua iniciativa em colocar questões sobre teorias do jornalismo na prova do Exame Nacional de Cursos, do MEC, no final da década de

1990, bem como no trabalho como coordenador desde 2009 da série *Jornalismo a rigor*, da editora Insular, que visa editar obras que privilegiem o jornalismo, e ao integrar o grupo de especialistas que elaborou as novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo, aprovadas pelo MEC em 2013.

Também verificamos a presença cada vez mais frequente, nos últimos anos, da expressão “epistemologia do jornalismo” e suas derivações em espaços institucionais e textos científicos, como desenrola-se há alguns anos o tema “epistemologia da comunicação”, em decorrência da necessidade da área de comunicação em refletir seu próprio fazer científico, bem como sua significação social. Consta na descrição da área de concentração do curso de mestrado em Jornalismo da UEPG, na linha de pesquisa *Jornalismo e processos editoriais* do PPG em Comunicação da UFRGS e na disciplina *Teoria do jornalismo* a ela vinculada, nas disciplinas *Teoria do Jornalismo* do PPGJor/UFSC e do mestrado em Comunicação da UFMS, no GT Estudos de Jornalismo da Compós e no texto das novas diretrizes curriculares, como já mencionamos neste capítulo, e ainda como matéria curricular⁶⁴ no curso de Jornalismo da UFMA, substituindo, possivelmente, a disciplina *Teoria do jornalismo* (que não se encontra no currículo), na sessão livre (apresentação de trabalhos) do congresso da SBPJor em 2017 e em artigos científicos, como o que leva o título *Por uma epistemologia do campo jornalístico: construtivismo, conhecimento e esfera pública* (2012), de autoria de Alfredo Vizeu e Heitor Rocha. Esse fluxo nos faz questionar o que fundamentaria essa “epistemologia do jornalismo”.

Essas ações de agentes sociais e instituições convergem no sentido de fortalecer o âmbito institucional científico-acadêmico do jornalismo, especialmente porque esta instância também se ampara nas pesquisas acadêmicas das diversas áreas de conhecimento dentro das ciências sociais e humanas que empregam o jornalismo como objeto de investigação, tema do próximo capítulo.

64 Disponível em: <http://www.comunicacao.ufma.br/?page_id=491>. Acessado em: 15 de dezembro de 2018.

Capítulo 2 – O jornalismo nas ciências sociais e humanas: um breve inventário

Definitivamente: que consequências tem esse produto, criado pelos diferentes caminhos que haveremos de investigar, que finalmente constitui o jornal?

Max Weber, 2005 [1910]

Este segundo capítulo apresenta o jornalismo como objeto de investigação no interior das ciências sociais e humanas. Recorre à abordagem histórica para reunir elementos para uma análise epistemológica. Desse modo, ao passo que faz um recuo no tempo para examinar as explicações sobre a prática jornalística (com esforços pontuais até o início do século XX), também demarca novos interesses de pesquisa em torno da atividade que começam a tomar corpo nos anos 1960, com o olhar específico da sociologia (sobretudo a sociologia do conhecimento), possibilitando um acúmulo que, mais tarde, vai tornar-se argumento para a constituição de um campo próprio, com teorias próprias.

O jornalismo, desde que emergiu (originalmente, como imprensa) no século XVII, passou a chamar atenção de intelectuais e pesquisadores. As angulações são diversas: na organização da vida social (cada vez mais complexa), suas relações com o Estado, formação da opinião pública, propulsor do espaço público, atividade mercadológica, mediação da democracia, instrumento de manipulação da consciência, mecanismo de poder, promotor da cultura etc. Se antes era apenas o meio pelo qual fazia aparecer fenômenos que interessam estritamente ao pensamento tradicional da ciência e da filosofia, a partir de determinado momento há uma virada: o jornalismo vai ser o fim *per se*. Ou seja, começa a figurar como objeto central desses estudos a partir do modo como constitui os acontecimentos do mundo. Em outras palavras, a atividade passa a ser apreciada, também, como produto da prática profissional dos jornalistas (*know-how*), cuja lógica e estrutura “interna” de produção (fazer jornalístico) é *locus* do que vem sendo denominado como teorias do jornalismo (vide livros que levam esta nomenclatura).

Com exceção de esforços pontuais – como a tese de doutorado do filósofo alemão Tobias Peucer, defendida em 1690 –, as investigações em torno do jornalismo revelam-se com mais ênfase nos últimos 150 anos. Foi a partir do século XIX, período que Nelson

Traquina (2005) assinala como sendo de “expansão da imprensa”, que a prática jornalística – na esteira das modificações, em escala mundial, nas condições de vida das pessoas e na organização da sociedade desde a revolução industrial no século XVIII (cf. ROCHER, 1971)⁶⁵ –, tem passado por transformações significativas (aumento vertiginoso das tiragens dos jornais; divisão social do trabalho dentro das redações; surgimento de associações, sindicatos e cursos universitários; desenvolvimento de códigos deontológicos; concepção do veículo jornalístico como empresa que busca lucro e seu produto tornando-se mercadoria etc.), intervindo cada vez mais no cotidiano social.

O interesse das ciências humanas e sociais pelo jornalismo é proporcional ao modo como ele se realiza na organização social. Cresce exponencialmente à medida que a atividade modifica relações sociais, influencia comportamentos, torna o mundo cognoscível, promove ações/reações (individuais e coletivas), atua na formação moral/ética, estabelece estruturas de poder (político e econômico) etc. As explicações sobre o fenômeno jornalístico emergem das diferentes zonas do conhecimento científico (bem como o conhecimento filosófico), dentre elas a sociologia, a antropologia, a psicologia, a história, a linguística, a ciência política, a economia, o direito e, via de regra, a comunicação. Nesse sentido, é inegável a contribuição desses domínios, em diversos níveis, para a compreensão do jornalismo, erigindo, até então, um acúmulo de produção teórica que o identifica de variadas formas:

Uma *técnica* de amplificação informativa, historicamente determinada; um *processo* produtivo, industrial, mercadológico, cujo resultado final produz sentidos. Um *discurso*, com função referencial (dá conta dos acontecimentos) e fática (de contato com o público); um discurso normativo, unilateral (as interações propostas são simulacros), ininterrupto (sem espaço para silêncios) e homogeneizador da sociedade; um *relato* da atualidade, um *registro* da história acontecendo; um *discurso* que incorpora outros discursos e é realizado tendo em vista um leitor. Uma *forma* específica de conhecimento. Um *poder* advindo da condição intrínseca à sua existência – a de mediar interesses políticos e sociais; um *poder* advindo de relações estruturais com o capital econômico e o poder político. Uma *atividade* sujeita às

65 De acordo com o sociólogo, para examinar a sociedade que emergia, foi preciso compará-la (numa perspectiva temporal) e confrontá-la com outros tipos de sociedades. Isso explica o emprego de tipologias dicotômicas, estabelecendo uma distinção/oposição entre a sociedade contemporânea (sociedade tecnológica) e as primeiras formas de sociedade, exclusivamente sua representação mais antiga (sociedade tradicional). Para isso, toma como base três aspectos: estrutura econômica, organização social e mentalidade (ROCHER, 1971).

transformações operadas pelo desenvolvimento tecnológico e por novas formas no exercício da profissão. Uma *instituição* essencial para a afirmação da esfera pública (BERGER, 2002, p. 146-147, grifo da autora).

Por sua conta, o objetivo deste capítulo é fazer um breve inventário de pesquisas e textos científicos que empregam o jornalismo como objeto de investigação, formando, posteriormente, um campo próprio de estudo. Para viabilizar este intento, realizamos um rastreamento de materiais de diversos países, focando naqueles que tiveram alguma repercussão na pesquisa brasileira deste ramo da comunicação, seja no uso de conceitos, ao acionar teorias ou na aplicação de métodos, bem como adaptando-os no exame deste fenômeno específico. Consideramos, também, suas filiações epistemológicas. Nesta empreitada, recorreremos a trabalhos que buscaram catalogar a pesquisa sobre o jornalismo. Um deles, é o considerável esforço da pesquisadora estadunidense Barbie Zelizer, em *Taking journalism seriously: news and the academy* (2004), na sistematização das contribuições acadêmicas (em língua inglesa) sobre o jornalismo, a partir de cinco lentes disciplinares (excetuando a comunicação, por julgá-la explicitamente de caráter interdisciplinar): sociologia, história, estudos da linguagem, ciência política e análise cultural. Com a premissa de que o jornalismo é uma instituição social bastante complexa para ser estudada sob uma ótica exclusiva, Zelizer propõe uma combinação dessas lentes ao inquiri-lo, para que ele seja levado a sério.⁶⁶ Trajeto semelhante é realizado pela professora portuguesa Cristina Ponte, no livro *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico* (2005), lançado um ano antes em seu país de origem, com uma modificação discreta no título (*Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*). Em seu tratado revisionista, ela amplia o referencial teórico (em relação à Zelizer), apontando, inclusive, a contribuição dos pesquisadores brasileiros Adelmo Genro Filho e Eduardo Meditsch. Cabe dizer aqui que, apesar de fazermos um percurso baseado no trabalho de Zelizer, temos um olhar crítico sobre a questão da interdisciplinaridade⁶⁷. Nosso exercício é similar ao trabalho de Felipe Pontes (2009), no

66 Em tom crítico, Machado (2006) salienta a falha de Zelizer ao revisar os estudos acadêmicos sobre o jornalismo e cita textos de outros países, como Alemanha, Brasil, Cuba, Espanha, França e outros. O autor ainda refuta a opção dela em não definir o jornalismo como objeto de estudo, embora reconheça a amplitude da obra em sistematizar o conhecimento sobre a prática jornalística. Em oposição à Zelizer, Machado (2006) aprecia o jornalismo, dentro do ambiente acadêmico, como “disciplina científica” e “objeto científico autônomo”.

67 Sobre isso, cf. Martino (2003b, 2005a, 2006c); Martino e Boaventura (2013); e Boaventura (2014).

sentido de problematizar as diversas abordagens dentro das ciências sociais e humanas sobre o jornalismo, hoje colocadas genericamente na etiqueta “teorias do jornalismo”, por utilizar a atividade como objeto de análise (e não como objeto de estudo).

Outras tentativas, nesta mesma linha, também nos auxiliaram, em alguma medida, para delinear o caminho da pesquisa internacional sobre o jornalismo (FRANCISCATO, 2013, 2015; LÖFFELHOLZ, ROTHENBERGER, 2011; MACHADO, 2004; MAROCCO, 2005a, 2005b; SILVA, 2005a; J. P. SOUSA, 2007; SUBTIL, 2015; VIZEU, 2003). Eventuais lacunas (no que diz respeito a autores e/ou obras) poderão ser observadas, devido tanto a opções realizadas durante a seleção da bibliografia quanto por dificuldades de acesso ao material (a barreira da língua, por exemplo). Mas isso não inviabiliza a tarefa, pois seria impossível exaurir toda a bibliografia que trata do jornalismo. Essas questões mostram, numa referência ao pensamento do historiador francês Paul Veyne (2014) acerca da história, que as “lacunas não nos impede de escrever algo a que se dá” (p. 27) e que a importância outorgada a determinados fatos (textos acadêmicos, no caso desta tese) em relação a outros depende de “critérios escolhidos por cada historiador e não tem uma grandeza absoluta” (p. 29).

Os textos que circundam o jornalismo não serão aqui analisados respeitando um critério estritamente cronológico, tal como faz Wolf (1999) ao examinar as teorias da comunicação até porque algumas dessas reflexões coexistiram, circularam concomitantemente em espaços distintos, ou inversamente, elas abordaram objetos similares em diferentes momentos.

O jornalismo é objeto de interesse acadêmico desde o século XVII, quando começava a figurar como atividade social que já ali fazia notar “coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja” (2004, p. 16), nas palavras do médico Tobias Peucer, autor da primeira tese de doutorado de que se tem conhecimento. Este primeiro estudo sistemático sobre a prática jornalística data de 1690. O trabalho foi elaborado na Universidade de Leipzig, na Alemanha, fundada no século XV. Dividido em 29 pequenas partes (com, no máximo, três parágrafos), o texto de Peucer é considerado um marco da pesquisa em jornalismo e coloca a Alemanha como pioneira nesse processo ao qual se juntará, alguns anos depois, entre fins do século XIX e início do século XX, os

pensadores Ferdinand Tönnies, Karl Bücher, Karl Marx, Max Weber e Otto Groth (em sua maioria, oriundos da sociologia).

Com o título *Os relatos jornalísticos*, o texto de Peucer foi originalmente publicado no Brasil em 2000 na revista acadêmica *Comunicação & Sociedade*, do PPGCom da UMESSP, com o estímulo de José Marques de Melo, e reproduzido quatro anos depois no periódico acadêmico *Estudos em Jornalismo e Mídia*, do PPGJor da UFSC, abrindo o dossiê homônimo *Os relatos jornalísticos*, que contém quatro artigos⁶⁸ que fazem referência ao trabalho do filósofo alemão. O estudo de Peucer aborda o aparecimento e a estrutura dos fenômenos jornalísticos (na forma de periódicos impressos) desde o início do século XVII, na Alemanha e em outros países da Europa, como Bélgica, França, Inglaterra e Itália.

Embora o jornalismo ainda estivesse principiando⁶⁹ nos países europeus no período em que Peucer debruçou-se para tentar entender o fenômeno, aspectos concernentes à atividade, trabalhados pelo autor, são temas basilares até hoje nos estudos de jornalismo (chamados de teorias do jornalismo), como o jornal como um produto que gera lucro, a credibilidade, a seleção e a hierarquização dos fatos, a ética e a narrativa, dentre outros. Outro tema bastante pertinente na pesquisa em jornalismo, o conhecimento (jornalismo como conhecimento), também citado pelo médico, é objeto de teorização de diversos estudiosos (que, provavelmente, desconheciam o trabalho de Peucer), como Robert Park, Adelmo Genro Filho e Eduardo Meditsch. Aliás, a perspectiva singular da atividade jornalística – tese defendida em 1987 por Genro Filho em *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* – já era defendida por Peucer.

A tese doutoral de Peucer é considerada, por alguns pesquisadores, o marco zero da pesquisa acadêmica em jornalismo, no qual a obra é postulada como “texto fundador da teoria do jornalismo” (PEDROSO, 2004) e seu autor como “progenitor e precursor” da matéria (J. P. SOUSA, 2004), inaugurando, antes mesmo do surgimento das ciências sociais e humanas, o jornalismo como “objeto científico” ou “disciplina científica”

⁶⁸ Três deles mencionam o nome de Peucer logo no título. São eles: *Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo*, de Jorge Pedro Sousa; *Tobias Peucer e as origens do jornalismo*, de Orlando Tambosi; e *O jornalismo como uma forma de narração da história do presente: uma interpretação da tese de doutoramento em periodística de Tobias Peucer*, de Rosa Nívea Pedroso. O último artigo *Os primórdios do ensino de jornalismo*, de José Marques de Melo, cita o estudioso alemão no corpo do texto.

⁶⁹ Para se ter uma ideia, os periódicos eram impressos com diferentes periodicidades. A depender do território geográfico, eram semanais, mensais ou, até mesmo, semestrais.

(MACHADO; SANTA CRUZ, 2015). O pesquisador português Jorge Pedro Sousa (2004), para quem o trabalho de Peucer representa o início de consolidação do “campo jornalístico”, admite, paradoxalmente, que (1) ainda nem se falava em jornalismo naquele período (século XVII) e, além disso, (2) os escritos do filósofo alemão não se equiparam a uma tese doutoral dos dias de hoje.

Orlando Tambosi, por sua vez, é mais comedido ao avaliar o trabalho de filósofo alemão. De acordo com docente aposentado da UFSC, o texto de Peucer alude às origens⁷⁰ do jornalismo, e não necessariamente tem a ver com uma “teoria do jornalismo”, uma vez que trata de uma nova cultura (da notícia) que começava a se consolidar nos grandes centros europeus “em função da expansão do comércio e da proliferação de periódicos” (TAMBOSI, 2004, p. 50). Para ele, o jornalismo e a ciência são “filhos” da modernidade. Tambosi (2004) apresenta ainda alguns traços daquele período (entre fins do século XVII e início do século XVIII) que revolucionam o conhecimento sistemático (a ciência e a filosofia):

O opúsculo de Peucer (constituído de 29 parágrafos) surge três anos depois da publicação de *Princípios matemáticos de filosofia natural*, de Isaac Newton (1642-1727), o pai da física moderna, e no mesmo ano em que vieram à luz o *Ensaio sobre o intelecto humano* e *Dois tratados sobre o governo*, do filósofo John Locke (1632-1704), fundador do empirismo e teórico do liberalismo. Na Alemanha de Peucer, o filósofo e lógico Wilhelm Leibniz (1646-1716) estabelecia as diferenças entre a investigação científica e a pesquisa filosófico-metafísica, criticava Descartes (1596-1650) e polemizava com Newton sobre a primazia na criação do cálculo diferencial. [...]

É no século XVII que irrompe este grandioso movimento de ideias que transformará profundamente não só a ciência e a filosofia, mas a própria concepção do mundo e da vida: a obra de Galileu Galilei (1564-1642) lhe fornecerá as características determinantes; Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes, cada qual à sua maneira, serão seus arautos filosóficos (TAMBOSI, 2004, p. 50).

Ou seja, a ciência começa a apartar-se da filosofia e passa a apreender as “coisas” do mundo através do experimento, baseando-se, agora, no método científico: “Trata-se de um processo verdadeiramente complexo, que (...) encontra seu resultado na fundamentação galileana do método científico e, portanto, na autonomia da ciência em relação às

⁷⁰ O termo jornalista, por exemplo, só passou a ser empregado na Europa por volta de 1700 (BURKE *apud* TAMBOSI, 2004).

proposições de fé e às concepções filosóficas” (TAMBOSI, 2004, p. 51).

Num salto em direção ao século XIX, com o jornalismo intervindo cada vez mais na vida social e num contexto de mudanças paradigmáticas em sua estrutura (como já identificamos), a atividade passa a concentrar progressivamente a atenção de estudiosos, sobretudo da sociologia, área do conhecimento científico que começava a tomar forma naquele momento, com o intuito de entender/explicar as transformações na vida em sociedade decorrentes, dentre outros acontecimentos, das revoluções industrial e francesa, ocorridas no século anterior.

O pensador alemão Karl Marx (visto como filósofo, historiador e sociólogo), antes de sua contribuição a diversas áreas do saber, com a publicação de obras, como *O manifesto comunista* (juntamente com o filósofo Friedrich Engels, em 1848), *O capital* (1867) e *A ideologia alemã* (também com Engels)⁷¹, trabalhou como jornalista (entre 1842 e 1862 foi editor de jornal e colaborou com vários periódicos)⁷² numa época que a imprensa conformava-se como porta-voz de escritores, políticos e filósofos que buscavam tornar-se conhecidos e, também, catalisar o debate público. Durante esse período, escreveu vários artigos sobre política, economia e outros assuntos de interesse social, dentre eles o próprio jornalismo, através da “liberdade de imprensa”, tema que dá nome ao livro que reúne parte desses textos (2006). Na análise de Pontes (2018), a atividade jornalística exerce três sentidos para a obra de Marx: (1) instrumento de luta política para a transformação do Estado e defesa da liberdade; (2) defesa da classe proletária, orientando-a no sentido de fazer a revolução; e (3) análise da conjuntura política e econômica.

O francês Gabriel Tarde, que ajudou a erguer a sociologia naquele país ao lado de Émile Durkheim (embora ambos tivessem posições teóricas distintas)⁷³ entre o final do século XIX e início do século XX, ao perceber ali a força da imprensa na conduta social, elaborou importantes contributos para teorizar a questão da opinião pública. Em *A opinião e as massas* (2005 [1901]), Tarde aborda o vínculo entre o jornal e seu público (cuja noção

71 Escrito pelos dois estudiosos entre 1845 e 1846.

72 Após esse período, o pensador continua fazendo publicações esporádicas em jornais.

73 Ao passo que Tarde realizou suas análises dos fenômenos sob a perspectiva da microsociologia, Durkheim empreendeu investigações de caráter macrosociológico (VARGAS, 1994). Neste sentido, a primeira corrente dedica-se a interações individuais e/ou de pequenos grupos sociais e a segunda orienta-se por sistemas sociais em grande escala.

surge após o desenvolvimento da imprensa), dando a estes “a sensação de atualidade e a consciência de unanimidade simultânea” (p. 13), através do qual mobiliza a formação da opinião (pública), com preponderâncias políticas. Alguns anos depois, em 1922, o assunto é escopo de duas importantes obras: *Crítica da opinião pública*, do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, e *Opinião pública*, do jornalista estadunidense Walter Lippmann. Tönnies é pioneiro ao delinear o tema dentro da sociologia empírica, embora seu debate sobre opinião pública não tenha repercutido no ambiente acadêmico, ao contrário de sua teoria social (SPlichal, 2006). Dentre as razões para isto, pontua Slavko Splichal (2006), estão a ascensão do nazismo na Alemanha, que minou a pesquisa acadêmica em jornalismo, e as diferenças metodológicas de sua sociologia num período dominado pelo positivismo⁷⁴. Tönnies vê a opinião pública como uma forma de vontade social, que, na sua relação com a imprensa, age como meio de expressão do público. Textos sobre seu pensamento sociológico foram publicados em 1995 na coletânea *Para ler Ferdinand Tönnies*, organizada por Orlando de Miranda, da área de ciências sociais. Artigos do pensador alemão voltados para o estudo do jornalismo integram *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa* (2006), organizado por Beatriz Marocco e Christa Berger. Ao contrário do trabalho de Tönnies, o livro de Walter Lippmann torna-se célebre no ambiente acadêmico. Sua preocupação central foi a relação entre a atuação dos jornais e as imagens do mundo que fazemos em nossas mentes (estereótipos). Começam a aparecer aí, de maneira fragmentada e descontínua, questões acerca da “aquisição de conhecimentos e de representações da realidade” (WOLF, 1999, p. 142)⁷⁵. Estas particularidades vão tornar-se, de certo modo, mais tarde, chaves explicativas das teorias do jornalismo, como demonstraremos mais à frente. Prova disso é o reconhecimento que Maxwell McCombs – que elaborou, no início dos anos 1970, junto com seu colega Donald Shaw, a teoria do agendamento (*agenda-setting*) – confere ao trabalho de Lippmann, utilizado como ponto de partida para a pesquisa:

As notícias advindas da mídia tornam-se de grande interesse para o público. As origens da teoria remontam a Walter Lippmann no seu livro *Opinião Pública*, de 1922. Lippmann começa seu clássico

74 Para Splichal (2006), é paradoxal o fato de críticos do positivismo não terem juntado-se a Tönnies.

75 O autor cita também um livro de Paul Lazarsfeld, publicado em 1940, sobre os efeitos do rádio nos ouvintes.

livro com o estudo intitulado “O mundo lá fora e as imagens em nossas cabeças”. Sua tese é a de que a mídia é a ponte até nossas mentes em termos de informação. Porém, os anos mais recentes têm se transformado em algo diferente daquilo que ele descreveu. Em 1968, Shaw e eu resolvemos testar aquilo que Lippmann tinha escrito. Os estudos mais remotos avaliavam a influência da mídia nas atitudes e na opinião pública. Mas, na maioria das vezes, encontrava pouca influência das notícias. Então, decidi que investigaria, ao invés disso, efeitos cognitivos. O primeiro teste empírico dessa teoria foi levado a cabo durante a eleição presidencial de 1968, em Chapell Hill, onde fica a Universidade da Carolina do Norte. A teoria é uma metáfora utilizando a idéia simbólica de agenda. E se preocupa com a agenda dos meios de notícia e a agenda da sociedade, e como são colocadas as notícias em termos de idéias e opiniões que tentam persuadir o público. Se você guardar os exemplares do seu jornal preferido durante duas ou três semanas, e em uma tarde passar pelas primeiras páginas, você terá uma noção da agenda que aquele jornal teve ao longo desse tempo. Alguns assuntos estarão nas capas desse jornal por muitas e muitas vezes. Evidentemente, muitos assuntos nem estarão lá. Agenda é simplesmente uma questão da cobertura da notícia. Quando Donald Shaw e eu fizemos esse estudo havia uma questão muito importante colocada pelo instituto Gallup, e a pergunta era: qual o principal problema que as pessoas enfrentam, atualmente nesse país? Evidentemente, era uma pergunta aberta e as pessoas poderiam dar a resposta que quisessem. E essa, provavelmente, ainda é a pergunta mais freqüente usada pelo Instituto Gallup que mede o nível de agenda pública não apenas nos EUA, mas em países ao redor do mundo. Aquilo que identificamos em Chapell Hill foi que o ranking de informações importantes classificadas pela mídia correspondeu quase perfeitamente àquilo que foi dito pela agenda pública como sendo os assuntos mais importantes (MCCOMBS, 2008, p. 205-206)⁷⁶.

Voltaremos especificamente à teoria do agendamento mais adiante. Continuemos, então, nosso percurso. Outros sociólogos debruçam-se no estudo da imprensa entre fins do século XIX e início do século seguinte, momento em que tanto a área do conhecimento científico quanto a atividade jornalística ganhavam força, cada qual no seu espaço social, como apontamos antes, a título de contextualização. A pesquisa sociológica sobre o jornalismo integra as “teorias sociais da imprensa” (HARDT, 2001), caracterizadas por Beatriz Marocco (2005a, 2005b) como teorias ou “epistemes exógenas” do jornalismo. Ou seja, são teorias externas, explicações que vem “de fora”. Estão neste domínio, além de Ferdinand Tönnies e Walter Lippmann, já mencionados neste capítulo, Max Weber, Otto

76 Entrevista concedida a José Afonso da Silva Junior, Pedro Paulo Procópio e Mônica Melo e publicada na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.

Groth, Robert E. Park e Edward Ross, cujos textos foram traduzidos para o português nos primeiros anos deste século e encontram-se agrupados em dois volumes de *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*, organizados por Beatriz Marocco e Christa Berger, e editados pela Editora Sulina em 2006 (vol. 1) e 2008 (vol. 2).

Max Weber é, sem dúvida, o membro de maior prestígio do grupo que se ocupa da vertente social da imprensa. Considerado um dos fundadores da sociologia juntamente com Émile Durkheim e Karl Marx, o estudioso, conhecido por obras clássicas da área, a exemplo de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1903) e *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (1920), tinha interesse especial pelo jornalismo e escreveu, ao menos, dois textos acerca da atividade. Fez isso, obviamente, sob uma ótica sociológica. Em *Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa*, de 1910, publicado em português primeiro em 2005 na revista acadêmica *Estudos em Jornalismo e Mídia*, do PPGJor/UFSC e depois reproduzido em *A era glacial do jornalismo*, o sociólogo elabora um programa de pesquisa para empreender, através de uma abordagem quanti-qualitativa, a análise da imprensa. Tal intento seria orientado da seguinte maneira:

Perguntando primeiro: o que aporta a imprensa à conformação do homem moderno? Segundo: que influências exerce sobre os elementos culturais objetivos supraindividuais? Que deslocamentos produz neles? O que se destrói ou é novamente criado no âmbito da fé e das esperanças coletivas, do “sentimento de viver” – como se diz hoje em dia –, que possíveis atitudes são destruídas para sempre, que novas atitudes são criadas? (WEBER, 2005, p. 20).

Já em *A política como vocação*, texto que compõe a obra *Ensaios de sociologia*, de 1919, Weber não trata especificamente do jornalismo, embora dê destaque ao profissional da imprensa. O autor debate a atuação do jornalista com vocação política (em sua relação com a ética) numa atividade que sofre as pressões do mercado: “o senso de responsabilidade de todo jornalista honrado não é, em média, em nada inferior ao do professor, mas, como a guerra [1914-1918] mostrou, superior” (WEBER, 1982, p. 118).

Nos Estados Unidos, onde despontou a *mass communication research*, uma das principais correntes da pesquisa em comunicação, ganharam destaque também, naquela primeira metade do século XX, trabalhos do sociólogo Edward Ross e do jornalista e escritor Upton Sinclair, ambos críticos do jornal como empresa capitalista. O primeiro fica

conhecido pela sua crítica à atuação dos jornais suprimindo notícias importantes, com texto sobre o assunto publicado em 1910, e o segundo, por enxergar o jornalismo como forma de propaganda, no livro *The brass check (O cheque dourado)*, em tradução literal), editado em 1919.

Ainda nos Estados Unidos, o jornalista e sociólogo Robert Park, proveniente da Escola (sociológica) de Chicago (que liderou de 1920 a 1930, sendo sua figura mais influente), reforçou o grupo de pesquisadores interessados pelos fenômenos sociais do espaço urbano. Seu maior contributo para o estudo do jornalismo é o artigo *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento*, de 1940.⁷⁷ Park trabalhou como jornalista por 11 anos e, depois deste período, foi estudar doutorado na Alemanha, onde teve como professor Georg Simmel, que o aproxima da perspectiva do interacionismo simbólico, e como orientador Wilhelm Windelband, de quem herda o pensamento epistemológico⁷⁸. Também foi influenciado pela abordagem pragmatista de John Dewey e William James, que foram seus professores. Para entender seu pensamento, é preciso considerar sua experiência como jornalista (CONDE, 2008). Isso é observado tanto na utilização da atividade jornalística como objeto de investigação (ao demonstrar a função da imprensa e seu papel na formação da opinião pública, bem como fruto de necessidades sociais, próprias de uma sociedade crescentemente urbanizada) quanto na análise que ele faz sobre a atuação da imprensa na vida social (em relação ao trabalho do sociólogo), discussão que ocorre mais notadamente em *A notícia como forma de conhecimento*. Neste texto, o pesquisador reparte o conhecimento em dois: (1) familiaridade com (*acquaintance with*), para representar o conhecimento não sistemático, intuitivo, produto da experiência individual (próprio do senso comum); e (2) conhecimento sobre (*knowledge about*), que equivale ao conhecimento sistemático, com certo grau de exatidão, produto da verificação e classificação dos fatos (próprio da ciência). Para ele, a

⁷⁷ Publicou também outros artigos sobre jornalismo, como *A história natural do jornal*, de 1923, e *Notícia e o poder da imprensa*, de 1941. Ambos, juntamente com *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento*, foram traduzidos para o português em *A era glacial do jornalismo*. Este último texto, aliás, integrou o livro *Meios de comunicação de massa* (1972), organizado por Charles Steinberg.

⁷⁸ Ele propõe uma classificação da ciência a partir de duas categorias metodológicas: as ciências que tratam dos fenômenos sociais, históricos e culturais, buscando compreender eventos (ciências idiográficas), e as ciências naturais, que estabelecem leis (ciências nomotéticas) (cf. RESENDE JÚNIOR, 2015; STOCKING JR, 2004).

notícia localiza-se num *continuum* entre estes dois tipos de conhecimento. “Essa concepção de notícia, que implica uma forma de fazer jornalismo em profundidade, reflete a visão parkiana de como se deve fazer investigação sociológica e também o sentido que ele percebia entre duas formas de conhecimento, ou duas disciplinas, o jornalismo e a sociologia” (CONDE, 2008, p. 19). Park é o primeiro estudioso a caracterizar objetivamente a notícia como uma forma de conhecimento e serve como ponto de partida (sendo objeto de crítica) para a teoria do jornalismo proposta por Adelmo Genro Filho, como abordaremos mais adiante.

Entretanto, é o jornalista e sociólogo alemão Otto Groth quem mais consegue avançar na sistematização dos fenômenos jornalísticos, buscando conferir-lhe status de ciência autônoma dentro das “ciências da cultura”. O esforço teórico de Groth entrelaça-se com sua carreira de jornalista, sua profissão por quase 30 anos. Seus estudos sobre a imprensa dão-se a partir da década de 1920, quando começavam a circular nos Estados Unidos as primeiras pesquisas preocupadas com a influência dos meios de comunicação. Na obra de Groth, é possível notar a influência do modelo metodológico (o estabelecimento dos tipos ideais) de Max Weber, seu professor no doutorado, na constituição do que denominou como ciência dos jornais (ou ciência jornalística).

A obra pioneira de Groth foi traduzida para a língua portuguesa somente neste século, em duas oportunidades: em uma divisão com dois capítulos no livro *A era glacial do jornalismo* e na obra *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*, traduzida por Liriam Sponholz e lançada em 2011 pela Editora Vozes, com o apoio de Eduardo Meditsch, para a série *Clássicos da Comunicação Social*. Até então, o acesso que pesquisadores brasileiros tinham ao trabalho de Groth dava-se através do ensaio *La ciencia periodística de Otto Groth*, de 1966, do professor espanhol Angel Faus Belau, principal referência do texto *O jornalismo como disciplina científica: a contribuição de Otto Groth*, publicado em 1972 por Wilson da Costa Bueno. Adelmo Genro Filho também o cita na introdução de *O segredo da pirâmide*.

Para Groth (2011, p. 29), um novo ramo da ciência surge “das necessidades, da ‘urgência’ da vida” e sua continuidade (futuro e progresso) “são influenciados pelos resultados que a análise científica promete para a prática”. O primeiro passo para garantir autonomia científica é ter um “objeto próprio”, algo destacado e isolado do todo natural e sociocultural. Jornais e revistas, no caso da ciência proposta por Groth. No entanto, é o

modo de contemplação específico (método próprio)⁷⁹ – com um olhar distinto de qualquer outra divisão científica existente até ali – que vai dar legitimidade à nova ciência, já que gera seu objeto particular (próprio). Assim, a “ciência dos jornais” teria objeto e método próprios, particularizando-a no sistema das ciências, tal como a história, a sociologia, a antropologia etc. A partir das “leis próprias” dos periódicos (jornais e revistas), cujo comportamento manifesta-se de modo regular (com congruência e constância), Groth (2011, p. 143-320) define, então, quatro características centrais da atividade jornalística, representando aí “a essência do objeto da Ciência dos Jornais” (p. 144). Segundo o teórico, tais componentes “não são independentes, são partes, ‘características’ de um todo” e “reúnem em si mesmas um ‘sentido’” (p. 144). Estas características são:

- (1) periodicidade: forma pela qual o periódico apresenta seu conteúdo, sendo um “*conceito de tempo da forma do periódico*” (p. 151, grifo do autor);
- (2) universalidade: generalidade (do mundo) resumida numa unidade (o periódico), isto é, um “*conceito espacial do conteúdo do periódico*” (p. 182, grifo do autor);
- (3) atualidade: algo do tempo presente, atual, que acontece (ou aconteceu) agora, configurando-se num “*conceito de tempo do conteúdo do jornal*” (p. 225, grifo do autor); e
- (4) publicidade: acessibilidade geral, abertura do periódico às pessoas do mundo, reunindo-as em torno de si, melhor dizendo, um “*conceito espacial da forma do periódico*” (p. 272, grifo do autor).

O trabalho de Groth sucede num cenário em que o jornalismo (materializado apenas pela imprensa até o início do século XX) chamava atenção de estudiosos por constituir-se como um fenômeno com traços muito visíveis (o mais forte deles é o produto jornal). Emergiam naquele momento outras manifestações (pontuais) que a pesquisa em comunicação, que se desenvolve ao longo do século XX e é contemporânea ao trabalho de Groth⁸⁰, vai abrigar num único domínio. O próprio Groth, no esforço de descolar o jornal (a revista) como objeto essencialmente sociológico (pensamento corrente na época), diz que o rádio e o cinema eram então tratados como “área marginal” da ciência dos jornais: “[o rádio e o cinema] levantam hoje a mesma reivindicação de independência da sociologia

⁷⁹ O autor esclarece que não se trata de “*um método no sentido de um modo de procedimento*” (GROTH, 2011, p. 75, grifo do autor), como é habitual nas pesquisas acadêmicas cotidianas (artigos, TCC's, dissertações e teses).

⁸⁰ Embora não haja diálogo entre ambos, provavelmente pela questão do idioma e pela dificuldade de mobilidade, comum à época.

ou de alguma outra ciência” (GROTH, 2011, p. 90)⁸¹. Assim como a ciência dos jornais, outros empreendimentos em torno dos meios de comunicação e da cultura de massa tomaram forma na primeira metade do século passado:

Aqui e ali podemos ver tentativas de instituir uma disciplina científica ou programas de investigações sobre o fenômeno comunicacional, como a filmologia francesa dos anos 1940 ou a consolidação dos trabalhos de pesquisa em torno dos efeitos dos meios, promovida pela Fundação Payne na década de 1930 (MARTINO, 2006c, p. 37).

Algumas décadas antes, em meados do século XIX, período marcado pela ascensão do chamado jornalismo informativo (separação entre fatos e opiniões), dentre outras mudanças na atividade, assim como pela hegemonia do positivismo na ciência e pelo avanço tecnológico, que pode ser ilustrado aqui através da invenção da máquina fotográfica, cujo mecanismo seria capaz de reproduzir o mundo real, surge o que a literatura específica nomeia como teoria do espelho. Equivalente à teoria hipodérmica, que assinala o início dos estudos acadêmicos em comunicação (*mass communication research*), a teoria do espelho consta nos manuais como a primeira teoria do jornalismo (moderno). Ambas são questionadas por estudiosos pela pouca ou quase nenhuma consistência teórica e têm suas referências desconhecidas (ou seja, não há um nome ou nomes de quem as tenha elaborado).

Tratemos, então, da teoria do espelho, que busca explicar a prática jornalística. Concerne à metáfora do espelho como algo que reflete fidedignamente a realidade. Logo, “as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (TRAQUINA, 2005, p. 146). Conforme esta explicação, o jornalista atua como um “comunicador desinteressado” (TRAQUINA, 2005, 2016), com o entendimento de que “os fatos falam por si”. O autor afirma que a teoria do espelho está ligada à própria legitimidade da profissão. Apesar de seu valor heurístico, importa aqui suas premissas: ao tratar o jornalismo como (mero) reflexo/reprodutor do real, a teoria do espelho está preocupada com o conhecimento que a atividade produz. De certo modo, a metáfora do espelho é empregada como ponto de partida, no sentido de confrontá-la, para as explicações posteriores da prática jornalística:

81 Silva e Pontes (2009, p. 180) exaltam o esforço de reflexão de Groth, mas criticam sua abordagem centrada nos produtos, considerando-a “um dos principais impasses para se chegar ao lugar científico do Jornalismo”.

tanto para a corrente que enxerga as notícias como “distorção” quanto para a perspectiva de que elas são resultado de “procedimentos objetivos” (TRAQUINA, 2005).

Com os estudos centrados em problemáticas relacionadas ao desenvolvimento dos meios de comunicação num contexto social específico (denominado sociedade de massa) no início do século XX, surgem questões que vão culminar num novo campo do conhecimento científico, a comunicação (ou estudos de mídia), do qual o jornalismo figura como um corpulento objeto de análise, agrupado a outros, como a propaganda, o rádio, o cinema e a televisão. Como certifica Mauro Wolf (1999), a comunicação como tradição de pesquisa privilegia basicamente duas correntes antagônicas bastante demarcadas na configuração da área⁸²: a *communication research* (americana), de cariz empírico e ocupada com aspectos internos do sistema de mídia, e a teoria crítica (europeia), com selagem teórica (não-empírica) e calcada nas relações entre a sociedade e os meios de comunicação de massa.

Do lado da *communication research*, nos Estados Unidos, o cientista político Harold Lasswell (1902-1978) foi um dos primeiros teóricos a abordar os fenômenos comunicacionais, sendo, posteriormente, alçado ao grupo de pesquisadores reconhecidos como fundadores do campo da comunicação. Entre os anos 1930 e 1940, o estudioso concebeu um modelo para se estudar o ato comunicacional evidenciado em cinco questões (adaptadas da retórica aristotélica): “Quem? Diz o quê? Por qual canal? Para quem? Com que efeito?”⁸³. O intitulado modelo de Lasswell inaugura o funcionalismo nas pesquisas da área, voltando-se à função e aos efeitos da comunicação de massa, tornando-se, então, um paradigma (J. K. SOUSA, VARÃO 2006; VARÃO, 2012). Aplicado originalmente à propaganda política (no contexto das duas guerras mundiais), o esquema ajusta-se à investigação dos processos jornalísticos, delimitando cada aspecto a ser abordado:

- (a) estudo dos emissores (quem?), ao analisar quem produz e como são produzidas as informações jornalísticas;
- (b) estudo das mensagens (diz o quê?), seja através dos conteúdos veiculados ou por meio

82 Algumas outras correntes de pesquisa em comunicação são: Escola de Toronto (ou Teoria dos Meios); Estudos Culturais; e Economia Política da Comunicação.

83 Conforme Janara Kalline Souza e Rafiza Varão (2006) e Rafiza Varão (2012), essa discussão aparece pela primeira vez, em 1935, em *Propaganda and promotional activities: an annotated bibliography*, obra publicada conjuntamente com Bruce Smith e Ralph Casey, e surge mais tarde, em 1948, no artigo *The structure and function of communication in society*, de autoria própria de Lasswell, no qual ele reafirma de modo mais objetivo o modelo que explica o ato comunicacional.

dos formatos e gêneros jornalísticos;

(c) estudo dos canais (por qual canal?), ou melhor, o tipo de suporte tecnológico por onde as informações são veiculadas;

(d) estudo dos receptores (para quem?), ao observar o público para quem a mensagem se destina;

(e) estudo dos efeitos (com que efeito?), com base nos efeitos produzidos por determinadas coberturas ou pela atuação dos veículos jornalísticos na vida social.⁸⁴

Esse modelo teórico impera até hoje na pesquisa em comunicação e, pela nítida distinção das etapas da produção noticiosa (apuração, produção, circulação e consumo, com base na divisão mais habitual), encontra muitos adeptos nas investigações em jornalismo.

A partir do modelo descrito por Lasswell, tem início, nos anos 1940, os trabalhos de natureza empírica nas investigações em comunicação. Neste âmbito, as pesquisas de orientação sociológica e antropológica marcaram significativamente a conformação do campo. Seu objetivo, de início, era averiguar a influência exercida pela mídia. Juntou-se, posteriormente (nos anos 1960 e mais fortemente na década de 1970), à essa abordagem, a forma como a mídia (o jornalismo, mais especificamente) “constrói” a imagem que fazemos do mundo. Referimo-nos à passagem, nas teorias da comunicação, do paradigma “dos efeitos limitados” para o “dos efeitos a longo prazo” (ou “efeitos cognitivos”). Como evidencia Wolf (1999, p. 140, grifo do autor), essa mudança de postura na problemática dá-se quando o tipo de efeito já não trata de atitudes, comportamentos e valores dos receptores das mensagens da mídia, mas, sim de “um *efeito cognitivo* sobre os sistemas de conhecimento que o indivíduo assume e estrutura de uma forma estável, devido ao consumo que faz das comunicações de massa” e num quadro temporal que já não concerne a “efeitos pontuais, ligados à exposição à mensagem, mas efeitos cumulativos, sedimentados no tempo”, que a esta altura, sob o ponto de vista da produção de mensagens midiáticas, era composto por jornal, rádio, televisão, propaganda, cinema etc, formando aí um sistema comunicacional. Este espaço é ocupado sobretudo pela sociologia do conhecimento, que vai preocupar-se com processos de significação. Surgem daí duas

84 Silva e Pontes (2009) fazem diagnóstico semelhante ao criticar o que chamam de empirismo descritivo nas investigações em jornalismo localizadas no universo das teorias da notícia. Segundo eles, as pesquisas dentro desta seara preocupam-se com: (a) conteúdos veiculados; (b) formatos, gêneros e linguagens; (c) processo e rotinas de produção; e (d) efeitos e audiências.

proposições teóricas de destaque nas teorias da comunicação, em geral, e nos estudos em jornalismo (teorias do jornalismo), especificamente: o *agenda-setting* (agendamento), focada no produto jornalístico, e o *newsmaking* (produção noticiosa), que mira seu processo.

A teoria do *agenda-setting* partiu de um estudo feito por Maxwell McCombs em 1968, quando ele analisou a campanha eleitoral para a Presidência dos Estados Unidos (HOHLFELDT, 1997). O autor recorda ainda que, numa nova eleição, em 1972, McCombs ganhou a ajuda de Donald Shaw para aprofundar a investigação, embora tenham, antes (naquele mesmo ano), publicado na revista acadêmica *The Public Opinion Quarterly* um estudo preliminar, intitulado *The agenda-setting function of mass media*. Ambos também lançaram juntos, em 1977, o livro *The emergence of american political issues: the agenda-setting function of the press*. Num contexto de crescente fluxo de informação – ocasionado pela atuação de jornais, emissoras de rádio e televisão e outros meios de comunicação, as pessoas tendem a incluir em suas conversas aquilo que a mídia inclui em sua pauta, de modo que a agenda pública reflete a agenda midiática. O agendamento assume como pressuposto que a mídia diz sobre o que o público deve pensar e falar, configurando-se, como sublinha Wolf (1999), em dois níveis: (a) temas que estão presentes na agenda midiática; e (b) hierarquização (importância e/ou prioridade) segundo a qual esses temas estão dispostos.⁸⁵

Em paralelo às questões acerca do agendamento, realizam-se as investigações em torno da produção noticiosa, batizadas de *newsmaking*. Sob um ângulo fortemente sociológico (combinado a problemáticas antropológicas), em suas diversas ramificações (sociologia da comunicação, sociologia do conhecimento, sociologia das profissões, sociologia do jornalismo, sociologia da notícia etc.), esta abordagem foi influenciada pelas chamadas teorias construcionistas, especialmente pela obra *A construção social da realidade* (1966), dos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann, e ganhou forte presença no campo da comunicação, com maior ênfase nos estudos em jornalismo. Impõe-se nela a lógica “interna” do jornalismo (o fazer jornalístico), desenhando aí o que, mais tarde, vai ser chamado de teoria da notícia, tratada como sinônimo de teoria do jornalismo

⁸⁵ Sobre a evolução da hipótese do *agenda-setting*, conferir a dissertação de mestrado de Fábio Formiga (2006).

(cf. J. P. SOUSA, 2002, 2005)⁸⁶. De modo amplo, o *newsmaking* busca articular duas vertentes de pesquisa: (1) a construção jornalística acerca dos acontecimentos do mundo; e (2) a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho. Na abordagem do *newsmaking*, a produção noticiosa é entendida como resultado de um processo complexo de procedimentos rotineiros. Sua referência mais conhecida (sobretudo no Brasil) é a socióloga estadunidense Gaye Tuchman, que publicou diversos textos sobre o tema, dentre os quais está *Making news: a study in the construction of reality* (1978). Além dela, Wolf (1999) cita outros referenciais deste campo de pesquisa, como Herbert Gans, Mark Fishman, Peter Golding, Philip Elliott e Philip Schlesinger.

Da perspectiva sociológica, relevam-se as relações/controles “interorganizacionais” (com seus mecanismos de controle, como a política editorial) que ajudam o jornalista na conformação do seu próprio fazer, invocando procedimentos (rituais) calcados no discurso da objetividade “para neutralizar potenciais críticos e para seguirem rotinas confinadas pelos ‘limites cognitivos da racionalidade’ (TUCHMAN, 2016, p. 112), devido às pressões (como o fator tempo) a que os profissionais estão sujeitos. Sob o prisma antropológico, recorrem-se ao mito e ao folclore para explicar o sistema simbólico das notícias: “Se estudarmos estes modelos, dos quais as narrativas noticiosas são um tipo, podemos aprender acerca dos valores e símbolos que têm significado numa dada cultural” (BIRD; DARDENNE, 2016, p. 368).

O *newsmaking* abre horizontes para explicações significativas da produção noticiosa, com destaque para o estudo do *gatekeeper* (e do *gatekeeping*), dos critérios de noticiabilidade e das fontes de notícias. Tais abordagens têm presença notável nos livros de teorias do jornalismo publicados durante a primeira década deste século, dos quais falaremos mais profundamente no capítulo 4 desta tese. Sobre o *gatekeeper*, trata-se de um conceito importado da psicologia⁸⁷ por David White no artigo *The gatekeeper: a case study in the selection of news*, publicado em 1950, em que examinou a seleção de informações numa redação de jornal. Segundo a discussão, há um profissional jornalista (*gatekeeper*)

86 Numa crítica ao modo descritivo que parece predominar nas investidas teóricas da pesquisa em jornalismo, Silva e Pontes (2009, p. 182) afirmam que a busca pela especificidade do fenômeno tem um caráter metonímico, pois toma “parte do objeto do Jornalismo como todo o objeto para a constituição da Teoria do Jornalismo”.

87 Kurt Lewin elaborou, originalmente, o conceito de *gatekeeper* em 1947 para averiguar o comportamento de grupos familiares em relação a hábitos alimentares.

que atua como uma espécie de porteiro, decidindo aquilo que vai passar ou não pelo portão (*gate*) para ser trabalhado como informação noticiosa. Pesquisas posteriores, no entanto, percebem a tomada de decisões como um “processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feed-back*” (WOLF, 1999, p. 181, grifo do autor), superando o caráter individual da atividade, ao qual se chama de *gatekeeping*. Os pesquisadores estadunidenses Pamela Shoemaker e Tim Vos dedicam vários textos a este tema, empenhando-se na atualização do debate em *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*, lançado no Brasil em 2011. Outra abordagem oriunda do *newsmaking* é a noticiabilidade, apreendida em virtude dos parâmetros de valoração/hierarquização dados aos acontecimentos noticiosos. Como eles são imprevisíveis (em sua maioria), empregam-se atributos hierárquicos (relevância, importância, interesse etc.), com o intuito de organizar/controlar a produção noticiosa. A literatura da área nomeia este processo como critérios de noticiabilidade, objeto de interesse de muitos pesquisadores da área de comunicação, a exemplo de Johan Galtung, Mari Holmboe Ruge, Mauro Wolf, Michael Schudson, Nelson Traquina e Vincent Campbell.⁸⁸ Por último, dentro desta espécie de guarda-chuva que é o *newsmaking*, há o estudo das fontes de notícias, agentes fundamentais na produção noticiosa. As pesquisas em torno das fontes tratam da classificação (tipificação) e da profissionalização delas.⁸⁹

Do outro lado, com tendência divergente à escola administrativa, surge a chamada teoria crítica, na Alemanha, onde está a Escola de Frankfurt. Fundada em 1923, a entidade reuniu os pensadores (filósofos e sociólogos, em sua maioria) Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, dentre outros. Todos eles alimentados sobretudo pelo pensamento crítico de Karl Marx, além dos contributos de Sigmund Freud e Friedrich Nietzsche. Embora não tenham aprofundado questões específicas sobre o jornalismo e nem da comunicação⁹⁰, já que se propunham a compreender a sociedade como

⁸⁸ Este debate ganhou força nos últimos anos no Brasil, localizando-se no âmbito das teorias do jornalismo. Sobre isso, conferir a tese de doutorado de Marcos Paulo da Silva, intitulada *A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana* (2013), e a coletânea *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações* (2014), organizado por Gislene Silva, Marcos Paulo da Silva e Mario Luiz Fernandes, que reúne diversos artigos acerca da matéria.

⁸⁹ Sobre este assunto, conferir o artigo *Classificação das fontes de notícias*, de Aldo Antonio Schmitz (2011).

⁹⁰ De acordo com Francisco Rudiger (2012, p. 131), nenhum dos frankfurtianos “pertenceu, de maneira autóctone, ao campo da comunicação.

um todo, as reflexões dos frankfurtianos forjaram conceitos para se pensar os fenômenos jornalísticos, abrindo espaço para o campo de pesquisa que, mais tarde, vai ganhar o nome de economia política do jornalismo (como uma vertente da economia política da comunicação). O conceito central da Escola de Frankfurt é o de indústria cultural, de Horkheimer e Adorno. Essa leitura da sociedade encontra nos estudos em jornalismo diversos seguidores, que encaram o jornalismo como atividade meramente capitalista: a notícia é vista como mercadoria e o jornal, como uma empresa que busca, substancialmente, gerar lucro. Sob esta ótica, o jornalismo é apenas um agente de manipulação da denominada sociedade de massa, reforçando, então, o *status quo* da ideologia dominante.

Jürgen Habermas, membro da segunda geração de pensadores de Frankfurt, tendo antes atuado como jornalista, discute em *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (2003 [1962]) o papel das “formas de comunicação” (o correio, a literatura, a imprensa etc.) para a constituição da esfera pública burguesa (que funciona politicamente) no século XVIII, originada séculos antes pela troca de mercadorias e informações (comércio). Para o pensador, a passagem do âmbito privado para o público delinea a própria organização da sociedade, inclusive com a tutela do Estado.

Numa outra perspectiva e fora da tradição do pensamento comunicacional, o jornalismo, com influência do estruturalismo, também se faz presente nos estudos da linguagem – sobretudo nos âmbitos do discurso, da narrativa e da semiótica. Respalçadas em Roman Jakobson, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Roland Barthes e Charles Sanders Peirce, essas pesquisas combinam a iminência da linguagem com instâncias culturais, sociais e históricas do objeto e demonstram uma preocupação de natureza mais metodológica do que propriamente teórica. Elas costumam analisar, através do produto jornalístico, a cobertura sobre determinado assunto, com o intuito de revelar ideologias, imaginários, lugares de enunciação, relações de poder, sentidos, signos, significações, sujeitos envolvidos, vozes etc. Dentre os estudiosos que aplicaram as questões da linguística aos fenômenos comunicacionais, destacamos os trabalhos do francês Patrick Charaudeau, com seu *Discurso das mídias* (2006), que aborda a mídia como uma instância de poder cujo discurso representa a realidade social, e do linguista holandês Teun van Dijk, no livro *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la*

información (1990) e no artigo científico *Notícias e conhecimento* (2005), com esboços, em ambos os textos, acerca da produção da notícia e sua compreensão por parte do público.

Há também o trabalho do sociólogo francês Pierre Bourdieu, com sua discussão sobre o “campo jornalístico”, feita em dois momentos: no livro *Sobre a televisão*, em 1997, e no texto⁹¹ *The political field, the social science field, and the the journalistic field*, em 2005. Proveniente da noção de campo⁹², também de Bourdieu, da qual derivam outras representações (campo político, campo econômico, campo jurídico, campo literário, campo científico etc.), a expressão “campo jornalístico” é bastante empregada nos estudos em jornalismo como um modo de legitimar sua prática científica. Diríamos que mais, até: como um meio de afiançar sua autonomia em relação à comunicação (cf. MACHADO, 2004, 2006; MEDITSCH, 1999a, 2010a). De acordo com Bourdieu (1997, p. 57), o campo “é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de forças para transformar ou conservar esse campo de forças”. Seu uso, nas pesquisas em jornalismo, parece-nos confuso e equivocado, uma vez que mescla num mesmo domínio o campo profissional e a prática científica, numa relação direta e instrumental entre ambos, como se a necessidade e a pertinência da segunda fosse endossada exclusivamente pela existência do primeiro (cf. FRANCISCATO, 2008a, 2008b; MACHADO, 2004, 2006; MEDITSCH, 1999a, 2010a; TRAQUINA, 2005). Caberia, então, à sociologia do conhecimento, de onde vem esta discussão de “campo”, responder por uma autonomia científica do jornalismo. Fica confuso, uma vez que a noção de campo é utilizada para diferentes territórios do jornalismo (profissional, empresarial, social, acadêmico e científico). Mostra-se, também, equivocado, uma vez que Bourdieu, ao abordar o que chama de campo jornalístico, refere-se especificamente ao âmbito profissional.

Martino (2003b, 2006c, 2007a) e G. Silva (2009b), cada qual em seu domínio de estudo, criticam a abordagem genérica comumente desenvolvida em torno da concepção de campo, como se ela pudesse preencher lacunas teóricas ou, mesmo, substituir o trabalho

91 Integrou a obra *Bourdieu and the journalistic field*, de Rodney Benson e Erik Neveu.

92 Sobre a etimologia, os usos e as acepções do termo campo, conferir Martino (2006c).

epistemológico de uma área do conhecimento científico. Para Martino (2007a, p. 25), que fala do campo da comunicação, os pesquisadores que optam pela abordagem sociológica “deslocam a questão do conhecimento pela do poder e não vêem nada mais que a luta fratricida pela conquista do reconhecimento, do status e do poder”. Recorrendo ao estudioso para tratar das teorias do jornalismo, G. Silva (2009b) afirma que o problema fica ainda mais com o uso indiscriminado da noção de campo jornalístico para pensar teoricamente o jornalismo, bem como sua especificidade enquanto domínio de estudo.⁹³ Este ponto de vista, conforme a autora, mostra uma estratégia bem definida, que “vê na prática profissional o certificado científico do campo, ou seja, o conhecimento científico do jornalismo desvendado desde as demandas internas de aperfeiçoamento da prática” (G. SILVA, 2009b, p. 202).

Dos estudos espanhóis sobre o jornalismo, apontamos as contribuições de Lorenzo Gomis e Mar de Fontcuberta⁹⁴. A dupla, cada qual em seu percurso, parte da forte presença dos meios de comunicação na vida cotidiana e tratam da produção noticiosa como uma forma de ter acesso ao mundo social, via atualidade/presente. Ocupemo-nos especificamente do trabalho de Gomis, que situa este debate no âmbito da teoria do jornalismo. Em *Teoría del periodismo: cómo se forma el presente* (1991), o estudioso, à luz do construcionismo, sustenta que se servir dos meios de comunicação para saber o que está acontecendo faz parte do rito da vida cotidiana, pois eles atuam como mediadores da realidade global, interpretando-a para o público, que reage sobre sua produção (as notícias), formando o presente social.

Pelos caminhos da história, para finalizar este inventário, os pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville oferecem um olhar macrosociológico (com base nas noções de sistema, estrutura, paradigma etc.) para o estudo da prática jornalística. Eles recorrem à definição de paradigma⁹⁵ jornalístico (sistema normativo constituído de

⁹³ Como exemplo de uso oportuno dos conceitos de Bourdieu (o de campo, dentre eles), a pesquisadora lembra o livro *Campos em confronto: a terra e o texto* (1998), de Christa Berger, fruto de sua tese de doutorado. Dentro desta mesma categoria, a nível de atualização, acrescentamos a dissertação *Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil* (2017), de Mariana da Rosa Silva.

⁹⁴ A pesquisadora chilena morou muitos anos na Espanha, onde atuou na Universidad Autónoma de Barcelona.

⁹⁵ Os canadenses tomaram o conceito emprestado das ciências sociais, mais especificamente das teses do historiador da ciência Thomas Kuhn.

valores e modelos, dentre outros aspectos, referentes a um determinado âmbito espaço-temporal) para realizar a periodização de sua história em quatro fases (desde o século XVII, quando surgiram os primeiros jornais, até os dias de hoje):

- (1) jornalismo de transmissão, que marca a aparição das chamadas gazetas;
- (2) jornalismo de opinião, no início do século XIX, num contexto de transformação das instituições políticas;
- (3) jornalismo de informação, relativo às últimas décadas do século XIX, tornando-se dominante a partir dos anos 1920, em que o jornal figura como um negócio lucrativo; e
- (4) jornalismo de comunicação, para indicar, a partir das décadas de 1970 e 1980, a diversificação do mercado de mídia e uma superabundância de informação.

Podemos notar, após este breve percurso, que diversas áreas do conhecimento científico (e filosófico) recorrem ao jornalismo para responder variadas questões. Essa relação entre o que se dá na prática jornalística e a reflexão sistemática sobre ela ocorre desde que o aparecimento da atividade no século XVII, como é possível comprovar na leitura da tese de Tobias Peucer, de 1690. Há um salto no quantitativo de abordagens em meados do século XIX, justamente quando a prática jornalística começa a passar por transformações estruturais, profissionalizando-se e intervindo cada vez mais no social, que se acentua a partir dos anos 1970, com a organização da pesquisa em torno de um novo campo do saber, a comunicação.

O jornalismo aparece de variadas formas nessas investigações, a depender do enfoque atribuído. A atividade serve, com efeito, para explicar relações entre Estado e sociedade, manifestações públicas de opinião e de participação política, influências sobre a cultura e no indivíduo moderno, vínculos sociais, acontecimentos históricos, relações de poder (político e econômico), formações ideológicas, representações sociais, condutas éticas dos profissionais jornalistas, rotinas de produção noticiosa, efeitos cognitivos, processos de sentido/significação e conhecimento que produz dos acontecimentos do mundo, dentre outros aspectos.

Ao examinar nosso pequeno inventário, constatamos que sociólogos privilegiam questões sociais (opinião pública e esfera pública), antropólogos enaltecem aspectos culturais (identidade profissional), linguistas exaltam estruturas, sentidos, significações e outros elementos da língua (discurso e linguagem jornalística) etc. Ou seja, o pesquisador

dá ênfase a questões inerentes a seu *locus* de pesquisa, já que cada área do saber tem um olhar particular dos fenômenos sociais (falando aqui das ciências sociais e humanas). Isso equivale, no campo da comunicação, onde localizam-se tradicionalmente as teorias do jornalismo, a “respeitar o preceito da *centralidade do fenômeno comunicacional*” (MARTINO, 2007a, p. 28, grifo do autor), em que a comunicação não é apreendida “necessariamente como causa, mas como fator central para a compreensão desses fenômenos” (MARTINO, 2007a, p. 28). Concordamos com o epistemólogo, quando ele distingue discussões teóricas e questões intelectuais, estas entendidas como debates de temas emergentes no social, próprios da atualidade mediática, para usar a expressão de Martino (2007a, p. 33), “pois envolvem setores muito diversos da sociedade e implicam necessariamente o uso de meios de comunicação”. Um exemplo disso é a compilação de artigos de Karl Marx sobre liberdade de imprensa (2006), do período em que o pensador trabalhou como jornalista, obra mencionada nas primeiras páginas deste capítulo.

Pois bem, no momento em que a *discussão da Imprensa* se transforma em *investigação em comunicação*, quando o foco não é mais as providências a serem tomadas em relação à emergência de um *quarto poder*, quando a forma de discussão não é mais a do *debate ideológico*, mas a da *investigação do tipo científico*, somente então a noção de *teoria* ganha a acepção que naturalmente encontramos no ambiente acadêmico, bem como o lugar central que a caracteriza. É dessa maneira que faz sentido e se torna pertinente falar em *teoria da comunicação* (MARTINO, 2007a, p. 34, grifo do autor).

Para começarmos efetivamente a pensar sobre o que vem sendo chamado de teorias do jornalismo, é preciso realizar um corte epistemológico para orientar nosso percurso. Seguindo o entendimento de Martino (2007a) para as teorias da comunicação, fazendo aqui um deslocamento em relação à intencionalidade do autor⁹⁶, significa distinguir as teorias que tomam o jornalismo como causa (ou efeito) daquelas que o consideram como fator central. Ao criticar a abordagem descritiva na pesquisa em jornalismo devido à materialidade das suas manifestações empíricas, G. Silva (2009b) fornece-nos recursos para pensarmos suas teorias. Para a pesquisadora, o objeto de estudo do jornalismo está na “singularidade da perspectiva que busca a explicação ou a compreensão de um fenômeno

96 Ao debater essa distinção, Martino (2007a) propõe a fundamentação epistemológica de um saber autônomo, uma disciplina.

social específico que se manifesta de incontáveis modos, desde os mais visíveis materialmente, atraentes à observação empírica, até situações de comunicação jornalística impalpáveis, incorpóreas” (G. SILVA, 2009b, p. 9). Logo, em consonância com o que diz G. Silva (2009b) e retomando o pensamento de Martino (2007a), ao tratar das teorias da comunicação, consideramos que a existência de teorias do jornalismo não pode ser justificada pela (mera) presença de seus objetos materiais (jornal, revista, radiojornal, telejornal, webjornal etc.) em pesquisas dentro das ciências sociais e humanas. Em outras palavras, não é porque o jornalismo é empregado como objeto de pesquisa de determinada área do saber (sociologia, antropologia etc.) que há ali uma teoria do jornalismo.

Ao inventariar as investigações em torno do jornalismo, detectamos duas maneiras distintas de explicá-lo: (1) a que relaciona a atividade a outros fenômenos (sociais, culturais, políticos, econômicos, psicológicos, discursivos etc.), priorizando-os, o que as configura como “teorias sociais da imprensa”, “teorias culturais da imprensa” etc., expandindo aí a compreensão de Hanno Hardt (2001) para as teorias provenientes da sociologia, ou mesmo, adaptando o que diz Marocco (2005a, 2005b), taxando-as de “teorias exógenas”; e (2) a que aborda o jornalismo como conhecimento do/sobre o mundo (tipo de conhecimento, estrutura da produção noticiosa, parâmetros de valoração/hierarquia dados aos acontecimentos noticiosos etc.), caracterizando-as, então, como “teorias endógenas” (num pensamento semelhante, em analogia oposta). A primeira representa as teorias *sobre* jornalismo, à medida que a segunda molda o universo das teorias *do* jornalismo. A diferença epistemológica entre ambas as maneiras de explicação da prática jornalística está na perspectiva sobre o objeto. O que chamamos de teorias *sobre* jornalismo elege a atividade como objeto de pesquisa (produto material, que se manifesta empiricamente), o que não é o mesmo que apreendê-lo como objeto de estudo (produto teórico, construído teoricamente, perspectivado), este princípio do que denominamos como teorias *do* jornalismo. Isto quer dizer que delimitar as manifestações jornalísticas como matéria do trabalho científico (objeto de pesquisa) não significa necessariamente que as questões teóricas ali colocadas (objeto de estudo) são comunicacionais (ou jornalísticas, pensadas como sua pequena parte), com vistas a dar respostas sobre um conhecimento jornalístico. As abordagens que colocam o jornalismo em segundo plano (teorias sobre jornalismo) podem contribuir para a compreensão do conhecimento jornalístico, contanto que prevaleçam como ponto de partida (estudos sobre jornalismo, teorias sobre

jornalismo), e não como ponto de chegada (teorias do jornalismo).

O debate que envolve o jornalismo como conhecimento do/sobre o mundo, que antes aparecia de modo isolado e/ou ocultado (não intencionalmente) por outras questões, mostrou-se mais objetivamente como programa de pesquisa (apropriado pela comunicação) nos anos 1970 através da sociologia do conhecimento, que começou a atender-se para os efeitos cognitivos dos meios de comunicação. Àquela altura, a sociedade já estava imersa num sistema comunicacional, com produção de mensagens midiáticas proveniente dos mais diversos meios de comunicação: jornal, rádio, televisão, propaganda, cinema etc. As perguntas sobre tal questão parecem muito claras: “Que imagem do mundo fornecem os noticiários televisivos? Como se associa essa imagem às exigências quotidianas da produção de notícias, nos organismos radiotelevisivos? (GOLDING; ELLIOT, 1979, p. 1 *apud* WOLF, 1999, p. 188). Desse modo, o processo de seleção de informações (*gatekeeping*), os parâmetros de valoração/hierarquização dos acontecimentos noticiosos e a relação entre jornalistas e fontes compreendem a temática do jornalismo como conhecimento. Tal discussão encontrou assento no ambiente acadêmico brasileiro, especialmente por conta do livro *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, de Adelmo Genro Filho, que busca constituir o jornalismo como uma forma de conhecimento. A obra, como comentamos no primeiro capítulo, serve de argumento para o reconhecimento de uma teoria do jornalismo aliada a um campo autônomo do saber (em relação à comunicação). Este é o cenário da pesquisa brasileira sobre a prática jornalística, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3 – Os estudos em jornalismo no Brasil, uma particularidade

A prática, por sua limitação natural, jamais soluciona a teoria. Ela apenas insiste, através de suas evidências e contradições, que deve ser ouvida. Mas só pode se expressar racionalmente através da teoria.

Adelmo Genro Filho, 2012 [1987]

O livro *O segredo da pirâmide*, de Adelmo Genro Filho, inaugura na pesquisa acadêmica brasileira o debate em torno do “jornalismo como forma de conhecimento”. Sua definição é considerada pioneira (cf. HAUSER, 2012; KARAM, 2007; LÜCKMAN, 2013; MEDITSCH, 1992a; PONTES; KARAM, 2009; PONTES, 2015; TEIXEIRA, 2007). É a formulação de Genro Filho que dá suporte para a afirmação de uma teoria (própria) do jornalismo, demarcando sua autonomia (consideramos como sua especificidade) em relação à teoria da comunicação. De acordo com Pontes (2015, p. 303), o teórico gaúcho e seu livro “cumprem um papel estratégico na organização acadêmica e política do jornalismo, mas a discussão filosófica de suas bases e, principalmente, a compreensão dos fundamentos da obra costumam ser negligenciados”. Com efeito, “mencionar conceitos de Genro Filho não deixa de ser uma mensagem política, uma representação sobre quais as posições acadêmicas do pesquisador em suas concepções sobre a profissão” (PONTES, 2015, p. 302). Diríamos que representa também as posições acadêmicas do pesquisador sobre o lugar epistemológico do jornalismo: é objeto empírico, campo de estudo, área de conhecimento, disciplina das ciências sociais ou o quê?

Publicado originalmente em 1987 pela Editora Tchê! e relançado⁹⁷ em 2012 pela Editora Insular, na série *Jornalismo a rigor*, sob a coordenação de Eduardo Meditsch, comemorando os 25 anos de sua publicação, *O segredo da pirâmide* expõe um novo olhar para/sobre o jornalismo. Ou como o próprio autor profetiza na última frase da introdução da obra, ao mencionar Nilson Lage⁹⁸ como pista para entender qual o tipo de conhecimento

97 A edição original esgotou-se nas livrarias. Em 2000, o livro foi disponibilizado num site em homenagem a Genro Filho (www.adelmo.com.br).

98 Trata-se de um trecho de *Ideologia e técnica da notícia* (1979): “Os jornais, em suma, não têm saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinhas. Mas têm saída: há neles indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa”.

que o jornalismo produz: “Talvez o *lead de uma nova abordagem*” (GENRO FILHO, 2012, p. 24, grifo do autor).

Em seu intento, o Genro Filho critica as duas perspectivas (antagônicas) predominantes no campo da comunicação naquele momento, evidenciadas nos textos de pesquisadores da USP que buscavam teorizar o jornalismo: a “análise funcionalista” do trabalho de José Marques de Melo em *Sociologia da imprensa brasileira* e o “reduccionismo ideológico” representado pelas pesquisas de Cremilda Medina em *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial* e Ciro Marcondes Filho em *Imprensa e capitalismo* e *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*.⁹⁹ Cabe lembrar aqui, dentro deste contexto, a atuação de Marques de Melo e Marcondes Filho para implantar a disciplina *Teoria do jornalismo* na grade curricular do curso de Comunicação/Jornalismo da ECA/USP (cf. capítulo 1).

Os referidos livros de Marques de Melo, Medina e Marcondes Filho e de alguns outros pesquisadores brasileiros, como Nilson Lage (que ajudou a implementar a cadeira *Teoria do jornalismo* na ECO/UFRJ, no mesmo período de seus colegas da ECA/USP), citados por Genro Filho em *O segredo da pirâmide*, serão revisitados neste terceiro capítulo, assinalando uma singularidade dos estudos em jornalismo no país: a proposição de uma teoria do jornalismo a partir do conhecimento que a atividade jornalística produz sobre as coisas do mundo. Além de atentar para as particularidades do jornalismo em artigos publicados em jornais gaúchos nos anos 1970, Genro Filho ensaiou sua teoria do jornalismo na matéria *Teoria da comunicação II*, que ministrou no curso de graduação da UFSC em meados dos anos 1980, antes de cursar o Mestrado em Ciências Sociais da UFSC, onde defenderia sua dissertação que resultou na obra.

Visitaremos ainda textos que utilizam *O segredo da pirâmide* para tratar do jornalismo como conhecimento. O professor aposentado da UFSC Eduardo Meditsch (contemporâneo de Genro Filho na instituição) é, de longe, quem mais cita o livro e “é reconhecido como aquele que mais tenazmente defende o jornalismo como conhecimento” (PONTES, 2015, p. 268). Produziu 16 textos¹⁰⁰, conforme dados de Pontes (2015), em que

⁹⁹ Outros dois textos de Marcondes Filho constam nas referências bibliográficas de *O segredo da pirâmide*, mas não são utilizadas (diretamente) no corpo do livro. São eles: *O discurso sufocado* (1982) e *Imperialismo cultural, o grande vilão na destruição da “nossa” cultura* (1983).

¹⁰⁰ Dentre eles: *O poder da morte e a agonia do jornalismo* (1991), *Método científico e método jornalístico* (1989) e *O caminho para uma teoria do jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho* (1988).

menciona o pensamento do seu colega da UFSC a respeito do “jornalismo como forma de conhecimento”. Ainda segundo o pesquisador, Meditsch foi um dos primeiros acadêmicos a escrever um texto sobre o *Segredo da pirâmide*. Um de seus trabalhos mais conhecidos é *O conhecimento do jornalismo* (1992a), fruto de sua dissertação, cujo primeiro capítulo fala da contribuição de Genro Filho. Este livro é o terceiro mais citado de Meditsch dentre os textos do autor (que também tem o rádio como forte objeto de pesquisa, com vários escritos neste tema)¹⁰¹, ficando atrás, dentro do escopo “jornalismo como conhecimento”, do ensaio *Jornalismo como forma de conhecimento* (1998), publicado na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, da Intercom. Este artigo possui 271 citações, enquanto *O conhecimento do jornalismo* tem 225.

É por esse livro, uma síntese da dissertação de Meditsch, que o professor de radiojornalismo passa a ser associado à defesa do jornalismo como forma de conhecimento e da graduação especializada em Jornalismo. Também é através desse trabalho, em associação a artigos e entrevistas, que as ideias em debate na UFSC passaram a ser conhecidas no Brasil. E nesse aspecto, a teoria de Genro Filho, associada ao projeto do curso da UFSC e do jornalismo como forma de conhecimento foi atrelado ao projeto político pedagógico conduzido por Meditsch (PONTES, 2015, p. 270).

O reconhecimento de Meditsch no tema “jornalismo como forma de conhecimento” estende-se a Portugal, onde ele cursou seu doutorado (com tese sobre rádio), defendido em 1997, sob orientação de Nelson Traquina, pesquisador que se tornou no Brasil, como diz Marialva Barbosa (2012, p. 22), “uma espécie de porta-voz das teorias do jornalismo” (cf. capítulo 4). Naquele país, Meditsch apresentou a palestra *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* no curso *Jornalismo: transmissão de conhecimento ou degradação do saber?*, realizado como curso de verão em 1997, com a coordenação do pesquisador português Mário Mesquita. A fala de Meditsch foi primeiramente publicada como texto naquele mesmo ano na *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, de Portugal, e depois com outros títulos (com algumas alterações): *Fundamentos e pertinência da abordagem do jornalismo como forma de conhecimento*, no IV Congresso da Alaic, em

¹⁰¹ É neste tema que Meditsch é mais citado, conforme dados do Google Acadêmico (acessado em 15 de dezembro de 2018), com 384 menções ao livro *O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo* (2001), resultado de sua tese.

São Paulo, em 1997, *Jornalismo como forma de conhecimento*, na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, da Intercom, em 1998, *Jornalismo como forma de conhecimento: uma abordagem qualitativa*, na coletânea *Jornalismo: história, teoria e metodologia – perspectivas luso-brasileiras*, organizada pelo professor português Jorge Pedro Sousa, em 2008, e na versão deste último em inglês *Journalism as a form of knowledge: a qualitative approach*, primeiro na *Brazilian Journalism Research*, em 2005, e posteriormente na *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, em 2008. Também foi publicado com o mesmo título da palestra na revista acadêmica *Comunicação e Sociedade*, de Portugal, em 2002. Além de aparecer entre os textos mais citados no Brasil dentro do tema “jornalismo como forma de conhecimento”, o artigo de Meditsch é mais conhecido em Portugal do que *O segredo da pirâmide* (PONTES, 2015).

Com vários pesquisadores com quem conversamos em Portugal, em nosso estágio sanduíche [realizado entre dezembro de 2013 e agosto de 2014], foram poucos que disseram conhecer ou ter ouvido falar de “O Segredo da Pirâmide”. Porém todos conheciam Eduardo Meditsch e seu famoso texto sobre “O Jornalismo como Forma de Conhecimento?” [na verdade, o título do texto é *O jornalismo é uma forma de conhecimento?*] ou o seu livro “O Conhecimento do Jornalismo” (PONTES, 2015, p. 279).

O trabalho de Genro Filho na direção de uma teoria do jornalismo e a publicação de *O segredo da pirâmide* são lembrados por Meditsch no texto de apresentação do primeiro volume do livro *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são* ([2004]), de Nelson Traquina. Com o título *A contribuição portuguesa para a teoria do jornalismo no Brasil*, numa deferência ao autor da obra, o texto abre falando da parcela de Genro Filho nesse intento: “Embora não tenha sido a primeira pessoa a estudar e a escrever sobre o jornalismo no Brasil, Adelmo é lembrado como o fundador da disciplina ‘Teoria do Jornalismo’ no país” (MEDITSCH, 2005, p. 11). O intento de Genro Filho também é lembrado ainda por Eduardo Meditsch e Liriam Sponholz no prefácio da obra *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais* (2011), de Otto Groth, intitulado *Bases para uma teoria do jornalismo 2.0* (pela menção que ele faz ao trabalho do pensador alemão).

Além dos trabalhos de Meditsch, textos de outros pesquisadores brasileiros que fazem menção ao jornalismo como conhecimento. Vide alguns deles: *Pauta e notícia: uma*

abordagem semiótica (1996), de Ronaldo Henn, *O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: a notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein* (1998), de Marconi da Silva, *Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico* (2007), de Sylvia Moretzsohn, e *Jornalismo, conhecimento e realidade: para além dos espelhos e das construções* (2009), de Liriam Sponholz.

Embora não tenha sido o primeiro estudioso a preocupar-se com o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo (cf. PARK, 1940; PEUCER, 1690), Adelmo Genro Filho desenvolve uma abordagem original sobre a temática. A que mais interessa aqui é o fato de estar vinculada (pelo próprio autor) à proposição de uma teoria do jornalismo: “Trata-se, a rigor, de um ensaio que pretende fornecer elementos para uma teoria do jornalismo, entendido este como uma *forma social de conhecimento*” (GENRO FILHO, 2012, p. 10, grifo do autor). Outros pontos creditados como originais são o elevado nível de abstração teórica da obra e seu posicionamento crítico em relação às leituras marxistas sobre o jornalismo realizadas até ali.

Entender o jornalismo como forma de conhecimento não é propriamente uma inovação teórica – o próprio Adelmo Genro Filho usa Park para alicerçar sua tese – e nem tampouco a relação entre jornalismo e singularidade – Tobias Peucer já apontava a importância dos fatos singulares, em 1690 [menciona, em nota de rodapé, seu texto *Os relatos jornalísticos*]. A novidade, portanto, está na reunião destas duas características, isto é, em compreender e definir o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada no singular (TEIXEIRA, 2007, p. 21).

Conferem-se a Adelmo Genro Filho e sua obra *O segredo da pirâmide* notável importância e reconhecimento acadêmico que extrapolam o jornalismo e o âmbito geográfico da UFSM, onde graduou-se em Comunicação/Jornalismo em 1975, e da UFSC, em que foi professor do mesmo curso entre 1983 e 1988. Pontes (2015, p. 122) identifica algumas das outorgas de honra que levam o nome do estudioso gaúcho:

Adelmo Genro Filho é o nome de uma rua na região sul de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que fica a algumas quadras da Rua Chico Mendes. Também é o nome da vila onde está esta rua, em substituição à denominação “Vila Santa Rita de Cássia”. O gabinete de leitura “Adelmo Genro Filho”, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), está disponível para estudantes, técnicos e professores de segunda

a sexta, das 8:30 às 17:30. O Centro de Atenção à Cidadania e Direitos Humanos Adelmo Genro Filho, uma ONG de Santa Maria, realiza ações de denúncia contra violações dos direitos humanos e de defesa da dignidade. O nome do Centro Acadêmico Livre de Jornalismo “Adelmo Genro Filho”, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é uma homenagem dos estudantes ao seu professor. O nome do jornalista está na Fundação pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina [em nota, Pontes informa que a entidade foi formada em 1992 com apoio de sindicatos urbanos da Grande Florianópolis (Sindicato dos Jornalistas, dos Eletricitários, dos Bancários, dos Professores Estaduais, dos Professores Universitários e ONGs)]. O comitê jovem de uma corrente do PT gaúcho traz a denominação do político. Da mesma forma, o principal prêmio de pesquisa em Jornalismo do país, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), relembra o teórico.

Outras ocorrências reafirmam sua importância e relevância acadêmica. Em 2007, um seminário realizado na UFSM, com apoio da Intercom (que celebrava três décadas de fundação), comemorou os 20 anos de publicação de *O segredo da pirâmide*, resultando no livro *Olhares sobre o jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho*, organizado por Márcia Franz Amaral (UFSM), Elias Machado (UFSC), Pedro Luiz Osório (Unisinos) e Tattiana Teixeira¹⁰² (UFSC). Foi Márcia Franz Amaral quem redigiu a apresentação: “Resgatar Adelmo era um compromisso. Com o Prêmio Adelmo Genro Filho, instituído em 2004 pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e o seminário proposto pela Intercom demos os primeiros passos. Este livro é uma contribuição nesse sentido” (AMARAL, 2007, p. 11). José Marques de Melo, que assina o prefácio, classifica *O segredo da pirâmide* como “livro paradigmático”: “Adelmo Genro Filho não poderia faltar nessa agenda comemorativa [pelos 30 anos da Intercom]. A singularidade das suas idéias o torna personagem emblemático do pensamento comunicacional brasileiro” (MARQUES DE MELO, 2007c, p. 15). Também em 2007, o professor aposentado da UFSC Francisco Karam (contemporâneo de Genro Filho na instituição) publicou na revista acadêmica *Estudos em Jornalismo e Mídia*, do PPGJor/UFSC, o ensaio intitulado *20 anos de O segredo da pirâmide*: “A obra, uma abordagem densa e original sobre o jornalismo, inspirou diversas pesquisas, dissertações e teses, algumas transformadas em livros, e contribuiu, de maneira significativa, para a consolidação da especificidade da área”

102 Única do grupo que não é graduada no curso de Comunicação/Jornalismo da UFSM.

(KARAM, 2007, p. 167)¹⁰³. Em 2012, o PPGJor/UFSC promoveu o painel *Adelmo Genro Filho e o jornalismo, 25 anos depois*, cuja mesa teve a participação de Sylvia Moretzsohn (UFF)¹⁰⁴, Jacques Mick (PPG em Sociologia Política/UFSC, passando a compor a partir de 2017 o corpo docente do PPGJor/UFSC), Felipe Pontes (doutorando do PPG em Sociologia Política/UFSC, tornando-se em 2015 professor do curso de Jornalismo da UEPG, onde também integra o corpo docente do Mestrado em Jornalismo) e Eduardo Meditsch (PPGJor/UFSC). Na ocasião, foi oficialmente relançado *O segredo da pirâmide*. Em 2015, Felipe Pontes defendeu a tese *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica*.¹⁰⁵ O pesquisador publicou em 2017 na *Brazilian Journalism Research*, da SBPJor, o artigo *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo: 30 anos de O segredo da pirâmide*, marcando as três décadas de publicação da obra.

Com efeito, Genro Filho e seu livro têm posição de destaque na pesquisa em jornalismo, especialmente quando se fala do “jornalismo como conhecimento”. Esta é a chave do presente capítulo, como já indicamos. A história da pesquisa acadêmica em jornalismo é também evocada aqui. Isso porque alguns pesquisadores costumam apontar (e enumerar) seus fundadores e suas respectivas obras fundantes para demarcar território (cf. MARQUES DE MELO, 1970, 1972, 1984, 2003a, 2003b, 2003c, 2006, 2007; MARQUES DE MELO; FERNANDES, 2014, 2015). Ao que parece, um exercício que se mostra mais político do que propriamente teórico. Esses inventários geralmente utilizam como parâmetro o trabalho (de pesquisa) feito pelos institutos históricos e geográficos, a criação dos cursos de graduação em jornalismo ou o pensamento de jornalistas (intelectuais) de outrora. Centram-se no resgate das “identidades brasileiras” ou do “pensamento jornalístico brasileiro” (cf. MARQUES DE MELO, 2006a, 2007a). Este tipo de abordagem apresenta apenas um “amontoado de informações”, como detecta Martino (2008, p. 30) ao realizar um exame crítico da literatura sobre história da comunicação, “na medida em que transmite a ideia de que o significado de uma História da Comunicação se esgotaria na

103 Trecho retirado do resumo do texto.

104 Aposentou-se em 2016.

105 Pontes, que integrou a primeira turma do PPGJor/UFSC (cuja dissertação utiliza fortemente conceitos de Genro Filho), faz menção, nos agradecimentos da tese, à professora Hebe Maria Gonçalves por lhe apresentar *O segredo da pirâmide* em 2004 na disciplina *Técnicas de Redação*, do curso de Comunicação/Jornalismo da UEPG.

informação de datas, nomes e lugares, passando ao largo e nos privando de uma interpretação teórico-epistemológica”. Desse modo, as perspectivas que buscam estabelecer um pensamento fundador da pesquisa em jornalismo serão problematizadas logo adiante. Em seguida, passaremos para a análise dos trabalhos que abordam o “jornalismo como conhecimento”, uma singularidade nos estudos em jornalismo no Brasil.

Os primeiros registros advindos de uma exegese sobre a atividade jornalística no Brasil datam da segunda metade do século XIX. Naquele momento, os institutos históricos e geográficos (no Rio de Janeiro e em São Paulo) e os museus eram os espaços institucionais responsáveis pelo investimento das pesquisas de humanidades e ciências em geral no país (A. D. COSTA, 2017; MARQUES DE MELO, 2006a; ROMANCINI, 2004). Respondiam às consequências de um período anterior, no qual a imprensa nacional começava a vivenciar mudanças consideráveis, sobretudo durante a Primeira República (1889-1930): acompanhando “tardamente” uma tendência mundial de massificação da imprensa, sobretudo nos Estados Unidos e em países da Europa, como já mencionamos nos capítulos anteriores, os jornais brasileiros passaram a ser vistos como um negócio empresarial, visando a obtenção de lucro.¹⁰⁶

Os trabalhos precursores da atividade jornalística despontam, portanto, de pesquisas vinculadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, no Rio de Janeiro. Conforme o estatuto do órgão, redigido no ano de sua criação e que é mantido até hoje, com algumas adaptações à atual conjuntura, o objetivo do IHGB é “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil...” (BRASIL, online)¹⁰⁷. Ou seja, o propósito ali, desde então, é sistematizar e gerar um acervo de documentos sobre a história oficial do país para servir de registro da memória nacional (fonte histórica). Para mostrar o resultado deste trabalho, o Instituto criou em 1839 uma publicação homônima: *Revista do IHGB*.¹⁰⁸

Uma edição especial da *Revista do IHGB* com o intuito de comemorar o centenário da imprensa periódica brasileira foi publicada em dois volumes: um sobre a gênese e o

106 Até então, os jornais serviam hegemonicamente como bandeira de luta política.

107 Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/objetivos.html>>; acessado em: 6 de setembro de 2017.

108 Publicada desde 1839, o periódico apresenta contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos e museólogos, dentre outros pesquisadores.

progresso da imprensa nacional e outro dedicado a inventariar os jornais editados em 10 estados brasileiros (A. D. COSTA, 2017; MARQUES DE MELO, 2006a; ROMANCINI, 2004).¹⁰⁹ Embora este feito seja marcador oficial da pesquisa em jornalismo no Brasil (cf. MACHADO, 2008; MARQUES DE MELO, 2006a; ROMANCINI, 2004), concordamos com o entendimento de Alvaro Daniel Costa (2017, p. 12), que vê tal evento como “ato político” que “faz parte da agenda cultural do país”, desempenhando o papel de registro da memória nacional (como já falamos).

Comemorar vira uma estratégia deliberada, pois determinado grupo intelectual e político determinou que assim seria. Tanto a exposição quanto a confecção dos catálogos metódicos figuram como lugares de memória seja pelo aspecto simbólico de se perpetuar no imaginário ou em um aspecto físico por se transformar em documento (A. D. COSTA, 2017, p. 12).

Além das investigações de caráter historiográfico sobre a imprensa¹¹⁰, começaram a surgir, também nas primeiras décadas do século XX, pesquisas ligadas ao campo jurídico. Este movimento é consequência, segundo Marques de Melo (2006a, p. 16), dos conflitos entre o trabalho jornalístico e o funcionamento do Estado que chamaram a atenção dos estudiosos do direito, “gerando análises e interpretações sobre os fundamentos e consequências dos delitos cometidos através da imprensa”. Alguns vestígios deste momento podem ser observados nas obras de Barbosa Lima Sobrinho e Rui Barbosa, que discutiremos logo abaixo.

Essa tendência, que Marques de Melo (2006a) denomina como histórico-jurídica, parece ter influenciado fortemente a formação acadêmica dos primeiros jornalistas que passaram por cursos universitários específicos para esta área de atuação profissional, após

¹⁰⁹ Cabe mencionar aqui duas questões: uma sobre a implementação da imprensa. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil possibilitou mudanças políticas, econômicas e culturais para o país, alterando sua condição periférica de colônia europeia. O início oficial da imprensa – com a Impressão Régia – foi acompanhado da instalação de indústrias e a melhoria geral na urbanização do Rio de Janeiro. Segundo Alvaro Daniel Costa (2017, p. 2), os jornais baianos ficaram de fora das análises da Revista do IGHB. Mas é importante frisar que a cidade de Salvador foi a primeira capital do Brasil (até o século XVIII). Na época da comemoração do centenário da imprensa brasileira, já circulavam diversos impressos no estado, entre eles o *Diário da Bahia* (1833-1958) e o *Jornal de Notícias* (1883-1917). O segundo volume da edição especial da revista contabilizou 5.277 periódicos nas regiões Norte e Nordeste (A. D. COSTA, 2017, p. 2).

¹¹⁰ Depois do volume que celebra os 100 anos da imprensa brasileira, o IHGB publicou outras edições sobre jornais que circulavam em outros estados. Em 1914, por exemplo, lançou tomos sobre a imprensa paranaense, paulista e pernambucana (A. D. COSTA, 2017, p. 3).

os anos 1940. Neste momento inicial, o ensino e a produção bibliográfica sobre a prática jornalística são marcados por aspectos históricos, éticos, jurídicos e filosóficos (cf. capítulo 1).

Os primeiros livros originalmente brasileiros começaram ser publicados numa conjuntura de transformação da atividade, que despertava, entre fins do século XIX e início do século XX, como negócio e num processo de profissionalização. Essas primeiras obras foram reeditadas no final dos anos 1980 para compor a coleção *Clássicos do Jornalismo Brasileiro*, capitaneada pelo então professor da ECA/USP José Marques de Melo. Neste momento, dava-se a implantação da disciplina *Teoria do Jornalismo* em cursos de Comunicação/Jornalismo nas regiões Sul e Sudeste, sem o suporte de uma bibliografia básica (cf. capítulo 1). O próprio José Marques de Melo, juntamente com seu colega Ciro Marcondes Filho, foi responsável pela implementação da matéria na grade curricular da ECA/USP. Ao apresentar a coleção, como uma espécie de prefácio em *O Problema da Imprensa*, de Barbosa Lima Sobrinho, primeiro a ser reeditado, Marques de Melo (1988, p. ix) afirma que o conjunto de obras “é uma iniciativa que pretende resgatar essa produção intelectual confinada a poucas bibliotecas e fazê-la circular em todo o País”, com o intuito de “fornecer subsídios aos jornalistas que se preparam nas universidades”.

Na sequência, apresentaremos os títulos publicados na referida coletânea seguindo a cronologia de lançamento das edições originais.

O livro que abre essa lista é *A imprensa e o dever da verdade* (1920), de Rui Barbosa, autor de diversas outras obras sobre política, direito e diplomacia, dentre outros assuntos. Ele viveu um período de transição da sociedade brasileira no qual, como aponta Nicolau Nazo (1967, p. 256-257), seus escritos estavam relacionadas com diferentes atividades: com a política, quando o país trocou a monarquia pela república; na literatura, com a substituição do romantismo pelo realismo e pelo parnasianismo; e na economia, com a expansão de recursos para financiar a produção.

A imprensa e o dever da verdade, onde se revela um posicionamento idealista do autor, discorre sobre a responsabilidade da imprensa – sua ética e o dever da verdade –, bem como sua relação com a política, entendida como a relação com os governos. Como homem de seu tempo (atuou como advogado, político¹¹¹ e jornalista), Rui Barbosa atentou

111 Ele foi o primeiro ministro da Fazenda do regime republicano e teve sua gestão marcada pelo que ficou conhecido como encilhamento (crise econômica causada pela emissão indiscriminada de papel-moeda).

para a força que a atividade ganhava na sociedade moderna, seja falando por meio de metáfora (“A imprensa é a vista da Nação”, p. 32) de modo filosófico (“não exagerou quem disse que a imprensa é a garantia de todas as garantias [de liberdade]”, p. 35-36). Assim, “Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de idéias falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições” (R. BARBOSA, 2004, p. 34-35).

Outro livro da coletânea é *O problema da imprensa* (1923), de Barbosa Lima Sobrinho, jornalista, advogado, político e escritor. Também autor de diversos livros sobre variados assuntos. Rosemary Mendez o considera “precursor das Ciências da Comunicação do Brasil” (1999, p. 13) e Marques de Melo reconhece *O problema da imprensa* como um “marco zero da pesquisa jornalística brasileira” (2007a, p. 23) ou, ainda, “o primeiro tratado de teoria do jornalismo brasileiro” (2003b, p. 151). Lima Sobrinho, no entanto, não se colocou como comunicólogo e nem interessado em constituir uma teoria do jornalismo. Na verdade, ele parece assumir uma posição de intelectual (um provocador, no bom sentido da palavra), cuja atuação esteve “marcada pela coerência de seus posicionamentos e não omissão diante dos grandes momentos históricos”, “com o objetivo primordial de promover a democracia e a justiça social” (G. S. SILVA, 2014, p. 11).

Em *O problema da imprensa*, Lima Sobrinho examina diversos assuntos ligados ao jornalismo (apresentados como capítulos), prática que se transformava rapidamente e intervia cada vez mais na vida social (como também verificou Rui Barbosa):

Com tais elementos [progressos técnicos de impressão e distribuição de exemplares de jornais que ocorriam nos Estados Unidos e em países da Europa e da Ásia e que começavam a chegar no Brasil], não se calcula até onde chega modernamente a influência da imprensa. Sabe-se que ela se insinua por toda a parte e, onisciente e ubíqua, conhece tudo e de tudo fala, constituindo uma constante ameaça para todos e valendo, pois, como uma sanção para a atividade dos homens (LIMA SOBRINHO, 1988, p. 12).

A partir dessa constatação e sob o pressuposto de que o jornalismo “ensina, educa, dirige, inspira” (LIMA SOBRINHO, 1988, p. 12), o intelectual debate temas, como liberdade de imprensa, seu desenvolvimento como indústria, sua relação com o governo, sua responsabilidade (ética), dentre outros, detectando seus problemas para, daí, corrigi-los

(ao menos os que podem ser reparados). Como um manual, a obra fala de exemplos e contra-exemplos do fazer jornalístico (sobretudo de países que já haviam vivenciado mudanças estruturais na relação com a imprensa), reconhecendo seus defeitos e virtudes, fazendo sua defesa: “Há jornais maus, dissemos; a imprensa, todavia, é boa” (LIMA SOBRINHO, 1988, p. 169).

O terceiro livro da coleção *Clássicos do Jornalismo Brasileiro* é *A missão da imprensa* (1950), de Carlos Lacerda. Sua carreira, tanto na política (vinculado com a esquerda durante a juventude)¹¹² quanto no jornalismo, foi marcada “pelo estilo virulento e ofensivo” (MENDONÇA, 2008, p. 1-2), que lhe conferiu diversos adversários, especialmente Getúlio Vargas: “Pode-se afirmar, sem erro, que ele é um dos personagens mais importantes e controversos de nossa política nos eventos que marcaram nossa história entre os anos 40 e 60 do século passado” (PAIVA, 2014, p. 282). Lacerda utilizou seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, para fazer oposição ferrenha ao varguismo (cf. MENDONÇA, 2008; LATTANZI, 2011; PAIVA, 2014).

Em *A missão da imprensa*, Lacerda expõe sua visão sobre o jornalismo: “profissão que é ao mesmo tempo uma **vocação**” (p. 77, grifo nosso). Como um relato de sua própria experiência como jornalista, afirma: “um jornalista não se reconhece pelos títulos que ostenta ou mesmo pelo que chega a escrever e sim pela capacidade que tem de se entregar inteiramente à sua função” (LACERDA, 1950, p. 17). Alinhado com as questões de seu tempo, aborda também a liberdade de imprensa e a responsabilidade (ética) da atividade, quase sempre recorrendo a Rui Barbosa, inspirando-se nele em diversos aspectos.

O pensamento jornalístico de Alceu Amoroso Lima também integra a coleção. Foi crítico literário, advogado e escritor, tendo lançado diversos livros, dentre os quais *O jornalismo como gênero literário* (1958). Lima adquiriu autoridade como intelectual católico, engajando-se no sentido de “promover a recristianização do país” (RODRIGUES, 2006, p. 12), fazendo isso através de veículos de comunicação da Igreja. Após converter-se em católico, ele escreveu, no período de uma década, mais de 20 obras que fez o público ver que estava diante de um autor em que a fé vinculava-se às letras (M. COSTA, 2013).

Na obra citada, Lima parte do pressuposto de que o jornalismo, em face às “exigências das massas contemporâneas” (p. 62), aproximou-se da literatura. Resultado que atribui ao processo de “evolução dos meios modernos de publicidade [comunicação]”

¹¹² Ele rompe com essa origem após ser expulso do PCB.

(LIMA, 1969, p. 9). Ele recorre ao estudo dos gêneros literários, situando o jornalismo como “apreciação em prosa dos acontecimentos” (p. 44). Diferentemente do poeta, do romancista ou mesmo do sociólogo, é o jornalista quem “**leva o fato ao conhecimento do público**” (p. 46, grifo do autor). Como acredita que o jornalismo é uma arte, Lima vê a atividade como uma vocação (“Nasce-se jornalista”, p. 59) e, num momento em que ela começava a se estabelecer no país como formação universitária, justifica expressamente não ser “contra os cursos de jornalismo” (p. 59).

O penúltimo livro da coletânea é *Espírito do jornalismo* (1960), de Danton Jobim. Atuou como advogado, jornalista e político, aliando o trabalho no jornalismo com a atividade política: passou pelos governos dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (MARQUES DE MELO, 2005)¹¹³. Em 1948, ajudou a fundar o curso de Jornalismo da Universidade do Brasil, atual UFRJ, e, a partir daí, passou a dedicar-se à pesquisa em jornalismo, com forte atuação no Ciespal, publicando pelo menos dois livros que buscam refletir a prática e seu ensino (uma pedagogia do jornalismo), como *Introduction au journalisme contemporaine* (1957) e *Pedagogia del periodismo: métodos orientados para la prensa escrita* (1961). Segundo Marques de Melo (2005, p. 8), Jobim é “o desbravador da pesquisa jornalística na universidade brasileira”. Chegou a ministrar cursos em universidades estrangeiras (Texas e Sorbonne) e foi o primeiro pesquisador brasileiro a publicar um artigo na revista acadêmica *Journalism Quarterly*.

Com *Espírito do jornalismo*, Jobim, pela sua familiaridade como professor de jornalismo, demonstra preocupação em refletir academicamente, aborda o jornalismo em suas dimensões históricas, éticas, técnicas, sua relação com a opinião pública (ajuda a formá-la) e a ligação entre os países em decorrência, dentre outros aspectos, da atuação das agências de notícias (que ele chama de “relações internacionais”). Não enxerga a prática jornalística como uma forma de literatura, mas pensa que ambas estão relacionadas. Ele, inclusive, expõe meios para o estudo do fenômeno jornalístico (criação de institutos de pesquisa, métodos de investigação, o que poderia ser objeto de análises na imprensa etc.).

Por fim, nesta coletânea, encontra-se a obra *Iniciação à filosofia do jornalismo* (1960), de Luiz Beltrão. Formado em direito, trabalhou em vários jornais e chegou a

113 Foi diretor do Departamento de Propaganda e Turismo do Distrito Federal, no governo Vargas, e conselheiro de imprensa do governo Kubitschek. Com a censura à imprensa, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), acabou deixando o governo Vargas, passando a combater seu regime ditatorial (AVANZA, 2007; MARQUES DE MELO, 2005).

escrever alguns romances. Após esse período, iniciou sua carreira como professor de jornalismo na Faculdade de Filosofia do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa (PB), como relata Eduardo Gurgel (2012). Depois, ajudou a fundar, em Recife (PE), o primeiro curso de jornalismo de uma universidade católica. Lecionou também nos cursos de jornalismo da UnB e na USP. Autor da primeira tese de doutorado em comunicação do Brasil (GURGEL, 2012; HOHLFELDT, 2003), Beltrão tem reconhecida contribuição para o campo da comunicação, tendo lançado diversos livros sobre o assunto, a exemplo de *A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário* (1969), *Jornalismo interpretativo* (1976), *Jornalismo opinativo* (1980), *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados* (1980) e *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa* (1986)¹¹⁴.

Em *Iniciação à filosofia do jornalismo* demonstra, de um lado, uma preocupação com referências bibliográficas para o ensino de jornalismo, que, naquele momento, dava os primeiros passos no país (cf. capítulo 1), e, de outro, expõe um pensamento original sobre o jornalismo. O aspecto mais pertinente da obra são os denominados caracteres fundamentais do jornalismo, “aqueles atributos que o distinguem das demais manifestações da atividade e do engenho humano” (BELTRÃO, 1992, p. 69). São seis, estas características:

- (1) atualidade: propriedade dominante do jornalismo, ou seja, componente essencial às suas manifestações, já que trabalha com o cotidiano, o presente, o efêmero;
- (2) variedade: representa a extensão do campo jornalístico, que, por suas características ou pelo seu conteúdo, trata de todos os domínios da atividade humana;
- (3) interpretação: valoração (exame da importância e do caráter) que o jornalista faz dos fatos;
- (4) periodicidade: refere-se aos intervalos (períodos) pelos quais as manifestações jornalísticas são registradas (é, dentre as características do jornalismo, a menos subjetiva – interpretação, por exemplo – e a mais formal);
- (5) popularidade: obtenção das condições ideais para o exercício mais amplo possível da atividade, que trabalha na divulgação de notícias de interesse geral; e
- (6) promoção: disposição da atividade em assegurar o bem comum (formação, orientação, ação e evolução da sociedade).

114 Este em parceria com Newton de Oliveira Quirino.

Os caracteres centrais do jornalismo propostos por Beltrão, em *Iniciação à filosofia do jornalismo*, assemelham-se às características centrais do jornalismo elaboradas pelo estudioso alemão Otto Groth (periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade). Se o pesquisador brasileiro não teve acesso direto aos escritos de Groth, provavelmente foi influenciado por suas ideias em viagens aos Estados Unidos e a países da Europa e da Ásia na década de 1950, como afirmam Meditsch e Sponholz (2011), no prefácio da edição traduzida para a língua portuguesa.

É provável que Beltrão tenha tomado conhecimento destas ideias a partir de suas próprias referências teóricas, como o francês Jacques Kayser e o cubano Octávio de La Suarée, autores que circulavam na rede internacional de pesquisadores de jornalismo de então, ou no Encontro Internacional de Jornalistas de que participou na Finlândia, país que recebeu considerável influência da *Zeitungswissenschaft* [jornalística] alemã (MEDITSCH; SPONHOLZ, 2011, p. 17).

O esforço de Groth mostra-se mais denso em relação ao trabalho de Beltrão. De qualquer maneira, as quatro características do pensador alemão estão incluídas na categorização do pesquisador brasileiro, numa espécie de “teoria geral do jornalismo”. Ao relacionar as duas obras (mesmo sabendo que partem de premissas distintas), poderíamos dizer que, além das categorias de “atualidade” e de “periodicidade” (nomeadas igualmente e, grosso modo, com as mesmas propriedades), as categorias de “universalidade” e de “publicidade”, empregadas por Groth equivalem, respectivamente, às categorias de “variedade” e de “popularidade” de Beltrão.

Ao examinar os seis livros reeditados pela coleção *Clássicos do Jornalismo Brasileiro*, é possível afirmar que os dois últimos têm intenção de preencher uma demanda por bibliografias básicas para fundamentar as disciplinas dos recém-criados cursos universitários de jornalismo. Algumas evidências disso é que os dois autores, Danton Jobim e Luiz Beltrão, fazem menção à atividade docente em faculdades de jornalismo (Jobim encerra *Espírito do jornalismo* com uma reflexão acerca da formação universitária em jornalismo), além de terem se dedicado a escrever outros livros sobre o tema a partir de cursos realizados no Ciespal – *Pedagogia del periodismo: métodos de enseñanza orientados para la prensa escrita* (1961), de Jobim, e *Métodos en la enseñanza de la técnica del periodismo* (1963), de Beltrão. Já Alceu Amoroso Lima, em *O jornalismo*

como gênero literário, direciona o objeto (jornalismo) para a literatura, sua área de atuação acadêmica, conforme sua experiência como professor de Literatura Brasileira da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e da PUC-RJ (RODRIGUES, 2006). Em relação aos livros dos outros três autores pioneiros, Rui Barbosa, Barbosa Lima Sobrinho e Carlos Lacerda, evocamos novamente (cf. capítulo 2) o raciocínio de Martino (2006c, 2007a), que delimita a distinção entre questões teóricas e questões intelectuais, esta última marcada pelo debate público de questões da atualidade. A liberdade de imprensa e sua responsabilidade (ética), por exemplo, são temas que perpassam a discussão dos três textos (como questões emergentes para a imprensa naquele momento)¹¹⁵. É necessário salientar que Barbosa, Lima Sobrinho e Lacerda fazem parte do contexto em que a imprensa brasileira era formada por profissionais reconhecidos como intelectuais – tinham formações diversas (direito, literatura etc.), uma vez que não existiam faculdades específicas de jornalismo no país à época, aliadas a uma militância política (cf. MARTINO, 2006b).

Observamos que os primeiros livros dos cursos de jornalismo (comunicação, a partir dos anos 1960) tinham duas grandes preocupações¹¹⁶: a primeira era fornecer subsídios bibliográficos para o ensino e a segunda era pensar o próprio ensino (estrutura curricular, pedagogia etc.). Sobre este último enfoque, além de Danton Jobim e Luiz Beltrão, de quem falamos acima, abordaram também o tema, dentre outros professores, Celso Kelly, em *As novas dimensões do jornalismo* (1966), e José Marques de Melo, em *Contribuições para uma pedagogia da comunicação* (1974). De outra parte, buscou-se dar um referencial bibliográfico para as disciplinas de caráter profissional, com a publicação de manuais, dentre eles *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo* (1964), de Juarez Bahia, *Jornalismo: matéria de primeira página* (1967) e *Técnica de jornal e periódico* (1969), de Luiz Amaral, *Estudos de jornalismo comparado* (1972), de José Marques de Melo, *O papel do jornal* (1974), de Alberto Dines, *Técnica de redação: o texto nos meios de informação* (1977), de Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, e *Jornalismo gráfico: técnicas de produção* (1978) e *Técnicas de codificação em jornalismo: redação*,

115 A questão da liberdade da imprensa é recorrente no Brasil desde o início da institucionalização da imprensa no Brasil com a chegada da família real portuguesa, em 1808 (cf. ROMANCINI; LAGO, 2007), mas acentuou-se com a profissionalização do jornalismo a partir do final do século XIX e, depois, com o advento do rádio como um novo meio de comunicação.

116 Num determinado período, isso ocorreu pela influência do Ciespal (cf. capítulo 1).

captação e edição no jornal diário (1978), de Mário Erbolato.

No final dos anos 1970, como reflexo da produção acadêmica realizada nos programas de pós-graduação da área de comunicação, começa-se a publicar em formato de livro o resultado de dissertações e teses. A partir de agora, dedicaremos maior atenção às obras que estiverem dentro deste escopo, com a justificativa de que elas são fruto de pesquisa acadêmica empreendida com a intenção de investigar especificamente o jornalismo.

A primeira dissertação defendida no então recém-criado PPG da ECA/USP, de Cremilda Medina, em 1975, é exatamente sobre o tema e acarretou no livro *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial* (1978). À luz das reflexões frankfurtianas acerca da chamada cultura de massa e da indústria cultural, a professora examina a estrutura da mensagem jornalística (notícia): “Um produto típico das sociedades urbanas e industrializadas, reproduzido em grande escala, fabricado para atingir a massa” (MEDINA, 1988, p. 40). Sua dupla função é informar e distrair. Para ela, a empresa jornalística, ligada a um grupo econômico e político, é quem conduz a composição da mensagem (da captação aos aspectos estilísticos). Medina cita o pensamento de Otto Groth (a quem chama de funcionalista), que ela teve acesso através do texto *La ciencia periodística de Otto Groth* (1966), de Angel Faus Belau, e trata mais especificamente das quatro características centrais que o pensador alemão delineia acerca da prática jornalística (periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade¹¹⁷) e as correlações entre elas. Também menciona o artigo *A notícia como forma de conhecimento* (1940), de Robert Park, no que tange às suas conexões com a história, apontando a notícia como uma “mercadoria perecível” (p. 69). Todavia, o que Medina aponta como o problema (no sentido negativo) da notícia, na verdade, é o que Park considera sua essência.

Além de *Notícia, um produto à venda*, a autora publicou outros títulos sobre o jornalismo, como *A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo* (1973), em parceria com Paulo Roberto Leandro, *Entrevista: o diálogo possível* (1986), como parte de sua tese de doutorado no PPG da ECA/USP, *O jornalismo na nova república* (1987) e *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos* (2008).

Também herdeiro do pensamento frankfurtiano, que permeou vigorosamente o ensino e a pesquisa em comunicação no Brasil nos anos 1970 e 1980, e localizando-se na

117 A pesquisadora brasileira chama de “difusão”, seguindo Faus Belau.

perspectiva da economia política (buscando romper com a concepção estadunidense, tida como hegemônica no Brasil)¹¹⁸, Ciro Marcondes Filho, em *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza* (1989 [1986]), classifica a notícia “como forma ‘quebrada’ da realidade” (p. 14) transformada em mercadoria e, por conseguinte, em “um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político” (p. 13). Seu quadro teórico sustenta-se no pensamento marxista, sobretudo nos conceitos de “mercadoria”, “valor de uso”, “valor de troca”, “alienação” etc. Segundo Marcondes Filho, a “política da notícia”, dentro do sistema capitalista, tende a incentivar a passividade, a acomodação e a apatia social, servindo para a manutenção do *status quo*. O mesmo ocorre nos países socialistas, diz ele, já que o jornalismo sob estes sistemas também age no sentido de manipular a informação. Diferente de Marx, que chega a vislumbrar possibilidades transformadoras a partir do desenvolvimento do próprio capitalismo (elevando-se para uma sociedade baseada no comunismo, ou seja, sem a propriedade privada dos meios de produção), seu discípulo parece não ver qualquer potencialidade emancipatória no jornalismo.

Marcondes Filho tem produção significativa no campo da comunicação, com ênfase para o jornalismo, como podemos ver em *Imprensa e capitalismo* (1984), *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos* (2000), *Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões* (2009) e *Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria* (2009).

Mirando as particularidades do texto jornalístico, Nilson Lage escreve os livros *Ideologia e técnica da notícia* (1979), *Linguagem jornalística* (1985), *Estrutura da notícia* (1987), *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística* (2001) e *Teoria e técnica do texto jornalístico* (2005). Segundo Pontes (2015, p. 247), o empreendimento de Lage “mantinha um caráter mais pragmático, com livros de fundamentação teórica na Linguística e aplicação técnica no jornalismo”. Ateremos nossa atenção para a publicação que inaugura sua obra.

O texto de *Ideologia e técnica da notícia* é produto da dissertação de Lage, defendida no PPGCom da ECO/UFRJ no mesmo ano que foi publicado, mas sob outro título: *Teoria elementar da notícia de jornal*. O manual tornou-se o primeiro item da

¹¹⁸ Marcondes Filho critica o *modus operandi* de investigação das ciências sociais nos Estados Unidos, que considera positivista e empirista, e utiliza bibliografia particularmente de origem alemã.

bibliografia nacional, figurando como referência básica da então recém-criada disciplina *Teoria do jornalismo* em meados dos anos 1980 no curso de Comunicação/Jornalismo da UFRGS (cf. capítulo 1). Nele, o pesquisador procura evidenciar a organização da notícia, bem como sua estrutura, linguagem e história. Para Lage (2001, p. 76), “A primeira coisa que um jornal informa é sua ideologia”.¹¹⁹ Isso pode ser observado por elementos, como disposição da manchete, tipo de letra, tamanho das ilustrações, ordenação das informações no texto etc. Ele afirma que a linguagem jornalística tem dois polos ideológicos (já que, como indústria, dirige-se a um público vasto): de um lado, a ocultação do emissor; e do outro, uma neutralidade da informação.

Para a construção de um texto, portanto, é necessário selecionar os dados e ainda ordená-los, o que envolve a consideração de *importância* ou *interesse*. A técnica de produção industrial de notícias estabeleceu com este fim critérios de avaliação formal, considerando constatações empíricas, pressupostos ideológicos e fragmentos de conhecimento científico. As transformações da sociedade são detectadas como tendências, para cuja satisfação se produzem bens simbólicos de novo aspecto; os estudos de mercado informam com frequência sobre a penetração da ideologia no público e viabilizam penetração ainda maior (LAGE, 2001, p. 68, grifo do autor).

Neste ritmo contínuo e crescente quantitativo de lançamento de livros em torno da prática jornalística, começam a ser editados, a partir dos anos 1980, títulos que se ocupam da produção baseada em outros suportes tecnológicos, como o rádio e a televisão (extrapolando, assim, o meio impresso, que dominava a literatura até então). Também há os títulos voltados para as especialidades do jornalismo, servindo de manual para as disciplinas de cunho profissional. São eles: *Jornalismo na TV* (1980), de Gontijo Teodoro; *Jornalismo de rádio* (1981), de Mauro de Felice; *Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa* (1985), de Rafael Silva; *Releasmania: uma contribuição para o estudo de press-release no Brasil* (1985), de Gerson Lima; *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores* (1985), de Carlos Eduardo Silva; *Como se faz um jornal comunitário* (1985), de Ana Callado e Maria Ignez Estado; *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos* (1985), de Gisela Ortriwano; *O texto na TV: manual de*

119 A ideologia é entendida pelo autor em seu sentido amplo, como sistema de ideias e concepção de mundo.

telejornalismo (1987), de Vera Íris Paternostro; *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964* (1987), Aylê-Salassié Quintão; *Aprender telejornalismo: produção e técnica* (1989), de Sebastião Squirra; *Fotojornalismo brasileiro: realidade e linguagem* (1989), de Ivan Lima; e *Telejornalismo* (1990), de Albertino Cunha, para citar alguns. Essa produção intensificou-se no decorrer dos anos 1990 e 2000.

Como crítico da pesquisa acadêmica que se fazia até então no país sobre o jornalismo e no contexto da campanha contra a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, Adelmo Genro Filho publica *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* (2012 [1987]). Seu “lugar de fala” está demarcado logo no título da obra: abordagem marxista e propósito de constituir uma teoria do jornalismo. O trabalho é fruto da sua dissertação defendida no PPG em Ciências Sociais da UFSC naquele mesmo ano. Em seu esforço teórico, ele sustenta que o jornalismo é uma forma social de conhecimento cristalizado no singular, “historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção” (GENRO FILHO, 2012, p. 10). É neste quesito que ele distingue-se de outros caudatários do chamado pensamento crítico, como Cremilda Medina e Ciro Marcondes Filho, pesquisadores cujo entendimento sobre tal questão é criticado por Genro Filho. Seu ponto de partida é o ensaio de Robert Park *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento* (1940), também criticado por Genro Filho. Para ele, o erro do sociólogo estadunidense foi comparar o conhecimento que o jornalismo produz com a percepção que o indivíduo tem do mundo, como se ambos tivessem as mesmas funções. Sob esta classificação, Park retira do jornalismo suas contradições internas, como se sua função fosse “somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade” (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma *correspondência* de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa correspondência (GENRO FILHO, 2012, p. 53, grifo do autor).

É dessa simulação que o jornalismo manifesta-se como um gênero do conhecimento. Genro Filho aplica na atividade jornalística as categorias da filosofia hegeliana “singular”, “particular” e “universal” (sob a perspectiva da dialética marxista) – tal como o filósofo marxista Georg Lukács fez com a arte (teoria estética)¹²⁰ – para constituir sua teoria do jornalismo. É através da particularidade que a arte representa as coisas do mundo, enquanto a ciência (também a filosofia) cristaliza seu conhecimento pela universalidade. O jornalismo, por sua vez, tem como categoria central a singularidade. Com efeito, a preocupação que o (bom) jornalista tem com a singularidade dos fatos (com seu “desprezo pelas generalidades e adjetivos”, p. 161, um dos atributos do jornalismo moderno) representa a singularidade teórica do jornalismo. Para entender a cristalização no singular do conhecimento jornalístico, é preciso estabelecer conexões desta categoria com as demais (particular e universal) a que ele está indissolivelmente ligado, numa relação dialética. “Portanto, tomando essas relações como premissa teórica, podemos afirmar que o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais” (GENRO FILHO, 2012, p. 172). Desse modo, o jornalista tomaria consciência de seu fazer dentro do processo de apreensão e elaboração das informações que serão transformadas em notícia, cuja organização daria-lhe “uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história” (GENRO FILHO, 2012, p. 172), como uma *práxis* jornalística. Para o estudioso, o jornalismo tem uma potencialidade revolucionária, sem o qual não se pode pensar a “realização do comunismo” (GENRO FILHO, 2012, p. 233).

O segredo da pirâmide, em referência ao título da obra, é que ela (a pirâmide invertida)¹²¹ está realmente invertida, “quando deveria estar como as pirâmides seculares do velho Egito: em pé, assentada sobre sua base natural” (GENRO FILHO, 2012, p. 201). A pirâmide invertida e o *lead*¹²² (nela contido), perspectivas empiristas da narrativa

120 Lukács define a arte como uma forma de conhecimento cristalizada no particular, explicita Genro Filho no prefácio de *O segredo da pirâmide*.

121 Técnica de estruturação do texto jornalístico que privilegia a organização das informações em ordem decrescente de importância, ou seja, do que se considera mais importante para o menos importante.

122 Relato sintético do fato que responde a seis questões sobre ele (quê? quem? quando? onde? como? por quê?) e que geralmente é apresentado na abertura da notícia.

jornalística moderna, seriam resultado, na explicação teórica de Genro Filho, da “apreensão singularizada do fato”. Desse modo, se, do ponto de vista técnico, a notícia desenvolve-se do “mais importante para o menos importante”, como ensinam os manuais da redação, na teoria de ex-professor da UFSC, ela avança do singular ao universal, passando pelo particular. O lide é, em sua explicação, uma espécie de epicentro do singular ou “funciona como princípio organizador da singularidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 205). Para o estudioso, a concepção técnica “amarra” possíveis compreensões do fenômeno, já que “o *lead*, como momento agudo, síntese evocativa da singularidade, normalmente deverá estar localizado no começo da notícia. Porém, nada impede que ele esteja no segundo ou até no terceiro parágrafo, como demonstram certos redatores criativos” (GENRO FILHO, 2012, p. 200-201). Um exemplo que ilustra bem uma localização extrema do *lead* na notícia (podendo ser apresentado no último parágrafo, como supõe o autor) são os textos jornalísticos da seção de obituários do jornal *Folha de S. Paulo*.¹²³ Coloca-se, inclusive, como uma possível tarefa de ensino (exercício pedagógico) e de pesquisa (para problematizar a teoria).

Ainda sobre o livro, é importante observar aqui a alusão que o pesquisador brasileiro faz ao trabalho de Otto Groth, a quem teve acesso por meio de *La ciencia periodística de Otto Groth* (1966), do professor espanhol Angel Faus Belau, assim como Cremilda Medina em *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. Embora não utilize (pelo menos não manifestamente no corpo do texto) as considerações de Groth no decorrer de *O segredo da pirâmide*, Genro Filho (2012, p. 13) destaca na introdução do livro (única parte onde o teórico alemão é mencionado) seu mérito “em ter estudado o jornalismo (ou ‘os periódicos’) como objeto autônomo entre os demais processos de comunicação social”, sobretudo numa época em que predominavam estudos sobre a comunicação de massa.

O ex-professor da UFSC já ensaiava sua teoria em artigos publicados nos jornais gaúchos *A Razão* e *Diário de Notícias* entre 1975 e 1977.¹²⁴ Três deles foram resgatados

123 Sobre obituários no jornalismo, cf. Monica Martinez (2013, 2014), Kênia Carvalho e Mara Martins (2016) e Jonathan Henrique Semmler e Sônia Cristina Daros (2018), embora nenhum desses textos problematize a questão.

124 Ele escreveu, nas décadas de 1970 e 1980, artigos analíticos sobre arte, política, comunicação e jornalismo (PONTES, 2015).

pela revista acadêmica *Estudos em Jornalismo e Mídia*, do PPGJor/UFSC. Em *Questões sobre jornalismo e ideologia* (2004a), critica a aplicação da teoria da informação (atrelada à ideia de probabilidade) para o jornalismo: não necessariamente um evento com menor probabilidade de acontecer tem maior significado e importância sócio-histórica (como a máxima que diz que notícia é quando “um homem morde um cão”). O intelectual mostra-se mais assertivo em *Sobre a necessidade de uma teoria do jornalismo* (2004b), onde chama atenção para a especificidade do jornalismo como “estrutura de comunicação”: “Assim como os produtos industriais diferem dos artesanais, a comunicação jornalística tem sua natureza própria, diferente da comunicação estética, científica ou qualquer outra” (GENRO FILHO, 2004b, p. 162)¹²⁵. Já no texto *O jornalismo e a crise da objetividade burguesa* (2005), ele procura desmistificar a noção comum na atividade jornalística e no debate acadêmico de “objetividade” (que denota uma separação entre sujeito e objeto), visão própria de uma ideologia burguesa. Pensar a complexidade por trás do processo de apreensão dos fatos demanda que a questão da objetividade jornalística seja, então, recolocada: “A ‘nova objetividade’ exige a compreensão de que há uma relação dialética entre sujeito e objeto na captação do fato que será transmitido para então o sujeito portar-se como tal; para que o jornalista assuma sua humanidade” (GENRO FILHO, 2005, p. 177).

Esses três artigos já apresentavam elementos-chave que Genro Filho aprofundaria mais tarde em *O segredo da pirâmide*, como é possível verificar nos seguintes trechos: “o jornalismo é um processo sistemático de transmissão coletiva de informações cristalizadas em eventos singulares” (2004a, p. 165), eventos singulares “são a matéria-prima do jornalismo” (2004a, p. 165), “Existe uma relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, categorias do pensamento que representam aspectos objetivos da realidade” (2004a, p. 165), “ainda buscando um aprofundamento do conceito [de jornalismo], é importante ressaltar que o jornalismo não pode ser restringido a um fenômeno meramente ideológico” (2004b, p. 161), “Com relação ao jornalismo [referindo-se à pesquisa acadêmica], encontramos-nos ainda numa fase totalmente empírica, ao ponto de autores ‘importantes’ conceituarem a notícia como ‘tudo aquilo que interessa ao público’” (2004b, p. 162), “A ciência, por exemplo, que representa a forma mais universalizada do conhecimento, não está totalmente apartada da ideologia” (2005, p. 176) e “O jornalismo, que se define como reflexo tipicamente singularizado, está intimamente

125 Paradoxalmente, ele demonstra uma concepção ampla de comunicação.

ligado à realidade imediata” (2005, p. 176).

Dentro do universo da produção acadêmica brasileira (artigos, capítulos de livros, livros, dissertações e teses), 411 textos citam de algum modo *O segredo da pirâmide*, como revela o rastreamento de recepção da obra realizado por Pontes (2015)¹²⁶. Apresentaremos abaixo alguns resultados deste inventário:

(a) As revistas que mais publicaram artigos citando o livro têm como foco o jornalismo e estão vinculadas a PPGs em Jornalismo – *Estudos em Jornalismo e Mídia*, do PPGJor/UFSC (18 textos), e *Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*, do Mestrado em Jornalismo da UEPG (16); o repositório *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, de Portugal, que tem o jornalismo dentre suas temáticas¹²⁷ (15); e a revista *Brazilian Journalism Research*, da SBPJor (7);

(b) Os artigos foram apresentados, em sua maioria, em eventos da SBPJor (36), em congressos nacionais da Intercom (34) e em congressos regionais da Intercom (41 ao todo, sendo 12 no Sul, 12 no Sudeste, 6 no Norte, 6 no Nordeste e 5 no Centro-Oeste);

(c) Dentre os pesquisadores que mais citam a obra, o professor aposentado da UFSC Eduardo Meditsch figura em primeiro lugar, com 16 textos diferentes.¹²⁸ Um dos principais expoentes da luta pelo reconhecimento acadêmico do jornalismo, Meditsch reserva um capítulo do livro *O conhecimento do jornalismo*, resultado de sua dissertação, para explicar a teoria proposta por Genro Filho em *O segredo da pirâmide*, e também o menciona em sua tese. A segunda posição de quem mais referenciou o livro de Genro Filho é a docente da UFSC Tattiana Teixeira, com 12 textos, empregando-o como parte do referencial teórico de sua dissertação e de sua tese. Outro professor da UFSC, Elias Machado, aparece em

¹²⁶ Os resultados equivalem a um período de 27 anos, a contar do ano de lançamento do livro (1987). Em seu intento, Pontes examina: (a) autores que mais mencionam *O segredo da pirâmide*; (b) formação acadêmica desses autores (instituição e ano de graduação, mestrado e doutorado, e seus respectivos orientadores); (c) instituição de origem do autor no momento da publicação; (d) tipo de publicação (se é artigo de periódico, capítulo de livro etc.); (e) espaço de publicação (nome do periódico, entidade que organizou o evento etc.); (f) modo como referencia a obra de Genro Filho (se é apenas na bibliografia, faz menção no texto, como referência secundária, como principal fundamentação, se discute conceitos ou se analisa o livro); (g) como o livro é utilizado (se há críticas negativas ou se é empregado como apoio); e (h) síntese de como o livro é trabalhado nos textos.

¹²⁷ No total, são 33 temáticas, dentre elas *Cibercultura*, *Epistemologia da Comunicação*, *Estudos Televisivos*, *História e Teorias da Comunicação* e *Sociologia da Comunicação*.

¹²⁸ Pontes (2015) explicita que outros cinco textos de Meditsch não foram incluídos no cálculo porque um não foi encontrado e quatro provém da publicação de um mesmo texto em diferentes lugares.

terceiro lugar, com 8 registros, mesmo número do professor da UEPG Sérgio Luiz Gadini. Por sua vez, Machado fundamenta sua dissertação¹²⁹ em *O segredo da pirâmide*, também utilizando-o como parte da bibliografia de sua tese. Já Gadini discute o livro num capítulo de sua dissertação e o emprega como referência secundária de sua tese. Há três pesquisadores com seis menções à obra de Genro Filho: a professora da UFSC Gislene Silva¹³⁰, que começaram em 2003 (ano de sua entrada na Universidade), sendo incrementadas após o início do Mestrado em Jornalismo da instituição, Liriam Sponholz¹³¹, cujos textos referem-se ao período entre 2004 e 2009, e o próprio Felipe Pontes, que teve produção que menciona *O segredo da pirâmide* concentrada no período em que cursou o Mestrado em Jornalismo da UFSC, sobretudo sua dissertação¹³², que utiliza como uma de suas principais referências a obra de Genro Filho.

(d) Os 411 textos foram escritos por 252 autores. Destes, 60 graduaram-se no Rio Grande do Sul e são responsáveis por 116 textos, representando quase um terço do total (28,2%). Dentre os autores do RS, 20 são egressos da FACOS/UFSM, que produziram 45 textos. Para Pontes (2015), a influência de *O segredo da pirâmide* sobre os pesquisadores graduados na UFSM tem relações com posições que alguns deles tomam no âmbito da pós-graduação. Citaremos dois casos aqui: um é o de Rosa Nívea Pedroso (formada em 1976, tendo sido contemporânea de Genro Filho no curso da UFSM), a primeira professora da disciplina *Teoria do jornalismo* do país, a partir de 1984, na UFRGS, e o outro é Marcia Benetti (formada em 1988), que ministra a cadeira (como optativa) no PPGCom da mesma instituição desde 2002 (cf. capítulo 1).

(e) Das universidades que mais mencionam *O segredo da pirâmide*, a UFSC desponta

129 O trabalho tem como título *A dialética do discurso jornalístico* (1992), sob orientação de Nilson Lage, e assemelha-se à discussão de Genro Filho em *O segredo da pirâmide*.

130 Segundo Pontes (2015), parte dos trabalhos de Silva sobre teoria do jornalismo é resultado de sua pesquisa de pós-doutoramento no PPG da ECA/USP nos anos de 2008 e 2009, sob a supervisão de Maria Immacolata Lopes.

131 Os textos da pesquisadora que mencionam a obra de Genro Filho são partes e desdobramentos de sua tese *Objektivität im Journalismus: Begriffe und Praxis in Brasilien und in Deutschland (Objetividade no jornalismo: conceitos e práticas no Brasil e na Alemanha*, em tradução livre), defendida em 2007 na Universidade de Leipzig (curiosamente, a mesma instituição onde Tobias Peucer defendeu a primeira tese sobre o jornalismo, em 1690).

132 O estudo, intitulado *Teoria e História do Jornalismo: Desafios Epistemológicos*, foi orientado por Gislene Silva.

como primeira colocada, com 67 textos, e distancia-se quantitativamente das instituições que aparecem em seguida: UFBA (29), UFRGS (20), UFSM (15) e USP (12). A UFSC também tem o maior número entre os pesquisadores que citam o livro: 29 autores. A maior parte deles vinculada ao PPGJor (docentes e pós-graduandos). Convém detalhar os dados referentes à UFRGS: aparece preponderantemente nos textos da então doutoranda do PPGCom Márcia Veiga da Silva, da sua então orientadora Virgínia Pradelina da Fonseca (foi também orientadora dela no mestrado) e de Rosa Nívea Pedroso.

(f) Outra informação pertinente aqui é o fato de somente 16 textos terem sido classificados como críticos em relação à obra, sendo que, desses, apenas 10 mencionam *O segredo da pirâmide*, “ou seja, fazem críticas pontuais sem aprofundarem a análise” (PONTES, 2015, p. 299). Trata-se de um número ínfimo em meio ao montante de 411 textos, correspondendo a 3,8 do total. Este dado demonstra, de certo modo, a posição que o trabalho de Genro Filho ocupa entre pesquisadores do jornalismo: ou o livro representa um cânone (colocando-o na categoria de obras intocáveis) ou é incompreendido (impossibilitando-o de ser esmiuçado). Ainda em relação aos 16 textos, embora eles questionem posições e perspectivas teóricas de Genro Filho, nenhum deles refuta sua ideia central (de que o jornalismo como forma social de conhecimento).¹³³

Chama atenção o fato de que a maior parte dos textos analisados por Pontes (2015, p. 302) mencione protocolarmente (apenas como registro de uma ideia ou alguma informação) que o “jornalismo é uma forma de conhecimento” ou que “o jornalismo trabalha os fenômenos pelo ângulo da singularidade”, ou seja, o faz “como uma homenagem, um embasamento para afirmar outras coisas, realizar outras perguntas”. Assim sendo, dizer que o “jornalismo é uma forma de conhecimento” auxilia como ponto de largada para a elaboração de outras questões (teóricas), mas também revela

133 Os pesquisadores que criticam a obra pela via do “jornalismo como conhecimento”, o fazem a partir de tais compreensões: equívoco de Genro Filho ao tratar o jornalismo como conhecimento científico (apreciação de Marcos Paulo Silva), questionamento do conceito de conhecimento existente na obra (Francisco Rüdiger), definição de jornalismo como conhecimento centralizado na notícia e no lead alinhada à ideologia das empresas de jornalismo (Afonso de Albuquerque e Marco Roxo da Silva, em textos separados). Outros caminhos de crítica são: incompreensão de aspectos concernentes ao trabalho do jornalista por parte do teórico gaúcho ao tratar da objetividade, bem como sua posição cética quanto à imparcialidade e à neutralidade (Josenildo Guerra), confusão ao tentar conceituar fato (Josenildo Guerra e Liriam Sponholz, em textos diferentes), noção reificada de objetividade (Elias Machado), erro ao colocar a ciência como categoria universal, em vez de particular (Eduardo Meditsch), deslocamento da noção de “valor de uso” para explicar a necessidade social da informação (Anelise Rublescki), desatenção aos aspectos específicos do texto jornalístico (Francisco Gonçalves) e espécie de reciclagem teleológica por parte de Genro Filho a partir de Robert Park, revisitando estudiosos marxistas (José Marques de Melo).

posicionamentos (teóricos e políticos). Isso nos permite afirmar que tradição que defende uma autonomia epistemológica do jornalismo ligada à obra de Genro Filho filia-se menos por uma suposta herança propriamente epistemológica e mais por reivindicações de natureza política.

Os resultados do inventário de Pontes (2015) permite-nos reafirmar, de certo modo, o curso de Jornalismo da UFSC como epicentro do que chamamos de uma “geografia acadêmica do jornalismo”, sobretudo em virtude de sua vinculação ao nome e ao esforço teórico de Genro Filho, especificamente na sua concepção do “jornalismo como conhecimento” (cf. capítulo 1). Os pesquisadores que mais mencionam *O segredo da pirâmide* são professores da UFSC. Eles lideram o *ranking* de menção a esta obra em instituições de ensino superior. O professor da UFSC Eduardo Meditsch, quem mais referencia o livro, escreveu vários textos sobre “jornalismo como conhecimento”. Seu colega na instituição, Elias Machado, que ocupa o terceiro lugar no quantitativo de citações, foi o primeiro presidente da SBPJor, entidade cujos eventos anuais concentram o maior número de artigos apresentados citando *O segredo da pirâmide*. É também da UFSC a revista que publicou mais artigos tendo o livro como parte da bibliografia – a *Estudos em Jornalismo e Mídia* foi criada por um grupo de docentes do curso de Jornalismo, que, por sua vez, fundou o PPGJor, primeiro do país que teve o jornalismo como área de concentração.

O debate de Genro Filho em torno do “jornalismo como conhecimento” não se restringe às dimensões institucionais ou políticas, também tem implicações teóricas e epistemológicas, além de consequências políticas. Até porque há uma evidente associação entre a discussão do “jornalismo como conhecimento” e a proposta de uma “epistemologia do jornalismo”, equiparando semanticamente a noção de “conhecimento” com a de “epistemologia”, como se ambas tivessem o mesmo sentido.

Como ponto de partida, coube-nos buscar pistas no âmbito da produção/produto *O segredo da pirâmide*. Constatamos, no livro, considerações que demonstram uma duplicidade de sentido da palavra “epistemologia” (e suas derivações), o que pode levar a equívocos na esfera da recepção (seus pares, em específico).

Algumas vezes, o termo “epistemologia” é empregado para falar do conhecimento que o jornalismo produz das coisas do mundo, como mostram os trechos abaixo:

1. “[o jornalismo] Não é admitido como um modo de conhecimento dotado de certa autonomia epistemológica e, em virtude disso, um aspecto da apropriação simbólica da realidade, o que implica alguma margem de abertura para a significação que ele vai produzindo” (p. 57).
2. “ela [a linguagem jornalística] está subordinada a normas e procedimentos técnicos que a distinguem da espontaneidade lógica, lingüística e epistemológica da linguagem comum” (p. 138).
3. “tanto numa como noutra visão [de objetividade], perdem-se as melhores potencialidades epistemológicas dessa forma de conhecimento” (p. 160).
4. “Uma vez que o jornalismo inaugura historicamente uma nova possibilidade epistemológica, uma teoria capaz de abrangê-lo deve propor claramente o problema em sua conexão com categorias filosóficas, situando os aspectos histórico-sociais” (p. 162).
5. “a consideração epistemológica do fenômeno estético [...] tornou o método crítico de [Georg] Lukács não apenas fecundo para analisar a grande arte do passado, como para vislumbrar a linha de continuidade no desenvolvimento artístico” (p. 164).
6. “As limitações da estética proposta por [Georg] Lukács, com base em categorias eminentemente epistemológicas, reforça a idéia de que as categorias [...] são mais fecundas para caracterizar as representações que se referem estritamente a formas de conhecimento” (p. 167).
7. “em termos epistemológicos, a base na qual o fato será assentado e contextualizado tende a reproduzir de maneira latente a universalidade social tal como é vivida imediatamente” (p. 198).
8. “Ela [a ideia da “pirâmide invertida”] é apenas uma hipótese racional de operação, uma descrição empírica da média dos casos, conduzindo, por esse motivo, a uma redação padronizada e não à lógica da exposição jornalística e à compreensão da epistemologia do processo” (p. 200).
9. “*sob o ângulo epistemológico – que é o fundamental – a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, recolocada com os pés na terra*” (p. 201, grifo do autor).
10. “o triângulo equilátero [que representa a estrutura da notícia] fornece o modelo da estrutura epistemológica da menor unidade de informação jornalística: a notícia diária” (p. 201).
11. “Aqui entra em jogo não apenas o problema de uma linguagem adequada [da notícia

diária], mas, principalmente, o enfoque epistemológico que vai presidir essa linguagem e permitir sua eficácia” (p. 202).

12. “Quase sempre ela [a reportagem] é considerada como uma ‘notícia grande’ ou matéria que exige investigação mais demorada, sem considerações de ordem epistemológica capazes de esclarecer sua essência como modalidade jornalística” (p. 207-208).

13. “o essencial na reportagem [...] é que a *particularidade* (enquanto categoria epistemológica) assume uma relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação singular” (p. 208, grifo do autor).

14. “Esse ‘efeito’ [de “apresentação da realidade”] é entendido somente como um reforço da ideologia burguesa da ‘objetividade jornalística’, que pretende inculcar que os fatos apresentados são puramente objetivos, não sendo percebidos em suas potencialidades epistemológicas” (p. 224).

Noutras passagens de *O segredo da pirâmide*, o vocábulo “epistemologia” refere-se a posturas (conceituais, teóricas e metodológicas) de reflexão:

1. “Na questão das relações entre jornalismo e ideologia, por uma opção epistemológica, e também política, o conteúdo das notícias é tomado em seus opostos extremos (‘funcional’ ou ‘crítico-revolucionário’)” (p. 20).

2. “essa continuidade fundamental [em enquadrar as ciências sociais no paradigma das ciências naturais] não deve obscurecer o fato de que [Émile] Dürkheim apresenta certas particularidades epistemológicas” (p. 25).

3. “Vale assinalar que o conceito de *pseudoconcreticidade* de [Karel] Kosik, à medida que tenta explicar pelo viés epistemológico os processos produzidos no terreno da ideologia, torna-se bastante discutível” (p. 52, grifo do autor)¹³⁴.

4. “Tal acepção [do conceito de conhecimento], como é sobejamente sabido, foi transformada numa categoria ‘respeitável’ da epistemologia pelo positivismo e transladada para a sociologia por [Émile] Dürkheim” (p. 55).

5. “Estarão presentes [na discussão sobre as consequências da teoria dos sistemas], então, as premissas fundamentais da epistemologia positivista e de uma sociologia coerente com a tradição do funcionalismo” (p. 70).

6. “Se, do ponto de vista epistemológico, o todo é superior às partes [dentro da teoria dos

¹³⁴Este trecho consta na nota de rodapé da página.

sistemas], temos que admitir que, em certo sentido, o todo é tanto superior quanto inferior às partes” (p. 72).

7. “A filiação stalinista dessa concepção [manipulação jornalística] é notória à medida que pressupõe uma ontologia naturalista da história como seu pano de fundo filosófico, um subjetivismo ideológico [...] e uma epistemologia objetivista com nítidos traços do positivismo” (p. 158).

8. “a inegável prioridade ontológica do ser em relação à consciência, a partir do momento em que a filosofia materialista adota a noção fundamental de *práxis*, não pode ser traduzida para o terreno epistemológico como simples reflexo da objetividade na consciência” (p. 165, grifo do autor).

9. “a subjetividade [nas ciências], aqui, por um lado é um pressuposto necessário (sob o ponto de vista ontológico da *práxis*) e, por outro lado, é um resíduo decrescente (sob o ângulo epistemológico)” (p. 166, grifo do autor);

10. “Este tipo de crítica [da objetividade, por aspectos sociológicos e psicológicos] não atinge os aspectos ontológicos e epistemológicos do problema” (p. 193).

Do ponto de vista da recepção do trabalho de Genro Filho, encontramos algumas outras considerações confusas:

1. “[em conversa com o educador Paulo Freire sobre a teoria de Genro Filho do ‘jornalismo como conhecimento’] comparei a atividade jornalística com a educativa, enquanto ‘uma teoria do conhecimento posta em prática’” (MEDITSCH, 2003, p. 18).

2. “Se Freire considerava a educação como ‘uma teoria do conhecimento posta em prática’, o jornalismo também poderia ser considerado uma teoria do conhecimento posta em prática, ainda que posta numa prática diversa” (MEDITSCH, 2004b, p. 36).

3. “Situado em outro lado epistemológico de onde está a ciência, que possui leis universais, que alcançam a universalidade, o Jornalismo é uma forma de conhecimento do singular, daquilo que é singular nos fatos, na realidade” (BONA, 2007, p. 3).

4. “A preocupação deste trabalho é apontar algumas pistas, procurando esboçar uma epistemologia do Jornalismo com base no construtivismo, no conhecimento do Jornalismo e na esfera pública” (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 2).

5. “Qual o papel da prática profissional no estabelecimento de uma episteme jornalística?”

(A. L. SILVA et al., 2015, p. 53)¹³⁵.

Há nos dois polos (produção/produto e recepção) pistas para tentarmos entender os porquês dessa duplicidade de sentido da palavra “epistemologia” (e suas derivações) na obra de Genro Filho e verificar, a partir daí, determinadas posições que associam “jornalismo como conhecimento” e “epistemologia do jornalismo”, como se fossem uma unidade semântica. Esta discussão compete ao capítulo 5, parte final desta tese. Antes, porém, faremos um diagnóstico dos livros (publicados no Brasil) que levam a nomenclatura “teorias do jornalismo”, arautos da necessidade de reconhecimento acadêmico de qualquer campo do saber.

¹³⁵ Embora *O segredo da pirâmide* não conste nas referências do texto, este pode ter sido influenciado pelas suas ideias através do artigo *Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico* (2010), de Eduardo Meditsch, que cita a obra de Genro Filho.

Capítulo 4 – Quais os critérios de seleção das teorias do jornalismo?

História e teoria se condicionam reciprocamente como correlatas, elas são indispensáveis uma para a outra, são praticamente inseparáveis em qualquer divisão lógica.

Otto Groth, 2011

Vincular uma teoria a um objeto requer o uso de critérios. Para escolher o que seria ou não teoria de “alguma coisa” são necessários parâmetros, que podem se apresentar de modo elementar ou com justificativas sofisticadas. Também podem manifestar-se conscientemente ou não. Compreender essa lógica pressupõe uma tomada de posição diante do objeto, estabelecendo aí uma “cientificidade”. De qualquer modo, não parece ser uma tarefa fácil dizer se uma teoria pertence ou não a determinado objeto. Contudo, quem se dispõe a realizá-la, sabe que essas são as particularidades do pensamento epistemológico. Não poderia ser diferente com o que vem sendo chamado de teorias do jornalismo.

História e teoria, para Otto Groth, dependem uma da outra na *práxis* científica. Ao propor sua “ciência dos jornais”, o pensador alemão discute a relação entre elas, ou melhor, o sentido da história nas “ciências da cultura”, onde ele situa o objeto jornal. De acordo com o teórico, as categorias históricas (ou “relativamente históricas”)¹³⁶ são marcadores fundamentais para a “teoria geral das ciências dos jornais”. Ele traça um paralelo mostrando como a emergência do capitalismo liberal, próprio de uma “época econômica bem determinada”, ajudou a conformar a “teoria da economia clássica e sua estrutura moderna”.

Nas ciências da cultura, a distância entre história e teoria diminui mais por causa do caráter histórico dos seus objetos [...] Por isso, neles primeiros se impõe a contemplação histórica, aqui ela é autógena, e muitos pesquisadores veem nela e não em uma perspectiva “das ciências naturais” a verdadeira ou a única tarefa

136 Groth (2011, p. 42) indaga o que, para ele, se configura como o principal complicador da história: “Há muitas ocorrências que a história não pode e nem quer registrar, ela não presta atenção a elas, elas lhe são irrelevantes. A sua completude é, portanto, relativa, ela só fornece sempre um segmento da realidade. Até mesmo a biografia mais exaustiva não pode nem de longe esgotar todos os detalhes descritiva e justificadamente”.

de qualquer ciência da cultura. Quanto mais tarde um sistema cultural for construído na história da humanidade, quanto mais inúmeras e complicadas as suas preliminares históricas são, tanto mais a contemplação histórica tem que se fazer valer, tanto mais o peso da história se pendura nos pés das análises teóricas (GROTH, 2011, p. 43).

Genro Filho, que faz alusão à Groth na introdução de *O segredo da pirâmide* (com base no texto de Angel Faus Belau, de 1966), também privilegia a história, empregando o método dialético-materialista de Karl Marx¹³⁷ para constituir sua teoria do jornalismo.

Um enfoque verdadeiramente dialético-materialista deve buscar a concreticidade histórica do jornalismo, captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno. Deve estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução. Dito de outro modo, o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz (GENRO FILHO, 2012, p. 23).

A “lógica interna” do trabalho do teórico é demonstrada observando suas premissas e o resultado de suas considerações. Ainda sob a égide da história, Genro Filho elege como objeto de sua análise o “jornalismo informativo”¹³⁸, que, segundo ele, representa o jornalismo moderno (diário) e pode ser encontrado em qualquer meio de comunicação (jornal impresso, rádio e televisão). Faz isso sob a justificativa de que não pretende abranger todos os fenômenos comunicacionais, muito menos, dentro deles, os variados fenômenos jornalísticos. Com efeito, técnicas de estruturação da notícia (“unidade básica de informação do jornalismo”, p. 194), como a pirâmide invertida e o *lead*, próprias do “jornalismo informativo”, são empregadas para demonstrar sua teoria.

A história é também evocada como método por Jean Charron e Jean de Bonville para o estudo das transformações do jornalismo. Os pesquisadores apresentam, nesse sentido, uma nova concepção de historiografia da atividade. Eles partem do pressuposto de que “o jornalismo é uma construção sociocultural fortemente marcada pelo contexto de sua formulação” e que, para explicar satisfatoriamente suas transformações, é preciso utilizar

137 Os fundamentos metodológicos de Marx estão em *Para uma crítica da economia política*.

138 Também denominado como “jornalismo factual”.

“uma teoria da mudança social” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 124).

Os recursos da história são, ainda, empregados por Martino (2005b, 2006d, 2013, 2016) para pensar quais teorias, dentro do universo “teorias da comunicação”, podem ser consideradas como sendo próprias do saber comunicacional, no sentido epistemológico: “De costas para a história, tudo parece igual, tudo parece sempre ter estado aí” (MARTINO, 2004, p. 16). Mesmo face à ela, problematiza sua concepção para o trabalho do comunicólogo: “De fato, a história da comunicação não deve ser considerada um simples capítulo da história geral. Ela coloca problemas que repercutem profundamente no próprio entendimento da produção de conhecimento destas duas áreas de estudo” (MARTINO, 2013, p. 2). Nessa perspectiva, combina história, teoria e epistemologia da comunicação.

Esse tratamento epistemológico vale também para o que vem sendo chamado de teorias do jornalismo. Reivindicar um “lugar de fala” próprio no interior das ciências sociais e humanas e como saber autônomo frente à comunicação, como apontamos até aqui, pressupõe uma fundamentação teórica e epistemológica, ou melhor, o reconhecimento de um objeto de estudo (que supere os limites da prática profissional)¹³⁹, um modo exclusivo de olhar o social (que não o da sociologia, da antropologia, nem da comunicação) e um grupo de teorias que expliquem o fenômeno para o qual se debruça. Se a teoria precisa respeitar o “preceito da centralidade do fenômeno comunicacional” para ser considerada teoria da comunicação, como estipula Martino (2007a), na teoria do jornalismo não seria diferente. Esquivar-se dessa abordagem é correr o risco de repetir nos livros de teorias do jornalismo a seleção que já se encontra sistematizada nas obras de teorias da comunicação. Neste caso, qual a serventia de uma publicação sobre teorias do jornalismo se já temos manuais de teorias da comunicação? Não estamos buscando aqui que se rasguem os livros, publicados nos últimos anos, de teorias do jornalismo. Pelo contrário, nosso intento é dar-lhes um trato epistemológico: entender o que demandou sua publicação. Poderia parecer uma questão óbvia, e até impertinente (como pergunta de pesquisa), se estes livros não tivessem relacionados a um movimento de legitimidade acadêmica do jornalismo (cf. capítulo 1). Além do mais, essas obras auxiliam o ensino e a pesquisa em jornalismo, que se apropria dos seus conceitos e teorias para pensar o fenômeno jornalístico, constituindo, conseqüentemente, novos conceitos e novas teorias.

139 Sobre essa crítica, cf. G. Silva (2009a; 2009b).

Seriam, deste modo, nosso “capital teórico”, ou seja, “o material mais prontamente acessível, efetivamente responsável pela formação e que serve de recurso para as atividades de ensino e pesquisa”, utilizando definições de Martino (2006d, p. 6) para as teorias da comunicação, configurando-se como uma parte das obras (relativo a um domínio específico) em relação ao universo de livros produzidos sobre o jornalismo, nosso “patrimônio teórico”.

Para buscar entender o que demandou a publicação dos livros de teorias do jornalismo, direcionamos nossa atenção ao conteúdo destes textos. São quatro, todos editados na primeira metade da década passada: *Teorias da notícia e do jornalismo* (2002), de Nelson Traquina; *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são* (2004) e *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional* (2005), ambos de Nelson Traquina; e *Teoria do jornalismo* (2005), de Felipe Pena. Esses livros – que compõem nosso *corpus* de análise – atendem, com algumas ressalvas¹⁴⁰, à designação “teorografos”, que Martino (2006d; 2007a) emprega nas obras de teorias da comunicação. Esse neologismo é resultado da junção dos termos “teoria” e “grafia” e refere-se a autores/obras que fazem uma sistematização de teorias relacionadas a um determinado domínio de estudos, e não necessariamente produzem as teorias.

Aplicar o mesmo tratamento que Martino lança mão para entender os critérios de seleção e quais as teorias que os pares elegem como sendo teorias da comunicação é pertinente para este trabalho. Como exemplo concreto, citamos os parâmetros utilizados por Mauro Wolf (1999) para sistematizar as teorias da comunicação: (a) contexto da teoria (social, histórico e econômico); (b) teoria sociológica evocada para investigar os meios de comunicação); e (c) modelo do processo comunicativo. Como a discussão acerca das teorias do jornalismo é mais recente, essa relação com o tradicional domínio de estudos das teorias da comunicação (ao qual está vinculado) parece ser o caminho mais apropriado. Duas questões movem nosso intento: Quais os critérios de seleção das teorias do jornalismo? E quais as teorias do jornalismo selecionadas pelos “teorografos”? Como técnica metodológica, empregaremos a análise de conteúdo.

Fazer perguntas para as próprias teorias (como um modo que difere da pesquisa

140 Dentre as características dos livros que serão analisados aqui estão a proposta de um modelo teórico (J. P. SOUSA, 2002), os resultados de uma pesquisa empírica (TRAQUINA, 2005) e a inserção de uma teoria do próprio autor (PENA, 2005), o que não os colocam como textos “teorografos”, mas com características teorográficas.

empírica, que direciona suas questões para a realidade) tem sido uma postura bastante adotada, nos últimos anos, por pesquisadores da comunicação. Podemos dizer isso revela um amadurecimento da área, mas que ganhou uma nova roupagem, nomeada “pesquisa da pesquisa” (cf. BONIN, 2008). Na pesquisa em jornalismo especificamente, a preocupação com conceitos, teorias (vide os próprios livros que analisaremos aqui) e métodos de investigação obteve destaque, em conformidade com seu processo de institucionalização (cf. capítulo 1).

Falando em questões metodológicas (embora não seja o foco desta tese), após o ano 2000, com o movimento de demarcação das teorias do jornalismo, houve forte necessidade de investimento na reflexão e no desenvolvimento de métodos próprios para investigar os fenômenos jornalísticos. Alguns passos na direção de pensar e desenhar abordagens específicas evidenciam tal intento, como a publicação, em 2007, de *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, organizado por Cláudia Lago e Marcia Benetti, mesmo ano em que foi tema central do 5^a congresso da SBPJor, em Aracaju (SE), e os lançamentos, em Portugal, da obra *Jornalismo – história, teoria e metodologia: perspectivas luso-brasileiras* (2008), organizada por Jorge Pedro Sousa, e *O admirável mundo das notícias: teorias e métodos* (2011), de João Carlos Correia. Este debate na pesquisa em jornalismo acompanha, certamente, o que já sucede no campo da comunicação. Nesta seara, os livros mais conhecidos são *Pesquisa em comunicação* (1990), de Immacolata Vassallo de Lopes; *Comunicação e pesquisa* (2001), de Lucia Santaella; *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2006), organizado por Jorge Duarte e Antonio Barros; *Pesquisa empírica em comunicação* (2010), organizado por José Luiz Braga, Immacolata Vassallo de Lopes e Luiz Claudio Martino; *Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa* (2013), organizado por Efendy Maldonado, Jiani Adriana Bonin e Nísia Martins do Rosário; e *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas* (2016), organizado por Cláudia Peixoto de Moura e Immacolata Vassallo de Lopes.¹⁴¹

¹⁴¹ No âmbito da pesquisa em jornalismo, conferir, do mesmo modo, os seguintes textos (para citar alguns): *Semioses jornalísticas e perspectivas metodológicas* (2005), de Ronaldo Henn; *O uso de memórias dos jornalistas para recompor rotinas produtivas: o desafio de um método* (2006), de Elza Aparecida Oliveira Filha; *Análise global de processos jornalísticos* (2007), de Aline Strelow; *Problemática metodológica em jornalismo impresso* (2008), de Gislene Silva; *Análise de telejornalismo: uma proposta metodológica* (2010), de Cárlica Emerim; *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico* (2011), de Gislene Silva e Flávia Dourado Maia; *Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos* (2012), de Gislene Silva e Felipe Pontes; e *La sociosemiótica como método de investigación en periodismo* (2014), de Miquel Rodrigo Alsina; em relação à comunicação, verificar ainda os trabalhos

Ainda sobre os livros de teorias do jornalismo, na mesma década de publicação os textos que compõem nosso *corpus* de análise, foram editadas outras duas obras com a mesma inscrição: *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras* (2006a), de José Marques de Melo, que compila textos publicados anteriormente pelo pesquisador sobre o pensamento jornalístico brasileiro (dividido por temáticas, como a questão da objetividade, a história do jornalismo e os gêneros jornalísticos), e *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo* (2009), de Wilson Gomes, que reúne quatro ensaios do autor publicados entre a década de 1990 e início dos anos 2000, abordando filosoficamente o jornalismo, a partir das noções de fato, verdade, interesse público e opinião pública. Convém explicar que estes livros não integram nosso *corpus* por se tratar de textos que apresentam reflexões dos próprios autores.

Abordemos, por último, os riscos aos quais pode estar submetido um pesquisador em formação que se propõe a ler criticamente cânones do seu objeto de estudo. Frisamos aqui que o nosso objeto de análise são os livros, não seus autores. Nossas questões direcionam-se às teorias (critérios de seleção, conceitos abordados etc.). Os comentários resultam dessas perguntas. Fazer pesquisa é também expor à crítica os resultados (ainda que parciais) de nossas reflexões. Ignorar isso é desconhecer a significação da teoria: “privar as teorias de seu elemento agonístico também representa a perda de seu poder de explicação” (MARTINO, 2010, p. 10).

Feitos esses esclarecimentos, segue a análise dos livros.

(1) Teorias da notícia e do jornalismo:

Lançado em 2002, numa co-edição da edição Argos (Chapecó/SC) com a editora Letras Contemporâneas (Florianópolis/SC), é o primeiro livro editado no Brasil que apresenta uma sistematização dos estudos (realizados nos Estados Unidos) em torno da produção noticiosa, comumente chamados de *newsmaking*. Esta é a segunda obra mais citada de Jorge Pedro Sousa, com 428 menções (fica atrás de *Elementos de teoria e*

(apontando, também, alguns): *Uma metodologia para a pesquisa das mediações* (2000), de Maria Immacolata Vassallo de Lopes; *Produtos midiáticos, estratégia, recepção: a perspectiva transmetodológica* (2002) e *Trajetórias metodológicas suscitadoras* (2004), de Alberto Efendy Maldonado; *Angulações reflexivas sobre um “não saber metodológico”* (2007), de Pedro Russi; *Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação* (2008), de Jiani Adriana Bonin; e *Para começar um projeto de pesquisa* (2005) e *A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões* (2011), de José Luiz Braga.

pesquisa da comunicação e da mídia, de 2003, que tem 504 registros).¹⁴² *Teorias da notícia e do jornalismo* foi publicado primeiro em Portugal, em 2000, sob o título *As notícias e seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Há poucas alterações na edição brasileira em relação à portuguesa.

Jorge Pedro Sousa é professor de Ciências da Comunicação da Universidade Fernando Pessoa, de Portugal. cursou doutorado e mestrado em Ciências da Informação na Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, com pesquisa, em ambos, sobre fotojornalismo. Graduou-se em Comunicação Social/Jornalismo na Escola Superior de Jornalismo, em Portugal. Proferiu, em universidades brasileiras, cursos e palestras acerca da temática “teorias do jornalismo”, dentre elas UFSC, UMESP, UnB, UFRN, UNESP e PUC-RS.

Teorias da notícia e do jornalismo está dividido em duas partes: na primeira, são apresentados seis fatores que influenciam a produção noticiosa, abrangendo o que a literatura chama de *newsmaking*; na segunda, aborda teorias sobre os efeitos dos meios de comunicação – firmadas na tradição estadunidense (cf. quadro).

J. P. Sousa assume já na apresentação da obra “intenções predominantemente pedagógicas” (p. 9). O sentido que emprega o termo “pedagogia” extrapola o âmbito do ensino universitário de comunicação/jornalismo, configurando-se como “uma espécie de pedagogia social”, pois ele pretende que o livro alcance “todos os que se interessam pelos meios de comunicação jornalística” (p. 9). Sua preocupação é com a crítica que se faz ao jornalismo. Deste modo, o livro contribuiria “para afastar a crítica fácil do campo dos media jornalísticos, e, em contrapartida, contribuindo, igualmente, para permitir uma crítica fundamentada e pertinente do jornalismo” (p. 9). Tem-se aí um argumento que nos faria encerrar a análise, se não fosse (1) a recepção que a obra teve no Brasil, (2) a inserção do autor na pesquisa em comunicação (na orelha da capa do livro, ele é apresentado como “um dos principais teóricos da comunicação do Brasil e de Portugal”; na orelha da contracapa, há uma síntese do seu currículo acadêmico: informações sobre seu título de doutorado e dedicação à pesquisa) e (3) a afirmação, também na apresentação, de que o livro “aborda formulações teóricas” (p. 9), sem, no entanto, especificar o objeto dessas formulações, bem como seus pressupostos.

142 Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?user=X6I29ysAAAAJ&hl=pt-BR&oi=sra>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2019.

A ponta do iceberg é sua “teoria da notícia” (ou “teoria do jornalismo” ou, ainda, “teoria do conteúdo das notícias”), um conjunto de explicações para demonstrar “por que temos umas notícias e não outras”. J. P. Sousa apresenta, com base especialmente na leitura que fez de Michael Schudson¹⁴³ e de Pamela Shoemaker e Stephen Reese¹⁴⁴, seis “forças” que atuam como “níveis de influência sobre as notícias” para explicar “por que as notícias são como são”. São elas: ação pessoal (papel individual de jornalistas), ação social (atuação das organizações, sobretudo da empresa jornalística), ação ideológica (interesses que dão coesão ao grupo profissional), ação cultural (valores e símbolos que ajudam a conformar o fazer), ação do meio físico e tecnológico (dispositivos usados na produção) e ação histórica (notícias como produto da história). Com efeito, trata-se de uma sistematização de análises para exprimir seu “modelo explicativo”. Como pressuposto, define (de modo rudimentar, como ele mesmo afirma) as notícias como artefatos linguísticos que representam aspectos da realidade e resultam de um processo de construção, assumindo, deste modo, um ponto de vista construcionista. Para o autor, as bases de uma “hipotética Teoria Geral do Jornalismo” perpassariam a produção (“confeção, circulação e consumo do produto jornalístico”, p. 198) e os efeitos que as notícias produzem. Faz, nesse sentido, uma separação duvidosa entre a produção noticiosa e seus efeitos, apoiado no paradigma fundacional (e ainda hegemônico) das teorias da comunicação (cf. WOLF, 1999), retirando-a de seu contexto sociocultural.

Mas fixemos nossa atenção em dois pontos. O primeiro diz respeito ao capítulo *Um só mundo, vários jornalismo*s. Conforme o trecho que abre este capítulo:

Quando falamos de jornalismo, falamos, frequentemente, de uma variedade enorme de temáticas, estilos, pontos de vista, normas, elementos funcionais, formas discursivas para vários *media* (imprensa, rádio, TV, internet, cinema), etc. Por isso, **mais do que falar de jornalismo, deveríamos, do meu ponto de vista, falar de jornalismo**s. Aliás, as diferentes pessoas querem e precisam de diferente informação, tratada e apresentada de forma diferente. Não é possível fazer um jornal, um radiojornal ou um telejornal para toda a gente, ou que agrade a toda a gente. Mas não é apenas por isso que devemos, na minha opinião, falar de jornalismo e não de jornalismo. Além das forças que, com base no modelo que proponho, informam a notícia, há a considerar que no mundo

143 No artigo *Por que é que as notícias são como são* (1988).

144 No livro *Mediating the message: theories of influences on mass media content* (1996).

existem vários conceitos de jornalismo, que possuem uma natureza simultaneamente social, ideológica e cultural. **Esses conceitos, que se configuram como uma espécie de “teorias da imprensa”, procuram descrever aquilo que, dentro de determinadas perspectivas, o jornalismo deve ser** (J. P. SOUSA, 2002, p. 28, grifo nosso).

Há dois graves problemas teóricos (conceituais, especificamente), sublinhados, neste trecho. Na afirmação “mais do que falar de jornalismo, deveríamos, do meu ponto de vista, falar de jornalismo”, J. P. Sousa parece confundir o conceito (de jornalismo) com as manifestações empíricas as quais ele tenta abarcar (os jornalismo). Esta visão é verificada na classificação que ele faz (por ideologia, localização geográfica etc.): “modelo autoritário de jornalismo”, “modelo revolucionário de jornalismo”, “modelo comunista de jornalismo”, “modelo de jornalismo para o desenvolvimento” e “modelo ocidental de jornalismo”. Serve, neste caso, o que expressa G. Silva (2009c, p. 2) ao debater a imaterialidade do objeto de estudo do jornalismo: “Devido à materialidade das manifestações empíricas do Jornalismo, tomam o objeto de estudo como algo dado, e não como uma construção conceitual”. A pesquisadora complementa que as inúmeras manifestações empíricas do objeto (“variedade enorme de temáticas, estilos, pontos de vista, normas, elementos funcionais, formas discursivas para vários *media*”, como diz J. P. Sousa) não podem ser assumidas como sendo o próprio objeto de estudo (o jornalismo, no singular). Genro Filho (2012, p. 16) parte desta oposição para fazer uma crítica ao conhecimento (teórico)¹⁴⁵: “Já é quase senso comum nas ciências, hoje em dia, a ideia de que o ‘objeto teórico’ (ou ‘objeto do conhecimento’) é distinto do ‘objeto real’, entendido este apenas enquanto manifestação fenomênica”. Passemos, agora, à segunda frase grifada na citação acima: “Esses conceitos, que se configuram como uma espécie de ‘teorias da imprensa’, procuram **descrever** aquilo que, dentro de determinadas perspectivas, **o jornalismo deve ser**” (grifo nosso). Aqui, observamos duas noções confusas da teoria. No primeiro grifo, afirma que os “conceitos descrevem”, no lugar de “explicar”, confundindo procedimento metodológico (descrever fenômenos) e seu significado para a ciência (explicar, compreender). No segundo, anuncia que os conceitos dizem “como as coisas

145 Ele descarta, de um lado, a interpretação de que a realidade é tomada para efeitos operatórios (neopositivista) e, de outro, a de que o real é inacessível, por sua essência (idealista) e assume, como marxista, que o conhecimento dá-se através da articulação constante e progressiva entre o “objeto real” e o “objeto teórico”.

devem ser”, normatizando-as, em vez de dizer “como elas são”, explicando-as.

A concepção de J. P. Sousa sobre o próprio uso da palavra “teoria” mostra-se problemática. O autor emprega o recurso gramatical das aspas, em alguns momentos, para grafar o termo, assim como nas expressões “teoria da notícia” e “teoria do jornalismo”, com a seguinte justificativa:

quando falo de “teorias”, não pretendo que se confundam as hipóteses explicativas que aqui referencio com teorias científicas no sentido efetivo do termo, já que quaisquer teorias científicas pressupõem uma validade e uma abrangência que as hipóteses que exploro neste livro não me parece que atinjam. Porém, designar essas hipóteses por “teorias” da comunicação social já entrou no próprio jargão científico, sendo assim justificável a utilização do termo (J. P. SOUSA, 2002, p. 117).

Esta postura é recorrente nas pesquisas em comunicação. Mauro Wolf (1999) e Antonio Hohlfeldt (2012) empregam o termo “hipótese” (em vez de “teoria”) para falar do *agenda-setting*. Da parte de Hohlfeldt (p. 189, grifo do autor), o argumento é de que uma teoria “é um paradigma fechado, um modo *acabado* e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações, pela qual *traduzimos* uma determinada realidade segundo um certo *modelo*”. Já a hipótese é, para ele, “um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de *erro* característico de uma teoria” (HOHLFELDT, 2012, p. 189, grifo do autor), configurando-se sempre uma experiência, algo a ser comprovado. Esta concepção vai de encontro com a própria história do pensamento científico (cf. BACHELARD, 1996; JAPIASSU, 1985). Se levarmos em conta que um conhecimento é resultado das condições de produção de sua época, a noção de teoria se abre (em vez de mostrar-se fechada, acabada), respeitando, é claro, o rigor científico. Para Gaston Bachelard (1996), o conhecimento do real (expressado, na amplitude da ciência, em conceitos, teorias, métodos, paradigmas etc.) nunca é pleno, e suas revelações são circunstanciais, o que leva à ideia de historicidade dos conceitos. Assim sendo, uma teoria pode ser sempre revista – neste caso, é conjuntural, hipotética.

Quadro 6: Teorias do jornalismo encontradas na obra *Teorias da Notícia e do Jornalismo* (2002), de Jorge Pedro Sousa

Teoria	Características
Teoria do espelho*	As notícias são como o espelho da realidade.
<i>Newsmaking</i>	Há seis forças que exercem influência sobre as notícias: ação pessoal, ação social, ação ideológica, ação cultural, ação do meio físico e tecnológico e ação histórica.
Teoria do <i>agenda-setting</i>	Os meios de comunicação de agendar que são objeto de debate público em determinados momentos.
Teoria da tematização	Próxima ao <i>agenda-setting</i> , diferindo desta basicamente nos aspectos teórico-metodológicos.
Teoria da espiral do silêncio	Temendo o isolamento social, as pessoas tendem a expressar-se de acordo com o pensamento da maioria.
Teoria dos usos e gratificações	As pessoas fazem uso dos meios de comunicação para satisfazerem necessidades.
Teoria das diferenças de conhecimento	Níveis de compreensão e conhecimento das pessoas a partir da exposição aos meios de comunicação.
Teoria da dependência	Funções dos meios na estrutura social.
Teoria do cultivo	Ação social dos meios sobre a sociedade.
Teorias da socialização pelos meios de comunicação	Papel socializador dos meios junto à família, à escola, ao governo etc.
Teorias da influência dos media na construção social da realidade	A comunicação jornalística intervém no processo de construção social da realidade.

(2) Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são (volume 1):

Foi o segundo livro publicado no Brasil, em 2004, sob a chancela “teorias do jornalismo”. Com dois volumes, a obra é resultado de uma parceria entre a Editora Insular (Florianópolis/SC) e o curso de especialização em Estudos de Jornalismo da UFSC, que fez a encomenda para Nelson Traquina, com quem tem relações estreitas (Eduardo

Meditsch foi orientado por ele no doutorado em Portugal). O próprio Meditsch, aliás, é quem assina a apresentação deste primeiro volume. É a obra mais citada do autor nas pesquisas brasileiras, aparecendo 1903 vezes¹⁴⁶.

Até a publicação de *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*, o único livro editado por Traquina no Brasil havia sido *O estudo do jornalismo no século XX* (Unisinos, 2001). Em 2016, foi editada aqui pela editora Insular (sob a supervisão de Meditch) a coletânea *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, com artigos de David White, Gaye Tuchman e Michael Schudson, título publicado originalmente em Portugal em 1993. Naquele país, publicou também *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento* (Minerva, 2000) e *O que é jornalismo* (Quimera, 2002).

Nelson Traquina é docente aposentado da Universidade Nova de Lisboa, de Portugal. Sua formação acadêmica realizou-se nos Estados Unidos, na Universidade de Denver, com passagem pela França, na Universidade de Paris I, onde obteve curso de doutorado, com tese sobre agências internacionais de informação. É fundador do *Centro de Investigação Media e Jornalismo*. No Brasil, foi conferencista da edição de 2004 do FNPJ e no ano seguinte do congresso da SBPJor.

Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são organiza-se em seis capítulos, além da conclusão. O primeiro procura definir o jornalismo, manifestando tal propósito como pergunta no título. O segundo faz uma incursão pela história do jornalismo a partir do século XIX, quando a atividade começou seu processo de profissionalização. O terceiro, quarto e quinto capítulos discutem o jornalismo como profissão: respectivamente, aspectos institucionais de sua profissionalização, a perspectiva da sociologia das profissões e a constituição de um *ethos* e uma cultura profissional. O último capítulo elenca as teorias selecionadas pelo autor (cf. quadro).

Traquina intitula o capítulo inicial da obra com a questão: “O que é jornalismo?”. Esta pergunta leva-nos a pensar que seria pertinente apresentar inicialmente uma definição de jornalismo para, daí, justificar a escolha de suas teorias. Afinal, como poderíamos selecionar quais são as teorias do jornalismo, sem ter uma compreensão do objeto “jornalismo”? Digamos que o pesquisador acerta ao colocar a questão como uma espécie de pergunta de pesquisa, mas derrapa nas tentativas de respondê-la: “É absurdo pensar que

146 Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=7018603816037164297&hl=pt-BR&as_sdt=2005&scioldt=0,5>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2019.

possamos responder à pergunta ‘O que é jornalismo?’ numa frase, ou até mesmo num livro” (p. 19). A percepção que temos é a de que o autor confunde, assim como Jorge Pedro Sousa, o conceito e suas manifestações empíricas (mas não podemos afirmar com precisão, pois ele não manifesta isso objetivamente, como Sousa). Mesmo assim, ele tenta:

Poeticamente podia-se dizer que o jornalismo é a vida, tal como é contada nas notícias de nascimentos e de mortes, tal como o nascimento do primeiro filho do primeiro filho de uma cantora famosa ou a morte de um sociólogo conhecido mundialmente. É a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia. Uma breve passagem pelos jornais diários vê a vida dividida em seções que vão da sociedade, a economia, a ciência e o ambiente, à educação, à cultura, à arte, aos livros, aos media, à televisão, e cobre o planeta com a divisão do mundo em local, regional, nacional (onde está essencialmente a política do país) e internacional. Um exame da maioria dos livros e manuais sobre jornalismo define as notícias em última análise como tudo o que é importante e/ou interessante. Isto inclui praticamente a vida, o mundo e o *outer limits* (TRAQUINA, 2005, p. 19).

Sua tentativa em definir o jornalismo não vai muito além desta descrição genérica, ainda que apresente pistas. Aqui: “O jornalismo pode ser explicado pela frase de que é a resposta à pergunta que muita gente se faz todos os dias – **o que é que aconteceu/está acontecendo no mundo?**” (p. 20, grifo nosso), como um conhecimento associado à noção de atualidade (cf. *Os relatos jornalísticos*, de Tobias Peucer). E neste trecho: “Os jornalistas vêem os acontecimentos como ‘estórias’ e **as notícias são construídas como ‘estórias’, como narrativas, que não estão isoladas de ‘estórias’ e narrativas passadas**” (p. 21, grifo nosso), para explicar sua necessidade social (cf. *Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário*, de Gislene Silva).

Traquina diz que sua obra não pretende ser um manual (técnico) da prática jornalística, com lições de escrita jornalística (como escrever um *lead*, por exemplo), como fazer a cobertura de acontecimentos ou ensinar “truques” de jornalismo investigativo, e sim possibilitar “uma compreensão teórica do jornalismo” (p. 21 e p. 26), representando, então, “um manual para a prática jornalística” (p. 21 e p. 205), já que se destina ao “futuro jornalista”. Assume como pressuposto que o jornalismo é uma profissão. Indicamos este fator aqui por entendermos que a teoria do jornalismo deve observar a atividade jornalística em sua complexidade (como interação social, produção econômica, lugar de poder, expressão cultural, história do presente etc.), ultrapassando a perspectiva

profissional, um obstáculo na análise do fenômeno.

Ele apresenta uma postura construcionista, percebendo as notícias como uma construção social, ou seja, “resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação” (p. 28). Essas interações ocorrem em três níveis: no primeiro, os jornalistas interagem com diversas fontes de informação; no segundo, a interação se dá entre os próprios jornalistas; e no terceiro, os jornalistas interagem (silenciosamente) com a sociedade (p. 28-29).

O pesquisador justifica a importância e existência do jornalismo em dois aspectos: (1) na discussão sociológica de Pierre Bourdieu de “campo jornalístico”, apropriando-se deste conceito para afirmar saber especializado (o jornalês) (associado à noção de objetividade), e (2) na teoria democrática (ou melhor, na relação “simbiótica” entre jornalismo e democracia).

O passeio que Traquina realiza pela história do jornalismo, mesmo que breve, mostra-se significativo, porém, complica-se, na perspectiva de seleção das teorias do jornalismo, ao utilizar a história exclusivamente para confirmar o processo de profissionalização da atividade jornalística (“os jornalistas têm estado envolvidos num processo de profissionalização que começou em meados do século XIX e continuou ao longo do século XX”, p. 106; “em todos os países, os jornalistas não foram exceção quanto aos objetivos essenciais do processo de profissionalização”, p. 107). A preocupação com a profissão é também evidenciada no percurso que o pesquisador faz para legitimá-la – associações e sindicatos, ensino universitário, códigos deontológicos, autoridade profissional etc., bem como a discussão, com base na sociologia das profissões, se o jornalismo é ou não profissão: “Como a própria literatura sobre o estudo da problemática das profissões alerta, a resposta não pode ser estruturada em classes definidas de ‘sim ou não’. A pergunta ‘o jornalismo é ou não é uma profissão?’ é uma pergunta mal formulada” (p. 122). A questão é, então, recolocada pelo autor, que a expressa da seguinte forma: “se o jornalismo tem estado envolvido num processo de profissionalização que visa a sua deslocação na direção do pólo representado pelas profissões liberais, como os médicos e os advogados” (p. 122).

Com base em conhecimentos sobre a evolução histórica das profissões em geral e com base numa análise histórica do

jornalismo nalguns países do chamado mundo ocidental, em particular os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, a resposta é indubitável, inquestionável, e irrevogavelmente SIM. Na linha contínua das profissões, o jornalismo afasta-se do pólo identificado com um simples “trabalhador por conta de outrem” e aproxima-se do pólo identificado com as chamadas profissões liberais (TRAQUINA, 2005, p. 122-123).

Ao elencar as denominadas teorias do jornalismo, o autor questiona o próprio uso da palavra “teoria” para falar dos estudos feitos sobre o jornalismo: “a utilização do termo ‘teoria’ é discutível, porque pode também significar aqui somente uma explicação interessante e plausível, **e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições**” (p. 146, grifo nosso). Deste modo, os procedimentos de seleção das “teorias do jornalismo” seriam aleatórios, sem unidade nem relação entre seus “princípios e proposições”. Paradoxalmente, ele menciona a “existência de várias teorias que tentam responder à pergunta porque as notícias são como são” (p. 146). Se existem várias teorias e nem todas elas compõem o *corpus* selecionado (cf. quadro 2), cabe perguntar: quais os critérios de escolha? Por que a opção por determinadas teorias, excluindo tantas outras (já que existem várias)?

Quadro 7: *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são (volume 1)* (2004), de Nelson Traquina

Teoria	Características
A teoria do espelho	As notícias são como são porque a realidade assim as determina, já que elas são um espelho desta; para ela, o jornalista é um comunicador desinteressado.
A teoria da ação pessoal ou a teoria do “gatekeeper”	Há um jornalista responsável pelas informações que passarão pelo portão (<i>gate</i>) podendo tornar-se notícia.
A teoria organizacional	Fala do poder da organização jornalística sobre seus profissionais.
As teorias de ação política	Trata das implicações políticas e sociais da atividade jornalística sobre a sociedade.
As teorias construcionistas	Concebe que as notícias ajudam a construir a realidade.
A teoria estruturalista	Sublinha o papel dos media na reprodução da “ideologia dominante”.
A teoria interacionista	As notícias são resultado de um processo de produção que transforma os acontecimentos (matéria-prima) em notícias (produto).

(3) Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional (volume 2):

O livro foi editado em 2005 e compõe o segundo tomo do título “teorias do jornalismo”. A divisão em duas partes foi realizada “por razões operacionais”, como relata Eduardo Meditsch, na apresentação do volume 1 (p. 15). A publicação que aborda a “tribo jornalística” figura em terceiro lugar dentre os trabalhos de Nelson Traquina citados no Brasil, com 536 menções¹⁴⁷ (a segunda é *O estudo do jornalismo no século XX*, constando em 846 citações)¹⁴⁸.

147 Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=7426216537432460597&hl=pt-BR&as_sdt=2005&sciodt=0,5>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2019.

148 Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=11515599651084836979&hl=pt-BR&as_sdt=2005&sciodt=0,5>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2019.

Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional está fracionado em duas partes (cada uma com dois capítulos), mais introdução e conclusões. A primeira parte, *Uma comunidade interpretativa*, versa sobre conceitos e noções teóricas – com ênfase para os “valores-notícia” (cf. quadro 3) – para fundamentar a pesquisa empírica, cujos resultados são exibidos e debatidos na segunda parte da obra, que leva o mesmo título da seção anterior, com a adição do termo “transnacional”, indicando a confirmação da hipótese de pesquisa elaborada por Traquina, ou seja, “que a comunidade jornalística é uma comunidade interpretativa transnacional” (p. 189).

Testar essa hipótese é o mote da investigação do pesquisador. Neste volume, o autor quer analisar “quadros de referência” partilhados por jornalistas em seu trabalho, decorrentes de um processo de profissionalização que faz deste grupo uma “comunidade interpretativa”, conforme Barbie Zelizer, ou “tribo jornalística”, como prefere ele. Seu objetivo é “consolidar” conceitos para ajudar a compreender as notícias. Estes conceitos passariam pelo conhecimento da cultura jornalística, como aponta a sociologia do jornalismo. É a cultura jornalística que conforma a matéria noticiável, comumente chamada de “valor-notícia” (cf. quadro): “uma conclusão geral dos estudos sobre os conteúdos dos media noticiosos é que as notícias apresentam um ‘padrão’ geral bastante estável e previsível” (p. 63).

Para confirmar a hipótese (de pesquisa) de que “os jornalistas são uma comunidade ou tribo interpretativa transnacional”, o autor investiga como se deu a cobertura jornalística da Aids em quatro países (Estados Unidos, Brasil, Portugal e Espanha).¹⁴⁹ Para ele, a cobertura noticiosa apresenta “semelhanças significativas”, apontando para um sistema comum de valores, crenças, rotinas, procedimentos, pensamento de grupo etc.

Dentre os resultados do estudo, destacamos os dados que, de acordo com ele, confirmam e consolidam a teoria: (a) a relevância da proximidade geográfica (notícias nacionais aparecem mais do que notícias internacionais); (b) as coberturas jornalísticas

¹⁴⁹ A temática da Aids foi escolhida por tratar-se de “um problema global que afeta todos os países” (TRAQUINA, 2008, p. 108). Nos países que abarcam seu estudo, o número de casos cresceu contínua e vertiginosamente entre 1981 e 1993. Como objetos empíricos, o autor elegeu o *New York Times*, nos Estados Unidos, a *Folha de S. Paulo*, no Brasil, o *El País*, na Espanha, e o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, em Portugal. Como método de trabalho, utilizou-se a análise de conteúdo para examinar 417 itens (notícias, artigos, editoriais, fotografias, cartas do leitor, entrevistas etc.) sobre o tema encontrados nos cinco jornais (entre outubro e dezembro de 1993).

orientam-se, na maioria das vezes, para o acontecimento (e não para a problemática); e (c) o domínio de “fontes oficiais”. Como os dados apresentados são similares nos quatro países que integram a pesquisa, fica comprovado que os jornalistas são uma “comunidade interpretativa transnacional”.

A nossa resposta é que são necessários estudos posteriores e o uso de outros métodos de investigação para fornecer provas conclusivas em defesa desta hipótese, mas não obstante, os nossos dados apóiam a nossa hipótese teórica, porque é claro que os jornalistas dos quatro diferentes países partilham valores-notícia comuns (TRAQUINA, 2008, p. 146).

Frisemos dois pontos pertinentes para esta tese. O primeiro diz respeito à relação entre o “saber especializado” dos jornalistas (indicando a existência de um conhecimento/procedimento ao tratar informações noticiosas) e uma “postura epistemológica do jornalista”. O problema não está na primeira esfera: “Os jornalistas são pragmáticos; o jornalismo é uma atividade prática, continuamente confrontada com ‘horas de fechamento’ e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo” (TRAQUINA, 2008, p. 44). Mas na segunda: há uma confusão na noção de epistemologia do autor, como já detectamos em outras pesquisas que abordam o conhecimento produzido pelo jornalismo (cf. discussão iniciada no final do capítulo 4 e que será aprofundada no último capítulo). O segundo ponto examina a abordagem dada à sociologia do jornalismo. Traquina faz várias menções a ela, por exemplo: “o estudo das notícias deve abraçar uma obrigação de analisar o que talvez possa muito bem ser o eixo central do campo jornalístico, utilizando o termo ‘campo’ no sentido de Pierre Bourdieu de um ‘campo intelectual’” (p. 116); ou, de forma mais direta, “Este livro é uma sociologia dos jornalistas” (p. 188). É problemático é tomar esse fator como ponto de chegada – e não de partida. Ora, se os jornalistas, em seu fazer profissional, elaboram certos parâmetros de valoração/hierarquização para abordarem os acontecimentos, primeiramente para dizer *quais* deles serão noticiados e depois para dizer *como* eles serão tratados, temos aí, certamente, uma certa originalidade/singularidade no modo de ver a atividade jornalística. Em outras palavras, há uma *expertise*, uma competência, ou melhor dizendo, um conhecimento (técnico, prático, empírico) de certo tipo; um conhecimento que os jornalistas têm de seu trabalho de “noticiar acontecimentos”, que é resultado de um

processo que combina aspectos de sua profissionalização, bem como a constituição de um *ethos* próprio e uma cultura profissional. Este entendimento não exclui as contribuições da sociologia ou da sociologia do jornalismo (*locus* de pesquisa onde Traquina fixa o objeto), nem de outros domínios do saber (antropologia, psicologia, história, ciência política, economia etc.). Desse modo, concordamos com o autor, que “a sociologia do jornalismo aponta claramente para a tese de que a compreensão das notícias implica um conhecimento da cultura jornalística” (p. 14). Mas tendo esta concepção como ponto de partida (e não de chegada). Isto é, partir disso para compreender a atividade jornalística, em vez de tomá-lo como teoria do jornalismo.

Quadro 8: Teorias do jornalismo encontradas na obra *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional (volume 2)*, (2005), de Nelson Traquina

Teoria	Características
Crítérios de noticiabilidade	Conjunto de critérios e operações que possibilitam dar ao acontecimento um valor como notícia.

(4) Teoria do jornalismo:

Este é o primeiro título (do nosso *corpus* de análise) lançado por um autor brasileiro. Sua primeira edição é de 2005. Aliás, das quatro obras analisadas, esta é a única em que a matéria está grafada no singular: teoria do jornalismo. Também é a única obra que não tem ligação – pelo menos de forma direta – com o curso de Jornalismo da UFSC. Não há informações sobre o quantitativo de citações do livro.

Felipe Pena é professor do curso de Comunicação da UFF. Graduou-se em Comunicação Social pela PUC-Rio e mestrado e doutorado em Letras pela mesma instituição. Foi o primeiro coordenador (2009-2012) do GP de Teoria do Jornalismo da Intercom.

Teoria do jornalismo divide-se em três partes, contendo ainda introdução e um último item, que representa a conclusão do livro. Na primeira parte, denominada *Conceitos e histórias*, apresenta uma síntese da história da comunicação e do jornalismo, características da atividade jornalística (periodicidade, atualidade, novidade etc.),

definições técnicas (*lead* e pirâmide invertida) e discussões filosóficas (liberdade de imprensa e ética), dentre outros aspectos ligados ao jornalismo. Na segunda parte, ele cataloga sua seleção das “teorias do jornalismo” (cf. quadro 4). Em seguida, aponta *Tendências e alternativas* para a profissão (reportagem assistida por computador, jornalismo digital, jornalismo investigativo etc.). Ao final, debate o jornalismo como “área do conhecimento humano”. É nesta última parte, em sua relação com o grupo de “teorias” elencado pelo autor, que centraremos nossa análise (mais adiante).

Como esta foi, dentre as quatro obras analisadas, a última a ser lançada, notamos a existência de discussões que remetem aos livros de teorias do jornalismo editados anteriormente, mesmo que Pena não os mencione. Apesar disso, ele chega a citar Nelson Traquina, pesquisador que já se encontrava mais conhecido no Brasil pelas duas obras de *Teorias do jornalismo* e *O estudo do jornalismo no século XX*. Ao final de cada tópico denominado “Para ler mais”, Pena faz referência a textos que se debruçaram teoricamente sobre o jornalismo, dentre eles Adelmo Genro Filho, Ciro Marcondes Filho, Gaye Tuchman, José Marques de Melo, Nilson Lage e Sylvia Moretzsohn. O autor também alude, em algumas passagens, a Mauro Wolf e sua obra *Teorias da comunicação*.

O autor chama atenção para a “formação sólida e específica” (p. 12). Ele também faz uma comparação do jornalista com o advogado e o médico, seguindo, nos parece, os passos de Traquina: “o jornalista deve ser ainda mais especializado que um médico ou um advogado” (p. 12). A defesa da profissão perpassa toda a obra, mais especificamente em trechos que mostram a posição do autor: “para ser jornalista é preciso estudar jornalismo” (p. 12). E passeia pela velha discussão sobre a formação do jornalista na universidade: disciplinas técnicas contra disciplinas teóricas.

Pena parece trabalhar de modo dicotômico: teoria *versus* prática; comunicação *versus* jornalismo (p. 16-17). E utiliza teóricos da comunicação (Armand e Michele Mattelart; e Mauro Wolf), de modo pouco convincente para asseverar uma divisão entre comunicação e jornalismo. Vejamos especificamente a compreensão de Mauro Wolf (1999) sobre este ponto. Este estudioso diz que o objeto proveniente da longa tradição de análise que permeia os meios de comunicação costuma mudar de forma muitas vezes e que esse campo de estudos acompanhou essas mudanças, o que fez multiplicar hipóteses, abordagens e perspectivas teóricas (p. 13). Ou seja, o jornalismo é uma parte (junto com a propaganda, as relações públicas, o cinema...) do sistema mediático, um dos elementos que

dá forma a esse objeto de que fala Wolf (1999).

Como observa Pena a respeito de Wolf: “embora o título de seu livro seja *Teorias da comunicação*, muitos dos conceitos estudados estão incluídos nas abordagens da *teoria do jornalismo*, como é o caso, por exemplo, do agendamento, do *gatekeeper* e do *newsmaking*” (p. 17, grifo do autor). Temos duas questões para tratar a partir dessa afirmação. Na visão de Wolf, não há um protagonismo do jornalismo que o faça entrar em choque com a comunicação enquanto um campo do conhecimento. Por isso, ele fala de *mass media* (meios de comunicação), em que o jornalismo está inserido, fazendo emergir, portanto, o agendamento, o *gatekeeper* e o *newsmaking*. Em segundo lugar, Pena, ao supor a separação entre jornalismo e comunicação, parece ignorar a tradição em termos de teoria da comunicação, e fala como se o título do livro de Wolf (*Teorias da comunicação*) estivesse errado (teria que ser *Teorias do jornalismo*). Parece esquecer-se que a teoria da comunicação como campo de estudos começa a aparecer já nos anos 1940 e intensificando-se nos anos 1960, englobando questões relacionadas ao jornalismo, a propaganda, as relações públicas... todas a partir da matriz comunicacional.

Pena (p. 17) diz que, para algumas correntes de professores de jornalismo, sem mencionar nomes, os estudos das teorias da comunicação estão “ultrapassados” e são “irrelevantes para a formação dos jornalistas”, o que traz uma visão instrumental da teoria no ensino de jornalismo. Quem seriam esses professores que questionam os estudos de teorias da comunicação? Não seriam eles do campo profissional (sem mestrado e doutorado)? Se sim, pouco afeitos à questão da teoria e muito menos da epistemologia.

Martino (2006b), por sua vez, constata que, historicamente, os cursos de jornalismo não dão espaço para o desenvolvimento da teoria: de um lado, o posicionamento técnico que vê a atividade jornalística como ação prática na sociedade (e põe em dúvida a presença do jornalismo na universidade), e, de outro, o posicionamento próximo das ciências humanas que enxerga a teoria como rótulo para um conjunto de saberes variados (o discurso sedutor da interdisciplinaridade que substitui a possibilidade de um saber propriamente comunicacional).

Segundo ele, as teorias do jornalismo ocupam-se de duas questões básicas: (1) por que as notícias são como são?; e (2) quais são os efeitos que essas notícias geram?. A primeira dedica-se à produção jornalística e faz referência aos livros de Nelson Traquina analisados neste capítulo. Já a segunda tem relação com o modo como a audiência

recepciona essa produção e faz alusão aos textos de Jorge Pedro Sousa, remetendo-nos às primeiras teorias da comunicação (cf. paradigma dos efeitos WOLF, 1999). O próprio autor interliga as duas questões: “os diversos modelos de análise ocupam-se da produção e/ou da recepção da informação jornalística” (p. 18). G. Silva (2008) critica essa ruptura entre produção-mensagem-recepção que serve de entrave para a pesquisa em jornalismo e propõe a criação de métodos próprios. Num deles, o texto jornalístico revelaria aspectos da produção noticiosa, que a autora vai chamar, em outro artigo publicado anos depois, de método de Análise de Cobertura Jornalística (cf. SILVA; MAIA, 2011).

Na primeira parte do livro, *Conceitos e histórias*, o autor diz que a natureza do jornalismo está no medo. O pesquisador refere-se ao “medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer” (p. 23). Essa característica, que ele atribui à natureza do jornalismo, vale para outras formas de conhecimento, como a filosofia, a ciência e a religião; mesmo que fosse admitida como válida, não traz nada de específico, o que nos leva a concluir que a natureza do jornalismo está em outra explicação. Contudo, dessa alusão ao medo, desponta sua conceituação genérica de jornalismo: relatar e reportar informações (“sob certas circunstâncias éticas e estéticas”, p. 23) a membros de uma comunidade que buscam a segurança e a estabilidade do “conhecimento” (palavra que o autor coloca entre aspas).

Pena faz uma colocação pertinente sobre a história do jornalismo, inserindo-a como parte da história da comunicação (p. 23). No entanto, sua visão alargada da história da comunicação (abrangendo fala, gestos...) traz implicações duvidosas para a história do jornalismo, considerando relatos orais como “pré-jornalismo”; ou que a democracia ateniense apoiava-se num jornalismo oral (p. 24); e ainda que a *Acta Diurna* romana seria uma forma de jornalismo, baseado num único critério, o da periodicidade (p. 27). No que diz respeito à história da comunicação, recorreremos a Martino, que assinala a singularidade histórica do jornalismo. Segundo este, trata-se de um fenômeno bem mais recente, ligado ao aparecimento da Sociedade Complexa, que nascia na Alemanha no início do século XVII. O teórico apoia-se na emergência de pensadores como Tobias Peucer (2004 [1690]), Caspar von Stieler (1695) e a novidade do fenômeno que relatam, a aparição dos periódicos impressos, as novas funções sociais do impresso. Ele critica pensadores mais modernos que naturalizam a origem do jornalismo em uma função psicológica (como faz Pena), em particular Schudson (1993), que vê na curiosidade humana a fonte da busca de

informação.

Mas a história do jornalismo não parece a Pena um ponto decisivo. Assim como o segundo volume da obra de Nelson Traquina, Pena dá ênfase aos critérios de noticiabilidade ao relacionar o tema com a teoria do jornalismo: “afinal, qual é o critério utilizado pelos profissionais da imprensa para escolher que fatos devem ou não virar notícia?” (p. 71). O pesquisador afirma que está aí a chave para compreender seu significado. E busca tal propósito ancorado na perspectiva teórica do *newsmaking*, seguindo Jorge Pedro Sousa e Nelson Traquina.

Ao final, o autor debate *A construção do jornalismo como uma área do conhecimento humano*. De forma paradoxal, Pena diz que a unidade da teoria do jornalismo é a sua diversidade (p. 213). Contudo, aqui também, a teoria do jornalismo não parece ser tão diversa assim: segundo seu quadro, haveria 11 no total (discutiremos esse tema mais abaixo). Sua conclusão é que há duas posições sobre a matéria: (1) ainda não é possível uma teoria unificada do jornalismo, visão de Traquina; e (2) existe conhecimento suficiente para a construção de uma teoria do jornalismo, segundo J. P. Sousa. Ou seja, as duas afirmações apontam para possibilidades, mas não de um saber efetivo, tal como sugerem as obras.

Ainda no último tópico do livro, o pesquisador diz acreditar que há outros assuntos a serem incluídos na “Teoria do Jornalismo” (parece usar as iniciais maiúsculas para assumir uma cientificidade, p. 218): as técnicas de narração da notícia; os aspectos semiológicos do discurso jornalístico; o estudo das funções do profissional jornalista; e análise das editoriais. Ele afirma que, para constituir uma teoria unificada do jornalismo, é preciso incorporar outros saberes pertinentes e dialogar com as teorias análogas (p. 217), numa visão interdisciplinar, tais como abordagem histórica, debate ético, discussões estilísticas e de gênero, aspectos semiológicos etc.

Quadro 9: Teorias do jornalismo (2005), de Felipe Pena

Teoria	Características
Teoria do espelho	Metáfora auto-explicativa: o jornalismo reflete a realidade, sendo o jornalista com comunicador desinteressado.
Teoria do <i>newsmaking</i>	O trabalho dos jornalistas está submetido a uma série de operações e pressões no fazer noticioso, cujo resultado ajuda a construir a realidade.
Teoria do <i>gatekeeper</i>	Refere-se ao jornalista (o porteiro) que tem o poder de decidir quais informações receberão tratamento jornalístico.
Teoria organizacional	O profissional e seu trabalho estão sujeitos a aspectos da organização em que atuam (veículo jornalístico).
Teoria gnóstica	Conjunto de rituais, valores e saberes específicos que os profissionais novatos aprendem na interação com os mais velhos.
Teoria do agendamento	Sugere que os meios de comunicação agendam as conversações, já que as pessoas tendem a reverberar (ou considerar mais importantes) os assuntos veiculados na mídia.
Teoria instrumentalista	Afirma que as notícias servem a interesses políticos, por isso são distorcidas da realidade.
Teoria etnográfica	Trata da compreensão de elementos da cultura profissional (linguagens, costumes, rituais, valores etc.) pelo método etnográfico (trabalho de campo).
Teoria dos definidores primários e a espiral do silêncio	Poder das fontes na construção das notícias; a mídia tende a priorizar as opiniões que parecem dominantes (ou da ideologia dominante).
Teoria da nova história	Estende para o jornalismo o debate proveniente da Escola dos Anais, cujo método requer uma nova postura diante dos acontecimentos (questionamento de fontes, arquivos e documentos oficiais).
Teoria dos fractais biográficos ou a biografia sem-fim	Elaboração de uma biografia que procura refletir a multiplicidade de identidades do

	biografado.
--	-------------

Com o intuito de responder nossas perguntas (de pesquisa), já evidenciadas no início deste capítulo – Quais são as teorias identificadas pelos autores das obras como sendo “teorias do jornalismo”? Quais são os critérios de seleção dessas teorias? –, fizemos um entrecruzamento das teorias apresentadas, por nomenclatura (*newsmaking*, teoria do espelho...) e por obra (uma de Jorge Pedro Sousa, duas de Nelson Traquina e outra de Felipe Pena), com o intuito de aprofundar a análise.

A seguir, o quadro-síntese desse conjunto:

Quadro 10: Síntese das teorias do jornalismo nas obras especializadas

Teoria, modelo, paradigma, hipótese, corrente, escola etc.	Livros em que aparecem
Teoria do espelho	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa) - Teorias do jornalismo (Traquina - v. 1) - Teoria do jornalismo (Pena)
<i>Newsmaking</i>	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa) - Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria do <i>agenda-setting</i> ou agendamento	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa) - Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria da espiral do silêncio*	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa) - Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria da ação pessoal ou <i>gatekeeper</i>	- Teorias do jornalismo (Traquina - v. 1) - Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria organizacional	- Teorias do jornalismo (Traquina - v. 1) - Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria da tematização	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa)
Teoria dos usos e gratificações	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa)

Teoria das diferenças de conhecimento	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa)
Teoria da dependência	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa)
Teoria do cultivo	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa)
Teorias da socialização pelos meios de comunicação	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa)
Teorias da influência dos media na construção social da realidade	- Teorias da notícia e do jornalismo (J. P. Sousa)
As teorias de ação política	- Teorias do jornalismo (Traquina - v. 1)
As teorias construcionistas	- Teorias do jornalismo (Traquina - v. 1)
A teoria estruturalista	- Teorias do jornalismo (Traquina - v. 1)
A teoria interacionista	- Teorias do jornalismo (Traquina - v. 1)
Crítérios de noticiabilidade*	- Teorias do jornalismo (Traquina - v. 2)
Teoria gnóstica	- Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria instrumentalista	- Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria etnográfica	- Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria da nova história	- Teoria do jornalismo (Pena)
Teoria dos fractais biográficos ou a biografia sem-fim	- Teoria do jornalismo (Pena)

A teoria que mais aparece é a teoria do espelho (em três obras), que, mesmo figurando no rol das “teorias’ estafadas”, como diz J. P. Sousa (2002, p. 16), oferecendo uma “explicação pobre e insuficiente” (TRAQUINA, 2005, p. 149), circula livremente no imaginário dos jornalistas. Pelas críticas no âmbito acadêmico, podemos afirmar que a teoria do espelho, no universo “teorias do jornalismo”, equivale à teoria hipodérmica nas teorias da comunicação: ambas têm cientificidade duvidosa, não há conhecimento sobre quem as propôs e são consideradas (por seus respectivos “teorografos”) uma espécie de “teorias fundadoras”. Considerando a teoria do espelho “teoria fundadora”, podemos observar no contexto em que foi formulada (meados do século XIX, atrelada às mudanças

no jornalismo e na ciência) uma preocupação em afiançar o conhecimento produzido pelo jornalismo: “as notícias são um espelho da realidade”. Um grupo de cinco teorias constam em duas obras, cada uma delas: a teoria do *newsmaking*, nos livros de J. P. Sousa e Pena, que também selecionaram, juntos, a teoria do *agenda-setting* e a teoria do espiral do silêncio; e a teoria do *gatekeeper* e a teoria organizacional, que fazem parte das obras de Traquina e Pena. As outras teorias, a maior parte delas (17 teorias) – dentro do universo que integra nosso *corpus* –, aparecem apenas uma vez (73%): tematização; usos e gratificações; diferenças de conhecimento; dependência; cultivo; socialização pelos meios de comunicação; e influência dos *media* na construção social da realidade (J. P. Sousa); ação política; teorias construcionistas; estruturalista; e interacionista (Traquina, v. 1); critérios de noticiabilidade (Traquina, v. 2); e gnóstica; instrumentalista; etnográfica; nova história; e fractais biográficos (Pena).

Duas teorias com nomes distintos fazem discussões semelhantes: *newsmaking* (J. P. Sousa e Pena); e teorias construcionistas (Traquina, v. 1). Uma outra aborda o paradigma sobre o qual a teoria do *newsmaking* e as teorias construcionistas sustentam-se: influência dos *media* na construção social da realidade (J. P. Sousa).

Aliás, a teoria do *newsmaking* e as teorias construcionistas contêm – ou desdobram-se em – outras teorias, tais como *teoria do gatekeeper*, *critérios de noticiabilidade (valores-notícia)*, *enquadramento (framing)*, *agendamento (agenda-setting)* e o estudo das *fontes de informação*, como sugerem Jorge Pedro Sousa (2002), nas *teorias da notícia e do jornalismo* (que representa a especificidade teórica do jornalismo em relação às teorias da comunicação), e Mauro Wolf (1999), nas *teorias da comunicação* (entendida aqui como sua universalidade). Sob esta lógica, o *newsmaking* encaixaria-se mais como uma corrente teórica (pela via do construcionismo) do que exatamente como uma teoria. O mesmo acontece com as teorias estruturalista e interacionista, ambas evidenciadas por Traquina. Já a teoria etnográfica, que consta no livro de Pena, está mais para método (procedimento de pesquisa). Este autor, aliás, propõe duas teorias (como desfecho de seu elenco de teorias): teoria da nova história (os aspectos teórico-metodológicos da nova história aplicados ao jornalismo) e teoria do fractais biográficos (fruto de sua tese de doutorado, trata de relatos biográficos produzidos por jornalistas).

Essas questões surgem aqui mais como problemática para pesquisas futuras, já que nosso interesse, por ora, não é discutir o porquê dessas teorias apresentarem-se de tal

modo, e sim critérios e pressupostos de seleção dessas teorias. Ou seja, nosso objetivo, como já sinalizamos, não é debater as teorias em si, mas a pertinência dada a elas pelos “teorografos”, que, de certo modo, é validada pelos pesquisadores de jornalismo, que se assenhoram dos seus conceitos e teorias (vide o quantitativo de citações dessas obras no google acadêmico), fundamentando novos conceitos e novas teorias, como dissemos na introdução deste capítulo.

Em nenhuma das quatro obras verificou-se qualquer critério de seleção das teorias reunidas, o que representa uma contradição, julgando pelo fato de pesquisadores do jornalismo reivindicarem uma “autonomia científica” do jornalismo. Esta autonomia (se é que existe) parece reduzir-se ao âmbito institucional. No entanto, dentro das subdivisões da Capes, os PPGs de Jornalismo integram a área de comunicação. Interessante notar que não há sequer menção à palavra epistemologia na introdução dessas obras no sentido de debater o objeto de estudo que está no centro dessas teorias, especificidades do “saber jornalístico”, conceitos pertinentes etc. Quando o termo epistemologia aparece (salvo engano, apenas uma vez) é para tratar do âmbito profissional: “postura epistemológica do jornalista”, Traquina, v. 2, p. 45). Essa vinculação que se faz entre a noção de epistemologia e prática jornalística contribui para a confusão que paira sobre o conhecimento que o jornalismo produz. Embora tenhamos apresentado essa discussão no capítulo anterior, aprofundaremos o tema no último capítulo desta tese.

Outro elemento importante versa sobre a relação entre história e teoria. Verificamos esse elemento apenas no primeiro volume da obra de Traquina. Podemos afirmar que o autor é bem sucedido ao historiar o jornalismo (faz uma boa discussão), contextualizando o que chama de “expansão da imprensa” no século XIX e aspectos deste processo, no entanto, sua história do jornalismo tem apenas o processo de profissionalização da atividade como eixo, naturalizando o (possível) objeto de estudo. Nesse sentido, as teorias do jornalismo ficam confinadas no âmbito profissional (cf. G. SILVA, 2009a; 2009b).

Esse estado de dispersão das teorias do jornalismo (com a maior parte delas compondo apenas uma obra), observado por Martino (2006c, 2007) nas teorias da comunicação, acarreta implicações para o ensino (formação acadêmica) e para a prática jornalística (atuação profissional). O que parece imperar é uma visão tecnicista do curso de jornalismo, que, no fundo, tenta justificá-lo no território universitário, já que praticamente daí não se expressa um conhecimento próprio e que, assim reduzido, nem mesmo demanda

um conhecimento mais profundo (MARTINO, 2006b). Um exemplo clássico é o senso comum que permeia o ambiente de trabalho dos jornalistas: “a teoria na prática é outra”. Como contraponto a essa ideia, Genro Filho (1996) afiança que é na prática que a (boa) teoria comprova sua efetividade. Aliás, a percepção técnica do ensino de jornalismo foi expressada quando o STF retirou, em 2009, a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Ao falar com a imprensa, o ministro Gilmar Mendes, então presidente do STF e relator do recurso, não fez nenhuma menção à qualquer fundamentação teórica: “Tais cursos são importantes e exigem preparo técnico e ético dos profissionais para atuarem” (MENDES..., 2009, online). Com efeito, os livros de “teorias do jornalismo” parecem querer responder especificamente a estes anseios técnico e ético (“Através dele [falando do livro], procurarei exercer uma espécie de pedagogia social [...], para permitir uma crítica fundamentada e pertinente do jornalismo”, J. P. Sousa, p. 9; “Este livro, destinado ao jovem que sonha ou ambiciona ser membro desta profissão”, Traquina, p. 21; e “na prática, minha teoria baseia-se na produção crítica e na reflexão permanente. Na teoria, a prática fala por si mesma”, Pena, p. 14). Esta inscrição aparece mais objetivamente na obra do próprio Pena, cuja introdução, com o título “a teoria na prática”, expõe sua intenção:

De minha parte, acredito que algumas abordagens da teoria da comunicação devam ser estudadas nos cursos de graduação. Entretanto, um recorte específico nas teorias do jornalismo, conforme as sistematizações propostas por professores como Nelson Traquina, Jorge Pedro Souza [sic], Michael Kunczik, José Marques de Melo e Nilson Lage (que serão abordados ao longo deste livro) são imprescindíveis para a formação dos futuros profissionais. E essa é mais uma razão para escrever o presente texto, além, é claro, da conhecida carência de publicações sobre o tema (PENA, 2006, p. 17).

Neste trecho, manifesta-se o que perpassa todo o *corpus* aqui analisado: as principais teorias selecionadas pelos livros de teorias do jornalismo repetem a seleção dos livros de teorias da comunicação, com recorte no jornalismo e apresentando algumas poucas novidades (as teorias que aparecem apenas uma vez). Ainda com base no quadro acima, das cinco que mais constam nos livros de teorias do jornalismo (*newsmaking*, *agenda-setting*, *espiral do silêncio* e *gatekeeper*), apenas uma não integra obras de teorias da comunicação (teoria do espelho).

Com efeito, o sentido da palavra teoria para afiançar um conjunto de teorias não

está ligado a uma reflexão epistemológica, própria de um domínio de estudos, como seria de se esperar de um debate que envolve a seleção de teorias em torno de um objeto determinado, uma teoria da teoria (metateoria), e sim a um conjunto de reflexões sobre a atividade jornalística que ajudam a compreender sua história, o fazer noticioso (procedimentos e técnicas de apuração e narração dos acontecimentos), sua deontologia etc. A encomenda dos dois livros Traquina pelo curso de especialização em Estudos de Jornalismo da UFSC, que já sinalizava criar o Mestrado em Jornalismo, corrobora nosso entendimento.

O fato desses livros de teorias do jornalismo serem direcionados ao ensino como uma forma de aliar “teoria e prática”, dirimindo um vazio teórico, não desconsidera a possibilidade deles terem recebido um tratamento epistemológico: a discussão em torno do objeto de estudo, como faz Martino (2009) na área de comunicação e G. Silva (2009) na pesquisa em jornalismo, a circunscrição da singularidade histórica do fenômeno, a exemplo de Genro Filho (2012) e, também, Martino (2001), e a escolha de critérios (pertinentes) para selecionar as teorias que o explicam, tal como Wolf (1999).

Capítulo 5 – Existe uma epistemologia do jornalismo?

Meios de comunicação de maior qualidade têm cooperado com o vasto acúmulo de conhecimento, nas bibliotecas, museus e sociedades eruditas, para tornar possível uma interpretação mais rápida, precisa e completa dos eventos. O resultado é que as pessoas e lugares, uma vez remotos e legendários, são agora familiares a cada leitor da imprensa diária.

Robert Park, 2008 [1940]

O interesse acadêmico em torno do conhecimento produzido pelo jornalismo é antigo, remonta ao século XVII, período em que a atividade jornalística começava a emergir em alguns países da Europa e Tobias Peucer debruçou-se na tentativa de explicar o fenômeno ainda recente na Alemanha. Saltando para o século XX, nos Estados Unidos, a discussão ganha protagonismo no ensaio de Robert Park, que assume o “jornalismo como forma de conhecimento”. É daí que Adelmo Genro Filho parte para constituir sua teoria do jornalismo, que localiza a prática como uma “forma social de conhecimento cristalizada no singular”. Materializada na obra *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, a proposição de Genro Filho ganha repercussões teóricas e políticas. Endossa a incorporação, nos anos 1980, da disciplina *Teoria do jornalismo*, até então inexistente nos currículos dos cursos de comunicação/jornalismo, fomenta publicações sobre a temática (cf. o livro *O conhecimento do jornalismo*, de Eduardo Meditsch, editado em 1992, e o ensaio *Jornalismo como forma de conhecimento*, de 1998, fruto da palestra *O jornalismo é uma forma de conhecimento?*, realizada em Portugal, em 1997, replicada com títulos diferentes em revistas acadêmicas; dentre outros textos de pesquisadores que analisaremos mais adiante) e, possivelmente, inspirou a criação do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC e a elaboração das novas diretrizes curriculares para a graduação em jornalismo, já que ambas as propostas tiveram entre seus postulantes o próprio Meditsch, quem mais empregou, em seus textos, ideias de Genro Filho sobre o “jornalismo como conhecimento”.

Este trajeto da questão atual do jornalismo no Brasil pontua instâncias

institucionais e protagonismos. Ele foi traçado nos capítulos anteriores. Vimos que é, em parte, uma reconstituição da história da pesquisa em jornalismo, mas também a reivindicação de uma herança mobilizada para certos propósitos institucionais e políticos na área de comunicação. Cabe agora nos concentrarmos na questão epistemológica e examinar em que consiste e como se sustenta essa visão do jornalismo.

A concepção de que o “jornalismo é uma forma de conhecimento” tem gerado diversas abordagens em torno de uma “epistemologia do jornalismo”. Notamos em alguns espaços uma confusão causada por compreensões abrangentes, que combinam num mesmo *locus* de pesquisa o conhecimento produzido sobre a prática jornalística com o conhecimento obtido a partir dessas reflexões. Isso é bem evidente na descrição do GT de Estudos de Jornalismo da Compós:

De uma perspectiva crítica e analítica, o GT Estudos de Jornalismo da Compós busca aprofundar o estudo do jornalismo como um campo do conhecimento, assim como pensar o jornalismo como processo singular de comunicação e fenômeno cultural na contemporaneidade. Propõe reflexões sobre abordagens relativas à função social, à história, aos conceitos, aos modelos, às teorias e à epistemologia do jornalismo. Da mesma forma, visa problematizar e discutir distintos modos de estruturação, apuração, produção, circulação, recepção e consumo de conteúdos e formatos noticiosos, observando representações e mediações do jornalismo na sociedade. Este GT também se interessa por trabalhos que abordam questões teóricas e experiências de linguagem, metodologias de pesquisa e ensino, estudos sobre configurações das audiências, interações nas redes sociais, transformações nos processos produtivos em contexto de convergência em múltiplas plataformas, mobilidade no jornalismo, bem como inovações e tendências que orientam a práxis jornalística na atualidade (BRASIL, online)¹⁵⁰.

A temática da “epistemologia do jornalismo” aparece do modo difuso, diluído em meio aos diversos itens que compõem o escopo do GT, como função social, história, conceitos, teorias, produção noticiosa (apuração, circulação etc.), métodos de pesquisa e ensino, mobilidade e inovações. Com isso, não é possível saber objetivamente o que seria (e como está sendo pensada) essa “epistemologia do jornalismo”, já que tal concepção não é explicitada na descrição.

150 Disponível em: <http://www.compos.org.br/ler_gts.php?idGt=MTE>. Acessado em: 18 de julho de 2018.

A expressão também desponta de modo genérico no esboço da área de concentração em *Processos Jornalísticos* do Mestrado em Jornalismo da UEPG:

busca contemplar **tanto aspectos voltados à epistemologia do Jornalismo**, com bases teórica, com bases teóricas e conceituais situadas nas dinâmicas, rotinas produtivas e aspectos da produção midiática, **quanto às relações do Jornalismo com os demais campos do conhecimento**, valorizando as interfaces da comunicação com as representações sociais. As duas linhas de pesquisa convergem no estudo das dinâmicas internas e externas do Jornalismo, oferecendo olhares distintos, e complementares, na observação dos fenômenos (comunicacionais) jornalísticos (BRASIL, online, grifo nosso)¹⁵¹.

Aqui, a noção de “epistemologia do jornalismo” mostra-se tão difusa que fica circunscrita a um *locus* antagônico ao das “relações do Jornalismo com os demais campos do conhecimento”, como se pensar uma epistemologia própria dispensasse sua reflexão com outros campos de conhecimento das ciências sociais e humanas. Além do mais, é complicado pensar a ideia de “epistemologia” vinculada a uma área de concentração em *Processos Jornalísticos*, como é a do Programa, que remete mais ao pensamento sobre a prática jornalística do que ao pensamento do que se tem refletido sobre a atividade.

Tanto no caso do GT Estudos de Jornalismo da Compós quanto no PPG em Jornalismo da UEPG, a “epistemologia do jornalismo” aparece como algo dado ou, mesmo, pronto, sem qualquer problematização sobre os fundamentos deste novo modo de olhar para a pesquisa em jornalismo. Assim, tal designação começa a surgir como uma etiqueta a mais, genérica, sem um sentido específico, provocando equívocos acerca do conhecimento que estamos falando.

Em outros casos, a expressão não se apresenta tão precisa, como no PPGCom da UFRGS, em que a preocupação com “questões epistemológicas” aparecem tanto na descrição da linha de pesquisa *Jornalismo e processos editoriais* e na disciplina *Teoria do jornalismo*. Mas aqui se apresenta de modo similar ao PPG em Jornalismo da UEPG, fazendo referência à atividade jornalística (com o nome de *Jornalismo e processo editoriais*), mas intenta uma “fundamentação teórica e epistemológica” do objeto.

Também é muito significativo que a edição de 2017 do congresso anual da SBPJor tenha reservado um espaço da sessão *Comunicações Livres* intitulada *Epistemologias do*

151 Disponível em: <<http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/index.php>>. Acessado em: 12 de julho de 2018.

Jornalismo. A questão tem nítido interesse periférico, não tendo volume de produção ou despertado o interesse para constituir um sessão própria. A sessão “epistemologias do jornalismo” englobou os seguintes trabalhos:

- (a) *Jornalismo como estratégia de sensibilização*, que busca refletir o papel da informação na participação e a responsabilidade do jornalista neste processo;
- (b) *A linguagem como lugar epistemológico: contribuições para o estudo do jornalismo*, propõe a linguagem para o estudo do jornalismo;
- (c) *Relevância jornalística: desenvolvimentos iniciais*, apresenta o desenvolvimento do conceito de “relevância jornalística”;
- (d) *O tema da privacidade em códigos deontológicos de jornalismo*, quer saber como a temática da privacidade é tratada por códigos deontológicos de jornalismo;
- (e) *O resgate da objetividade como método aplicado ao jornalismo guiado por dados*, visa resgatar o conceito de objetividade para aplicá-lo ao jornalismo guiado por dados; e
- (f) *A construção social da realidade: do papel epistemológico e social desempenhado pela comunicação*, procura analisar os aspectos epistemológico e social no debate da construção social da realidade.

Ao fazer a leitura dos “resumos” e das “palavras-chave” desses títulos, no caderno de resumos do evento, constatamos a confusão decorrente da vinculação entre “conhecimento” e “epistemologia”. Os artigos “jornalismo como sensibilização” (a), “estudo do jornalismo pela linguagem” (b), “privacidade em códigos deontológicos” (d) e “objetividade aplicada ao jornalismo guiado por dados” (e) passam fora da questão epistemológica. Somente um artigo remete a este tipo de reflexão: o que “apresenta um conceito inicial de ‘relevância jornalística’” (c). Entretanto, realizar uma reflexão de caráter epistemológico não é o mesmo que pensar uma “epistemologia do jornalismo”. Com relação ao último trabalho da sessão, “sobre a construção social da realidade” (f), julgamos por bem fazer uma leitura geral do texto para averiguar minuciosamente seu propósito. O artigo combina as instâncias epistemológica e social para pensar esta última. Isso fica claro nas “considerações finais”: “partindo da concepção construtivista, o jornalismo ocupa um lugar de referência no processo de compartilhamento de sentidos. É a partir dos enquadramentos realizados pelos jornalistas que entramos em contato com realidades que extrapolam os limites físicos do nosso corpo” (DANTAS, 2017, p. 13).

Ao buscar as referências sobre as quais os artigos sustentam o debate do

conhecimento, verificamos que: apenas um cita Genro Filho (b: “estudo do jornalismo pela linguagem”); dois mencionam Eduardo Meditsch (b: “estudo do jornalismo pela linguagem”; e: “objetividade aplicada ao jornalismo guiado por dados”) e quatro fundamentam-se nas chamadas teorias construcionistas (b: “estudo do jornalismo pela linguagem”; c: “conceito inicial de ‘relevância jornalística’”; e: “objetividade aplicada ao jornalismo guiado por dados”; f: “sobre a construção social da realidade”).

Além da pouca ancoragem na tradição reconstruída, os artigos que se apoiam não levam em conta que o termo “epistemologia” é empregado genericamente por Eduardo Meditsch para falar da teoria de Genro filho: “o professor Adelmo Genro Filho avançou na área epistemológica, e definiu o Jornalismo como forma de conhecimento diferente daquela produzida pela Ciência” (*O conhecimento do jornalismo*, p. 20) e “A rigor, a pirâmide, como representação epistemológica do conhecimento que o Jornalismo encerra, está efetivamente invertida” (p. 34).

Estas rápidas passagens mostram que o termo poderia ser dispensado, sem muita alteração de sentido, já que o objeto não é desenvolver a reflexão, mas pontuar aspectos sobre o trabalho de Genro Filho. Em outros termos, não trazem uma reflexão no sentido de uma área de estudo, mas sobre a natureza do conhecimento do jornalismo em contraposição ao científico, sem atentar para os sentidos de epistemologia e de gnosiologia. De fato, há os muitos sentidos conferidos à palavra “epistemologia” nas ciências sociais e humanas no exame da produção de conhecimento. L. C. Martino (2003a) debate essas correntes contemporâneas do trabalho epistemológico. Tratemos de três delas: a que se refere aos aspectos sociais, sobretudo as relações de poder em torno do conhecimento (sociologia da ciência); a que aborda o desenvolvimento do pensamento científico (história da ciência) e a que emprega como objeto o conhecimento mundano (epistemologia geral). É nesta última que o debate em torno do jornalismo como conhecimento localiza-se. Verificamos aí uma postura com base nos pressupostos da filosofia, que alarga a noção de epistemologia para além dos fundamentos da produção científica (particularidade da teoria do conhecimento ou gnosiologia), como faz Genro filho. Prendendo-se apenas à palavra, e não ao que ela quer dizer em termos teóricos (conceitos), fica difícil dialogar com a filosofia e até com outras área do saber (como no caso da própria noção de “comunicação”, para citar um conceito ainda problemático para nós, comunicólogos)¹⁵². A confusão entre as

152 Cf. *De qual comunicação estamos falando?* (2012a), de Martino.

palavras e as coisas, fazendo referência à obra de Michel Foucault, aparece como resultado de uma leitura (acrítica ou, mesmo, anti-científica) que realizamos dos textos. O próprio Foucault (munido por seus pressupostos filosóficos), em *As Palavras e as Coisas* (1966), aborda o termo “epistemologia” no sentido amplo (chega a propor o termo *épistémè*, as condições de conhecimento relativas à uma época). Georg Lukács, que inspira Genro Filho em *O segredo da pirâmide*, também apresenta pressupostos da filosofia ao utilizar a palavra “gnosologia” em *Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética* (2018). Entretanto, como distingue Martino, “a epistemologia se caracteriza por certas questões específicas e não por toda e qualquer relação ao conhecimento” (2003a, p. 70). Cabe à epistemologia, por exemplo, trabalhar conceitos, teorias e métodos, bem como fundamentos do conhecimento científico (emergência histórica do objeto, modo como a realidade é contemplada etc.). O objeto da epistemologia é, então, a própria teoria (não a realidade concreta em si). Por isso que também a chamam de “metateoria”: a teoria que estuda a teoria. Assim, o conhecimento epistemológico difere do conhecimento produzido pela prática jornalística.

Para pensar o jornalismo como forma de conhecimento, convém, primeiro, diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento. Importa também apresentar uma definição (mais operacional do que propriamente teórica) de conhecimento para avançarmos. O prelúdio do pensamento do filósofo alemão Johannes Hessen (2000, p. 70) pode ajudar nesta tarefa: “Conhecer significa apreender espiritualmente um objeto”. Desde a invenção da escrita, considerada um marco na história da humanidade, em que o homem passou a poder registrar as coisas do mundo, muitas têm sido as formas de tentar compreendê-lo e explicá-lo. Os tipos mais conhecidos são o senso comum, a filosofia, a religião, a arte e a ciência. O jornalismo também integra este rol, como notabilizaremos mais adiante. Por ora, fiquemos com os conhecimentos reconhecidamente mais tradicionais.

O senso comum, também denominado como conhecimento popular, “é o modo comum, corrente e espontâneo de conhecer” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 77). Por isso, explica as causas e o porquê das coisas a partir das crenças correntes, retiradas do meio social ou da cultura. É resultado dessas crenças e de experiências pessoais acumuladas cotidianamente e que circulam em ambientes sociais mais restritos, como

família e amigos.¹⁵³ Enquanto o senso comum ocupa-se em dar respostas, o conhecimento filosófico, numa outra lógica, dedica-se a questionar o mundo, fazendo perguntas. A filosofia quer, justamente, organizar as coisas através do pensamento, busca outra maneira de ver as coisas. É, deste modo, racional e sistemático, pois “exige que as próprias questões sejam válidas” e que “as respostas sejam verdadeiras, estejam relacionadas entre si, esclareçam umas às outras, formem conjuntos coerentes de ideias e significações, sejam provadas e demonstradas racionalmente” (CHAUI, 2000, p. 13). Já o conhecimento religioso (ou teológico) apoia-se na fé. Suas evidências não precisam ser comprovadas, já que fazem parte do ordenamento “sobrenatural”: “A adesão das pessoas passa a ser um ato de fé, pois a visão sistemática do mundo é interpretada como decorrente do ato de um criador divino, cujas evidências são postas em dúvida nem sequer verificáveis (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 79). Um outro tipo de conhecimento é o da arte (estética). Dá-se pela fruição das coisas. Lukács, ao pensar a arte como forma de conhecimento do mundo objetivo, chama essa fruição de “prazer estético”, pois este passa “por todos os sentidos, sensibilidades e afetividades humanas, num nível íntimo das individualidades em relação ao mundo” (LUKÁCS, 2018, p. 12).¹⁵⁴ Há ainda o conhecimento científico, que “trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e não conhecimentos dispersos” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 80), através da experiência (não apenas pela razão). Seus resultados são sempre passíveis de reformulações, é importante salientar: “Constitui-se em conhecimento *falível*, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 80, grifo dos autores).

Esses diferentes modos de conhecer e tentar explicar o mundo coexistem, engendrando alguns embates entre eles. Cada um ocupa um sentido e o jornalismo também tem o seu. No final do século XVII, Tobias Peucer já se atentava para isso, analisando o fenômeno jornalístico que começava a emergir na Alemanha e em outras cidades da Europa. Trata-se da “notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer

¹⁵³ Cf. notícia *Cura que vem da terra*, que aborda estudos científicos que parte do conhecimento popular. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/saude/2019/01/28795-cura-que-vem--da-terra.html>>; acessado em: 18 de fevereiro de 2019.

¹⁵⁴ Os escritos de Lukács sobre como a estética reflete a realidade objetiva servem de inspiração para Genro Filho pensar o jornalismo como conhecimento (cf. capítulo 3). Para contribuir com o debate do conhecimento produzido pela arte, cf. texto *Carta de Paris: Guernica, muito mais que um quadro*. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cartas-do-Mundo/Guernica-muito-mais-que-um-quadro/45/40810>>; acessado em: 18 de fevereiro de 2019.

lugar que seja” (PEUCER, 2004, p. 16).

Eu diria que a finalidade dos novos periódicos é mais própria para o conhecimento de coisas novas acompanhadas de uma certa utilidade e atualidade. Foi por esta causa que começaram por primeiro lugar a serem escritos e divulgados os periódicos [...]. Com efeito, **o afã de saber coisas novas é tão grande que cada vez que os cidadãos se encontram em encruzilhadas e nas vias públicas perguntam: “o que há de novo?”** A fim de satisfazer esta curiosidade humana tem se imprimido de todo modo novos relatos jornalísticos em diversos idiomas. E os que os lêem podem satisfazer assim a sede de novidades dos companheiros e dos grupos de amigos (PEUCER, 2004, p. 26, grifo nosso).

Para Robert Park (2008), em *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento*, a notícia é resultado de um *continuum* entre dois tipos de conhecimento: *acquaintance with* (familiaridade com) e *knowledge about* (conhecimento sobre). A notícia possui uma qualidade “transitória e efêmera”, mas o alcance de sua circulação é diretamente proporcional à participação política dos membros de uma sociedade. Quanto maior o acesso (o que estava ocorrendo desde o século XIX, com as transformações da atividade jornalística), maior a possibilidade de participação. A notícia, diz o autor, gera “conversações”, já que “tende a possuir o caráter de documento público e está limitada de um modo característico a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas” (PARK, 2008, p. 51). Segundo ele, “A função da notícia é orientar o homem e a sociedade no mundo real” (PARK, 2008, p. 51).

O sociólogo explicita que o *acquaintance with* (familiaridade com) trata de um tipo de conhecimento instintivo, intuitivo, que se dá pela experiência pessoal. Neste sentido, “é um tipo de conhecimento que alguém inevitavelmente adquire ao longo de seus encontros pessoais e de primeira mão com o mundo a seu redor” (PARK, 2008, p. 52). Incorpora-se no hábito, no costume, no cotidiano, individualmente. Este conhecimento se dá por uma série de experiências acumuladas lenta e progressivamente, a partir da nossa vivência no mundo, ao qual nos adaptamos (ou nos ajustamos). Abrange o senso comum e o conhecimento técnico. De outra parte, o *knowledge about* (conhecimento sobre) consiste num tipo de conhecimento formal, racional, lógico e sistemático baseado na observação (e no fato). É resultado de um sistema de verificação e classificação das coisas (este, sempre a partir de uma perspectiva). Como afirma Park (2008, p. 56), “a ordem conceitual torna a

ordem real inteligível, e a medida que as formulações hipotéticas, que chamamos de leis, se conformam com o curso real dos eventos, torna-se possível prever desde o presente uma condição futura das coisas”. É o caso da história, da filosofia e das ciências.

Além de serem formas distintas de conhecimento, o *acquaintance with* e o *knowledge about* têm funções peculiares na vida das pessoas. Neste entremeio, a notícia tem localização própria. Park (2008, p. 58), tal como Peucer, faz relações entre notícia e história, porque ambas falam de eventos, no entanto a “notícia não é história porque, entre outras coisas, ela trata de eventos isolados num todo e não busca relacioná-los uns aos outros, seja na forma de conseqüências causais, ou seja na forma de conseqüências teleológicas”. Ao aprofundar a discussão sobre as relações entre notícia e história, o sociólogo estadunidense apresenta características da notícia que nos servem como pistas para entender este tipo de conhecimento.

A notícia, como forma de conhecimento, primariamente não está interessada no passado ou no futuro, mas no presente – o que tem sido descrito pelos psicólogos de **“o presente precioso”** [“the specious present”]¹⁵⁵. **Pode-se dizer que a notícia existe somente nesse presente.** O significado do “presente precioso” é sugerido aqui pelo fato de que a notícia, como é sabido no meio da imprensa comercial, é um produto muito **pericível**. A notícia continua notícia até chegar às pessoas para as quais ela possui “interesse de notícia”. Uma vez publicada e reconhecida sua importância, o que era notícia vira história (PARK, 2008, p. 59, grifo nosso).

Seguindo o que diz o autor, o conhecimento da notícia remete diretamente ao presente. A notícia como um produto desse “presente precioso” deve ser consumida no instante de sua publicação, “no agora”, visto que é pericível, deteriorando-se e tornando-se outra coisa: história.

Essa qualidade transitória e efêmera é a verdadeira essência da notícia e está intimamente conectada ao tipo a que pertence. Diferentes tipos de notícia têm diferente duração de tempo. Na sua forma mais elementar o relato da notícia é um simples “flash”, anunciando que um evento aconteceu. Se o evento for de real importância, o interesse por ele levará a maior análise e a uma familiaridade maior com suas circunstâncias. Um evento deixa de

155 A melhor tradução para “the specious present” não é “o presente precioso”, mas algo próximo da experiência da duração.

ser notícia tão logo a tensão provocada acabe e a atenção do público seja direcionada para um outro aspecto do habitat ou outro incidente novo e emocionante ou importante para prender sua atenção (PARK, 2008, p. 59).

O teórico destaca que o acesso às notícias desempenham alguns efeitos na vida social (conversaço, comentários, discussão etc.), aliando tal fenômeno (social) ao surgimento da opinião pública:

A primeira reação típica de um indivíduo à notícia é provavelmente o desejo de repeti-la para alguém. Isso cria a **conversaço**, provoca maiores **comentários** e talvez comece uma **discussão**. Mas a única coisa é que, uma vez iniciada a discussão, o evento logo deixa de ser notícia, e quando as interpretações de um evento diferem, as discussões se voltam da notícia para as questões que ela levanta. O conflito de opiniões e sentimentos que a discussão inevitavelmente suscita geralmente acaba numa espécie de consenso ou opinião coletiva – que nós chamamos de **opinião pública**. É na interpretação de eventos presentes na notícia, que a opinião pública se apóia (PARK, 2008, p. 60-61, grifo nosso).

O autor também apresenta outros elementos da notícia, esse “algo que faz o povo falar”¹⁵⁶, como sua relação estreita com acontecimentos inesperados ou incomuns, ainda que os fatos mais triviais possam ser relatados pela imprensa (PARK, 2008, p. 61-62). Para ele, um relatório de eventos só ganha a qualidade de notícia quando é publicado, o que lhe confere o caráter de um documento público: “A notícia é mais ou menos autenticada pelo fato de ter sido exposta ao exame crítico do público ao qual ela se dirige e cujos interesses ela trata” (PARK, 2008, p. 62).

Park (2008, p. 65) afirma ainda que, como forma de conhecimento, a notícia contribui como registro de eventos para a (constituição da) história e para a (teorização da) sociologia, do mesmo modo que exerce influência em outros tipos de conhecimento, como o folclore e a literatura. Mais para frente, ele menciona o papel que a notícia desempenha no mundo da política e das relações econômicas (PARK, 2008, p. 68-69).

Em *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, Adelmo Genro Filho aponta que o jornalismo é uma modalidade de conhecimento cristalizada no singular – em sua relação com o particular e o universal, categorias hegelianas para

156 Park atribui essa frase ao jornalista estadunidense Charles Anderson Dana (1819-1897).

conhecer o mundo. Assim, o jornalismo é “uma forma social de percepção e apropriação da realidade, correspondendo a um aspecto determinado da *práxis* humana” (GENRO FILHO, 2012, p. 189, grifo do autor). Ele parte do ensaio de Park, mas seu percurso dá-se pela via de Karl Marx, utilizando o trabalho de Lukács sobre a arte como um conhecimento particular.

Genro Filho localiza o jornalismo na história para entender em quais condições sociais a imprensa surgiu. O aumento da demanda por informação e sua consequente oferta – juntamente com o crescimento das cidades, o desenvolvimento do comércio, o avanço tecnológico, o avanço do capitalismo, o surgimento de uma esfera pública e outros fatores que tornam a sociedade cada vez mais complexa – fizeram com que eles sejam cada vez menos vividos diretamente pela experiência, como era mais comum nas sociedades antigas.¹⁵⁷ Como aponta Genro Filho (2012, p. 32), a partir de agora, os acontecimentos importantes do mundo são “fenômenos imediatos que povoam o cotidiano”, transmitidos através de mediações técnicas (tecnológicas) e humanas (incluindo aí a subjetividade¹⁵⁸).

De acordo com Genro Filho (2012, p. 42), os veículos jornalísticos (jornais impressos, revistas, rádios e televisões) divulgam, junto com notícias ou reportagens típicas do jornalismo propriamente dito, análises políticas, econômicas e sociológicas, além de artigos, ensaios, poemas, crônicas, dentre outros gêneros do discurso (ou gêneros jornalísticos, quando estão incorporados ao produto jornalístico). Essas diversas formas de representação simbólica do real, assinala o estudioso, têm duas referências fundamentais: a ciência (análises políticas, p. ex.) e a arte (poemas, p. ex.).¹⁵⁹

Sua discordância em relação à ideia de Park está nos pressupostos teóricos que o sociólogo estadunidense adota ao conceber a notícia como forma de conhecimento: aceita a classificação “pragmática” de William James, em vez de levar em consideração a

¹⁵⁷ Mais para frente, Genro Filho (2012, p. 60, grifo do autor) explica que o jornalismo impõe-se “como possibilidade dos indivíduos em participar do mundo *mediato* pela via de sua feição dinâmica e singular, como algo sempre incompleto, atribuindo significações e totalizando de maneira permanente como se estivessem vivendo na imediaticidade de sua aldeia”.

¹⁵⁸ No capítulo 3, Genro Filho aborda a relação entre sujeito e objeto como uma dupla face do real. Para ele, a complexidade do jornalismo deriva da contradição do mundo social, onde a atividade está inserida: “Essa contradição nasce da relação axiomática do sujeito com o mundo objetivo, na mesma medida em que a objetividade vai constituindo o substrato que confere realidade à autoprodução do sujeito. Logo, qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real” (GENRO FILHO, 2012, p. 61).

¹⁵⁹ O autor não exclui outras referências (citamos aqui a religião, p. ex.).

concepção histórica, ou seja, “fora das relações concretas de dominação e alienação” (GENRO FILHO, 2012, p. 52). Para ele, a divisão de Park, com base em James, “é redutora, pois supõe uma espécie de ‘senso comum’ isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade” (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

O aspecto central do conhecimento jornalístico, afirma o autor, “é a apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (GENRO FILHO, 2012, p. 52), e não pelo fato de fazer com que sintamo-nos à vontade no mundo, como justifica Park.

Genro Filho também diverge do sociólogo no modo como este compara o conhecimento produzido pelo jornalismo com as funções que a percepção tem no indivíduo:

Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa correspondência (GENRO FILHO, 2012, p. 53).

Isso quer dizer que não há intermediários entre a percepção que se tem do mundo e o próprio mundo enquanto fenômeno. No caso do jornalismo, a notícia que chega ao público é produto de um processo técnico e racional (com suas idiossincrasias). Trata-se de algo que não é o acontecimento em si (a verdade), mas também não é uma invenção (a mentira). Ela é, de acordo com as próprias palavras do autor, uma “simulação”.

Ao falar da gênese do jornalismo e do seu percurso histórico (tendo como mote a necessidade social que o fez surgir), o estudioso afirma que a separação forjada pelas empresas de comunicação entre (1) o ambiente da redação, (2) a parte relacionada à opinião e (3) o setor referente à publicidade simbolizam as três fases históricas do jornalismo (a primeira indica as relações econômicas como elemento que compõe a necessidade de informações jornalísticas; a segunda coloca a luta política como fator principal; e a terceira é representada pelo jornalismo informativo) e caracteriza o chamado

jornalismo informativo (GENRO FILHO, 2012, p. 151-153).

A necessidade burguesa do jornalismo aparece mediada por relações sociais novas, concretamente constituídas, que fundamentam o surgimento desse fenômeno social. É a burguesia que implementa, segundo seus interesses e sua hegemonia, a satisfação dessa carência de informações de natureza jornalística que nasceu das condições criadas pelo desenvolvimento capitalista e através dele. Mas isso não significa que a natureza do jornalismo se esgote nessa função *positiva* que desempenha no capitalismo. Que as informações predominantes na pré-história do jornalismo sejam de caráter estritamente mercantil e que, numa segunda etapa, os jornais assumam um papel destacado na luta político-ideológica contra o poder feudal, para finalmente assumirem a função predominantemente informativa que possuem hoje, não pode nos levar ao equívoco de acreditar que sua autenticidade está contida apenas na segunda fase, em virtude do papel politicamente progressista que desempenhou (GENRO FILHO, 2012, p. 151-152, grifo do autor).

Com tal assertiva, o autor busca fornecer uma resposta a Vladimir Hudec, para quem o jornalismo é considerado uma atividade essencialmente ideológica, vinculada à burguesia. Isto é, “o jornalismo é produto das ‘*necessidades econômicas, políticas e ideológicas completamente novas da burguesia*’” (HUDEC *apud* GENRO FILHO, 2012, p. 151, grifo do autor). De acordo com Genro Filho (2012, p. 152), esses aspectos são superados pelo jornalismo informativo (terceira fase)¹⁶⁰, sem eliminar as características precedentes da atividade (as próprias notícias e o espaço publicitário – que surge nesta etapa – tornam-se mercadorias). É daí que desponta a ideologia da objetividade e da imparcialidade como “necessidades sociais objetivas e universais de informação” (GENRO FILHO, 2012, p. 153) consoante uma visão de classe (burguesia).

Após realizar este denso percurso teórico, Genro Filho aborda sua tese, ou melhor, sua teoria: o jornalismo como uma modalidade social de conhecimento cristalizada no singular. Ele afirma que a busca pela singularidade (ou especificidade)¹⁶¹ dos fatos, uma das características do jornalismo moderno, é considerada como “uma receita técnica de fundo meramente empírico, uma regra operativa que os jornalistas devem seguir sem saber o motivo, tornando-se presa fácil da ideologia burguesa e da fragmentação que ela

¹⁶⁰ Tem início a partir da segunda metade do século XIX.

¹⁶¹ Genro Filho cita John Hohemberg: “A redação da notícia deve ser específica”.

proporciona” (GENRO FILHO, 2012, p. 162, grifo nosso). Em outras palavras, esse singular (ou específico) é apreendido (e operado) num sentido vulgar, com base no cotidiano profissional do jornalista, e não a partir de um pressuposto teórico.

Em seu intento, Genro Filho transpõe da teoria da arte (estética marxista)¹⁶², de Lukács, as categorias (singular, particular e universal) – propostas por Hegel para pensar a dialética histórica – para elaborar uma teoria do jornalismo. É neste momento (capítulo 7) que o teórico aborda mais especificamente as categorias que utiliza. Cada uma delas contém (desempenha relações lógicas com) as demais. Ou seja, no singular, estão presentes o particular e o universal. Assim sendo, as informações provenientes da comunicação cotidiana apresentam uma cristalização que alterna entre a singularidade e a particularidade, sendo que a primeira manifesta-se na atmosfera de uma imediaticidade compartilhada, como algo vivido de modo mais ou menos direto, e a segunda propõe-se no contexto de uma atmosfera subjetiva, a partir de pressupostos universais naturalmente constituídos no social (GENRO FILHO, 2012, p. 168). Acrescenta o autor: “o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais” (GENRO FILHO, 2012, p. 172).

O autor sustenta que, para realizar uma abordagem teórica do jornalismo, é tarefa imprescindível delimitar de modo preciso o conceito de notícia. O fenômeno noticioso (jornalístico), aponta Genro Filho (2012, p. 181), refere-se à transmissão sistemática da experiência realizada por meios técnicos, a partir da emergência do capitalismo, de um tipo de informação que integra e universaliza a vida social. Ele chama atenção para o fato de que essa forma específica de transmissão de informações, o jornalismo, demanda um meio técnico (que funde manchas de tinta num papel, falando aqui da imprensa, p. ex.) capaz de fazer circular a mesma informação em proporções em espaço e tempo diferentes da comunicação oral (interpessoal), por isso o surgimento da indústria da informação como base material dessa nova experiência em sociedade (GENRO FILHO, 2012, p. 182).

¹⁶² Apesar de aplicar as categorias de Lukács para constituir uma teoria do jornalismo, Genro Filho (2012, p. 163) salienta que não se alinha com o pensamento do filósofo, sobretudo no que diz respeito ao axioma de que a arte e a ciência refletem “a mesma realidade”. Trata-se de realidades complementares, detalha Genro Filho (2012, p. 163-164, grifo do autor), no entanto: “A ciência *tende* para a objetividade, para a revelação do em si do objeto, esse é o movimento que a caracteriza. A arte funde sujeito e objeto no contexto de uma realidade particular, mas cujo conteúdo, embora não seja exaustivo, refere-se sempre à totalidade mais ampla da existência histórica e ontológica dos homens e da sociedade”.

Adentrando ainda mais nas nuances da singularidade, Genro Filho (2012, p. 190) atesta que o processo de mediação do jornalismo exige uma linguagem que otimize a predominância desta categoria. Com sua estrutura clara, concisa e precisa, o lide (e a pirâmide invertida) – que o teórico chama de “síntese evocativa da singularidade” ou “apreensão sintética da singularidade” ou, ainda, “núcleo singular da informação” (GENRO FILHO, 2012, p. 200-201) – é a expressão dessa linguagem e “funciona como princípio organizador da singularidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 205). Com efeito, ele contrapõe o ponto de vista de que a estrutura da pirâmide invertida ilustra que a notícia move-se do “mais importante” ao “menos importante”.

Não obstante, sob o ângulo epistemológico – que é o fundamental – a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, recolocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular; do cume para a base. O segredo da pirâmide é que ela está invertida, quando deveria estar como as pirâmides seculares do velho Egito: em pé, assentada sobre sua base natural (GENRO FILHO, 2012, p. 201, grifo do autor).

É neste momento que ele, ao sintetizar sua teoria, explica o título do livro. O enfoque teórico, situado na perspectiva da dialética marxista, está alicerçado nas categorias do "singular", "particular" e "universal" – noções de larga tradição no pensamento filosófico, especialmente na filosofia clássica alemã – que atingiram sua plena riqueza de determinações lógicas no pensamento de Hegel, apesar de inseridas dentro de seu sistema idealista.

A socióloga estadunidense Gaye Tuchman ocupa-se dos procedimentos de rotina que os jornalistas lançam mão dentro das redações para afiançar seu trabalho “para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores” (TUCHMAN, 2016, p. 114). Esses procedimentos servem para reivindicar uma “objetividade” na produção da notícia, que não tem o mesmo significado para um sociólogo, por exemplo, que se vale de meios como “filosofia, noções de ciência e ideias de profissionalismo” (TUCHMAN, 2016, p. 111). De acordo com ela, há três fatores que influenciam a noção de objetividade jornalística: (1) a forma (são os atributos das notícias, como apresentação de provas dos fatos e uso de aspas); (2) o conteúdo, entendido como noções de realidade social (a ideia de que “os fatos

falam por si”); e (3) as relações interorganizacionais (decisões editoriais).

Também olhando para dentro das redações, o pesquisador estadunidense John Soloski diz que para entender como os acontecimentos tornam-se notícias, é preciso examinar o profissionalismo jornalístico: “o profissionalismo é um método eficiente e econômico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores” (SOLOSKI, 2016, p. 133). Este controle organizacional dá-se de dois modos: (1) pelo estabelecimento de padrões e normas profissionais; e (2) pela determinação do sistema de recompensa profissional.

De Eduardo Meditsch, destacaremos dois textos sobre jornalismo como conhecimento: o livro *O conhecimento do jornalismo* e o ensaio *O jornalismo é uma forma de conhecimento?*. Cabe lembrar aqui que ele é quem mais cita *O segredo da pirâmide* para debater o tema.

Em *O conhecimento do jornalismo* (1992a), Meditsch busca uma pedagogia para o ensino de jornalismo. Na abertura do livro, Meditsch tenta explicar e ilustrar a teoria de Genro Filho (a questão da singularidade, da particularidade e da universalidade).

Meditsch (1992a, p. 54) compara os percursos da ciência e do jornalismo, “formas sociais de conhecimento, desenvolvidas e condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da sociedade industrial capitalista”. No entanto, ambos desenvolveram suas lógicas próprias e seus métodos específicos de apreensão da realidade. O autor acredita que o potencial crítico do jornalismo em relação ao “poder da morte” (o positivismo) e que o torna necessário como forma social de conhecimento é a proximidade com os fatos, bem como a interação com seus agentes e com as pessoas atingidas por eles, o que faz emergir daí a subjetividade (em oposição à objetividade formal). Para ele, a velocidade de seu movimento (mais rápida do que na ciência) faz o jornalismo participar, de modo particular, do “diálogo social”, produzindo, assim, uma “mudança qualitativa no resultado”: “A rapidez da emergência do novo, neste processo, não permite a estabilidade e a regularidade da ordem positiva” (MEDITSCH, 1992a, p. 57).

A doutrina positivista, avalia o autor, vai marcar o ensino de jornalismo a partir dos anos 1960. A atuação do Ciespal na elaboração do currículo mínimo transforma os cursos de jornalismo em cursos de comunicação social, introduzindo aí a figura do comunicador social ou comunicador polivalente¹⁶³ (apto a trabalhar não só na imprensa, mas também nos

163 Num primeiro momento, chamou-se de jornalista polivalente.

diversos meios de comunicação).¹⁶⁴ Segundo Meditsch, os cursos ganharam uma ênfase teoricista, afetados pela ausência da prática profissional, o que fez com que, neste distanciamento entre a teoria da comunicação¹⁶⁵ (comunicologia) e a prática jornalística, o objeto de estudo da comunicação se perdesse. Sendo assim, “continuaremos a seguir a pista da perda do objeto, cujo encontro é fundamental para a construção de um ensino crítico” (MEDITSCH, 1992a, p. 68).

Para enfrentar esse paradoxo no ensino de jornalismo, seguindo o autor, a solução é investir numa pedagogia que coloque em prática uma teoria do conhecimento que abarque suas contradições. Seria, então, o método dialético de Paulo Freire. Nele, o indivíduo é criador do seu próprio conhecimento (com vistas à transformação do mundo), gerando-o, por um lado, a partir do diálogo problematizante e, por outro, do compromisso com a prática – no que ele denomina de “abordagem jornalística da realidade”¹⁶⁶.

Meditsch parece culpar os “teóricos” pela “perda do objeto de estudo da comunicação”, embora mencione, em diversas passagens, a conduta dos “práticos” nesse processo: “A distorção acadêmica faz com que a Universidade dê mais valor profissional a um principiante que escreva uma dissertação sobre a experiência jornalística de Cláudio Abramo do que à própria experiência de Cláudio Abramo” (MEDITSCH, 1992a, p. 89).

Em suma, o autor apropria-se da elaboração teórica de Genro Filho para propor uma pedagogia para o ensino de jornalismo, fundamentada no método dialético de Paulo Freire. No entanto, não diz exatamente como operacionalizar isso.

A partir daí, Meditsch vai trabalhar com o jornalismo como forma de conhecimento em textos posteriores. Não mais como uma pedagogia do jornalismo, mas apoiado na compreensão da prática jornalística como conhecimento de mundo.

Em *O jornalismo é uma forma de conhecimento?*, ele afirma que o jornalismo, além de reproduzir seu próprio conhecimento, reproduz também o conhecimento de outras

164 Há outros dois fatores que contribuíram com essa mudança curricular: o primeiro é que, após a revolução cubana, os Estados Unidos passaram a ter ingerência sobre o sistema educacional da América Latina; e o outro é o fato de que o governo militar, a partir de 1964, começava a aplicar a criação dos currículos obrigatórios (MEDITSCH, 1992a, p. 61).

165 Nesta época, dominava a lógica interdisciplinar das teorias da comunicação, segundo Martino ao verificar as primeiras sistematizações.

166 Nesse sentido, o objeto a ser estudado pelos futuros profissionais do jornalismo é a própria realidade (MEDITSCH, 1992a, p. 86).

instituições. O material foi publicado, no Brasil, com o título na afirmativa (sem a interrogação), em 1998, na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom); e em inglês, com o título *Journalism as a form of knowledge: a qualitative approach*, primeiro, em 2005, na revista Brazilian Journalism Research e, posteriormente, em 2008, na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Nas três versões, ele faz referência, nas palavras-chave, à epistemologia (que falaremos mais abaixo).

Nele, Meditsch identifica três abordagens principais do jornalismo como conhecimento: (1) não produz conhecimento válido, contribuindo apenas para a degradação do saber – perspectiva positivista, que enxerga o método científico como o parâmetro ideal para conhecer e dominar o mundo; (2) uma ciência menor – o jornalismo é um dentre vários tipos de conhecimento; e (3) ênfase à sua originalidade – o jornalismo revela aspectos da realidade que outros tipos de conhecimento não conseguem desvelar e, além disso, reproduz o conhecimento produzido por outras instituições sociais.

O estudo do discurso (utilização concreta da linguagem, alicerçada num referente) tirou da ciência o monopólio do saber: “Os diferentes gêneros de discurso vão abordar a realidade de diferentes maneiras, definindo verdades diversas, cada uma pertinente a um objetivo ou a uma situação” (MEDITSCH, 1997, p. 4). O autor sugere que essa questão ampara-se numa demanda do próprio conhecimento (com a circulação social de seus diversos tipos) para dar conta da complexidade do mundo. Ele também chama atenção para o avanço no conhecimento sobre o cérebro humano, que, nas palavras de Paulo Freire, possui uma “abertura permanente”, que o distingue do cérebro de outros animais. Ainda citando o pedagogo, afirma que a aprendizagem implica numa operação cognitiva, logo a informação (ou melhor, o conhecimento) não pode ser transmitida, mas “re-conhecida”. Além de depender do equipamento cognitivo dos indivíduos (o cérebro), esse processo necessita da socialização de suas experiências. Isso justifica a dedicação dada ao estudo do papel das instituições e das tecnologias na sociedade, dentre elas o jornalismo.

Ao adentrar nas características do jornalismo como conhecimento, Meditsch apresenta resumidamente as ideias de Robert Park, Nilson Lage¹⁶⁷ e Adelmo Genro Filho. Concentra-se neste último, quando diz que o jornalismo fixa-se na imediaticidade do real. Diante disso, constata que a atividade jornalística opera na mesma lógica do senso comum, questionando, a partir daí, o rigor desse conhecimento (o jornalismo é menos rigoroso que

167 O autor não escreveu especificamente sobre o tema.

a ciência)¹⁶⁸.

O conhecimento jornalístico seria *per se* uma contradição: por um lado, tem a capacidade de revelar aspectos da realidade que escapolem à ciência; por outro, não consegue explicar essa própria realidade. Entre seus problemas estruturais, aponta ele, estão a falta de transparência (a notícia é apresentada ao público como sendo a realidade)¹⁶⁹, a velocidade de sua produção e o tom de espetacularização da sua narrativa. Meditsch considera, no entanto, que tais aspectos não ocultam sua pertinência. Pelo contrário, implicam em aperfeiçoamento pela crítica (e rigor).

Sob a perspectiva da economia política, Ciro Marcondes Filho propõe-se a analisar a prática jornalística em sociedades capitalistas, já que seria impossível pensar o capitalismo sem a imprensa e vice-versa. Em *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*, o professor afirma que o jornalismo é mero instrumento de manipulação que mina novos pensamentos e propostas políticas.

Marcondes Filho (1989, p. 11) entende o jornalismo como instrumento de poder, no qual grupos políticos e conglomerados econômicos vestem suas opiniões subjetivas e particularistas com os trajes da objetividade. Desse modo, atuar no jornalismo é uma opção ideológica, que se manifesta no próprio processo de produção noticiosa:

definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão. Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas (MARCONDES FILHO, 1989, p. 12).

De acordo com Marcondes Filho (1989, p. 13), o processo de definição do que será noticiado pelo jornalismo é todo ele ideológico, uma vez que “a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo”. Essa lógica supõe três dimensões da notícia: (1)

168 Outras diferenças entre o jornalismo e a ciência apontadas por Meditsch (1992a, p. 7) diz respeito ao campo lógico, ao auditório (para quem o conteúdo produzido é endereçado) e à linguagem formal.

169 Meditsch (1992a, p. 10) afirma que a atividade jornalística não foge da lógica de outras formas de conhecimento e, por essa razão, “será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção”.

sobrevivência econômica do veículo (como mercadoria); (2) veiculador ideológico (reprodução do sistema dominante); e (3) estabilizador político (incentiva a passividade, a acomodação e a apatia, visando a manutenção do *status quo*).

O jornal seria “um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica interna” (1989, p. 18). Para o pesquisador, o fato, ao ser transformado em notícia, pressupõe que ele possa ser alterado e manipulado¹⁷⁰ (embelezado, limpo, exagerado). Esse processo (de produção jornalística) objetiva o lucro, já que a notícia é vista como mercadoria (possui valor de troca), como qualquer outro produto rentável (seja uma peça de roupa, um produto de higiene ou, mesmo, um alimento). Tal modo de produzir notícia retira-lhe grande parte de seu potencial crítico.

A orientação mercadológica no jornalismo, assim como em outras atividades econômicas, fez com que as estratégias de marketing ocultassem sua atuação política. Sua lógica consiste em atender o gosto do público: “Para salvar a empresa, portanto, abre-se mão do caráter político do veículo, tornando-o um mero repetidor de fórmulas populares, subtraindo da atividade jornalística sua dimensão de quebra e de transformação da realidade” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 35). Para ele, o papel histórico do jornalismo deu-se no século XIX, quando a atividade era marcada pelas lutas políticas.

O pesquisador aponta três formas básicas de falseamento e encobrimento das notícias que operam na produção jornalística como pensamento censurado (incluindo a autocensura) e reproduzem as relações de dominação da sociedade capitalista: (1) a fragmentação e a personalização da realidade – a fragmentação é acompanhada de imediatividade e produz mentalidades que veem o contexto social sem nenhum nexo (a notícia é desvinculada de seu fundo histórico-social), já a personalização diz respeito à ideologia do culto às personalidades, como ocorre com a noção de que a história é feita por homens (Adolf Hitler ou Napoleão Bonaparte, p. ex.)¹⁷¹, que conduz, individualmente, ao endeusamento ou à execração dos agentes sociais;¹⁷² (2) o uso da linguagem e da técnica –

170 De acordo com Marcondes Filho (1989, p. 33), a manipulação não é apenas resultado de algo intencional, mas, sim, parte fundamental da transmissão jornalística. Mais à frente, ainda sobre o tratamento da notícia, o estudioso afirma: “É nessa altura que se opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com fins de valorização e de interesse de classe” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 39).

171 A crítica de Marcondes Filho (1989, p. 43), embasada em Marx, é de que eles são componentes de uma classe e agem conforme os objetivos dela.

172 O autor (1989, p. 47-48) cita ainda outros processos que alteram o caráter das informações, como a falsidade de registros históricos, a distorção dos fatos, a polarização dos conceitos (maniqueísmo noticioso) e

a utilização das formas linguísticas de caráter oficial (“fontes bem-informadas” ou “porta-voz oficial”, p. ex.) para passar uma imagem neutra do conteúdo noticioso, bem como a própria técnica redacional¹⁷³, que pasteuriza a notícia; e (3) a supressão de informações – ao contrário das duas primeiras, esta decorre de uma atitude consciente e direcionada do jornalista, tratando-se, portanto, da definição política (e ideológica) de escolha e tratamento dos fatos que serão noticiados.¹⁷⁴

Nos meios de comunicação eletrônicos, como é o caso do rádio e da televisão, a atividade jornalística é reforçada por “aspectos adicionais”, comenta Marcondes Filho (1989, p. 51), que reforçam a superficialização da notícia, o esquecimento e a recepção acrítica. Especificamente, em relação à televisão: “O cenário, o apresentador, as cores e todas as *informações paralelas* produzidas e veiculadas junto à notícia propriamente dita formam o pano de fundo neutralizador do telejornalismo” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 53, grifo do autor).

Ao abordar a transformação da atividade jornalística em empresa capitalista, o docente fala da subordinação do aparecimento do jornal a duas circunstâncias históricas: (1) a expansão da economia de mercado; e (2) o desenvolvimento da burguesia como classe. Segundo ele, o advento da imprensa representa uma ruptura com formas tradicionais de obtenção de informação, restrita, até então, aos âmbitos da universidade e da igreja.

O jornalista simplesmente veicula a informação recebida em troca de dinheiro; os portadores das formas secularizadas de saber as detêm e negociam sua utilização. O poder destes baseia-se na contenção do fluxo de seu saber; o jornalista, opostamente, socializa esse saber, dissemina-o na sociedade (MARCONDES FILHO, 1989, p. 60).

O professor demarca a passagem da chamada imprensa informativa – que veiculava avisos sobre mercadorias e outros fatos de ordem econômica – para outra fase (a segunda, em

a seleção de fontes – esta última estudada nas tradicionais teorias da comunicação (sob a tutela das rotinas produtivas) e, mais recentemente, nas teorias do jornalismo (ver Classificação das fontes de notícias, de Aldo Schmitz, 2011).

173 Refere-se às seis perguntas do lide: quem/quê/quando/onde/como/por quê.

174 Descreve o que, na perspectiva estadunidense das teorias da comunicação e do jornalismo, se conhece pelo nome de agenda-setting (agendamento).

conformidade com a história do jornalismo), nomeada como imprensa de opinião. Essa etapa tem início no século XVIII, com a inserção do jornalismo literário e político.

No jornalismo literário os fins econômicos das empresas vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e políticos. É também característica dessa fase a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, o seu porta-voz. A razão de sobrevivência dessas empresas totalmente deficitárias em termos econômicos deve-se à sua função no cenário das discussões políticas daquele século (MARCONDES FILHO, 1989, p. 61).

Em conjunto com diversas mudanças sociais ocorridas durante o século XIX, a inovação tecnológica transforma radicalmente a atividade jornalística. A expansão industrial, a dilatação do mercado e a afirmação da burguesia como classe dominante contribuem, dentre outros fatores, para a produção em massa de jornais. Inicia-se aí a imprensa de negócios (imprensa de massa), terceira fase do jornalismo. Como mercadoria, a notícia recebe cada vez mais investimentos para melhorar o seu produto (como valor de troca). É nesse período que surgem as manchetes, os destaques, dá-se o advento da pirâmide invertida e do lide, investe-se no logotipo do jornal etc.

No último quarto do século XIX, com o processo global de concentração da economia, formam-se os grandes conglomerados da indústria da imprensa. Esse movimento ganhou mais força no século XX, acarretando complicações para a variedade de opiniões: “O crescimento dos monopólios e a progressiva concentração na imprensa reduz sensivelmente os espaços de produção de jornais divergentes das opiniões dominantes” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 72).

Ainda conforme o autor, a era eletrônica inaugura a quarta fase do jornalismo, atingindo o rádio, a televisão, a telefonia e outras formas de comunicação à distância. Neste contexto, as inovações tecnológicas são empregadas para baratear custos de produção e, com efeito, reduzir o pessoal (jornalistas), aumentando o desemprego (MARCONDES FILHO, 1989, p. 74).

Diante dessa diversidade teórica, identificamos – juntamente com Luiz C. Martino¹⁷⁵, orientador deste trabalho – três tipos de conhecimento ao qual o jornalismo está

¹⁷⁵ No exame de qualificação, ele destacou os tipos de conhecimento aos quais o jornalismo está associado.

associado:

(1) o conhecimento que as pessoas têm sobre o que está acontecendo: É resultado de necessidades sociais e históricas; remete a relatos de “coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja”, nas palavras de Peucer (2004, p. 16), cuja função é “orientar o homem e a sociedade no mundo real” (PARK, 2008, p. 51). Ajuda a organizar a vida social junto (coexistindo) com os outros tipos de conhecimento, já citados no início deste capítulo, como o senso comum, a filosofia, a religião, a arte e a ciência. Este conhecimento diferencia-se do outros pela via da atualidade, da novidade ou do singular, como afirma Peucer e Genro Filho. Ou, como delimita Martino, dá-se pela atualidade mediática, produto da atividade dos meios de comunicação dentro de uma organização social complexa, que abre uma dimensão virtual, abrangendo todo e qualquer produto da cultura de massa e da indústria cultural (notícias, filmes, músicas, obras literárias, peças publicitárias etc.), “na medida em que são mediatizados ou que fornecem a matéria para a atualidade” (2009, p. 5).

(2) o conhecimento da produção da notícia: É um conhecimento técnico (*know-how*). Decorre da organização do trabalho jornalístico – tanto devido à divisão social do trabalho, em que cada membro da redação é responsável por uma tarefa específica (repórter, produtor, diagramador, editor, editor-chefe), quanto em razão do aperfeiçoamento de técnicas e procedimentos que permitem aos jornalistas “mitigar pressões contínuas como sejam os prazos, os possíveis processos de difamação e as repressões antecipadas dos superiores” (TUCHMAN, 2016, p. 111) – como parte do processo de profissionalização da atividade em meados do século XIX pelo acúmulo do conhecimento técnico (cf. TRAQUINA, 2005). Este conhecimento passou a ser ensinado nas escolas de comunicação (teoria, ética, texto jornalístico etc.), mas até alguns anos dava-se pela imersão do profissional no ambiente da redação, obtido por uma experiência prática (cf. discussão sobre a obrigatoriedade do diploma de jornalismo).

(3) o conhecimento que resulta de reflexão teórica: É resultado das reflexões teóricas sobre a atividade jornalística que se dá a partir de diversos olhares, seja para entender a questão da liberdade de imprensa, a formação da opinião pública e da esfera pública, o

jornalismo como agente modificador das relações sociais, transmissor da cultura, instrumento da ideologia dominante ou, mesmo, produtor de conhecimento do social (pela via da atualidade, da novidade, do novo, do singular etc.). Emergiu mais fortemente como objeto do saber (das ciências sociais e humanas, bem como da filosofia) com as transformações que a atividade jornalística vivenciou, intervindo cada vez mais na vida social, a partir do século XIX. Já nos primeiros anos do século XX, com a ascensão da chamada sociedade de massa, firmou-se como um dos vários objetos (publicidade, relações públicas, cinema etc.) do campo da comunicação.

Em síntese, esses três tipos de conhecimento não são estanques nas diversas perspectivas sobre o jornalismo. Em *O segredo da pirâmide*, por exemplo, inclui-se pelo menos dois deles, já que Genro Filho tem a intenção de constituir uma teoria do jornalismo explicando o tipo de conhecimento que a atividade jornalística produz. Nesse sentido, a nossa terceira classificação (“o conhecimento que resulta de reflexão teórica”) engloba as duas primeiras (“o conhecimento que as pessoas têm sobre o que está acontecendo” e “o conhecimento da produção da notícia”).

Conclusões

As pesquisas de caráter epistemológico ainda parecem constituir um árduo desafio colocado à área de comunicação, principalmente se levarmos em consideração o transcurso de quase um século de estudos desde os primeiros trabalhos sobre a chamada sociedade de massa. Eles formulam as primeiras explicações sobre a atividade dos meios de comunicação, voltando sua atenção para a influência da propaganda, cinema, jornalismo etc. Havia claras limitações, impostas, por um lado, pela dificuldade em operar obstáculos que este tipo de investigação demanda (investimento conceitual e teórico), e, por outro, pela dificuldade de entender e sistematizar a variedade de abordagens possíveis, expressa, até mesmo, na própria compreensão do termo “epistemologia” (sociologia da ciência, história da ciência, gnosiologia etc.). É muito tentador percorrer o caminho mais fácil para resolver as questões internas de um campo que busca legitimidade e autonomia científica, contudo o preço a ser pago é que o avanço institucional engole o debate epistemológico. Com efeito, a constituição da área não avança.

Quando se trata da pesquisa em jornalismo, dentro do universo comunicação, o quadro não é diferente, e sob certo ângulo, talvez venha a ser mais grave. Tem sido mais corrente abordar os aspectos profissionais de costas para a tradição de pesquisa das ciências sociais. Por conseguinte, as análises da história do jornalismo e das teorias do jornalismo acabam se concentrando na profissionalização, remetem ao fazer profissional e o objeto de estudo é entendido como a própria redação jornalística, onde se dá a produção noticiosa.

Meditich chega a propor que o fracasso da legitimação da ciência jornalística se explica pela condição em que se encontra o jornalismo hoje, como “profissão derrotada” (cf. MEDITSCH, 2010a). O aspecto profissional ocupa todos os espaços de reflexão, história, teoria e epistemologia. Contra essa posição, argumenta G. Silva, é necessário combater a ideia do “jornalista profissional, imerso na prática” ou formado unicamente para atuar nela – e “enfrentar a apologia à profissão de jornalista nos empreendimentos epistemológicos” (2009a, p. 205).

Temos visto desde o início deste século que a pesquisa em jornalismo ganhou força no plano institucional, a ponto de ter sua própria associação científica, bem como novas diretrizes curriculares para a graduação específicas em jornalismo e programas de pós-

graduação nesta especialidade, sem falar nos livros de teorias do jornalismo, linhas de pesquisa em PPGs, revistas acadêmicas. Este investimento institucional vem acompanhado do discurso acerca da autonomia do jornalismo em relação à comunicação, com inscrições aqui e ali sobre uma “epistemologia do jornalismo”. Ou seja, com a pressão institucional, os estudos em jornalismo começam a ganhar um estatuto que antes não tinham, foram se transformando em teorias do jornalismo e, por conseguinte, numa “epistemologia do jornalismo”, sem, contudo, apresentarem uma base de sustentação, nem parâmetros comparáveis aos que fundamentam as ciências sociais.

Esta tese teve a intenção de mostrar justamente esses pontos de mutação na pesquisa em jornalismo, manifestados por agentes sociais e instituições. Com efeito, buscamos compreender posturas epistemológicas que mobilizam tanto a seleção das chamadas “teorias do jornalismo” quanto o que se intitula como “epistemologia do jornalismo”.

No primeiro capítulo, vimos que o curso da UFSC é o centro do que designamos de “geografia institucional do jornalismo”. Lá, encontram-se os principais agentes que estiveram envolvidos na criação da SBPJor e na elaboração das novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em jornalismo. Este processo de institucionalização fica mais acentuado com a especialização em Estudos de Jornalismo do Departamento de Jornalismo da UFSC entre 2001 e 2006, que levou à implantação do mestrado (2007) e do doutorado (2014). Este curso também serviu de base para outros importantes empreendimentos, como a revista *Estudos em Jornalismo e Mídia* em 2004, a revista *Brazilian Journalism Research* em 2005, a *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo* em 2007, o GT de Teoria do Jornalismo da Intercom em 2009, os mestrados da UFPB e UEPG em 2013 e as revistas *Âncora e Pauta Geral* e o mestrado profissional da Fiam-Faam em 2014. Mencionamos ainda os quatro livros de teorias do jornalismo editados no país entre 2002 e 2005.

No segundo capítulo, vimos que aqueles que defendem uma autonomia das *teorias do jornalismo* preocupam-se em explicar o conhecimento que a prática jornalística produz, enquanto as teorias sobre jornalismo ocupam-se de questões auxiliares, pois revelam interesses das áreas tradicionais, como sociologia, antropologia, ciência política etc. Divisão que demarcava territórios criando uma oposição com as ciências sociais, ou seja, fazendo do jornalismo um tipo de conhecimento de outra natureza, mas não totalmente

explicitado, salvo pela atividade profissional. Ainda em relação às teorias do jornalismo, elas simplesmente absorveram a produção da sociologia do conhecimento desde os anos 1970, particularmente os trabalhos de investigação amplamente reconhecidos nos livros de teorias da comunicação como *newsmaking*.

A análise do texto mais citado por aqueles que reivindicam uma epistemologia própria ao jornalismo (vide capítulo três), o trabalho pioneiro de Adelmo Genro Filho em *O segredo da pirâmide*, cuja proposta foi abordar o jornalismo como uma forma de conhecimento, também revelou importantes elementos para nossa tese. Particularmente a interpretação dada por Eduardo Meditsch, que se torna mais conhecido, no Brasil e em Portugal, do que o próprio Genro Filho, com a proposição do jornalismo como área de conhecimento científico autônoma em relação à comunicação. A análise de outros alegados textos fundadores, muito reivindicados por pesquisadores que buscam apoio na reconstrução histórica, mostra que esses textos não visavam aspectos epistemológicos, a maior parte deles sequer tinha intenção de fazer reflexões teóricas sobre a prática jornalística, apenas queriam debater suas ocupações intelectuais (em conformidade com o jornalismo da época).

No capítulo quarto, examinamos os livros de teorias do jornalismo. E logo se impôs a dificuldade de entender em quê este tipo de publicação sobre teorias do jornalismo, se distinguia dos manuais de comunicação que incluem muitas das teorias propostas. Então, duas questões ajudaram nosso exame: Quais os critérios de seleção das teorias do jornalismo? E quais as teorias do jornalismo selecionadas em cada obra? Mais uma vez verificamos que a questão epistemológica é posta de lado e que o centro de preocupação é a profissão. Além da falta de critérios para selecionar as teorias do jornalismo, notamos uma confusão em relação à natureza delas, misturam conceitos diferentes: teorias, paradigmas, hipótese, métodos etc.

No último capítulo problematizamos a noção de uma “epistemologia do jornalismo” vinculada à ideia do “jornalismo como conhecimento”. Tal como ela se apresenta hoje, em artigos acadêmicos, na configuração de programas de pós-graduação, em linhas de pesquisa e em divisões temáticas de apresentação de trabalhos de congressos, ela não tem um foco definido. Pudemos distinguir diversos usos da palavra epistemologia, ora sendo empregada para a sociologia da ciência, ora para a história da ciência e ainda como o conhecimento em geral (gnosologia). As reflexões não parecem se dar conta que o

jornalismo articula três tipos de conhecimento: (1) o conhecimento sobre o que está acontecendo (atualidade, novidade, singular); (2) o conhecimento relativo à produção da notícia (técnico, fruto da organização do trabalho jornalístico); e (3) o conhecimento teórico sobre os efeitos ou significação da atividade do jornalismo (atividade que é objeto de investigação das ciências sociais e humanas). Somente este último pode dar lugar a uma epistemologia, mas é justamente o nível menos desenvolvido por esta corrente de pensamento.

Diante disso – e malgrado todos os esforços de dotar o estudo do jornalismo de uma autonomia epistemológica, podemos constatar a insuficiência de fundamentação nesta seara e que, até o momento, não justifica uma “epistemologia do jornalismo”. A palavra “epistemologia” associada ao jornalismo parece sempre fazer referência ao campo profissional do jornalismo, seja, por um lado, para falar do “jornalismo como conhecimento”, confundindo o conhecimento prático (profissional) com o conhecimento sobre o conhecimento teórico (metateoria), e, por outro lado, para falar da pesquisa empírica (processos jornalísticos), tomando-a como algo dado ou acabado, sem debater e problematizar a emergência história do objeto, conceitos, teorias e fundamentos desse conhecimento. Deste modo, não se trata do conhecimento que a prática (social, profissional) produz, e sim o conhecimento que as ciências sociais e humanas produzem sobre a atividade jornalística (o que envolve não somente a profissão, mas o público que se serve do jornal).

O problema que subjaz ao projeto de dotar o jornalismo de uma epistemologia própria seria menos o de pensar a especificidade teórica do jornalismo em relação à comunicação (intento de Adelmo Genro Filho em *O segredo da pirâmide*), que o de apartar-se dela para fazer uma “ciência própria”. Nestes moldes, o projeto não tem sustentação. Podemos verificar um abismo entre o corpo teórico da pesquisa em jornalismo, ainda frágil e inconsistente (cf. capítulo 4), e seu aparato institucional, que avançou bastante nos últimos anos (cf. capítulo 1). Em outras palavras, o fortalecimento institucional da pesquisa em jornalismo não trouxe substância teórica para dar autonomia ao jornalismo (em relação à comunicação).

Embora pontuemos a inexistência, até então, de uma “epistemologia do jornalismo” e a fragilidade e inconsistência do que aparece na literatura sob a denominação genérica de teorias do jornalismo, confirmamos nesta tese a validade e a pertinência destas últimas.

Isto é, o fato das teorias *do* jornalismo – a partir de um tratamento epistemológico – ocuparem-se do conhecimento produzido pela atividade jornalística (tipo de conhecimento, estrutura da produção noticiosa, parâmetros de valoração/hierarquia dados aos acontecimentos noticiosos etc.). Ainda sob um olhar epistemológico, como contraponto, localizamos as teorias *sobre* jornalismo, em que são privilegiados fenômenos sociais (referente às relações interpessoais), culturais, políticos, econômicos, psicológicos, discursivos etc. Ambas as abordagens (“teorias do jornalismo” e “teorias sobre jornalismo”) complementam-se na compreensão do fenômeno jornalístico.

De qualquer modo, o desafio de pensar as teorias do jornalismo não se esgota neste trabalho. Carece investigar melhor, como alguns pesquisadores já vêm começando a fazer, a noticiabilidade e as particularidades do conhecimento jornalístico, para citar dois temas que emergem ao final deste trabalho como demandas de pesquisa. O próprio Genro Filho, por exemplo, apresenta pistas ao explicar o jornalismo como forma de conhecimento: “não podemos falar de uma *correspondência* de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma ‘simulação’ dessa correspondência” (GENRO FILHO, 2012, p. 53, grifo do autor). Por isso, a importância que a pesquisa em jornalismo tem tido no fortalecimento do campo da comunicação: investigação histórica, levantamento e produção de bibliografia dedicada a aprofundar a questão do jornalismo, tradução de livros para a língua portuguesa, recuperação de textos pertinentes etc. Nesse sentido, a reflexão sobre a prática jornalística tem o mérito de instaurar o debate, mobilizando a atenção para temas de alta relevância (conhecimento produzido pelo jornalismo, emergência da opinião pública, agendamento etc.). Desloca-se, portanto, das teorias do jornalismo às tradicionais teorias da comunicação, fazendo, num sentido dialógico, o percurso de volta, “para resgatar suas outras dimensões” (MARTINO, 2006b, p. 29). Sem dúvida, o diálogo entre jornalismo e comunicação é o melhor caminho.

Referências bibliográficas

ADGHIRNI, Zélia Leal. O lugar do jornalismo na comunicação. **Líbero**. n. IX, n. 17, p. 51-62, 2006.

ALBUQUERQUE, Afonso; ROXO, Marco Antonio. As diretrizes curriculares de jornalismo e o modelo cartorial de ensino universitário. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**. v. 3, n. 5, p. 27-35, 2015.

ALENCAR, Helena Castro. **Suíte no telejornalismo: o agendamento dos fatos no Jornal Nacional**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

ALMEIDA JUNIOR, Guy Pinto. **Pelas ruas e nas páginas das revistas: estratégias de construção da representação do morador de rua no discurso jornalístico de Ocas” e Veja**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2014.

ÁLVAREZ, Jesús Timoteo. **Historia y modelos de la comunicación en el siglo XX: el nuevo orden informativo**. 2ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1992.

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

_____. **Jornalismo: matéria de primeira página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

AMARAL, Márcia. Apresentação. In: AMARAL, Márcia; MACHADO, Elias; SILVEIRA, Pedro Luiz; TEIXEIRA, Tattiana (Orgs.). **Olhares sobre o jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria: FACOS, p. 7-12, 2007.

AMARAL, Márcia; MACHADO, Elias; SILVEIRA, Pedro Luiz; TEIXEIRA, Tattiana (Orgs.). **Olhares sobre o jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria: FACOS, 2007.

ANUNCIACÃO, Cristiano. **Jornal-laboratório no contexto da convergência: um estudo empírico sobre ensino de jornalismo**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 119-130, 2012.

AVANZA, Marcia. **Danton Jobim, o mediador de duas culturas: por uma pedagogia do jornalismo**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro:

Contraponto, 1996.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica:** as técnicas do jornalismo. São Paulo: Martins, 1964.

BARBOSA, Marialva. Nelson Traquina e as pesquisas em jornalismo no Brasil. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Orgs.). **Pesquisa em media e jornalismo** – homenagem a Nelson Traquina. Covilhã (Portugal): LabCom/UBI, p. 11-25, 2012.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade.** São Paulo: Editora Papagaio, 2004.

BASSO, Eliane Fátima. Jornalismo cultural: uma análise sobre o campo. XXIX Intercom. **Anais...** Brasília, 2006.

BELAU, Angel Faus. **La ciência periodística de Otto Groth.** Pamplona: Instituto de Periodismo de la Universidade de Navarra, 1966.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo.** Adamantina: FAI/Cátedra Unesco Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/Edições Omnia, 2006.

_____. **Iniciação à filosofia do jornalismo.** 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1992 [1960].

_____. **Folkcomunicação:** a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Jornalismo opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. **Jornalismo interpretativo.** Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. **A imprensa informativa:** técnica da notícia e da reportagem no jornal diário. São Paulo: Folco Massucci, 1969.

_____. **Métodos en la enseñanza de la técnica del periodismo.** Quito: Ciespal, 1963.

BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa.** São Paulo: Summus Editorial, 1986.

BENEDETI, Carina. **A qualidade da informação jornalística:** do conceito à prática. Florianópolis: Insular, 2009.

BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field.** Malden: Polity Press, 2005.

BERGER, Christa. Jornalismo na comunicação. WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT (Orgs.). **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação.** Porto Alegre: Sulina, p. 137-163, 2002.

_____. **Campos em confronto:** a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,

1998.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BETH, Hanno; PROSS, Harry. **Introducción a la ciencia de la comunicación**. Traducción de Vicente Romano. Barcelona: Anthropos, 1990.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, p. 359-376, 2016.

BOAVENTURA, Katrine. **A comunicação e a perspectiva interdisciplinar: um mapa de definições, usos e sentidos do termo**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2014.

BONA, Nivea. Meditsch e o conhecimento do jornalismo – 15 anos depois. VIII Intercom. **Anais...** Passo Fundo, 2007.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista Famecos**. n. 37, p. 121-127, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004b.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, p. 122-155, 1983.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**. v. 14, n. 1, p. 1-33, 2011.

_____. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & educação**. Ano X, n. 3, p. 288-296, 2005.

BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata; MARTINO, Luiz Claudio (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

CALLADO, Ana; ESTADO, Maria Ignez. **Como se faz um jornal comunitário**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAPPARELLI, Sérgio; STUMPF, Ida Regina. El campo académico de la comunicación, revisitado. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; NAVARRO, Raúl Fuentes (Comps.). **Comunicación: campo y objeto de estudio – perspectivas reflexivas latinoamericanas**. Guadalajara, México: UTESO; Universidad de Guadalajara; Aguascalientes, México: Universidad Autónoma de Aguascalientes; Colima, México: Universidad de Colima, p. 59-73, 2005.

CARDOSO, Alcina Maria. A imprensa sindical dos anos 60 – produção sem teoria jornalística. XVII Intercom. **Anais...** Piracicaba, 1994.

CARVALHO, Kênia; MARTINS, Maura. Departamento morte: uma investigação da rotina produtiva da seção Obituário da Gazeta do Povo. XI EVINCI. **Anais...** Curitiba, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Apresentação (Teoria: rumos, tensões e desafios). **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 6, n. 2, 2009.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; GAIA, Giulia. O tema da privacidade em códigos deontológicos de jornalismo. 15º SBPJor. **Anais...** São Paulo, 2017.

CONDE, Maria Rosa. A contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, p. 15-32, 2008.

COSTA, Alvaro Daniel. Os cem anos da imprensa no Brasil: a comemoração através da exposição e dos catálogos do IHGB. XI Alcar. **Anais...** São Paulo, 2017.

COSTA, Marcelo. Uma vida na história: pensando a trajetória de Alceu Amoroso Lima. **Iberamericana**, XIII, n. 52, p. 99-113, 2013.

COUTO, Nadia. **Educação, imprensa e modernização: um estudo histórico da formação do jornalista no Brasil**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade da Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2007.

CORREIA, João Carlos. A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Orgs.). **Pesquisa em mídia e jornalismo – homenagem a Nelson Traquina**. Covilhã (Portugal): LabCom/UBI, p. 80-105, 2012.

_____. **O admirável mundo das notícias: teorias e métodos.** Covilhã: UBI/LabCom, 2011.

CUNHA, Albertino. **Telejornalismo.** São Paulo: Atlas, 1990.

DANTAS, Ivo Henrique. A construção social da realidade: do papel epistemológico e social desempenhado pela comunicação. 15º SBPJor. **Anais...** São Paulo, 2017.

DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

DIAS, Deise. **A mídia impressa sergipana nas eleições para governador em 2006: cobertura do Cinform, Correio de Sergipe e Jornal da Cidade.** Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

EMERIM, Cárilda. Análise de telejornalismo: uma proposta metodológica. VIII SBPJor. **Anais...** São Luís, 2010.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário.** Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Jornalismo gráfico: técnicas de produção.** São Paulo: Edições Loyola, 1978.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura.** 4ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986 [1974].

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FACCHINETTI, Rosalba. Cásper Líbero: a primeira escola de jornalismo. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras.** São Paulo: Angellara, p. 87-126, 2006.

FEITOZA, Liliane. Relevância jornalística: desenvolvimentos iniciais. 15º SBPJor. **Anais...** São Paulo, 2017.

FELICE, Mauro. **Jornalismo de rádio.** Brasília: Thesaurus, 1981.

FIGARO, Roseli. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, p. 23-37, 2014.

FISCHER, Tânia. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 24-29, 2005.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Novas perspectivas para uma sistematização das teorias do jornalismo. **Intexto**. n. 34, p. 658-676, 2015.

_____. As fronteiras do campo do jornalismo: uma análise a partir da notícia como objeto de estudo. XXII Compós. **Anais...** Salvador, 2013.

_____. A construção do campo do jornalismo nos jornais de Sergipe em 1911. XVII Compós. **Anais...** São Paulo, 2008a.

_____. Jornalismo e inovação: aproximações conceituais entre academia e setor produtivo. VI SBPJor. **Anais...** São Bernardo do Campo, 2008b.

_____. **A fabricação do presente:** como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Critóvão: Ed. UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

_____. **A atualidade no jornalismo:** uma investigação de suas fundações teóricas. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 27ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FRIGHETTO, Maurício. **Uma escola de jornalismo:** o poder e o saber na história do projeto pedagógico do curso da UFSC. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de António Ramos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista Famecos.** n. 33, p. 79-88, 2007.

_____. Dilemas da pesquisa no jornalismo contemporâneo: da abrangência midiática à ausência de métodos específicos de investigação. III SBPJor. **Anais...** Florianópolis, 2005.

GANS, Herbert. **Deciding what's news:** a study of CBS Evening News. NBC Nightly News, Newsweek and Time. New York: Pantheon Books, 1979.

GEHRKE, Marília. O resgate da objetividade como método aplicado ao jornalismo guiado por dados. 15º SBPJor. **Anais...** São Paulo, 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Série jornalismo a rigor. v. 6. Florianópolis: Insular, 2012 [1987].

_____. O jornalismo e a crise da objetividade burguesa. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 2, n. 1, p. 175-177, 2005.

_____. Questões sobre jornalismo e ideologia. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 1, n. 1, p. 164-167, 2004a.

_____. Sobre a necessidade de uma teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 1, n. 1, p. 160-162, 2004b.

_____. Jornalismo já tem sua teoria: Adelmo Genro Filho abre um novo caminho para a reflexão. **Revista da Fenaj**. ano 1, n. 1, 1996.

_____. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

GOMES, Denise Cristina Ayres. As fontes e os discursos: a representação da luta antimanicomial no jornal Folha de S.Paulo. 9º SBPJor. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. v. 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo**: cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Tarefas da pesquisa da ciência da cultura. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, p. 182-306, 2006.

GUERRA, Josenildo. O nascimento do jornalismo moderno: uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. XXVI Intercom, **Anais...** Belo Horizonte, 2003.

_____. Ensaio sobre o jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística. IX Compós. **Anais...** Porto Alegre, 2000.

GURGEL, Eduardo. **A pedagogia do jornalismo na teoria e prática de Luiz Beltrão**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

HARDT, Hanno. **Social theories of the press**: constituents of communication research, 1840s to 1920s. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

HAUSER, Vanessa. **Jornalismo, retórica e dialética**: incursões teóricas. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

HENN, Ronaldo. Semioses jornalísticas e perspectivas metodológicas. III SBPJor. **Anais...**

Florianópolis, 2005.

_____. **Pauta e notícia: uma abordagem semiótica.** Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

HENN, Ronaldo; OLIVEIRA, Felipe. Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica. **Mídia, cultura e tecnologia.** v. 22, n. 3, p. 77-95, 2015.

HERZ, Daniel. Adelmo Genro Filho e o jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 10, n. 2, p. 443-478, 2013.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento.** Tradução de João Vergílio Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael. **Conceito e história do jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”.** Coleção Nupecc, v. 2, Núcleo de Pesquisas em Comunicação – Famecos/PUCRS, 2008.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 12ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 187-240, 2012.

_____. Os profissionais de Moçambique no campo jornalístico em 1960: consensos e contradições. XIX Compós. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

_____. Luiz Beltrão: do jornalismo à literatura. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** v. XXVI, n. 1, 2003.

_____. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos.** n. 7, p. 42-51, 1997.

JAPIASSU, Hilton. **A revolução científica moderna.** Rio de Janeiro: Imago, 1985.

JOBIM, Danton. **Pedagogia del periodismo: métodos orientados para la prensa escrita.** Quito: Ciespal, 1961.

_____. **Espírito do jornalismo.** Rio de Janeiro: São José, 1960.

_____. **Introduction au journalisme contemporaine.** Paris: Librairie Nizet, 1957.

KARAM, Francisco. 20 anos de O segredo da pirâmide. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 4, n. 1, p. 167-176, 2007.

KELLY, Celso. **As novas dimensões do jornalismo.** Rio de Janeiro: Agir Editora, 1966.

KUNSCH, Margarida. Pesquisa brasileira de comunicação: os desafios dos anos 1990. **Intercom – Revista Brasileira de Comunicação.** v. XVI, n. 2, p. 44-65, 1993.

_____. (Org.). **O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas.** São Paulo:

ABECOM-ECA/USP, 1992.

LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1950.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LATTANZI, José Renato. Carlos Lacerda: a democracia vista por um radical. XXVI ANPUH. **Anais...** São Paulo, 2011.

LENE, Hérica. Jornalistas de economia no Brasil: juventude, formação especializada e relações de parentesco no mercado de trabalho. XXX Intercom. **Anais...** Santos, 2007.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agor Editora, 1969.

LIMA, Gerson. **Releasmania: uma contribuição para o estudo de press-release no Brasil**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

LIMA, Ivan. **Fotojornalismo brasileiro: realidade e linguagem**. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. 2ª ed. São Paulo: Com-Arte, 1988.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução de Jacques Wainberg. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LÖFFELHOLZ, Martin; ROTHENBERGER, Liane. Continuum eclético, disciplina distinta ou subdomínio dos estudos em comunicação? Considerações teóricas e conclusões empíricas a respeito da disciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade dos estudos de jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. v. 7, n. 1, p. 7-31, 2011.

LOPES, Fernanda. Política e epistemologia no debate sobre implantação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil. **Parágrafo**. v. 2, n. 2, p. 98-

116, 2014.

_____. **Ser jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica.** São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **Jornalismo: uma profissão em crise?** *Intexto*. v. 1, n. 24, p. 58-72, 2011.

LOPES, Maria Immacolata (Org.). **Epistemologia da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. Uma metodologia para a pesquisa das mediações. In: COMPÓS (Org.). **Coletânea mídias e recepção/2000.** São Leopoldo: Unisinos, p. 119-139, 2000.

_____. **Pesquisa em comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 1990.

LOPES, Paulo Fernando. Teorias do jornalismo: negociando sentidos com *gatekeeper* e *newsmaking*. IV Jornadas Internacionais de Jornalismo. **Anais...** Porto, 2009.

_____. **Negociando sentidos, articulando lugares: o modelo semiológico-discursivo nas teorias da comunicação e do jornalismo.** Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

LOPES FILHO, Boanerges Balbino; SILVA, Rafael Pereira da. Em tempos de mudanças estruturais: a busca pela compreensão do ethos discursivo e da identidade dos jornalistas em assessoria de imprensa. XXXVII Intercom. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2014.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Contribuições do pensamento complexo para o campo epistêmico do jornalismo.** Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética.** São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MACHADO, Elias. Jornalismo. In: MELO, José Marques de (Org.). **O campo da comunicação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, p. 91-105, 2008.

_____. Três pressupostos para que o estudo do jornalismo seja levado à sério (uma crítica à Taking journalism seriously, de Barbie Zelizer). XV Compós. **Anais...** Bauru, 2006.

_____. O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 2, n. 1, p. 23-34, 2005.

_____. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). **E-Compós**. n. 1, dez. 2004.

_____. **A dialética do discurso jornalístico.** Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

MACHADO, Elias; SANTA CRUZ, Andressa. Manuais de pesquisa em jornalismo

(Estudo de tipos, das matrizes metodológicas e de autores de referência nas obras de Otto Groth e Jorge Pedro Sousa). XXXVIII Intercom. **Anais...** Rio de Janeiro, 2015.

MALDONADO, Efendy. Trajetórias metodológicas suscitadoras. **Ciberlegenda**. n. 14, p. 1-18, 2004.

_____. Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**. v. 9, p. 1-22, 2002.

MALDONADO, Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa**. Salamanca: Editorial Comunicación Social, 2013.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2009.

_____. **Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2009.

_____. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

_____. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989 [1986].

_____. **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984.

_____. Imperialismo cultural, o grande vilão na destruição da “nossa” cultura. **Comunicação e sociedade**. n. 9, p. 78-84, 1983.

_____. **O discurso sufocado**. São Paulo: Loyola, 1982.

MAROCCO, Beatriz. Zona de sombra sobre o jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 59-71, 2005a.

_____. A zona de sombra dos conceitos de *agenda-setting* e *gatekeeper*. **Contracampo**, v. 12, p. 63-84, 2005b.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARQUES, Márcia. O ensino de processos de produção no jornal-laboratório. VI SBPJor. **Anais...** São Bernardo do Campo, 2008.

MARQUES DE MELO, José. **História política das ciências da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

_____. Pensamento jornalístico: a moderna tradição brasileira. **Revista da Intercom**. v. 30, n. 2, p. 15-40, 2007a.

_____. Luiz Beltrão, renovador do ensino de jornalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo (Rebej)**. v. 1, n. 1, p. 26-40, 2007b.

_____. Prefácio. In: AMARAL, Márcia; MACHADO, Elias; SILVEIRA, Pedro Luiz; TEIXEIRA, Tattiana (Orgs.). **Olhares sobre o jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria: FACOS, p. 13-16, 2007c.

_____. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006a.

_____. O campo acadêmico da comunicação: história concisa. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras**. São Paulo: Angellara, p. 13-27, 2006b.

_____. O pioneirismo de Danton Jobim na pesquisa jornalística brasileira. **Contracampo**. v. 12, p. 7-22, 2005.

_____. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 73-83, 2004.

_____. Ciências da comunicação na América Latina: itinerário para ingressar no século XXI. **Intercom**. v. XXVI, n. 1, p. 79-86, 2003a.

_____. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003b.

_____. Conhecer-produzir-transformar: paradigmas da Escola Latino-Americana de Comunicação. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, ano 23, n. 36, p. 89-110, 2001.

_____. A natureza do jornalismo e a missão do jornalista segundo Costa Rego. XXIII Intercom. **Anais...** Manaus, 2000.

_____. Lembrando Raymond Nixon, o tecedor da comunidade acadêmica internacional das ciências da comunicação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. ano XXI, n. 1, p. 151-155, 1998.

_____. A pesquisa em jornalismo no Brasil: trajetória e perspectivas. XX Intercom. **Anais...** Santos, 1997.

_____. Modernidade ou anacronismo? Dilema do ensino de comunicação nos anos 90. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas**. São Paulo: ABECOM-ECA/USP, p. 60-69, 1992.

_____. **Comunicação e modernidade: o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Inventário da pesquisa em comunicação no Brasil: 1883-1983**. São Paulo:

PORT-COM/Intercom, 1984.

_____. **Contribuições para uma pedagogia da comunicação.** São Paulo: Paulinas, 1974.

_____. **Sociologia da imprensa brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Estudos de jornalismo comparado.** São Paulo: Editora Pioneira, 1972.

_____. **Comunicação social: teoria e pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

MARTINEZ, Monica. A vida em 20 linhas: a representação da morte nas páginas da *Folha de S. Paulo*. **Revista da Intercom.** v. 37, n. 2, p. 71-90, 2014.

_____. Uma questão de estilo: estudo dos obituários da *Folha de S. Paulo*. **Comunicação & Inovação.** v. 14, n. 26, p. 28-35, 2013.

MARTINO, Luiz Claudio. História da comunicação: entre o historiador e o comunicólogo. XXXIX Intercom. **Anais...** São Paulo, 2016.

_____. Os meios da história: como se escreve a história da comunicação? XXXVI Intercom. **Anais...** Manaus, 2013.

_____. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 12ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 11-25, 2012a.

_____. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 12ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 27-38, 2012b.

_____. Significação da teoria em um campo diversificado. XXXIII Intercom. **Anais...** Caxias do Sul, 2010.

_____. A atualidade mediática: o conceito e suas dimensões. XVIII Compós. **Anais...** Belo Horizonte, 2009.

_____. Classificação e exame crítico da literatura sobre história da comunicação. In: RIBEIRO, Ana Paula; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens.** Rio de Janeiro: Mauad X Globo Universidade, p. 27-43, 2008.

_____. Uma questão prévia: existem teorias da comunicação? In: MARTINO, Luiz Claudio (Org.). **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** Cotia: Ateliê Editorial, p. 13-42, 2007a.

_____. Muitas e poucas: a dupla personalidade das teorias da comunicação? In: MARTINO, Luiz Claudio (Org.). **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** Cotia:

Ateliê Editorial, p. 99-138, 2007b.

_____. A revolução mediática: a comunicação na era da simulação tecnológica. **Razón y Palabra**, n. 50, 2006a.

_____. Os cursos de teoria da comunicação à luz do jornalismo: obstáculos e impropriedades das posições tecnicista e intelectualista. **Líbero**, n. IX, n. 17, p. 21-29, 2006b.

_____. Abordagens e representação do campo comunicacional. **Comunicação, mídia e consumo**, vol. 3, n. 8, p. 33-54, 2006c.

_____. Teorias da comunicação: o estado da arte no universo de língua espanhola. XXIX Intercom. **Anais...** Brasília, 2006d.

_____. Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação. XIV Compós. **Anais...** Niterói, 2005a.

_____. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e a fundamentação do campo da comunicação. In: CAPPARELLI, Sérgio; SODRÉ, Muniz; SQUIRRA, Sebastião (Orgs.). **Livro da XIII compós 2004: a comunicação revisitada**. Porto Alegre: Sulina, p. 41-66, 2005b.

_____. As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, p. 69-101, 2003a.

_____. Ceticismo e inteligibilidade do pensamento comunicacional. **Galáxia**, n. 5, p. 53-67, 2003b.

MARTINO, Luiz Claudio; BOAVENTURA, Katrine. O mito da interdisciplinaridade: história e institucionalização de uma ideologia. **E-Compós**, v. 16, n. 1, p. 1-16, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Liberdade de imprensa**. Tradução de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1995.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Tradução de Jacques Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. **The emergence of american political issues: the agenda-setting function of the press.** St. Paul: West Pub. Co., 1977.

_____. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly.** v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos.** São Paulo: Summus Editorial, 2008.

_____. **O jornalismo na nova república.** São Paulo: Summus Editorial, 1987.

_____. **Entrevista: o diálogo possível.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo.** São Paulo: ECA, 1973.

MEDITSCH, Eduardo. As diretrizes críticas e a crítica das diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica de comunicação. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação.** v. 3, n. 5, p. 22-26, 2015.

_____. Jornalismo (verbete). In: CITELLI, Adilson et al. (Org.). **Dicionário da comunicação: escolas, teorias e autores.** São Paulo: Contexto, p. 283-288, 2014.

_____. A chegada da comunicação ao campo do jornalismo: Ralph Casey, Malcolm Willey e a Journalism Quarterly nos anos 1930. 9º SBPJor. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.

_____. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico. **Brazilian Journalism Research.** v. 6, n. 1, p. 97-113, 2010a.

_____. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, p. 19-42, 2010b.

_____. Traquina e a contribuição portuguesa ao Brasil. **Observatório da Imprensa,** online, 2004a. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/traquina-e-a-contribuicao-portuguesa-ao-brasil/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2016.

_____. A formação para a práxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire. **Comunicação e sociedade.** v. 5, p. 25-38, 2004b.

_____. Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no jornalismo. **Comunicação & Educação.** v. IX, n. 27, p. 15-30, 2003.

_____. **O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo.** Florianópolis: Insular, 2001.

_____. **Problemas a superar na pesquisa em jornalismo.** 2001. Disponível em: <[http://www.fnpj.org.br/dados/grupos/problemas-a-superar-na-pesquisa-em-jornalismo\[71\].pdf](http://www.fnpj.org.br/dados/grupos/problemas-a-superar-na-pesquisa-em-jornalismo[71].pdf)>. Acessado em: 23 de março de 2018.

_____. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. XXII Intercom. **Anais...** Rio de Janeiro, 1999a.

_____. Ciespal: progreso y problema del comunicólogo. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 67, p. 70-74, 1999b.

_____. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, p. 1-13, 1997.

_____. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992a.

_____. Adeus, Ciespal: ruptura brasileira no ensino de jornalismo. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas.** São Paulo: ABECOM-ECA/USP, p. 198-206, 1992b.

_____. O poder da morte e a agonia do jornalismo. **Revista Brasileira de Comunicação**, n. 64, p. 34-44, 1991.

_____. Método científico e método jornalístico. **Revista Brasileira de Comunicação**, n. 60, p. 55-61, 1989.

_____. O caminho para uma teoria do jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho. XI Intercom. **Anais...** Viçosa, 1988.

MEDITSCH, Eduardo; AYRES, Melina; BETTI, Juliana Gobbi. Dez anos do PosJor UFSC: relato do percurso e perfil da produção. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 75-88, 2017.

MEDITSCH, Eduardo; GUERREIRO NETO, Guilherme. Nelson Traquina, suas coletâneas e seus efeitos na consolidação dos estudos em jornalismo no Brasil (apresentação). In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Florianópolis: Insular, p. 15-25, 2016.

MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. Bases para uma teoria do jornalismo 2.0 (prefácio). In: GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais.** Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, p. 9-25, 2011.

MEDITSCH, Eduardo; AYRES, Melina; SEGALA, Mariana. De volta à especificidade dos estudos em jornalismo: o GT da Alaic no início do novo século. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. V, p. 264-279, 2008.

MENDES COMPARA JORNALISTA A COZINHEIRO E VOTA CONTRA EXIGÊNCIA DE DIPLOMA. **Folha de S.Paulo**, online, 17/06/2009. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/poder/2009/06/582486-mendes-compara-jornalista-a-cozinheiro-e-vota-contr-a-exigencia-de-diploma.shtml?mobile>>. Acesso em: 2 de novembro de 2016.

MENDEZ, Rosemary. **Olhos de jornalista: o jornalismo segundo Barbosa Lima Sobrinho**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, 1999.

MENDONÇA, Marina. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. n. 31, 2008.

MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINUZZI, Marcus Vinícius. **Diálogo entre jornalistas e leitores: a participação do público através do ombudsman e do conselho do leitor de Zero Hora**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

MIRANDA, Orlando (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

MORAES, Cláudia Herte. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

MOREIRA, Manoel Henrique. **Do partidarismo à informação: as mudanças estruturais no jornalismo brasileiro e a formação dos impérios midiáticos**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOURA, Cláudia. **O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MOURA, Cláudia; LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MOURA, Dione; PEREIRA, Fábio Henrique; ARGHIRNI (Orgs.). **Mudanças e permanências do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**. v. 2, n. 17, p. 1-25, 2007.

NAZO, Nicolau. **Rui Barbosa** – Aspectos de sua vida e de sua obra. 1967. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/66546/69156>>. Acessado em: 4 de julho de 2018.

NUZZI, Erasmo. 40 anos de ensino do jornalismo no Brasil: relato histórico. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas**. São Paulo: ABECOM-ECA/USP, p. 20-39, 1992.

OLIVEIRA, Felipe. A linguagem como lugar epistemológico: contribuições para o estudo do jornalismo. 15º SBPJor. **Anais...** São Paulo, 2017.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. O uso de memórias dos jornalistas para recompor rotinas produtivas: o desafio de um método. XXIX Intercom. **Anais...** Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Michelle. **Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, 2011.

_____. **Profissão jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2005.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PAIVA, Adriana. A incursão literária do jovem Carlos Lacerda: memórias de um Rio de Janeiro em transformação. **Revista Soletras – Estudos Literários**. n. 27, p. 266-284, 2014.

PARK, Robert. Notícia e o poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, p. 71-82, 2008 [1941].

_____. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, p. 51-70, 2008 [1940].

_____. A história natural do jornal. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, p. 33-50, 2008 [1923].

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PEDROSO, Rosa Nívea. O jornalismo como uma forma de narração da história do presente: uma interpretação da tese de doutoramento em periodística de Tobias Peucer.

Estudos em Jornalismo e Mídia. v. 1, n. 2, p. 61-72, 2004.

_____. Considerações sobre a teoria e a análise do jornalismo. **Observatório da Imprensa**, online, 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/consideracoes-sobre-a-teoria-e-a-analise-do-jornalismo/>>. Acessado em: 10 de junho de 2018.

_____. Elementos para compreender o jornalismo informativo. **Revista Leopoldianum.** v. 26, n. 73, 2000.

_____. Elementos para uma teoria do jornalismo sensacionalista. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação.** v. 6, p. 37-50, 1994.

_____. Natureza da produção do fato jornalístico. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação.** v. 3, p. 53-58, 1988.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil:** identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), 2008.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, v. 1, n. 24, p. 38-57, 2011.

PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia (Orgs.). **Jornalismo e sociedade:** teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 1, n. 2, p. 18-29, 2004.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias.** Florianópolis: Insular, 2005.

PONTES, Felipe. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil:** uma análise crítica. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

_____. **Teoria e história do jornalismo:** desafios epistemológicos. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

PONTES, Felipe; KARAM, Francisco. A pertinência da categoria singularidade de Adelmo Genro Filho para os estudos teóricos em jornalismo. **Estudos em Comunicação.** n. 6, p. 145-169, 2009.

PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo:** a opinião pública. Tradução de Jorge Meditsch e Eduardo Meditsch. Florianópolis: Insular, 2009.

QUINTÃO, Aylê-Salassié. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964.** Rio de

Janeiro: Agir Editora, 1987.

RESENDE JÚNIOR, José. A crítica metodológica das ciências de Wilhelm Windelband. **Problemata**. v. 6, n. 2, p. 381-404, 2015.

ROCHA, Paula Melani. Segmento científico reforça espaço de debates no campo jornalístico (editorial). **Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, v. 1, n. 1, 2014.

ROCHER, Guy. **Sociologia geral**. Tradução de Ana Ravara. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

RODRIGO ALSINA, Miquel. La sociosemiótica como método de investigación em periodismo. 2014. **Brazilian Journalism Research**. v. 2, n. 2, p. 80-95, 2014.

_____. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Cândido. **Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica – 1928-1946**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, 2006.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Inventando tradições: os historiadores e a pesquisa inicial sobre o jornalismo. II Congresso da Rede Alfredo de Carvalho. **Anais...** Florianópolis, 2004.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão**. Florianópolis: Insular, 2017.

_____. A escola de Frankfurt. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 131-150, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

RUSSI, Pedro. Angulações reflexivas sobre um “não saber metodológico”. XXX Intercom. **Anais...** Santos, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

_____. As fontes nas teorias do jornalismo. XXXIII Intercom. **Anais...** Caxias do Sul, 2010.

SCHUDSON, Michael. Por que é que as notícias são como são. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 8, p. 17-27, 1988.

SEIXAS, Lia. Os atos verbais jornalísticos: um estudo dos 'fazer' jornalísticos por editorias de política. IX Compós. **Anais...** Porto Alegre, 2000.

SEMMLER, Jonathan Henrique; DAROS, Sônia Cristina. A construção discursiva do obituário brasileiro no jornal *Folha de S. Paulo*. **Fórum Linguístico**. v. 15, n. 2, p. 3001-3016, 2018.

SERIDÓRIO, Daniele; BARBOSA, Victor Luis. Jornalismo como estratégia de sensibilização. 15º SBPJur. **Anais...** São Paulo, 2017.

SHOEMAKER, Pamela; REESE, Stephen. **Mediating the message: theories of influences on mass media content**. New York: Longman, 1996.

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim. **Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia**. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.

SILVA, Ana Lúcia; HENNING, Clarissa; OSÓRIO, Moreno; LISBOA, Juliana. Jornalismo: entre a busca por uma epistemologia própria e a necessidade de afirmação profissional e de pesquisa. **Questões transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**. v. 3, n. 5, p. 53-60, 2015.

SILVA, Carlos Eduardo. **Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

SILVA, Gabriel Souza. **A trajetória política e o legado de Barbosa Lima Sobrinho: 100 anos dedicados a um Brasil independente**. 2014. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2014/resumos_pdf/ccs/DIR/JUR_Gabriel%20Souza%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**. São Paulo, ano 3, n. 1, p. 197-212, 2009a.

_____. Sobre a imaterialidade do objeto de estudo do jornalismo. **E-Compós**. v. 12, n. 2, p. 1-14, 2009b.

_____. O fenômeno noticioso: objeto singular, natureza plural. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 6, n. 2, p. 9-15, 2009c.

_____. Problemática metodológica em jornalismo impresso. **Rumores**. v. 2, n. 3, 2008.

_____. Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 2, n. 2, p. 95-107, 2005a.

_____. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005b.

_____. Da necessidade dos estudos de jornalismo (entrevista com Nelson Traquina). **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 1, n. 2, p. 199-207, 2004.

_____. Teorias do jornalismo: discussão teórico-metodológica e epistemológica do jornalismo como prática social e exercício público de entendimento do mundo. I SBPJor. **Anais...** Brasília, 2003.

SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso (Orgs.). Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas. **Livro Compós 2011**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**. v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SILVA, Gislene; PONTES, Felipe. Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, Jussara; OLIVEIRA JR, Constantino (Orgs.). **Pesquisa em ciências sociais: interfaces, debates e metodologias**. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 49-77, 2012.

_____. Teorias da notícia: impasses para a teoria do jornalismo. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. v. 11, n. 3, p. 176-184, 2009.

SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Crítérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Marco Antônio. **Jornalistas pra quê?** Militância sindical e o drama da identidade profissional. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2007.

SILVA, Marconi. **O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: a notícia na perspectiva de Wittgenstein**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SILVA, Marcos Paulo. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

SILVA, Mariana. **Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SILVA, Rafael. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

SILVEIRA, José Ricardo da; ADGHIRNI, Zélia Leal. **Jornalismo e cultura profissional nas**

assessorias de comunicação. XXXI Intercom. **Anais...** Natal, 2008.

SINCLAIR, Upton. **The brass check**. Pasadena (CA): Edição do Autor, 1919.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de redação: o texto nos meios de informação**. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1977.

SOLOSKI, John. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, p. 133-145, 2016.

SOUSA, Janara Kalline; VARÃO, Rafiza. Harold Lasswell: as contribuições do “paladino” do saber comunicacional. XXIX Intercom. **Anais...** São Paulo, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma breve história do jornalismo no Ocidente. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**. 2008.

_____. **Jornalismo – história, teoria e metodologia: perspectivas luso-brasileiras**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

_____. Pesquisa em jornalismo: o desbravamento do campo entre o século XVII e o século XIX. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**. 2007.

_____. Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 2, n. 1, p. 73-92, 2005.

_____. Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 1, n. 2, p. 31-46, 2004.

_____. Construindo uma teoria do jornalismo. I SBPJor. **Anais...** Brasília, 2003a.

_____. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2004 [2003b].

_____. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SPLICHAL, Slavko. A teoria de Ferdinand Tönnies sobre opinião pública como uma forma de vontade social. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, p. 45-82, 2006.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender telejornalismo: produção e técnica**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

STOCKING JR, George. Antropologia em Chicago: a fundação de um departamento independente. In: PEIXOTO, Fernanda; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.). **Antropologias, histórias, experiências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 15-59, 2004.

STRELOW, Aline. Análise global de processos jornalísticos. V SBPJor. **Anais...** Aracaju, 2007.

SUBTIL, Filipa. As guerras mundiais e as mutações na teoria social da comunicação e dos media. **Revista Famecos**. v. 22, n. 3, p. 15-40, 2015.

TAMBOSI, Orlando. Tobias Peucer e as origens do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 1, n. 2, p. 49-59, 2004.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TAVARES, Frederico. **Ser revista e viver bem**: um estudo de jornalismo a partir de Vida Simples. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

TEIXEIRA, Tattiana. O segredo da pirâmide, 20 anos depois. In: AMARAL, Márcia; MACHADO, Elias; SILVEIRA, Pedro Luiz; TEIXEIRA, Tattiana (Orgs.). **Olhares sobre o jornalismo**: a contribuição de Adelmo Genro Filho. Santa Maria: FACOS, p. 19-36, 2007.

TEMER, Ana Carolina; SANTOS, Marli (Orgs.). **Fronteiras híbridas do jornalismo**. São Paulo: Appris Editora, 2015.

TEODORO, Gontijo. **Jornalismo na TV**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1980.

TÖNNIES, Ferdinand. Opinião pública. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, p. 83-93, 2006a.

_____. Opinião pública e “a” opinião pública. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, p. 94-154, 2006b.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

_____. Introdução geral. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, p. 29-35, 2016.

_____. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2008.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis:

Insular, 2005.

_____. **O que é jornalismo.** Lisboa: Quimera, 2002.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.

_____. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento.** Coimbra: Minerva, 2000.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Florianópolis: Insular, p. 111-131, 2016.

_____. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad.** Cidade do México: Gustavo Gili, 1983.

_____. **Making news: a study in the construction of reality.** New York: The Free Press, 1978.

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto pedagógico do curso de graduação em jornalismo,** 2015.

VAN DIJK, Teun A. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha d’água.** v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013.

_____. Notícias e conhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 2, n. 2, p. 13-29, 2005.

_____. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información.** Barcelona: Paidós Comunicación, 1990.

VANNUCCI, Karine Claussen. O cronista enquanto intelectual. XXVI Intercom. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.

VARÃO, Rafiza. **Harold Lasswell e o campo da comunicação.** Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2012.

VARGAS, Eduardo. A microssociologia de Gabriel Tarde. XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. **Anais...** Niterói, 1994.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias.** Florianópolis: Insular, 2014.

VENTURA, Mauro de Souza. A comunicação e o jornalismo diante das novas diretrizes curriculares: notas sobre um dissenso no campo (editorial). **Comunicação midiática.** v. 8, n. 2, p. 8-10, 2013.

VERRUMO, Marcel Antonio. **Repórter-cronista da belle époque carioca: o jornalismo**

vertiginoso de João do Rio. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista, 2014.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VIZEU, Alfredo. O jornalismo e as “teorias intermediárias”: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD). XXVI Intercom. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.

VIZEU, Alfredo; ROCHA, Heitor. Por uma epistemologia do campo jornalístico: construtivismo, conhecimento e esfera pública. XXI Compós. **Anais...** Juiz de Fora, 2012.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, p. 34-44, 2006.

_____. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 2, n. 1, p. 13-21, 2005.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora da UnB, 2004b.

_____. A política como vocação. WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, p. 97-153, 1982.

WHITE, David. O *gatekeeper*: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, p. 201-211, 2016.

WITTER, Geraldina. Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciências e formação do profissional-pesquisador. **Boletim de Psicologia**, v. LVII, n. 126, p. 1-14, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

ZELIZER, Barbie. **Taking journalism seriously: news and the academy**. Thousand Oaks: Sage, 2004.